



**Universidade Federal do Pará  
Instituto de Tecnologia  
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural  
Mestrado Acadêmico em Ciências do Patrimônio Cultural**

Allyson Allen Lima Pereira

**SOBRE PRÉDIOS E PESSOAS:  
História e Cripto-História do Patrimônio Edificado da Universidade Federal do Pará**

Belém-PA  
2023

Allyson Allen Lima Pereira

SOBRE PRÉDIOS E PESSOAS:  
História e Cripto-História do Patrimônio Edificado da Universidade Federal do Pará

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural, do Instituto de Tecnologia (ITEC), da Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Patrimônio e Sociedade

Orientadora: Idanise Sant'ana Azevedo Hamoy

Belém  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

L732s Lima, Allyson Allen.  
Sobre Prédios e Pessoas : História e Cripto-História do  
Patrimônio Edificado da Universidade Federal do Pará / Allyson  
Allen Lima. — 2023.  
280 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Idanise Sant'ana Azevedo Hamoy  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências  
do Patrimônio Cultural, Belém, 2023.

1. Patrimônio edificado. 2. UFPA. 3. Cripto-história. 4.  
Política patrimonial. 5. Sociopolítica. I. Título.

CDD 363.69098115

---

A

minhas filhas Michelle e Marina

e a todas e todos que construíram e têm  
construído a história da UFPA.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Pará por ter me acolhido e estar me aturando desde 1999, quando ingressei como calouro de Letras, e depois como técnico-administrativo de nível superior; agradeço, sobretudo, ao reitor Emmanuel Zagury Tourinho pela gestão dedicada, sábia, exemplar à frente da Universidade, por não nos ter abandonado (comunidade acadêmica) e enfrentado de forma aguerrida e altiva todos os desafios – e foram muitos: pandemia, obscurantismo do ex-presidente e ex-ministros da Educação, bloqueio de verbas, ameaças de privatização...

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio (PPGPatri) por ter aceitado um “aventureiro” de outra área e por ter acreditado no meu potencial e no meu projeto; agradeço especialmente às professoras Thaís Sanjad, Rose Norat e Flávia Palácios pela administração zelosa e louvável do curso, em tempos de crise sanitária (2019-2022) e instabilidade socioeconômica (iniciada em 2016 e intensificada de 2018 a 2022), e pela atenção dispensada a cada discente; agradeço, também, à Kleyci Anne Madeira pelo suporte e atendimento sempre profissional e carinhoso, por ter transmitido serenidade em momentos de ansiedade, e resolvido os problemas e “perrengues” decorrentes do curso (outros apenas provenientes das nossas cabeças de mestrados).

Agradeço a Simone Neno, coordenadora editorial da ed.ufpa, pelo apoio e pela compreensão das demandas inerentes ao curso de mestrado, pelas dicas e ensinamentos e pelo relacionamento profissional sempre ético e afetivo.

Agradeço à professora Idanise Hamoy pela orientação impecável e imensuravelmente valiosa, por ter dado um rumo à pesquisa, por ter tido paciência e confiança em mim e por ter acreditado que o projeto poderia, de fato, tornar-se um trabalho científico – não tenho como descrever o tamanho da gratidão que sinto, mas posso dizer, sem dúvidas, que é eterna; aproveito para agradecer ao professor John Fletcher pela solicitude e pelas orientações adicionais (infelizmente algumas delas não puderam ser usadas nesta pesquisa, mas serão usadas em um futuro próximo – *spoiler alert!*); agradeço ainda ao prof. John e ao prof. Afonso Medeiros pelo aceite a participar da banca de defesa e pelas valiosas contribuições ao texto final deste trabalho.

Agradeço a todos aqueles que se dispuseram a participar desta pesquisa, seja no auxílio ao acesso a documentos e informações, seja concedendo entrevistas; agradeço especialmente aos professores Eugênio Bittencourt e Paulo Mendes Filho por me apresentarem suas próprias

pesquisas, que muito ajudaram na construção do capítulo sobre a Escolinha da UFPA; em tempo, ao prof. Firmino Guimarães pelo abraço fraterno (mesmo, às vezes, a distância), pela amizade e, claro, pela ajuda com este estudo.

Agradeço ao meu avô Gerinaldo Lima, *in memoriam*, por ter, em parte de seus quase cem anos de vida, me acolhido como filho, dando as orientações, o suporte, o amor incondicional e aqueles exemplos de caráter e de vida, que absorvi, como bom filho, e tenho carregado comigo... junto à saudade.

Agradeço à minha mãe Belém Lima pela criação, pelos exemplos de resistência, sobrevivência, superação; por ter entregado muito da sua juventude e saúde, e parte de sua vida, para cuidar e criar, como mãe solo, três filhos (sou o do meio); sou grato por não ter desistido, por ter escolhido, ou melhor, encarado o caminho mais longo e penoso – eis aqui o mínimo que posso oferecer como gratidão.

Agradeço às minhas filhas Michelle Lima e Marina Lima por serem mais do que a razão da minha vida; à Michelle, por ser, desde 2005, quando a peguei no colo pela primeira vez, uma filha amorosa, inteligente, companheira e bondosa – aliás, ela é assim, não apenas como filha – muito mais do que certamente eu mereço; à Marina, por estar em cada uma dessas linhas e em tudo o que faço (claro que ela atrasou – e muito – o resultado deste trabalho; mas, afinal, o que seria da pesquisa científica sem massinhas coloridas, riscos nas paredes, tintas nos dedos e Galinha Pintadinha?).

Agradeço à minha esposa e companheira e melhor amiga e cúmplice Joana Campos, pelo amor, pelo apoio, pelos conselhos, por cada momento, cada sorriso, cada lágrima, cada palavra, cada silêncio...

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

(Le Goff, 1990, p. 477)

## RESUMO

A Universidade Federal do Pará foi criada em 2 de julho de 1957, quando os debates sobre respeito, preservação e conservação do patrimônio, embora ainda incipientes, já haviam percorrido um caminho relevante. Àquela altura, a Universidade era formada por sete faculdades, que traziam à recém-criada instituição seus prédios-sede, alguns com vultosa história na cidade de Belém, como os casarões das faculdades de Direito e de Medicina. Na década de 1960, a UFPA vivenciou um período de expansão de sua estrutura física, com a construção de prédios e aquisição de imóveis, incluindo palacetes da *belle époque*, culminando, em 1968, com a inauguração de sua Cidade Universitária. Durante os anos de 1980, com sua política de interiorização e com a redemocratização do Brasil, a Universidade tornou-se *multicampi* e pôde ampliar sua atuação e presença no estado do Pará. Dividida em períodos sociopolíticos, esta pesquisa, portanto, conta um pouco da história do patrimônio edificado da UFPA em Belém e discute a atuação da Universidade em relação a políticas de conservação e preservação patrimonial, à luz dos estudos de Vitor Serrão sobre o conceito de cripto-história. Este trabalho não se furta a destacar as percepções e vivências dos indivíduos sobre os prédios que fazem e daqueles que fizeram parte desse percurso, ainda que adaptados a outros usos ou apagados da paisagem urbana da cidade, pelo abandono ou pela locomotiva impassível da modernidade.

Palavras-chave: patrimônio edificado; UFPA; cripto-história; política patrimonial; sociopolítica.

## ABSTRACT

The Universidade Federal do Pará (UFPA) was established on July 2, 1957, when debates on respect, preservation, and conservation of cultural heritage, although still in their preliminary stages, had already made considerable progress. At that time, the University consisted of seven faculties, each bringing its head offices to the newly created institution, some of them with a substantial history in the city of Belém, such as the mansions of the Law and Medicine faculties. In the early 1960s, UFPA experienced a period of expansion in its built structure, involving the construction of buildings and acquisition of properties, including small palaces from the *belle époque*, culminating in the establishment of its Campus in 1968. In the 1980's, due to the "interiorização policy" (the movement to rural areas or towns far from the capital) and Brazilian redemocratization, the University became *multicampi* and expanded its activities and presence in other cities throughout the state of Pará. Divided into sociopolitical periods, this research recounts a bit of the history of UFPA's built heritage in Belém and discusses the University's role on heritage conservation and preservation policies, considering Vitor Serrão's studies on the concept of cryptohistory. This work also reveals the individuals' perceptions and experiences regarding the buildings that are, or were, part of this pathway, even though adapted for other uses or vanished from the city's urban landscape, due to either abandonment or the unyielding locomotive of modernity.

Keywords: built heritage; UFPA; cryptohistory; patrimonial policy; sociopolitics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifestação indígena no Campus da UFPA, déc. 1980.....	18
Figura 2 – Faculdade Livre de Direito, c. 1908.....	29
Figura 3 – Largo da Trindade, Belém-PA, 1867.....	31
Figura 4 – Prédio da Faculdade de Direito do Pará, c. 1900.....	32
Figura 5 – Faculdade de Direito do Pará em 1912 e em 1939.....	33
Figura 6 – Faculdade de Direito do Pará, c. 1960.....	35
Figura 7 – Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, 2011.....	38
Figura 8 – Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, 2012 e 2020.....	38
Figura 9 – Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, 2023.....	39
Figura 10 – Laboratório de Higiene do Serviço Sanitário, Belém-PA, 1908.....	41
Figura 11 – Faculdade de Farmácia do Pará em 1922.....	42
Figura 12 – Palácio Cabanagem, Alepa, 2022.....	43
Figura 13 – Obras da sede da Faculdade de Farmácia, déc. 1960.....	44
Figura 14 – Faculdade de Farmácia da UFPA, em 1963.....	45
Figura 15 – Interior da Faculdade de Farmácia da UFPA em 1963.....	46
Figura 16 – Prédio da Seicho-no-ie em Belém, 2023.....	47
Figura 17 – Faculdade de Farmácia da UFPA, 2023.....	47
Figura 18 – Campus da Saúde, UFPA, 2017.....	48
Figura 19 – Banner com os primeiros graduados em Odontologia, 1916.....	50
Figura 20 – Prédio recém-inaugurado da Faculdade de Odontologia, em 1962.....	52
Figura 21 – Equipamentos novos da Faculdade de Odontologia do Pará em 1962.....	52
Figura 22 – Inauguração do prédio da Faculdade de Odontologia em 1962.....	53
Figura 23 – Faculdade de Odontologia da UFPA, déc. 1980.....	54
Figura 24 – Avenida Pe. Eutíquio, Belém, 2023.....	54
Figura 25 – Faculdade de Odontologia da UFPA, 2023.....	55
Figura 26 – Liceu Paraense, c 1875.....	57
Figura 27 – Sexto Grupo Escolar de Belém, 1905.....	60
Figura 28 – Sexto Grupo Escolar de Belém, c. 1908.....	61
Figura 29 – Faculdade de Medicina, Belém, c. 1930.....	61
Figura 30 – Salão Nobre da Faculdade de Medicina, 2017.....	62
Figura 31 – Faculdade de Medicina da UFPA, déc. 1980.....	63
Figura 32 – Fachada da antiga biblioteca da Faculdade de Medicina, 2023.....	63

Figura 33 – Auditório Lauro de Magalhães, Belém, em 1964 e 2023 .....	64
Figura 34 – Jardim central da Faculdade de Medicina, 2017 .....	65
Figura 35 – Instituto de Higiene, c. 1990 .....	66
Figura 36 – Núcleo de Medicina Tropical, UFPA, 2023.....	67
Figura 37 – Núcleo de Medicina Tropical, Belém, em 1964 e 2017.....	67
Figura 38 – Instituto de Ciências da Saúde (atual ICM), 2008 .....	68
Figura 39 – Instituto de Ciências da Saúde e Faculdade de Medicina da UFPA, 2023 .....	69
Figura 40 – Detalhes do prédio do Instituto de Ciências Médicas da UFPA, 2023 .....	70
Figura 41 – Museu Comercial do Pará em 1929 .....	73
Figura 42 – Laboratório da Escola de Química Industrial, 1929.....	75
Figura 43 – Antiga sede da Escola de Química Industrial do Pará, anos 1990 e 2000 .....	78
Figura 44 – Instituto de Ciências da Arte, abril de 2017.....	79
Figura 45 – Escola de Engenharia do Pará, 1939 e 1964 .....	87
Figura 46 – Escola de Engenharia do Pará, década de 1960 .....	89
Figura 47 – Novos equipamentos da Escola de Engenharia do Pará, 1963.....	90
Figura 48 – Prédio abandonado da Escola de Engenharia do Pará, em 2022.....	91
Figura 49 – Localização da Fênix Caixeiral Paraense.....	95
Figura 50 – Bairro da Campina, no início do séc. XX e em 2023.....	95
Figura 51 – Palacete Marques Braga, no início do séc. XX e na década de 1960 .....	98
Figura 52 – Primeira Reitoria da UFPA, déc. 1990 e em 2019.....	99
Figura 53 – Palacete Marques Braga, 2024.....	99
Figura 54 – Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, déc. 1970 .....	100
Figura 55 – Centro Propagador das Ciências, início do séc. XX .....	102
Figura 56 – Fachada do Centro Propagador das Ciências, c. 1939 .....	104
Figura 57 – Sala do curso de Francês, déc. 1960 .....	105
Figura 58 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, déc. 1970 .....	106
Figura 59 – Assinatura do contrato da nova sede, 1961 .....	107
Figura 60 – Antiga Faculdade de Filosofia, déc. 1980.....	107
Figura 61 – APAE-Belém, 2023 .....	108
Figura 62 – Salão de entrada do prédio da APAE-Belém, déc. 1960 e 2023.....	109
Figura 63 – Detalhe da fachada do prédio da APAE-Belém, 2023 .....	110
Figura 64 – Instituto Ophir Loyola, déc. 1950 e 2023 .....	112
Figura 65 – Lateral do Instituto Ophir Loyola, déc. 1950 e Hospital Ophir Loyola, 2023....	113

Figura 66 – Sala de aula da Escola de Serviço Social, déc. 1950 .....	114
Figura 68 – Palacete Augusto Montenegro, 1911 .....	128
Figura 69 – Palacete Virgílio Sampaio, em 1905 e na déc. 1980.....	129
Figura 70 – Palacete Virgílio Sampaio, 2021.....	129
Figura 71 – Museu da UFPA, 2023 .....	131
Figura 72 – Terreno do Colégio Universitário da UFPA, c. 1967.....	143
Figura 73 – Palacete Rita Bezerra, c. 1920 e em 1962.....	145
Figura 74 – Início das obras (1967) e inauguração do Colégio Universitário (1968).....	146
Figura 75 – Colégio Universitário, em 1968, e Semec-Belém, em 2021 .....	147
Figura 76 – Silveira Netto posa com alunos da Escola Primária, c. 1964.....	148
Figura 77 – Festa junina da Escola Primária e do Colégio, c. 1964.....	151
Figura 78 – Recordação, Caderneta e Agenda Escolar (1966, 1971 e 1987).....	152
Figura 79 – Crianças na praça em frente à Reitoria da UFPA, déc. 1990.....	154
Figura 80 – Inscrições nas faculdades da Universidade do Pará, déc. 1960 .....	158
Figura 81 – Fotos aéreas do terreno do Conjunto Pioneiro, c. 1960 .....	159
Figura 82 – Obras de construção do futuro Campus, c. 1960 .....	160
Figura 83 – Inauguração do Conjunto Universitário Pioneiro, UFPA, em 1968 .....	161
Figura 84 – Vista do Campus a partir da entrada principal, c. 1968 .....	164
Figura 85 – Bloco F, setor Básico, UFPA, 2023 .....	166
Figura 86 – Entrada da Sala 2Fb, Campus Guamá, UFPA, 2023 .....	166
Figura 87 – Campus Guamá, UFPA, década de 1970: Setor Básico .....	169
Figura 88 – Campus Guamá, UFPA, c. 1970: Setor Profissional .....	170
Figura 89 – Biblioteca Central da UFPA, c. 1969.....	171
Figura 90 – Geofísica, década de 1990 e em 2017.....	172
Figura 91 – Biblioteca Central da UFPA, déc. 1980.....	173
Figura 92 – Biblioteca Central da UFPA, 2023 .....	173
Figura 92 – Busto de Silveira Netto, 2017 .....	177
Figura 93 – Discentes da UFPA exigem mais vagas na graduação, déc. 1980.....	179
Figura 94 – Assembleia estudantil, 1981.....	180
Figura 95 – Protestos discente na déc. 1980 e em 1992.....	181
Figura 96 – UFPA sofre com os cortes no orçamento pós-ditadura, 1986.....	184
Figura 97 – Início das obras do Hospital Bettina Ferro de Souza, 1988 .....	186
Figura 98 – Hospital Domingos Freire, c. 1900 .....	187

Figura 99 – Hospital Barros Barreto, c. 1959.....	188
Figura 100 – Hospital Universitário Barros Barreto, 2017 .....	189
Figura 101 – Obras avançadas do hospital da UFPA, déc. 1990 .....	192
Figura 102 – Hospital Bettina Ferro de Souza, 2017 e 2023.....	193
Figura 103 – Unidade da Faculdade de Medicina, anexa ao HUBFS .....	193
Figura 104 – Construção do Restaurante Universitário da UFPA, déc. 1990 .....	194
Figura 105 – Restaurante Universitário da UFPA, setor Básico, 2023 .....	195
Figura 106 – Trote ecológico dos calouros da UFPA, em 1994 e 1995.....	196
Figura 107 – Campus do Guamá, UFPA, c. 1970 .....	196
Figura 108 – Campus do Guamá, UFPA, 2017.....	197
Figura 109 – Monomotor do Laboratório de Engenharia Mecânica, 2023 .....	202
Figura 110 – Passarelas do Campus até o fim da déc. 1990 e a reforma em 2006.....	203
Figura 111 – Passarelas do Campus em 2023 .....	203
Figura 112 – Vista aérea do Campus, 2017.....	204
Figura 113 – Faculdade de Artes Visuais, 2023 .....	205
Figura 114 – Centro de Eventos Benedito Nunes, 2023 .....	205
Figura 115 – Centro de Eventos e Reitoria, 2022 .....	206
Figura 116 – Saest, 2023 .....	208
Figura 117 – Vista aérea e lateral do Mirante do Rio, 2017.....	208
Figura 118 – Pavilhão da administração, 1968.....	209
Figura 119 – Antigo pavilhão de aulas atualmente, 2023 .....	209
Figura 120 – Livraria Universitária, 2023 .....	213

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>PARTE I – TRILHAS PRELIMINARES E DISPERSAS .....</b>	<b>20</b>
1 A AURORA DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARÁ (1902-1920) .....	23
<b>1.1 Faculdade Livre de Direito do Pará.....</b>	<b>28</b>
<b>1.2 Escola de Farmácia do Pará .....</b>	<b>40</b>
<b>1.3 Escola Livre de Odontologia e Faculdade de Odontologia do Pará.....</b>	<b>49</b>
<b>1.4 Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará .....</b>	<b>56</b>
<b>1.5 Escola de Química Industrial do Pará.....</b>	<b>72</b>
2 AS ÚLTIMAS FACULDADES ANTES DA UNIVERSIDADE (1930-1950) .....	80
<b>2.1 Escola de Engenharia do Pará.....</b>	<b>84</b>
<b>2.2 Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.....</b>	<b>93</b>
<b>2.3 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras .....</b>	<b>101</b>
<b>2.4 Escola de Serviço Social.....</b>	<b>111</b>
<b>PARTE II – FUNDAÇÃO E CONVERGÊNCIA (IMISCÍVEL?) .....</b>	<b>116</b>
3 CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....	119
<b>3.1 Do projeto à Lei: primeiros anos da Universidade do Pará .....</b>	<b>119</b>
<b>3.2 A Universidade e a legislação patrimonial .....</b>	<b>122</b>
4 GESTÃO SILVEIRA NETTO E A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	126
<b>4.1 Primeiros anos de Silveira Netto à frente da Reitoria.....</b>	<b>126</b>
<b>4.2 A Universidade e o fim do regime democrático .....</b>	<b>134</b>
5 ESCOLINHA DA UFPA: PATRIMÔNIO IMATERIAL MATERIALIZADO.....	142
<b>5.1 Uma escola primária para (futuros) universitários.....</b>	<b>144</b>
<b>5.2 Presente e passado e redes sociais: coexistência virtual.....</b>	<b>149</b>
<b>5.3 Registros memoriais .....</b>	<b>152</b>
6 CONJUNTO, CAMPUS, CIDADE: A UFPA SE REÚNE.....	155
<b>6.1 Inauguração do Conjunto Pioneiro .....</b>	<b>158</b>
<b>6.2 Campus e contexto sociopolítico.....</b>	<b>163</b>
<b>6.3 Cidade Universitária: a urbanização do Campus .....</b>	<b>167</b>
<b>PARTE III – NOVOS VELHOS CAMINHOS.....</b>	<b>174</b>
7 DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO SUCATEAMENTO DA ERA FHC .....	178
<b>7.1 O movimento estudantil.....</b>	<b>178</b>
<b>7.2 Primeiros anos da volta do regime democrático .....</b>	<b>183</b>
<b>7.3 Hospitais universitários.....</b>	<b>187</b>
7.3.1 Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) .....	187

7.3.2 Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza.....	190
<b>7.4    Restaurante Universitário (RU) e trote ecológico.....</b>	<b>194</b>
<b>7.5    A política neoliberal de FHC e o empobrecimento da UFPA.....</b>	<b>197</b>
<b>8    A ERA LULA E A NOVA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>202</b>
<b>8.1    Um passo para trás, dois para frente: o golpe de 2016 e a gestão Tourinho...206</b>	
<b>8.2    A Universidade como segunda casa e a pandemia .....</b>	<b>210</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	217
<b>Obras em geral.....</b>	<b>217</b>
<b>Legislação Nacional (em ordem cronológica) .....</b>	<b>246</b>
<b>Legislação Estadual (em ordem cronológica) .....</b>	<b>254</b>
<b>Resoluções da UFPA (em ordem cronológica).....</b>	<b>256</b>
ANEXOS .....	261
Anexo 1 – Lei n. 839, de 30 de outubro de 1902 .....	261
Anexo 2 – Lei n. 874, de 23 de outubro de 1903 .....	262
Anexo 3 – Laboratórios do Serviço Sanitário do Estado, 1908 .....	263
Anexo 4 – Inauguração da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em 1919.....	264
Anexo 5 – Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, nova sede, 1961..	265
Anexo 6 – Escola de Serviço Social, década de 1950 .....	266
Anexo 7 – Instalação solene da Universidade do Pará, 31 de janeiro de 1959 .....	267
Anexo 8 – Inauguração do prédio da Imprensa Universitária, 1963 .....	268
Anexo 9 – Diretor e funcionárias da Biblioteca Central da UFPA, 1962 .....	269
Anexo 10 – Encenação de <i>Hécuba</i> pelo Serviço de Teatro da UFPA, c. 1963.....	270
Anexo 11 – I Salão de Artes Plásticas da UFPA, 1963 .....	271
Anexo 12 – Silveira Netto e Alcyr Meira visitam o terreno do Campus, nov. 1966.....	272
Anexo 13 – Ginásio de Esportes da UFPA.....	273
Anexo 14 – Primeiros mestres da UFPA, 1976.....	274
Anexo 15 – Jornal do DCE, 1983.....	275
Anexo 16 – Faculdade de Odontologia vai para o Campus Guamá, 1988.....	276
Anexo 17 – Paulo Freire, doutor <i>honoris causa</i> da UFPA, 1990 .....	277
Anexo 18 – Universitec, 2023 .....	278
Anexo 19 – Lançamento da coleção Diálogos de Platão, 1973.....	279
Anexo 20 – Convento dos Mercedários, 2019 .....	280
Anexo 21 – Cidade Universitária da UFPA, Campus da Saúde, 2017.....	281
Anexo 22 – Bambuzal, 2023 .....	282
Anexo 23 – Mapas da Cidade Universitária da UFPA.....	283

## INTRODUÇÃO

“[...] a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente”<sup>1</sup>.

A Universidade Federal do Pará é a maior instituição de ensino superior do Norte do Brasil, impactando diretamente a vida de milhares de pessoas, especialmente do povo paraense. Com mais de 50 mil alunos, 2.997 professores e 2.458 técnicos-administrativos, a UFPA vem se consolidando, nos últimos anos, como um centro de formação, pesquisa e extensão de referência, tanto nacional quanto internacionalmente, em virtude da excelência de seus procedimentos e dos serviços que oferta à população.

No entanto, antes de se tornar essa grande (em tamanho e em importância) universidade, com 12 *campi* distribuídos pelo estado do Pará<sup>2</sup>, tendo gerado outras duas universidades federais (UFOPA e UNIFESSPA) – cinco, se considerarmos a UNIFAP, a UNIR e a UFRR –, a UFPA trilhou longos e, muitas vezes, árduos caminhos. Criada em 2 de julho de 1957, a Universidade Federal do Pará nasce no contexto da expectativa pela construção de Brasília, a capital federal, iniciada em fevereiro daquele ano, em um período em que Belém ainda podia ver cruzando suas ruas os ônibus em forma de zepelins.

Entretanto, o ensino superior na capital e no estado havia começado algumas décadas antes, mais precisamente em 1902, ano em que foi fundada a Faculdade Livre de Direito do Pará, seguida pela Escola de Farmácia, em 1903, e um pouco mais tarde, pela Escola Livre de Odontologia, em 1914, e pela Faculdade de Medicina, em 1919. Até 1920, apenas a Escola de Farmácia era totalmente de iniciativa pública, quando a ela se juntou a Escola de Química Industrial do Pará, criada pelo Ministério da Agricultura – a Faculdade de Direito, por exemplo, se mantinha em regime de convênio com o Estado. A essas faculdades, juntaram-se mais três: Escola de Engenharia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, para criar a Universidade do Pará.

A partir de então, professores, pesquisadores e profissionais graduados não precisavam mais serem importados de Salvador, Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo, tampouco os alunos teriam que ir a essas capitais em busca de formação superior. Os frutos foram logo colhidos e os primeiros farmacêuticos formados inteiramente em Belém diplomaram-se em 1905; no ano seguinte, foi a vez dos primeiros bacharéis em direito.

---

<sup>1</sup> Benjamin, 1987b, p. 223.

<sup>2</sup> Além de Belém, a UFPA possui *campi* universitários em Abaetetuba (Campus do Baixo Tocantins); Altamira; Ananindeua; Bragança; Cametá (Campus do Tocantins); Capanema; Castanhal; Salinópolis; Tucuruí; além de dois *campi* na ilha do Marajó (a maior ilha fluviomarítima do mundo), em Breves e Soure.

A história da Universidade Federal do Pará (UFPA) está ligada a esses acontecimentos. Embora sua trajetória como unidade institucional tenha começado apenas em 1957, essas faculdades já haviam percorrido um longo caminho, tanto para serem reconhecidas pela comunidade (intelectual e popular) paraense e validarem seus métodos de ensino, como para serem reconhecidas nacionalmente, por seus pares e pelo Governo. A UFPA é herdeira dessas vivências. Basta lembrar que os primeiros professores e alunos, os primeiros reitores e técnicos-administrativos vieram das faculdades pioneiras.

Tendo completado 65 anos em 2022, a Universidade Federal do Pará não apenas se consolidou como patrimônio cultural da cidade, mas tem determinado, sob muitos aspectos, a produção de saberes e diversas manifestações culturais de Belém, como o primeiro Salão de Artes Plásticas da cidade, na década de 1960 (ver Anexo 11), o Auto do Círio (manifestação artística durante os festejos do Círio de N. Sra. de Nazaré, maior manifestação popular religiosa do país) e a adaptação teatral da obra *Memorial do Convento*, de José Saramago, em 2013, com atores portugueses e alunos da Escola de Teatro e Dança da UFPA – sem contar que atores, músicos, filósofos, críticos de arte e cinema, dramaturgos têm sido formados no ventre da Federal (como é popularmente chamada). Daí a noção de identidade individual e coletiva dos belenenses estar intrinsecamente relacionada à Universidade.

Dos prédios que compõem ou compuseram o patrimônio material da UFPA, destacam-se aqueles construídos no início do século XX – edificações centenárias erguidas por motivos e finalidades diversas, de escolas a moradias particulares, com dimensões e estilos próprios que nos contam sobre períodos e personalidades do passado. Com o tempo, esses registros serão perdidos, embora sejam essenciais para a instituição entender o seu desenvolvimento como universidade, como comunidade, como cidade<sup>3</sup>. Portanto, é necessário que avultem trabalhos que se ocupem em preservar a história da UFPA, dada a sua importância como estabelecimento formador em si, bem como o seu valor científico e cultural (para citar apenas dois) para Belém e o Pará. Motivar a preservação do patrimônio é um dos objetivos dessa pesquisa<sup>4</sup>.

Devemos então tornar a perda do patrimônio edificado da Universidade Federal do Pará um assunto que mobilize a administração superior, pois o tema é caro a uma parcela significativa de alunos, professores e técnicos-administrativos, que se relacionaram com essas

---

<sup>3</sup> Afinal, a sede da Reitoria da UFPA é a Cidade Universitária, que possui sua própria prefeitura e oferece aos seus frequentadores muitos dos serviços encontrados fora de seus muros.

<sup>4</sup> Especialmente porque, durante o tratamento dos dados desta dissertação, estávamos enfrentando a negação da ciência e ataques a cientistas por quem, pelo contrário e por obrigação, deveria ter provido recursos e ambientes adequados ao desenvolvimento do trabalho desses profissionais (no caso, entre 2019 e 2022, incluindo o período de pandemia). Embora ainda estejamos na luta, felizmente os tempos mudaram. E para a melhor.

edificações ao longo de seu percurso acadêmico e/ou profissional. A esses membros e ex-membros da comunidade universitária da UFPA se dedica o presente estudo. Cabe lembrar que não se pretende aqui julgar os motivos que levaram ao abandono dos imóveis estudados – como funcionário da Universidade, que acompanha, no momento da elaboração desta pesquisa, a construção de um prédio mais estruturado e equipado para atender às especificidades de minha unidade de trabalho, a Editora da UFPA (ed.ufpa), sei que algumas mudanças decorrem mais da necessidade do que de uma pretensa modernização.

Daí advém uma das motivações deste texto. Por ocasião das comemorações dos 60 anos da Universidade (em 2017), a ed.ufpa iniciou um trabalho de produção do calendário institucional, palestras, exposições e alguns materiais de apoio sobre a história da instituição. Sob a coordenação da diretora da ed.ufpa, a psicóloga Simone Neno, iniciou-se um extenso e criterioso processo de pesquisa, do qual fiz parte. Desse modo, tive oportunidade de reunir um amplo e variado material, a partir de investigações realizadas na internet, nas bibliotecas internas, no Museu e no Arquivo Central da UFPA, na biblioteca pública Arthur Vianna, também por meio de entrevistas e acesso a acervos particulares.

A pesquisa evidenciou que a “biografia” da Universidade abrangia diversos prédios da cidade de Belém do Pará, usados pela UFPA como faculdade ou como unidade administrativa. Alguns desapareceram (foram demolidos ou ruíram), outros passaram ou voltaram à propriedade de algum órgão público ou da iniciativa privada. Portanto, não é um dado relevante para o estudo a origem dos prédios, mas o fato de terem abrigado atividades universitárias por algum tempo e de terem sido construídas neles narrativas e semeadas recordações, individuais e coletivas. Por essa mesma razão, não foram todos os prédios que estiveram em análise, mas aqueles dos quais se pôde recuperar relações afetivas.

Nesse caminho, somos conduzidos, então, à noção de pertencimento, que está ligada à de identidade, ao sentimento de sentir que pertence a um lugar. Portanto, quando falamos da relação de um indivíduo com o patrimônio, o sentimento de pertencimento se refere tanto à ideia de pertencer àquele lugar (casa, edificação, cidade, país) quanto à sensação de que aquele lugar nos pertence – não como propriedade física, com medidas definidas e valor comercial, mas no sentido de que ambos (sujeito e, no nosso caso, edificação) estão conectados e se completam.

Com efeito, ao buscar estudar e, de alguma forma, documentar a memória de um bem como a Universidade Federal do Pará, parece inevitável (até necessário) perceber que se trata de uma memória que transcende a própria instituição, uma vez que também está relacionada a

peças que jamais integraram formalmente a comunidade acadêmica (alguns sequer entraram em quaisquer terrenos e edifícios que a compõem). No entanto, essas mesmas pessoas possuem memórias particulares com a universidade, que, seja por sua presença física, seja pelos serviços prestados à população, faz parte da vida desses e de tantos outros indivíduos.

*Figura 1 – Manifestação indígena no Campus da UFPA, déc. 1980*



Nota: A UFPA sempre foi lugar para todos os tipos de manifestações sociopolíticas e culturais, como a representada na imagem. Embora a única anotação na foto registre a autoria, podemos situá-la na década de 1980, uma vez que o prédio da Reitoria do Campus (ao fundo) foi inaugurado somente em 1981, contudo, não se pode afirmar que a obra, na ocasião do registro fotográfico, já estava concluída.

Fonte: Val Sampaio (Ascom/UFPA) – Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

O valor afetivo do patrimônio edificado da UFPA evoca sua identificação como segundo lar para aqueles que nela trabalham e estudam; conseqüentemente, evoca neles o sentimento de abrigo, proteção, identidade, dos quais resulta (nem sempre) o instinto de cuidado. Para aqueles que não a frequentam, mas com ela se relacionam ou relacionaram, evoca memórias outras que despertam lembranças de momentos alegres ou tristes (aprovação de parentes ou amigos no vestibular, por exemplo), da rotina almejada ou exaustiva (moradores e trabalhadores das imediações dos prédios da universidade, vendedores de lanches cujo público majoritário é formado por universitários e funcionários, entre outros), mas que também desejam que seja preservada.

Uma política interna mais efetiva voltada à preservação e conservação do patrimônio edificado da UFPA teria freado a significativa perda de prédios históricos ao longo dos mais de sessenta anos da instituição? Mais do que tentar responder a essa pergunta, a pesquisa pretende indicar reflexões sobre a atuação da Universidade em relação a esse tema. A princípio, a análise

dos dados indica que a UFPA tem sido refém da falta de investimentos do Governo Federal nas universidades públicas, em diversos períodos de sua história; por outro lado, em muitos dos casos estudados, o abandono de determinado prédio resultou de questões logísticas, especialmente após a construção do Campus, assim como de manifesto desinteresse.

O estudo a que se propõe este trabalho busca, por meio de arcabouço teórico que relaciona as pesquisas sobre Patrimônio com aquelas sobre História e seus desdobramentos, entender a gestão patrimonial praticada pela Universidade: quais iniciativas poderiam ter sido tomadas para melhor preservar o patrimônio edificado da UFPA<sup>5</sup> e quais têm sido feitas, caso estejam sendo feitas? Reiterando: a falta de uma política patrimonial própria, ao longo de suas atividades, afetou o tratamento e o entendimento da Universidade sobre seu patrimônio edificado?

Essas indagações nos remetem a Salvador Muñoz Viñas, que propõe uma mudança de olhar sobre a questão, cujo foco passa da materialidade do objeto ao significado desse mesmo objeto para os sujeitos, para a comunidade, exatamente a linha que este trabalho pretende traçar. Diferentemente do que vimos ocorrer com alguns dos prédios estudados, para Viñas, o critério mais importante na tomada de decisão em relação à intervenção (ou não) em um monumento, por exemplo, são as pessoas, posto que são elas quem podem estabelecer um prédio ou lugar como patrimônio e, com ele, criar laços (incluindo os afetivos).

Então, uma vez apropriado, o patrimônio passa a integrar a identidade dos indivíduos. Nesse caminho, Viñas se encontra com o prof. Vitor Serrão e sua obra *A Cripto-História de Arte*, lançada em 2001. Professor da Universidade de Lisboa, Serrão reforça a importância do testemunho memorial para alargar a visão de patrimônio e destaca o papel do fragmento, do indício – seja material (um muro, uma ruína), seja imaterial (uma lembrança, um evento) para compreender o significado do patrimônio para a comunidade, o que nos remete aos relatos dos ex-alunos da Escola Primária da UFPA, que evocam lembranças de prédios que não mais existem.

Portanto, a pesquisa que doravante se apresenta considera como objetos de estudo não somente os prédios que permanecem erguidos, ainda pertencentes ou não à Universidade, mas também aqueles que sucumbiram, tendo deixado vastos ou poucos vestígios de sua existência (cripto-história).

---

<sup>5</sup> Obviamente dizer UFPA aqui é um reducionismo. A Universidade Federal do Pará possui um patrimônio edificado que está disperso em seus doze *campi*. Para efeito desta pesquisa, quando falamos UFPA, estamos nos referindo à presença material e imaterial da instituição na cidade de Belém.

## PARTE I – TRILHAS PRELIMINARES E DISPERSAS

E talvez nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar [...]: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho<sup>6</sup>.

Embora a Intendência Municipal, na figura de Antônio Lemos, e o Governo do Estado, nas personas de Paes de Carvalho e Augusto Montenegro, tenham tido atuações importantes para o despertar do Ensino Superior em Belém e no Pará, foram a dedicação e abnegação de cidadãos “visionários”, cuja vida profissional já se destacava entre a população e entre seus pares, que tornaram realidade a formação acadêmica na Amazônia. Na esteira do trabalho e articulação desses cidadãos, surgiram as primeiras faculdades paraenses, as quais viriam a constituir o embrião da Universidade Federal do Pará.

Da transição do século XIX para o XX até a “mãe” UFPA (como é chamada por alguns universitários), inúmeros personagens e lugares ajudaram a compor a história da maior universidade da região Norte do Brasil. Assim como muitas dessas pioneiras e pioneiros cumpriram sua jornada terrena, diversos desses prédios sucumbiram à impassibilidade do tempo. Aos que ainda existem e àqueles que, não mais existindo, deixaram para nós registros satisfatórios de sua existência (arquivos textuais, fotográficos, fílmicos etc.), cumpre-nos tornar cada vez mais acessível o encontro desses registros; aos que não conseguiram transmitir às próximas gerações dados suficientes para lhes descrevermos as principais características, cabe-nos, pesquisadores, tal e qual arqueólogos e paleontólogos, buscar essas parcas informações e os mínimos vestígios remanescentes.

Nesse sentido, este trabalho recorre ao conceito de cripto-história, proposto pelo professor e pesquisador português Vitor Serrão, para direcionar o estudo daquelas edificações que outrora sediaram aulas dos cursos superiores e agora não passam de lembranças, por não terem deixado qualquer registro material que mostre detalhes de sua arquitetura, por exemplo. Decerto que as Ciências do Patrimônio, bem como a Arquitetura, já se ocupam, ao longo de sua afirmação como campo científico e suas vertentes de restauração e conservação, de objetos como esse, porém ainda privilegiam os monumentos e sítios tangíveis.

Em seu ensaio Os Silva Paz, Uma Família de Pintores sem Obra<sup>7</sup>, publicado originalmente em 1997, Serrão analisa o legado de pintores portugueses, cujos trabalhos não

---

<sup>6</sup> Foucault, 2009, p. 413.

<sup>7</sup> Serrão, 2001, p. 101-124.

sobreviveram às crises sociopolíticas, e a intempéries como o grande terremoto de Lisboa, em 1755<sup>8</sup>, mas que não deixam de fazer parte da história da Arte de Portugal e de tê-la influenciado, como Lourenço da Silva Paz, que teria sequenciado a arquitetura e pintura em perspectiva, então novidades, introduzidas em terras lusitanas por Vincenzo Baccarelli, a exemplo do teto da Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora, pintado pelo artista florentino em 1710<sup>9</sup>.

Portanto, a partir do entendimento de José Reginaldo Gonçalves de que “o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos”<sup>10</sup>, o presente estudo baseia-se na metodologia proposta por Vitor Serrão, que considera como *corpus* os fragmentos – às vezes, nem isso – de uma obra de arte e de seu criador para proceder sua análise. Talvez seja por esse campo árido e sem bússola que tenhamos que percorrer:

A novidade do conceito reside, assim, na consciência reforçada que pode ser atribuída à ‘obra artística morta’ e à possibilidade de organizar o inquérito a seu propósito segundo bases de investigação sólidas. Combate-se de modo objetivo, portanto, uma História de Arte reduzida ao estudo das existências, com as limitações de percepção global daí decorrentes<sup>11</sup>.

Ainda que Serrão se refira às obras de arte – consideradas bens culturais na Recomendação de Paris, de 1964<sup>12</sup> –, naturalmente o conceito se estende ao patrimônio cultural em geral, tanto por sua relação metonímica quanto pela contribuição patente e necessária que essa abordagem trouxe ao estudo patrimonial<sup>13</sup>, incluindo, para efeito da presente pesquisa, os prédios históricos.

A disciplina, como indica seu autor, também nos é relevante por considerar o “funcionamento social” da obra/patrimônio, por ser um dos “elementos ativos na construção da identidade dos artistas”<sup>14</sup>, sendo o inverso também verdadeiro, pois

<sup>8</sup> Sobre o sismo, acessar: BBC News Brasil, O terremoto de Lisboa: o desastre que mudou a história e levou a reflexões sobre o papel de Deus, 2022, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62453669>; RTP Ensina, O terramoto de Lisboa de 1755, 2005, disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-terramoto-de-lisboa-de-1755/>; Biblioteca Nacional, Terremoto em Lisboa: salve-se quem puder!, disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/explore/curiosidades/terremoto-lisboa-salve-se-quem-puder>.

<sup>9</sup> Sobre o teto do mosteiro, ver [https://pbase.com/diasdosreis/mosteiro\\_sao\\_vicente\\_fora](https://pbase.com/diasdosreis/mosteiro_sao_vicente_fora).

<sup>10</sup> Gonçalves, 1996, p. 112

<sup>11</sup> Serrão, 2001, p. 12.

<sup>12</sup> “Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico [...]” (Unesco, 1964).

<sup>13</sup> Em abril de 1972, o Ministério de Instrução Pública da Itália divulgou o documento conhecido como Carta do Restauro, com diretrizes sobre intervenções de restauração em obras de arte. Adotadas pela Unesco e pela comunidade internacional, a Carta é direcionada a “todas as obras de arte de qualquer época, na aceção mais ampla, que compreende desde os monumentos arquitetônicos até as de pintura e escultura, inclusive fragmentados, e desde o período paleolítico até as expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea, pertencentes a qualquer pessoa ou instituição [...]”, reforçando a importância da obra de arte como bem material de um indivíduo, grupo ou povo, e seu caráter de patrimônio cultural (Itália, 1972).

<sup>14</sup> Serrão, 2001, p. 16.

O Património Cultural tem essa faculdade de despertar emoções (estéticas ou outras), que nos ajudam a construir a nossa identidade, a nível individual ou colectivo. [...] Neste sentido, podemos dizer que o Património Cultural é a base da memória colectiva da Humanidade, que integra vestígios materiais (sendo estes os mais perenes) e imateriais (sendo estes os conjunturalmente mais relevantes), e que remete para as culturas passadas reinterpretando-as à luz da actualidade<sup>15</sup>.

A relação do património com a identidade coletiva<sup>16</sup> será explorada ao longo deste estudo, o que nos direciona a outra discussão: a preservação e as políticas de conservação e preservação do património, afinal “nunca é de esquecer que o Património é testemunho de identidade, valor de inesgotável poder encantatório, mas também é frágil e perecível e exige esforços congregados das tutelas e pessoas no sentido da sua cabal preservação”<sup>17</sup>.

Portanto, pretende-se também transcender a análise do património reduzido ao seu valor materialístico e, como tem-se praticado nos últimos anos, no Brasil e na América Latina, ao seu valor comercial/turístico<sup>18</sup>. Daí ser sempre necessário pautar a diferença entre o património instituído por quem detém o poder (político, social, económico) e aquele fruto da “apropriação social, resultado de sentimentos, de significações construídas na relação com o tempo, com a continuidade”<sup>19</sup>.

De qualquer modo, ao estudar o património material da Universidade Federal do Pará, devemos percebê-la como património imaterial da comunidade universitária, da população paraense, da cidade de Belém, do estado do Pará, da região amazônica, do Brasil, pois sua história tem sido forjada por essas pessoas, que fizeram dela uma instituição capaz de “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia”<sup>20</sup>; por outro lado, pesquisar o passado para compreender o presente nos coloca diante da tarefa de escavar diversas camadas – porque o passado consiste das “informações que guardamos, dispersas, nesse universo nebuloso que é o Património Cultural, onde elas não existem na sua totalidade material, mas apenas decompostas, de insuspeitas formas”<sup>21</sup> – de memórias e saudades, de descaso e abandono, de experiências e realizações, de ruínas e apagamentos que estão sobre esses prédios e pessoas.

<sup>15</sup> Oosterbeek, 2004, p. 43; 46.

<sup>16</sup> Santos, 2007; Rocha, 2012.

<sup>17</sup> Serrão, 2009, p. 1.

<sup>18</sup> Como lembra Canclini, tentar se equiparar aos países europeus em apenas um aspecto sociocultural é incorrer em profundas contradições, afinal o desenvolvimento social, cultural, científico, político estão atrelados a outros fatores (não se pode privatizar o acesso aos monumentos se a maioria da população é pobre, por exemplo) e, simultaneamente, interligados. Afinal, modernismo e modernização não são exatamente sinônimos e confundi-los serve aos interesses apenas das classes dominantes (2000a, p. 67-97).

<sup>19</sup> Zanirato, 2018, p. 23.

<sup>20</sup> Missão da UFPA, <https://www.portal.ufpa.br/index.php/missao-visao-principios>.

<sup>21</sup> Oosterbeek, 2004, p. 44.

## 1 A AURORA DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARÁ (1902-1920)

Geralmente, nossas percepções do passado determinam a direção de nossas atividades sobre o patrimônio cultural [...]. Estudar o valor do passado não é particularmente essencial àqueles que estão envolvidos com patrimônio cultural, mas também da humanidade como um todo<sup>22</sup>.

A monarquia havia caído. O movimento abolicionista triunfara<sup>23</sup>. A República iniciara-se. Os últimos anos do século XIX representaram também os primeiros do regime republicano no Brasil. A economia não havia sofrido alteração, o país continuava dependente das exportações (e explorações de sua fauna e flora e de suas terras), com o café sendo o principal produto nacional. No cenário político, a transição da monarquia para o presidencialismo logo revelou a identidade do poder que se sustentaria até as três décadas iniciais do século XX.

Após dois presidentes militares – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto<sup>24</sup> – o país passou a ter na presidência civis. O primeiro foi o advogado paulista Prudente de Morais, de 1894 a 1898, sucedido por Campos Sales, outro advogado paulista, que assumiu em novembro de 1898. Consolidara-se desde então as nuances do novo regime: governos voltados para as oligarquias (cafeeira, especialmente), baseados na política do café com leite, com coronelismo e voto de cabresto, descontrole financeiro, e pouco investimento em educação (era conveniente manter a maioria da população pobre e analfabeta).

Ainda na área econômica, mas adentrando a social, Campos Sales herdou um país com inflação e descontrole financeiro, em meio ao chamado encilhamento (herança, por sua vez, da

<sup>22</sup> “Generally, our perceptions of the past determine the direction of our cultural heritage activities. [...] Studying the value of the past is not only particularly essential for those who are involved with cultural heritage, but also for humankind as a whole” (Rouhi, 2017, p. 7110).

<sup>23</sup> Não é sinônimo de fim da escravidão. Politicamente, os abolicionistas conseguiram a assinatura da Lei Áurea em 1888, após as leis Eusébio de Queirós (1850), do Ventre Livre (1871), e dos Sexagenários (1885), mas, como as anteriores, a lei não garantia pleno uso de suas liberdades (individual e civil, por exemplo) nem assistência humanitária aos escravizados libertos. A Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, declarava extinta a escravidão no Brasil, mas não acabava imediatamente com o tráfico negreiro – proibido desde 1850 – tampouco findava de fato a prática escravista, que ainda se faz presente em fazendas, carvoarias, garimpos: “A escravidão está nos indicadores sociais até hoje. Há um abismo entre números referentes ao Brasil branco e o Brasil negro, além do racismo, que é como uma ferida que fica abrindo a toda hora” (Laurentino Gomes *apud* Pereira, 2021).

<sup>24</sup> O jornalista, escritor e intelectual Bento Tenreiro Aranha, dono do jornal *Correio Paraense*, dirigia duras críticas a Deodoro e Floriano, a quem acusava de ditadores, o que lhe rendeu processos (inclusive de outros jornais), o empastelamento de seu periódico e o exílio no Amazonas: “A mentira é a palavra sagrada do governo da ditadura do marechal Floriano. [...] A Constituição [de 1891] foi letra morta para o presidente da República [Deodoro de Mendonça] e continuou a sê-lo da mesma maneira para o vice-presidente [Floriano Peixoto]” (Aranha, 1894a, p. 1). A má gestão dos militares estampou as edições do jornal ao longo dos anos, seja pelo “despotismo desenfreado”, seja pela pouca atenção às demandas do Grão-Pará, tendo sido nocivos ao país inteiro: “No estado do Brasil, ferido de todos os lados pelo funesto governo do marechal Floriano, nada pode ser mais agradável de que notícias que alimentam a esperança de alívio de tal calamidade” (Aranha, 1894b, p. 1). A pena afiada de Bento Aranha não poupava seus conterrâneos, voltando-se ao intendente Barão de Marajó, um “czar” à frente da administração municipal (Aranha, 1893, p. 1). Para estas e outras informações sobre Bento Tenreiro Aranha, cf. Pinheiro, 2021, p. 16-42.

monarquia, mais precisamente de Ruy Barbosa). A insatisfação popular com a crise (que sempre afeta os mais pobres) e com o fato de os primeiros presidentes, assim como ocorria na corte, governarem para poucos brasileiros desencadeou revoltas que se instalaram pelo território nacional, sendo a mais famosa do período a Guerra de Canudos (1896-1897)<sup>25</sup>. Campos Sales conseguiu diminuir a instabilidade financeira e estabeleceu alguns acordos diplomáticos, mas não foi suficiente para controlar o descontentamento da população com seus governantes, abastecendo os inconformados monarquistas.

Em relação ao ensino superior, durante o período imperial, a maior preocupação da Coroa era com o treinamento e a formação dos militares, a quem reservaram a maioria das leis e decretos e cartas, seguidos dos assuntos econômicos. Sequer a alfabetização da “colônia” foi prioridade para o Trono português, que se interessou pelo assunto (e tantos outros) somente quando a família real precisou se mudar para estas terras (em 1807), a fim de não cair nas mãos de Napoleão Bonaparte; contudo, ainda levariam vinte anos para que, em 1827, D. Pedro I obrigasse os estados a criarem “escolas de primeiras letras<sup>26</sup> em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”<sup>27</sup>.

A falta de atenção à educação brasileira durante a monarquia fica explícita pelo número de instituições de ensino superior criadas durante o período<sup>28</sup>: apenas seis (duas de Engenharia, duas de Medicina e duas de Direito) em quase quatrocentos anos. Em 1792, com estatutos assinados pelo vice-rei D. Luiz de Castro, 2º Conde de Rezende, é criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (depois Academia Real Militar, Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Engenharia, Escola de Engenharia da UFRJ, e finalmente Escola Politécnica da UFRJ), destinada à formação de engenheiros<sup>29</sup>.

Em seguida, vieram a Escola de Cirurgia da Bahia (atual Faculdade de Medicina da UFBA), de fevereiro de 1808<sup>30</sup>, e a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje

---

<sup>25</sup> Para mais informações sobre Canudos, além do clássico literário *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (Rio de Janeiro, 1902), ler o artigo Guerra de Canudos: o que foi?, de Rusny Rezende Teixeira, disponível em: <https://www.politize.com.br/guerra-de-canudos/>; e a seleção de imagens da Brasil Fotográfica, com comentários sobre a guerra, disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=3002>.

<sup>26</sup> A Lei de 1827 reforçava o disposto no Decreto de 1821, que estimulava “qualquer cidadão” a abrir uma escola e ensinar as primeiras letras (Brasil, 1821).

<sup>27</sup> Brasil, 1827b.

<sup>28</sup> Em 1808, D. João VI criou uma cadeira de Ciência Econômica, mas o decreto imperial serviria menos para desdobrar-se em uma faculdade de Economia do que para reconhecer e exaltar os conhecimentos do Visconde de Cairu, José Maria da Silva Lisboa (Brasil, 1891b; Mapa, s.d.; Maia, 2019).

<sup>29</sup> Para mais detalhes sobre a Real Academia e sua evolução, acessar: UFRJ. Escola Politécnica. Conheça a história da Escola Politécnica, disponível em: <https://www.poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>.

<sup>30</sup> Sobre a Escola de Cirurgia da Bahia, acessar: UFBA, Fameb. Histórico, disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/institucional/historico>; ver também: Guimarães, 2008.

Faculdade de Medicina da UFRJ)<sup>31</sup>, de novembro de 1808. Mais tarde, chegam a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda (depois transferida para Pernambuco, em 1854, tornando-se a Faculdade de Direito do Recife, depois integrada à UFPE) e a Faculdade de Direito de São Paulo (hoje integrada à USP), ambas de agosto de 1827<sup>32</sup>. Por fim, com o intuito de formar engenheiros (como a Politécnica), é criada a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875<sup>33</sup>.

Outro dado que reforça o “atraso” da Coroa portuguesa quanto à formação superior no Brasil é saber que a mais antiga universidade das Américas é a Universidade Autônoma de Santo Domingo, na República Dominicana (país caribenho com pouco mais de 11 milhões de habitantes e território de 48,4 km<sup>2</sup> – Belém possui mais de mil km<sup>2</sup>), criada pela bula papal *In Apostolatus Culmine*, do Papa Paulo III, em 28 de outubro de 1538, elevando o ensino catequético ali praticado desde 1518 ao nível superior, com curso de Teologia, Medicina, Direito e Letras<sup>34</sup>. A Escola Politécnica, como vimos, foi criada 254 anos depois, e a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, veio a lume somente em 1920<sup>35</sup>.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a virada para o século XX, o quadro educacional não sofreu alterações significativas. Apesar de o jornal *O Empregado no Comércio* afirmar que “atravessamos uma época de completo progresso intelectual”<sup>36</sup>, os primeiros governantes republicanos mantiveram a educação subordinada ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, responsável por diversos setores da Administração Pública, incluindo saúde, assistência social, polícia, corpo de bombeiros, sendo o ensino o de menos prestígio (considerando a atuação da pasta)<sup>37</sup>. O ato mais relevante nos anos iniciais do Novecentos foi o decreto de 1901, do presidente Campos Sales, que reorganizou o ensino, estabelecendo as diretrizes para as escolas superiores e secundárias<sup>38</sup>.

<sup>31</sup> Somente em 1826, D. Pedro I autorizou a emissão do diploma para os formados nas duas faculdades de Medicina então existentes (Brasil, 1826). Sobre a Escola de Anatomia, acessar: UFRJ. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. História da Faculdade de Medicina, disponível em: <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>; ver também: Guimarães, 2008

<sup>32</sup> Brasil, 1827a. Para mais informações sobre essas faculdades, acessar: UFPE. Centro de Ciências Jurídicas. Sobre. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ccj>; USP. Faculdade de Direito. História. Disponível em: <https://direito.usp.br/historia>

<sup>33</sup> Brasil, 1875; Gabler, 2016.

<sup>34</sup> Então mais antigo assentamento colonial, Santo Domingo enfrentou diversas vicissitudes ao longo de sua história, fosse pelas invasões estrangeiras, fosse por conflitos internos; esses problemas afetaram diretamente o funcionamento da universidade, que precisou fechar as portas em vários momentos, conseguindo se estabelecer sem interrupções somente a partir de 1961, quando se decretou sua autonomia (UASD, 2023).

<sup>35</sup> Brasil, 1920b.

<sup>36</sup> O Empregado..., 1899, p. 1.

<sup>37</sup> Camargo, 2018. Sobre o Ministério, ver também: Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq). Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) [verbete]. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/ministerio-da-justica-e-negocios-interiores-brasil-1891-1967>; acesso em dez. 2022.

<sup>38</sup> Brasil, 1901.

No estado do Pará, a opulência gerada pelo chamado ciclo da borracha, iniciado ainda na década de 1870<sup>39</sup>, não inspirou de imediato os governadores tampouco os intelectuais paraenses a investir em faculdades e escolas superiores. Somente no início do século XX se iniciam as movimentações nesse sentido, porém ainda de forma tímida e lenta: ironicamente, é no período de estagnação do progresso da capital<sup>40</sup> e do subsequente declínio econômico após a *belle époque* que Belém vivencia, de fato, o desenvolvimento do ensino superior em terras amazônicas.

Quanto à preservação do patrimônio, no Brasil, o tema seria tratado de forma sistematizada e com amparo legal somente após a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937; no mundo, o primeiro documento produzido a partir de cooperação internacional<sup>41</sup> em torno da preservação e restauração do patrimônio cultural material foi redigido em 1931<sup>42</sup>, a Carta de Atenas (ou Carta do Restauo), a qual preconizava que “[...] a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras artísticas vem do respeito e do empenhamento dos próprios povos, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos”, almejando que “os educadores habituem a infância e a juventude a abster-se de degradar os monumentos quaisquer que sejam [...]”<sup>43</sup>.

Embora as cartas patrimoniais, em geral, não consigam dar conta de toda a teoria acumulada e apresentar todas as resoluções necessárias de um dado período, por ser produto do que foi consentido pelos membros presentes às conferências, a Carta de Atenas aponta direções salutares do pensamento preservacionista e destaca a importância de medidas preventivas, especialmente a atenção à educação patrimonial, desde a infância, em vez de debater apenas ações paliativas de conservação ou de restauração do que já foi avariado<sup>44</sup>.

Curiosamente, dois séculos antes da Carta do Restauo, o rei de Portugal e Algarve, D. João V, se preocupou com o patrimônio material português – talvez por fazer fronteira com a

---

<sup>39</sup> Sarges, 2010.

<sup>40</sup> Em 1919, por exemplo, a *Revista Comercial do Pará* assim expressava o momento socioeconômico: “Não dizemos que o Estado está decadente; mas estacionou, e estacionar, para um estado, é retrogradar. As suas fontes de receita estagnaram e as suas necessidades crescem” (O Estado..., 1919, p. 24).

<sup>41</sup> Ainda sob a denominação de Sociedade das Nações, precursora da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, e que atualmente é composta por 193 membros.

<sup>42</sup> Anterior, portanto, à fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), de 1945, e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), de 1965.

<sup>43</sup> Sociedade das Nações, 1931, p. 4. Um importante documento embora tenha sido redigido apenas por países europeus; em 1964, Tunísia, México e Peru participaram dos trabalhos da Convenção de Veneza e, em 1972, em Paris, oitenta países assinaram a recomendação resultante da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial (Choay, 2014, p. 14).

<sup>44</sup> Cabral, 2015.

Espanha, um vizinho instável nas relações diplomáticas, lembrando da Guerra da Sucessão Espanhola, ou talvez por medo de novos avanços do Império Otomano, ou outro fator –, o que levou o monarca a redigir o Alvará-Régio de agosto de 1721:

[...] daqui em diante, nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, se desfaça ou destrua, em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado. E da mesma sorte, as estátuas, mármores e cipos<sup>45</sup> em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros fenícios, pregos romanos, góticos e arábicos, ou lâminas ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros ou caracteres; como outrossim, medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos nem dos inferiores, até o reinado do Senhor Rei D. Sebastião, nem encubras ou ocultem alguma das sobreditas coisas [...]<sup>46</sup>.

Em muitos aspectos, este é um documento visionário e basilar para o tratamento dado ao patrimônio material, ainda que fosse uma tendência na Europa cuidar de sua própria história. De qualquer forma, ao determinar o cuidado e preservação<sup>47</sup> de elementos que remetem à história portuguesa, por serem fundamentais à sua constituição como nação, D. João V reconhece que o progresso de Portugal está atrelado à valorização e respeito ao passado. Ainda que fosse atribuição da Academia Real de História Portuguesa, criada em 1720, os assuntos relativos ao patrimônio, como a avaliação de originalidade e antiguidade das peças, o rei encarrega “as câmaras da cidade e vilas deste reino [que] tenham muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas e de semelhante qualidade”, reforçando a ideia fundamental de que a preservação não é tarefa apenas do poder central do país<sup>48</sup>.

Ao serem considerados todos esses contextos, fica mais fácil entender as condições de criação das primeiras faculdades paraenses.

<sup>45</sup> Pequena coluna sem capitel ou truncada, por vezes com inscrições, usada como marco miliar, estela funerária ou memorial, demarcador de uma fronteira, um campo etc. (Houaiss. cipo [verbeta]. Dicionário Eletrônico Houaiss. vers. 3.0).

<sup>46</sup> D. João V, 1721. A respeito da autoria intelectual do alvará, cf. Ramos, Paulo Oliveira. O Alvará Régio de 20 de agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes: uma leitura. *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*, n. 6, p. 87-97, out. 2005.

<sup>47</sup> Sobre o valor afetivo do patrimônio, cf.: Rocha, 2012; cf. também: PRADO, André Pires do. *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017; ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mario Helio (org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p. 52-64

<sup>48</sup> Correia, 2001, p. 37; Rocha; Lima, 2021.

## 1.1 Faculdade Livre de Direito do Pará

Passada a euforia republicana no território nacional, Belém ainda desfrutava das riquezas advindas da extração do látex. No entanto, transcorridas mais de duas décadas de ascensão econômica, a educação na capital do estado do Pará ainda estava restrita à instrução básica e ao ensino técnico:

Professional instruction is given in the Institute of Mechanical Arts in two courses: that of surveying and of book-keeping, annexed to the Para Lyceum; in the Lyceum Benjamin Constant, which is a night school, maintained by a private association, aided by the state government<sup>49</sup>.

O ensino superior estava circunscrito aos estados das duas capitais federais, a primeira (Salvador) e a atual (Rio de Janeiro), e das oligarquias do café (São Paulo) e do leite (Minas Gerais), incluído nesse meio Pernambuco, com seu porto em posição estratégica privilegiada, tendo sido a capitania mais rica durante o período colonial. Buscando melhorar esse quadro, em 1901 foi publicado, no *Diário Oficial do Estado*, o estatuto da associação científica Instituto Teixeira de Freitas<sup>50</sup>, precursora do curso de Direito no Pará<sup>51</sup>, cujo propósito era “promover a aquisição dos elementos indispensáveis para a fundação de uma instituição de ensino superior, em que sejam professadas [...] as disciplinas que constituem o curso de ciencias juridicas e sociaes”, conforme estabelece o Artigo 3º do referido estatuto. O propósito foi alcançado já no ano seguinte, quando o Teixeira de Freitas fundou a Faculdade Livre de Direito do Pará.

Para sua criação, o instituto contou com o apoio do governador Augusto Montenegro<sup>52</sup>, que ocuparia a cadeira de Ciências das Finanças e Economia Política da nova faculdade, e com o empenho de seus fundadores, quais sejam: o desembargador aposentado Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves<sup>53</sup>, primeiro presidente; os desembargadores Augusto de Borborema, vice-

---

<sup>49</sup> “O ensino profissional é dado no Instituto de Artes Mecânicas, em dois cursos: topografia e guarda-livros, no Liceu Paraense; e no Liceu Benjamin Constant, que é noturno e mantido por uma associação privada, ajudada pelo Estado” (Tavares, 1893, p. 75).

<sup>50</sup> Nome em homenagem ao jurista baiano Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883), autor da *Consolidação das Leis Civis*, de 1858, do “esboço de” Código Civil de 1865 e de outras obras referenciais na área jurídica, incluindo fora do país.

<sup>51</sup> Borborema; Norões e Souza, 1956.

<sup>52</sup> Augusto Montenegro (1867-1915) foi governador do Pará de 1900 a 1908, pelo Partido Republicano, sendo afilhado político de Antônio Lemos. Tendo dividido a sua formação entre Recife e Belém, foi aluno (de latim) do clérigo da Igreja católica Padre Eutíquio Pereira da Rocha, líder maçom e do Partido Liberal. Montenegro foi juiz municipal no Rio Grande do Sul e, em Belém, trabalhou como promotor público, juiz substituto, jornalista e deputado federal. Exerceu também funções diplomáticas na representação brasileira na Suíça, França e Inglaterra (Fernandes, 1906; Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 151-152).

<sup>53</sup> O pernambucano Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves (1845-1934) foi juiz de direito em Santarém e outras comarcas paraenses, além de desembargador do Tribunal Superior de Justiça do Pará (TJPA, sem o

presidente; Santos Estanislau Pessoa de Vasconcellos, secretário; Napoleão Simões de Oliveira, tesoureiro; e Alfredo Raposo Barradas, suplente<sup>54</sup>, assim como o advogado Arthur de Sousa Lemos e o juiz seccional Antonio Acatauassú Nunes.

Figura 2 – Faculdade Livre de Direito, c. 1908



Fonte: Montenegro, 1908, p. 287.

Cabe aqui uma rápida anotação. O primeiro impulso em relação ao ensino de Direito no estado do Pará data de 1898, quando o intendente Antônio José de Lemos e o professor e jurista Virgílio Cardoso de Oliveira, diretor-geral da Instrução Pública no município, criam o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho com o fim de fornecer educação cívica e ensinamentos práticos de Direito em Belém. Criado pela Lei municipal n. 201, de 15 de setembro, e fundado no dia 16 de novembro, em sessão solene na Câmara dos Deputados (que se reunira também para comemorar a Adesão do Pará à República, com a presença do intendente e do governador Paes de Carvalho), o Instituto Paes de Carvalho visava instruir os cidadãos quanto a seus direitos e deveres políticos, prepará-los para a vida republicana. Inicialmente com 32 alunos, logo 45, o novo instituto, dirigido pelo prof. Virgílio Cardoso, funcionava em salas do Liceu Paraense (mais tarde Colégio Estadual Paes de Carvalho), mas foi transferido para a travessa

---

“superior” a partir de 1947), órgão que presidiu de 1894 a 1895. Foi governador do Amazonas (1885-1887) e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP, 2015?; Chaves, 1887; Ministério..., 1877, p. 1).

<sup>54</sup> Augusto de Borborema (1852-1932) era baiano – como Napoleão de Oliveira (1854-1930), delegado da maçonaria no Pará em 1909 e 1914 – e revezou com Ernesto Chaves a direção da Faculdade de Direito em seus primeiros anos de atividade. Santos Estanislau (1860-1933) era paraibano, sendo o patrono da cadeira n. 30 da Academia Paraibana de Letras, e Alfredo Barradas (1861-1924), professor de direito romano, maranhense. Todos foram presidentes do TJPA (Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 160-167; TJPA, *Histórico*; Museu Macônico..., s.d.).

São Mateus (antiga Estrada de São Mateus e atual trav. Pe. Eutíquio), onde pôde ampliar o número de disciplinas e a abrangência do curso, de acordo com a Lei municipal n. 242, de 21 de setembro de 1899, que reorganizava o instituto. Em 1900, passou por nova reestruturação e mudou novamente de endereço, agora para a travessa Frutuoso Guimarães. Os alunos formados pelo Instituto Paes de Carvalho passaram então a ter permissão de advogar no estado do Pará e ocupar os cargos de promotor provisório ou professor interino, garantias asseguradas pela Lei estadual n. 700, de 31 de março de 1900<sup>55</sup>.

Em 1899, talvez motivado pela fundação do instituto com seu nome pela Prefeitura, o governador José Paes de Carvalho havia publicado a Lei n. 629, em 22 de maio, cujo teor era promover a criação, em Belém, de escolas superiores de direito, medicina e engenharia. A lei visava estimular a iniciativa privada e os correligionários do governador a se aplicarem na empresa de criação de uma dessas escolas, não as criava de fato. Contudo, apesar da norma, nada foi feito, ficando para o Governo seguinte o efetivo enfrentamento do desafio.

No dia 1º de março de 1902, no ano seguinte à sua fundação, o Instituto Teixeira de Freitas funda a Faculdade Livre de Direito do Pará, instalada oficialmente no dia 31 de março, em sessão solene no prédio recém-adquirido pelo instituto, localizado na Praça da Trindade (atual Praça Barão do Rio Branco), um casarão na esquina da trav. Pe. Prudêncio com a rua Gama Abreu, onde hoje está sediada a OAB Pará<sup>56</sup> (Figuras de 3 a 8). Com a fundação da faculdade, consolidava-se o início do ensino superior em Belém e no estado. Ainda em 1902, agora no dia 30 de outubro, é publicada a Lei estadual n. 839, do governador Augusto Montenegro (Anexo 1). Em forma de convênio, a Faculdade Livre de Direito passa a receber subvenção do Estado, mas permanece sob a administração do Instituto Teixeira de Freitas<sup>57</sup>.

Com a nova lei, o governador viabilizava o reconhecimento da faculdade por parte da União, uma vez que, para obter o benefício e a consequente equiparação às faculdades federais, de acordo com o Título II do Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901<sup>58</sup>, a nova instituição precisaria atender a três exigências principais: constituir um patrimônio de, ao menos, 50 contos de réis<sup>59</sup>, que poderia ser “representado por apólices da dívida pública federal e pelo próprio edifício em que funcionar ou por quaisquer desses valores”; manter a frequência de 60 alunos

---

<sup>55</sup> Lemos, 1902, p. 235-241.

<sup>56</sup> Chaves, 1956a, p. 5-9; Cavalcante, 2000?

<sup>57</sup> Pará, 1906a; Montenegro, 1902, p. 37; 1903, p. 43; 1908, p. 314.

<sup>58</sup> Brasil, 1901, p. 447.

<sup>59</sup> 50:000\$000, em torno de seis milhões de reais, em conversão arbitrária, mas que, em todo o caso, indica como este requisito não era fácil de ser alcançado, o que dificultou o reconhecimento de várias faculdade e escolas superiores então criadas no país, inclusive no estado do Pará, como veremos adiante.

ou mais, durante dois anos; observar o regime e os programas de ensino adotados nos demais estabelecimentos federais.

O convênio com o Estado e o sobrado comprado pelo instituto garantiam o cumprimento do primeiro item; o terceiro seria coberto pelo estatuto da faculdade; e o segundo item caberia ao fiscal do Governo da República averiguar. Por essa razão, o reconhecimento só foi concretizado no ano seguinte, apesar de não ter sido alcançado o número mínimo de alunos exigido (a faculdade só viria a ter mais de 60 alunos matriculados em 1907) – para o que foi necessária novamente a intervenção do governador<sup>60</sup>.

*Figura 3 – Largo da Trindade, Belém-PA, 1867*



Nota: Embora não seja possível determinar sua data de construção, o casarão da Faculdade de Direito já havia sido retratado (à direita na imagem) pelo pintor italiano Joseph Léon Righini, em meados do século XIX, em momento anterior à construção da Praça Barão do Rio Branco, permitindo afirmar que o prédio possui mais de 150 anos.

Fonte: Righini, 1867.

No dia 19 de novembro de 1902, é publicado o Decreto estadual n. 1.173, que regulamentava a Lei n. 839 e estabelecia o estatuto da Faculdade Livre de Direito do Pará<sup>61</sup>. Embora de iniciativa particular, a faculdade seria mantida pelo Estado (e por receita própria, oriunda das mensalidades dos alunos e de doações), cabendo ao governador a nomeação do diretor, do vice-diretor e dos membros do Conselho Administrativo – a diretoria, portanto, era subordinada à Secretaria de Estado da Instrução Pública. Pela lei, trabalhar e lecionar na faculdade não tornava seus funcionários e professores servidores públicos, em parte porque a Constituição proibia o acúmulo de funções públicas remuneradas e, além do próprio

<sup>60</sup> Chaves, 1956a, p. 7-9.

<sup>61</sup> Montenegro, 1903, p. 43; Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 193-196.

governador, os professores eram, em sua maioria, desembargadores do estado. Os professores<sup>62</sup> não recebiam salário, mas era prevista no Regulamento uma gratificação sempre que o orçamento da faculdade permitisse<sup>63</sup>.

Figura 4 – Prédio da Faculdade de Direito do Pará, c. 1900.



Nota: Praça Barão do Rio Branco, com destaque – além da arborização – para a Faculdade de Direito. A presença do chafariz e do bonde que trafega ao fundo, aparentemente de tração animal, situariam a foto antes de Antônio Lemos ou dos bondes elétricos, inaugurados em agosto de 1907<sup>64</sup>. Pela ausência do letreiro na fachada do prédio, estima-se que a foto tenha sido tirada até 1902, quando o Instituto Teixeira de Freitas comprou o casarão e nele instalou a faculdade em março daquele ano.

Fonte: Fórum Landi, 2011<sup>65</sup>.

<sup>62</sup> Foram professores da Faculdade Livre de Direito o escritor e filósofo Raimundo Farias de Brito e o ex-ministro da Agricultura (1926-1930) Geminiano de Lira Castro. Formaram-se e lecionaram na faculdade os futuros reitores da Universidade do Pará Mário Braga Henriques, Aloysio da Costa Chaves e Daniel Queima Coelho de Souza; bem como o escritor e historiador Eidorfe Moreira; além dos irmãos Otávio Augusto de Bastos Meira, governador do Estado em 1946 e presidente da OAB Pará (1936-1946), e Sílvio Augusto de Bastos Meira, membro da Academia Paraense de Letras e autor do livro *Direito Tributário Romano* (ed.ufpa, 2013).

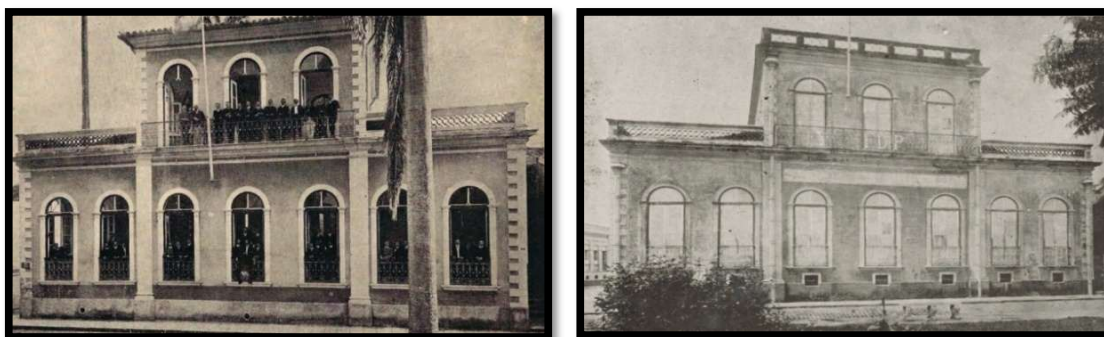
<sup>63</sup> Merecem destaque também os professores José Augusto Meira Dantas, jurista, jornalista e político, foi senador, deputado estadual e federal pelo Pará, e José Carneiro da Gama Malcher, ex-governador do Estado. E os alunos Clóvis Cunha da Gama Malcher (ex-reitor da UFPA), Deodoro Machado de Mendonça (presidente da Academia Paraense de Letras), Roberto Camelier (pioneiro da radiodifusão, foi um dos fundadores da Rádio Clube do Pará, em 1928, primeira emissora de rádio do estado e da região Norte, e quinta do país), Dulcinea Lobato Paraense (poetisa), Orlando Chicre Miguel Bitar (membro da OAB, foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, da qual foi vice-diretor, tendo sido também relator-geral da Constituição Estadual de 1967), Paulo Plínio Becker de Abreu (poeta), Rui Guilherme Piratininga Barata (poeta, compositor), Haroldo Lima Maranhão (editor, redator, escritor) e Benedito José Viana da Costa Nunes (filósofo, professor, escritor, crítico literário), bem como os ex-prefeitos de Belém Alcindo Comba do Amaral Cacula, Stélio de Mendonça Maroja e Abelardo Carneiro Condurú (Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 91-132).

<sup>64</sup> Cruz, 1967, p. 70.

<sup>65</sup> Imagem obtida na página do Fórum Landi, projeto criado a partir de discussões realizadas na UFPA, com o objetivo de revitalizar o Centro Histórico de Belém e estimular pesquisas sobre o trabalho do arquiteto Antonio Landi (Fórum Landi, Se essa rua fosse minha: Praça da Trindade, *Wordpress*, 19 dez. 2011. Disponível em: <https://forumlandi.wordpress.com/2011/12/19/se-essa-rua-fosse-minha-praca-da-trindade/>; acesso em: 1º set. 2021).

Já em 1903, com a publicação do Decreto n. 4.904<sup>66</sup>, a Faculdade Livre de Direito é reconhecida nacionalmente e passa a se equiparar às faculdades federais<sup>67</sup>. A equiparação trazia (ou deveria trazer) os benefícios previstos no Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901, como a indicação de um professor, de dois em dois anos, para “fazer investigações científicas e observações práticas” ou para estudar “os melhores métodos de ensino” em algum país estrangeiro, a fim também de “examinar os estabelecimentos e instituições das nações mais adiantadas da Europa e da América”; o mesmo valia para o aluno concluinte de maior destaque durante o curso, ao qual seria dado o prêmio de viagem “à Europa ou à América, a fim de se aplicar aos estudos por que tiver predileção”, cabendo ao Governo entregar-lhe a quantia necessária para se manter fora do país<sup>68</sup>. Sabemos, porém, que entre a norma e o seu cumprimento há, geralmente, um abismo.

Figura 5 – Faculdade de Direito do Pará em 1912 e em 1939



Nota: Com a presença de limo da base às platibandas e focos de infiltração na fachada, fica evidente a falta de cuidado preventivo com o prédio já em 1939.

Fonte: *Revista do Ensino*, 1912, p. 16b; Rodrigues, 1939, p. 131.

Por outro lado, o Governo do Estado nomeava um fiscal federal para acompanhar a vida da escola e enviar relatório anual ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao qual as faculdades federais eram subordinadas (somente em 1930, no Governo Getúlio Vargas, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que deu origem ao MEC), sendo ministro à época Eptácio Pessoa – que assumiria a presidência da República em 1919. Um desses fiscais foi Edgar Pinheiro Porto, que também fiscalizou a Escola de Serviço Social e mais tarde seria nomeado inspetor-geral de ensino<sup>69</sup>. Os fiscais recebiam o pagamento anual

<sup>66</sup> Brasil, 1903, p. 8519.

<sup>67</sup> Chaves, 1956a, p. 9; Montenegro, 1903, p. 43.

<sup>68</sup> Brasil, 1901, p. 447.

<sup>69</sup> Pela Lei estadual n. 1.706, de 1930, da junta governista formada por Mário Midosi Chermont, Abel Chermont e Otávio Ismaelino Sarmiento de Castro, resultante do Golpe de 1930, que acabou com a política do “café-com-

de 3:600\$ (três contos e seiscentos mil réis) pagos pela própria instituição<sup>70</sup>. O não pagamento do salário ao fiscal, a perda do patrimônio mínimo de cinquenta contos de réis ou a não manutenção da frequência de pelo menos sessenta alunos por dois anos consecutivos resultavam na suspensão da equiparação, que também poderia ser resultado de um relatório negativo do fiscal federal<sup>71</sup>.

Em 1906, a Faculdade de Direito forma os primeiros quatro bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais graduados no estado<sup>72</sup>: João Alves de Paiva Menezes; Augusto Paulo de Carvalho; Fernando Domingues da Cunha e Joaquim Dias de Freitas<sup>73</sup>. Embora seja a primeira de Belém, a faculdade não diplomou os primeiros profissionais inteiramente formados no Pará, isto porque, no ano anterior (1905), a Escola de Farmácia já havia certificado seus primeiros farmacêuticos (como veremos a seguir).

Mais de dez anos depois, em 1917, a faculdade precisou ser equiparada novamente às suas congêneres federais<sup>74</sup> pelo então ministro da Justiça e Assuntos Interiores Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. A nova equiparação ocorreu em virtude das reformas de ensino arbitradas na época, principalmente as estabelecidas em 1911 e em 1915<sup>75</sup>, que exigiram da faculdade nova adequação às exigências federais. Com essa reorganização do ensino secundário e superior, quando eram federais apenas as faculdades de Medicina da Bahia e do Distrito Federal, de Direito de São Paulo e de Pernambuco, e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi aumentado o número de exigências para a equiparação – de três para dez – levando em consideração a forma de admissão dos professores e a presença de laboratórios no prédio das faculdades, e elevava o valor pago ao fiscal federal, pelas instituições, de 3:600\$ para 6:000\$ (de três contos e seiscentos para seis contos de réis). Ademais, o decreto também estabelecia os parâmetros dos cursos, fixando Direito em cinco anos, com dezoito cadeiras (disciplinas).

---

leite”, encerrou a República Velha e levou ao poder Getúlio Vargas, na presidência do país, e Magalhães Barata, no Governo do Estado.

<sup>70</sup> Conforme o Parágrafo Único, do Artigo 366, do Decreto n. 3.890 (Brasil, 1901).

<sup>71</sup> No dia 3 de julho de 1903, o vice-presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena (que em 1906 assumiria a presidência) esteve em Belém e visitou as instalações da faculdade (Chaves, 1956b, p. 45).

<sup>72</sup> Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 39; Montenegro, 1907, p. 42.

<sup>73</sup> Dos quatro primeiros bacharéis, apenas João Alves era paraense: Augusto Paulo era pernambucano; Joaquim Dias, piauiense; e Fernando Domingues, maranhense. Em 1907, a segunda turma formou nove alunos, sendo quatro paraenses, três cearenses, um paraibano e um piauiense. Esse quadro – eclético como o grupo de intelectuais que fundou a faculdade – é reflexo do *status* de metrópole promissora que a extração do látex imprimiu à cidade de Belém, considerada então a Paris n’América, e que atraiu turistas e imigrantes em busca de oportunidades e qualidade de vida, de vários estados brasileiros, incluindo estrangeiros, como o espanhol Remígio Fernandes, formado na terceira turma, em 1908. Com o passar dos anos e o empobrecimento da cidade, os docentes tornaram-se majoritariamente locais (Lista..., 1909, p. 183; Figueiredo, 2010, p. 71-93; Soares, 2008).

<sup>74</sup> Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 72-73; Sodré, 1918, p. 55.

<sup>75</sup> Brasil, 1911; 1915.

Por força do Decreto estadual n. 486, de 17 de setembro de 1931, a Faculdade de Direito torna-se pública, passando à administração do Estado. A iniciativa seguia a criação do (futuro) Ministério da Educação e estava relacionada à intenção do interventor Magalhães Barata de criar a primeira universidade do estado, todavia não significava, *grosso modo*, um período de estabilidade administrativa na faculdade. No entanto, o anseio de alunos e professores, desde os primeiros anos, era a federalização, o que ocorreu em 1950, por meio da Lei n. 1254, de 4 de dezembro, passando a instituição a ser mantida diretamente pela União<sup>76</sup>. Assim, até 1955, foram 5041 matrículas realizadas, com uma média de 105 alunos por ano. O ritmo de colação de grau, por outro lado, era bastante irregular: em 1909, por exemplo, somente Pedro Fernandes Pinto tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, e em 1933, foi a vez de José João da Costa Botelho bacharelar-se sozinho; em contrapartida, trinta alunos ou mais concluíram os estudos em 1912, 1919, 1932, 1938, 1939, 1943, 1946 e 1955<sup>77</sup>.

Em 1957, sete das nove escolas superiores do estado se unem para criar a Universidade do Pará. Ao ser incorporado pela universidade, o casarão que abrigava a faculdade já havia sofrido algumas alterações, seja por questões estéticas, seja pela falta de manutenção, reflexo também da decadência da era da borracha e do fim da *belle époque*. O telhado em estilo colonial sobre uma cornija com relevos (figuras 4 e 5) cedeu lugar a um teto plano sobre um beiral rodeado por platibanda vazada (figuras 5 e 6), provavelmente para dar ares de modernidade à fachada, posto que a platibanda havia se popularizado no Brasil no século XIX<sup>78</sup>.

Figura 6 – Faculdade de Direito do Pará, c. 1960.



Nota: Na década de 1960, a Faculdade de Direito, com o casarão visivelmente se deteriorando, resistia à ação do tempo, mesmo após a criação da Universidade do Pará em 1957.

Fonte: Arquivo do ICS-UFPA.

<sup>76</sup> Brasil, 1950c.

<sup>77</sup> Borborema; Norões e Souza, 1956, p. 121-137.

<sup>78</sup> Arruda; Sanjad, 2017, p. 341-388.

Apesar do patente estado de abandono do prédio (Figura 6), as inscrições na fachada retratam a vocação política que a faculdade sempre encarnou – desde sua fundação, a propósito, pois foi a pioneira em um estado que não ofertava formação superior. Palco de manifestações e de formação de lideranças sociais e políticas, a faculdade estampa em sua fachada a sigla do Movimento Democrático Universitário (MDU) – movimento “estudantil” conservador de direita, criado em 1963, no Rio Grande do Sul, para se opor à UNE, ampliar as iniciativas anticomunistas (um dos fantasmas engendrados pela elite econômica, assimilado dos EUA, para desestabilizar o governo de João Goulart) e intensificar o clima de instabilidade sociopolítica que contribuiu para o Golpe de 1964<sup>79</sup> – o que, portanto, situa a foto no contexto político do início da ditadura civil-militar brasileira.

Sobre o abandono do prédio, embora o segundo reitor da Universidade do Pará, prof. Silveira Netto, tenha valorizado a aquisição de belos palacetes e casarões, bem como a construção de prédios novos para as unidades universitárias, deixou a Faculdade de Direito de fora de seu projeto “modernizador”. Uma possível explicação para esse descaso é a rivalidade que se estabeleceu nas primeiras décadas da universidade entre as faculdades de Direito e Medicina<sup>80</sup>, que disputavam o controle acadêmico e revezavam a gestão da Reitoria. Sendo Silveira Netto proveniente da Faculdade de Medicina, recebia forte oposição da “ala jurídica”, de onde saíram tanto o seu antecessor (Mário Braga Henriques) quanto seu sucessor (Aloysio da Costa Chaves). A postura ante os cuidados com o casarão justifica – ou é justificada por – Canclini, quando afirma: “Reformulam-se, então, o estudo e a gestão do patrimônio, não só como conservação e consagração de peças com valores extraordinários, mas também como participação nos dilemas cognitivos, éticos e sociopolíticos da interculturalidade”<sup>81</sup>. Os dilemas pessoais certamente determinaram a gestão do patrimônio em análise.

Tendo sido concluída a construção do Conjunto Universitário Pioneiro, em 1968 (como veremos no Capítulo 6), as aulas e a administração da faculdade gradativamente foram transferidas para o *campus* recém-inaugurado. A mudança resultou nociva para o prédio centenário, o qual, durante a década de 1970, foi transformado em depósito para o Departamento de Administração da UFPA (Depad, atual Pró-Reitoria de Administração, Proad). Esse descaso acelerou o processo de deterioração do sobrado e incomodou ex-alunos da faculdade, então advogados, promotores e juizes de Belém, que se mobilizaram para “salvar” o casarão. Organizados em torno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará (OAB-PA),

---

<sup>79</sup> Lima, 2011; 2017; Lameira, 2012.

<sup>80</sup> Fontes, 2007.

<sup>81</sup> Canclini, 2016. p. 96.

conseguiram levantar fundos e entrar em acordo com a Universidade para comprar o prédio e transformá-lo na sede da OAB-PA.

A iniciativa desses juristas exemplifica a alegação de José Reginaldo Gonçalves de que a motivação para a proteção de prédios e monumentos, de nosso patrimônio histórico e artístico, na primeira metade do século XX, era “justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte em território brasileiro” – no nosso caso, a iminente ruína do casarão – e complementa destacando que a maioria das iniciativas geradas, a partir dessa identificação, em prol da preservação, foi “assumida por membros da elite intelectual brasileira”, sendo “justificada por uma retórica da perda”, isto porque “o patrimônio da nação era apresentado sob os efeitos de um processo de desaparecimento, dispersão e destruição”<sup>82</sup>.

Após a compra em 1982, o casarão passou por reformas, que incluiu a pintura da fachada (Figura 7), uma reforma no interior do prédio e a construção de um anexo: “Em 1º de dezembro de 1983 foi iniciada a restauração do ‘Velho Casarão’ (denominação atribuída ao prédio por aqueles que nele estudaram), procurando restabelecer, tanto quanto possível, em seu exterior, as linhas arquitetônicas originais dos fins do século XIX, num trabalho maravilhoso do arquiteto Alberto Rubim, que nada cobrou pelos seus serviços”<sup>83</sup>. No depoimento de Ophir Filgueiras Cavalcante, presidente da OAB-PA de 1983 a 1987, fica clara a intenção de restabelecer o valor histórico do prédio, mesmo consciente de que a reforma não poderia fazê-lo voltar no tempo, pois “aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução”<sup>84</sup>. Essa primeira reforma foi concluída somente no ano seguinte: “a inauguração aconteceu no dia 12 de outubro de 1984, às 17 horas, com a presença do Governador do Estado, dr. Jader Barbalho; do Presidente Nacional da OAB, dr. Mário Sérgio Duarte Garcia; e dos demais Diretores [...]. Também participou da inauguração, atendendo ao nosso convite, o Dr. Tancredo Neves, que se encontrava em Belém, por ocasião da campanha das ‘Diretas Já’ [...]”<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> Gonçalves, 1996, p. 90.

<sup>83</sup> Cavalcante, 2000?

<sup>84</sup> Riegl, 2014. p. 33.

<sup>85</sup> Cavalcante, 2000?

Figura 7 – Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, 2011.



Nota: Com a nova reforma, os beirais foram reduzidos e as platibandas deixaram de ser vazadas. Apesar de a imagem acima ser de 2011, demonstra bem o resultado das intervenções promovidas na década de 1980.

Fonte: J. M. Conduru, 2011. Disponível no *Blogspot* JM Conduru Fotografias, “OAB-PA, sede em Belém, Pará, Amazônia, Brasil”; acesso em: 2 set. 2020.

Na década de 1990, o velho casarão passou por mais duas reformas. Depois de inicialmente ter sido pintado todo de branco, recebeu uma pintura amarela em toda a extensão de sua fachada e paredes externas. Em 2012, porém, a pintura do prédio apresentava diversos pontos de infiltração, com vegetação em fase inicial (Figura 8). Ainda no fim da década de 2010, o prédio foi revitalizado, recebendo nova pintura em azul, que se mantém atualmente.

Figura 8 – Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, 2012 e 2020.



Fonte: OAB-PA, 2012. Disponível no Facebook da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará; acesso em: 1 set. 2020.

De qualquer modo, o conjunto de reformas e a adaptação do uso do prédio por aqueles que mantinham e mantém uma relação de pertencimento com o casarão confirmam o entendimento de Viñas ao apresentar a sua Restauração Científica, isto é, de que as intervenções no prédio/monumento respeitam a um critério superior, os indivíduos:

Sin embargo, la Restauración científica [...] es legítima. [...] su legitimidad no radica en producir resultados indiscutibles, sino en producir resultados indiscutidos, esto es, en su aceptación por parte de los sujetos: su legitimidad radica en razones subjetivas. El respeto a la Verdad del objeto, a su estado de verdad, es útil porque así se quiere y no por ningún imperativo ético o científico exterior o superior a las personas – esta razón es tan poderosa y legítima como cualquier otra<sup>86</sup>.

Hoje a Faculdade de Direito integra o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA e funciona no Campus Guamá, em prédio localizado próximo ao terminal rodoviário (Figura 9).

Figura 9 – Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, 2023



Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

A sobrevivência do sobrado que outrora sediou a Faculdade de Direito do Pará demonstra como a atuação de indivíduos (ou da população) é necessária não somente na atribuição de prédios ou sítios como patrimônio, mas também na preservação e conservação desse patrimônio<sup>87</sup>. Logo, considerando que “o monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo”, antigos frequentadores do casarão impediram seu apagamento, sem esperar pela ação da instância superior, no caso a UFPA, ou do poder público, afinal “as diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber, impõem uma diferença maior relativa à sua conservação”, pois estão “permanentemente expostos às injúrias do tempo vivido”<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Viñas, 2004, p. 176.

<sup>87</sup> Entendimento formalizado na Constituição de 1988, ver Capítulo 3, subitem 3.2.

<sup>88</sup> Choay, 2014, p. 25.

## 1.2 Escola de Farmácia do Pará

No dia 23 de outubro de 1903, foi publicada a Lei n. 874 (Anexo 2)<sup>89</sup>, autorizando a criação da Escola de Farmácia do Pará (ou Pharmacia, na grafia da época), segunda instituição de ensino superior do estado, primeira pública. A lei, regulamentada pelo Decreto n. 1.274, de 1904<sup>90</sup>, estabelecia o cronograma (em dois anos) e o currículo do curso, bem como a proveniência do corpo docente, que deveria ser composto por inspetores sanitários.

Tendo sido instalada na Diretoria do Serviço Sanitário do Estado, localizada no Palácio Lauro Sodré (antiga sede do Governo), a Escola de Farmácia começou a funcionar em abril (segundo Montenegro<sup>91</sup>) ou março (segundo a *Pará-Médico*<sup>92</sup>) de 1904 e utilizava o laboratório de higiene e os de química e farmácia do próprio Serviço Sanitário<sup>93</sup> (Figura 10 e Anexo 3), cujo diretor, dr. Francisco da Silva Miranda, assumiu também a direção do novo estabelecimento. Com ele, o inspetor sanitário dr. Pedro Juvenal Cordeiro (segundo diretor) e o químico dr. Giuseppe Martina (também do Serviço Sanitário) compuseram o corpo docente inicial, que seria ampliado mais tarde, especialmente em 1911, com a reformulação do ensino superior estatuída pela Lei Rivadavia<sup>94</sup>. Além da ampliação do corpo docente, a adequação à lei estendeu o curso de dois para três anos.

Desde sua inauguração e ao longo dos anos, a escola teve baixa procura e frequência de alunos, o que inviabilizaria sua equiparação às faculdades federais. Entretanto, por ter sido criada pelo Governo estadual, obteve essa prerrogativa ainda em 1904, por meio do Decreto n. 5.294<sup>95</sup>, do presidente Rodrigues Alves. Supõe-se que, a exemplo da Faculdade de Direito, foi decisiva a atuação e influência do governador Augusto Montenegro nesse pleito. Uma vez equiparada, a escola deveria seguir os dispositivos do Decreto n. 3.890, de 1901, que regulamentava o funcionamento das escolas superiores: a estrutura administrativa, a

<sup>89</sup> Pará, 1906c, p. 142-143; Montenegro, 1904, p. 54-55; 1905, p. 55; 1908, p. 314.

<sup>90</sup> Almanak, 1931, p. 657.

<sup>91</sup> Montenegro, 1904, p. 55.

<sup>92</sup> Escola de Pharmacia..., 1922, p. 366.

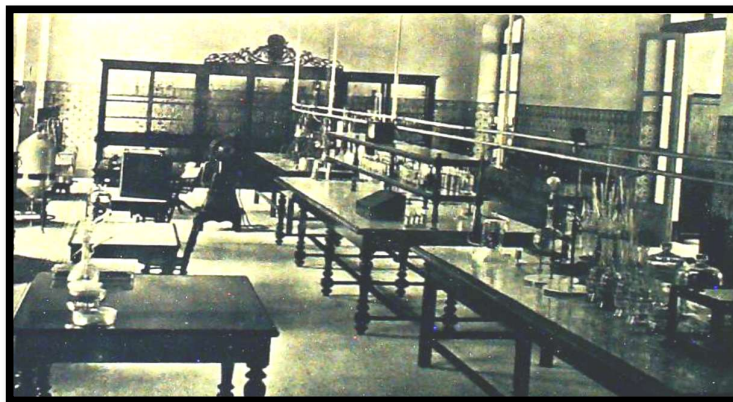
<sup>93</sup> Montenegro, 1904, p. 54-55; Pará, 1906c, p. 142.

<sup>94</sup> O Decreto n. 8.659, de 1911, ficou conhecido como Reforma ou Lei Rivadavia em referência ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadavia da Cunha Corrêa (1866-1920), a quem as instituições de ensino estavam subordinadas à época, e que assina, com o presidente Hermes da Fonseca, o referido decreto. Foi este dispositivo legal que instituiu o exame de admissão às faculdades, ou seja, o vestibular. Todavia, se por um lado o decreto dava mais autonomia às instituições de ensino superior, transferindo a fiscalização às respectivas congregações, estimulando a abertura de novas escolas; por outro, eximia o Governo Federal de maiores responsabilidades sobre o cotidiano e a gestão dessas mesmas instituições, deixando o currículo dos cursos inteiramente a critério das faculdades, promovendo a certificação de profissionais com nível de formação díspares. Por suas incoerências, a reforma vigorou somente até 1915 (Brasil, 1911; Cury, 2009).

<sup>95</sup> Brasil, 1904.

organização das congregações, os concursos para professores, o exame vestibular, o calendário letivo, a cerimônia de colação de grau, os funcionários, o patrimônio<sup>96</sup>.

*Figura 10 – Laboratório de Higiene do Serviço Sanitário, Belém-PA, 1908*



Fonte: Montenegro, 1908, p. 323.

Em 1905, a Escola de Farmácia diplomou os primeiros farmacêuticos formados inteiramente no Pará: Arthur Antônio de Kós, Francisco Góes da Costa Rocha, Feliciano Martins da Silva, Benjamin Napoleão Carneiro Leite Vieira Lisboa, João Antônio das Neves, Manoel Jorge de Almeida (formaram-se em 1905, mas colaram grau em 1906)<sup>97</sup>. Apesar de ser mais nova do que a Faculdade de Direito, a escola conseguiu formar os primeiros profissionais graduados no Estado, talvez pelas especificidades cobradas no curso à época e por gozar dos benefícios advindos do fato de ser estadual, embora ainda não tivesse uma sede própria e adequada às suas demandas.

Segue-se então um longo período de instabilidade, reflexo da insegurança que a própria profissão sofria em relação à necessidade de formação superior. Embora o ofício de farmacêutico seja um dos mais antigos em atividade, com regulamentações datadas do período imperial, como o decreto de 1882, que validava os diplomas conferidos pelas escolas de Farmácia criadas pelas Assembleias Legislativas Provinciais, ainda em fins do século XIX era

<sup>96</sup> O Capítulo 23 do decreto, por exemplo, trata da “polícia acadêmica”, que previa o comportamento “aceitável” dos alunos das instituições e as punições àqueles que desrespeitassem as regras. O decreto estimulava que os alunos fiscalizassem uns aos outros, além de outras condutas: “O estudante que, chamado pelo director, não comparecer, será coagido a vir à sua presença, depois de lavrado o termo de desobediência pelo empregado que o for chamar, requisitando o mesmo director auxilio da autoridade policial” (Brasil, 1901).

<sup>97</sup> Montenegro, 1906, p. 43; Escola de Pharmacia..., 1922, p. 370. Arthur Antônio foi pai de José Arthur de Carvalho Kós (1905-1999), membro da Academia Nacional de Medicina e referência em otorrinolaringologia no Rio de Janeiro; Francisco foi um dos fundadores do Partido Democrático, em 1889, e administrador do jornal *O Democrata*; Feliciano era chefe de seção da Secretaria de Estado da Fazenda; Benjamin e João Antônio eram auxiliares de farmácia do Serviço Sanitário; Manoel Jorge provavelmente era comerciante e presidente do Clube Beneficente Lauro Sodré.

comum, inclusive legal, o exercício da profissão sem o diploma. O Decreto n. 20.877, de 1931, por exemplo, permitia aos práticos (ou seja, profissionais liberais sem formação teórica) de farmácia o exercício legal da profissão, desde que comprovassem no mínimo três anos de atividade e se submetessem a uma avaliação de conhecimentos; do mesmo modo, em lei de 1951, esses mesmos práticos eram autorizados a abrir farmácias, desde que não houvesse farmacêutico diplomado na cidade ou município<sup>98</sup>.

Em 1915, então dirigida pelo professor Manoel Cardoso da Cunha Coimbra, a escola passou por nova reorganização, por força do Decreto n. 11.530<sup>99</sup>, que reestruturou o ensino superior federal, atualizando o decreto de 1911. Mais tarde, em 1923, após receber novo reconhecimento federal, transfere-se para um prédio também localizado na Praça Independência (atual D. Pedro II, ou seja, muito próximo ao seu antigo endereço)<sup>100</sup>, onde funcionava a Imprensa Oficial (Figura 11), local em que hoje está instalado o Palácio Cabanagem (Figura 12), sede da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa).

*Figura 11 – Faculdade de Farmácia do Pará em 1922*



Nota: Do sobrado colonial que acolheu a Escola de Farmácia, sito à esquina da Trav. da Vigia (atual Félix Rocque), em frente ao Largo Afonso Pena (na Praça D. Pedro II, diante do Palácio Lauro Sodré), ficaram poucos registros. A escola se manteve no sobrado até a década de 1940, mas, durante esse período, não tinha recursos para realizar a manutenção do prédio – cabe frisar que, ainda hoje, a manutenção preventiva não foi realmente assimilada –, que foi demolido para dar lugar à sede da Alepa, o Palácio Cabanagem.

Fonte: Escola de Pharmacia..., 1922, p. 367.

<sup>98</sup> Brasil, 1882; 1932; 1951.

<sup>99</sup> Brasil, 1915.

<sup>100</sup> Sousa Castro, 1924, p. 69; Almanak, 1931, p. 657.

Figura 12 – Palácio Cabanagem, Alepa, 2022



Nota: O Palácio Cabanagem passou por reforma em 2019, que deixou sua fachada em tom azul médio (ou mais intenso). De 2021 a 2023, uma nova reforma incluiu adaptações de acessibilidade, além de mudanças na fachada. O local já abrigou a Imprensa Oficial do Estado e a Escola de Farmácia.

Fonte: Google Street View, 2022

Em 1926, a Escola de Farmácia passa a se chamar Faculdade de Farmácia<sup>101</sup>, em cumprimento ao Decreto Federal n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925<sup>102</sup>, gozando então das “vantagens e regalias concedidas às suas congêneres federais, às quais está equiparada”<sup>103</sup>. No entanto, apesar dessa conquista, em 1931, o jornal *Folha do Norte* noticiou que o governador do Estado, Magalhães Barata, o diretor geral do Departamento Nacional de Ensino, Aloysio de Castro, e o diretor da Faculdade de Medicina, Camilo Salgado, haviam chegado a um acordo, conforme ofício enviado ao secretário da Educação e Saúde Pública, Mário Chermont, para que a Faculdade de Farmácia fosse incorporada à Faculdade de Medicina<sup>104</sup>. De acordo com o prof. Mário Braga Henriques, reitor da Universidade do Pará, em seu discurso durante a cerimônia de instalação simbólica da instituição, em 1959, a anexação ocorreu e Farmácia passou a ser apenas um curso da Faculdade de Medicina, decretando então, em 1935, o encerramento do primeiro ciclo da antiga Escola de Farmácia<sup>105</sup>.

Ainda de acordo com o reitor, em 1939, na casa do dr. Adarezer Coelho da Silva, primeiro vice-reitor da Universidade e primeiro presidente do Conselho Regional de Farmácia (criado em 1961), se reuniu a Associação Farmacêutica do Pará<sup>106</sup>, que deliberou pela reabertura da Faculdade de Farmácia, autorizada a funcionar em 1945 e reconhecida oficialmente em 1949<sup>107</sup>.

<sup>101</sup> Pará, 1926, p. 33

<sup>102</sup> Brasil, 1925.

<sup>103</sup> Bentes, 1926, p. 33.

<sup>104</sup> Anexação..., 1931, p. 1.

<sup>105</sup> Franco, 1977, p. 15.

<sup>106</sup> Provavelmente a mesma Associação dos Farmacêuticos de Belém do Pará, que originou o Sindicato dos Farmacêuticos do Pará (Sinfarpa), registrado no Ministério do Trabalho e Emprego em 11 de maio de 1948, de acordo com informações coletadas no *site* do sindicato ([sinfarpa.com.br](http://sinfarpa.com.br)).

<sup>107</sup> Brasil, 1949b.

Nesse novo momento, a Faculdade funcionava com acomodações melhores que as anteriores, em prédio situado à av. Generalíssimo Deodoro, n. 1562, na esquina da av. Brás de Aguiar<sup>108</sup>, no bairro de Nazaré.

Em 1950, a partir da Lei n. 1254<sup>109</sup>, a Faculdade de Farmácia passa a ser mantida pela União e, uma vez federalizada, em 1957 integra a iniciativa que deu origem à Universidade do Pará, tendo seu regimento aprovado no dia 20 de fevereiro de 1958, por meio da Resolução n. 23, do Conselho Universitário (Consun)<sup>110</sup>. Na década de 1960, iniciaram-se as obras de construção de uma sede maior, mais adequada e, talvez, definitiva para os futuros farmacêuticos (Figura 13). No mesmo local onde vinha funcionando – uma casa adaptada para atender os alunos – o novo prédio da faculdade seria construído obedecendo às determinações da resolução do Consun que padronizava a pintura de todas as chamadas unidades universitárias (os edifícios onde funcionavam as faculdades e os setores administrativos) e o letreiro da fachada: “Fica estabelecido que a pintura dos prédios onde funcionam as Unidades Universitárias terão as cores branco e cinza claro, sendo a primeira a cor predominante, a ser aplicadas nas áreas extensas e a segunda aplicada nos pelintros, barras e frizos”<sup>111</sup>.

*Figura 13 – Obras da sede da Faculdade de Farmácia, déc. 1960*



Nota: A casa onde a Faculdade de Farmácia estava instalada de forma improvisada foi demolida – algumas paredes podem ser vistas nas ruínas da foto, único registro visual encontrado. No lugar, foi construída nova sede, já integrante da Universidade do Pará – vista da confluência entre a av. Generalíssimo Deodoro e a av. Brás de Aguiar.

Fonte: Museu da UFPA

Assim, em 1963, o novo prédio ficou pronto (Figura 14), com amplo espaço e equipamentos novos, o mesmo padrão adotado, como veremos adiante, em relação à sede da Faculdade de Odontologia, inaugurada em 1962. Coincidentemente (será?), esse mesmo protocolo seria amplamente difundido após 1964, isto é, com o início da ditadura.

<sup>108</sup> Moreira, 1989, p. 170-177, 199-209; 1977, p. 42-51, 71-81; UFPA, 1971.

<sup>109</sup> Brasil, 1950c.

<sup>110</sup> UFPA, 1958d.

<sup>111</sup> UFPA, 1962.

Figura 14 – Faculdade de Farmácia da UFPA, em 1963



Nota: Prédio da Faculdade de Farmácia após a inauguração em 6 de março de 1963.

Fonte: Museu da UFPA

De fato, como destaca o arquiteto e professor Hugo Segawa (2002), no período pós-Segunda Guerra, a arquitetura moderna brasileira, “mesmo informada de um conteúdo internacionalista”, se desenvolveu seguindo, pelo menos, dois caminhos: o primeiro “corresponde a um esforço de transfiguração de concepções, adquirindo cores próprias sem se apoiar numa tradição local imediata (ecclética nas três primeiras décadas do século 20) mas buscando no passado referências de identidade [...]”<sup>112</sup>. Desse esforço resultaram importantes obras, como o Museu de Arte de São Paulo (Masp), inaugurado em 1947, e a construção de Brasília, concluída em 1960. O outro caminho optou por “uma arquitetura formalmente referenciada em padrões convencionais”, afastada de sua função social, como os adotados pela Reitoria para a construção dos prédios das faculdades de Farmácia e de Odontologia, e que se tornaria a tônica da arquitetura nacional pós-golpe:

Brasília está no bojo desse projeto desenvolvimentista e constituiu o marco final dessa vanguarda arquitetônica alimentada por uma política de “conciliações” ideológicas. O marco cronológico final dessa etapa está em 1964, com a implantação da ditadura militar, encerrando a utopia do segundo pós-guerra<sup>113</sup>.

Inaugurada no dia 6 de março de 1963 e dirigida então pelo prof. Elísio Parente de Araújo<sup>114</sup>, a nova Faculdade de Farmácia contava agora com equipamentos mais modernos para o desenvolvimento das aulas, bem como laboratórios para cada disciplina do curso (Figura 15). Além disso, o novo prédio possuía uma farmácia-escola, com venda à população de

<sup>112</sup> Segawa, 2002, p. 112.

<sup>113</sup> Segawa, 2002, p. 114.

<sup>114</sup> Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1938 (UFBA, 2008), o prof. Elísio era também membro da Comissão de Orçamento e Contas da Universidade (UFPA, 1961a).

medicamentos feitos na própria faculdade, incluindo aplicação de injetáveis<sup>115</sup>. No mesmo ano da inauguração, à revelia do período de instalação e adaptação ao novo prédio, dezessete graduandos formaram-se farmacêuticos-químicos no dia 15 de novembro, em cerimônia iniciada na Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé) e concluída no salão nobre da sede recém-construída<sup>116</sup>.

Figura 15 – Interior da Faculdade de Farmácia da UFPA em 1963



Fonte: Museu da UFPA

A Faculdade de Farmácia do Pará foi uma das primeiras do país criadas como unidade independente da Faculdade de Medicina, como era o costume adotado então. A pioneira nesse sentido foi a escola de Ouro Preto, criada em 1839<sup>117</sup>; no entanto, a de Belém foi a primeira da região Norte e a segunda do Norte-Nordeste, ficando atrás apenas da Escola de Farmácia de Pernambuco, criada em 1902, mas inaugurada em maio de 1903<sup>118</sup>. Portanto, sua importância é incontestável para o desenvolvimento do ensino e da formação de profissionais da Saúde no estado do Pará, apesar de não ter recebido atenção e investimentos compatíveis com sua relevância durante suas primeiras décadas de atividade.

<sup>115</sup> Inaugura-se..., 1963, p. 10; Inauguração..., 1963, p. 10.

<sup>116</sup> Faculdade de Farmácia da Universidade do Pará, 1963.

<sup>117</sup> Sobre a Escola de Farmácia de Ouro Preto, ver: Fiocruz, Escola de Farmácia de Ouro Preto [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)*, disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acesso em: set. 2023.

<sup>118</sup> Sobre a Escola de Farmácia de Pernambuco, ver: Fiocruz, Escola de Farmácia de Pernambuco [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)*, disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acesso em: set. 2023.

Figura 16 – Prédio da Seicho-no-ie em Belém, 2023



Nota: Após diversas intervenções estruturais, a antiga sede da Faculdade de Farmácia pouco lembra o prédio da década de 1960. Porém, o que mais chama a atenção comparando as imagens 14 e 16 é a poluição visual presente na segunda, causada pelos postes de energia elétrica e, principalmente, pelo emaranhado de fios suspensos.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

Depois de construído o Campus da UFPA nos bairros do Guamá e da Terra Firme, a faculdade precisou fazer sua última mudança de sede, esta, até então, definitiva. O prédio do bairro de Nazaré (Figura 16), atualmente com diversas alterações, abrigou o extinto Colégio Nóbrega entre as décadas de 1980 e 1990<sup>119</sup> antes de ser adquirido pela Seicho-no-ie<sup>120</sup>. O curso então passou a funcionar inteiramente na Cidade Universitária, em um conjunto arquitetônico (Figura 17) localizado no chamado Setor ou Campus da Saúde (Figura 18).

Figura 17 – Faculdade de Farmácia da UFPA, 2023



Fonte: Allyson Allen, ago. 2023

<sup>119</sup> Ascom/UFPA, 1987, p. 6.

<sup>120</sup> Um “movimento internacional de paz pela fé”, fundado em 1930, no Japão, pelo líder religioso Masaharu Taniguchi (1893-1985) – Seicho-no-ie Brasil, <https://sni.org.br/seicho-no-ie/institucional/quem-somos/>.

Figura 18 – Campus da Saúde, UFPA, 2017



Fonte: Cassim Jordy, 2017

Analisada isoladamente e considerando o escopo deste trabalho apenas superficialmente, a Faculdade de Farmácia talvez não fosse mencionada, dada a dificuldade enfrentada por seu corpo discente e docente em criar vínculos duradouros com os prédios onde estudaram ou trabalharam. Em contrapartida, a variedade de modelos e de estados de conservação desses prédios reforçam a necessidade da pesquisa histórica aliada ao estudo cripto-histórico, que incitam o cientista do patrimônio, a exemplo do historiador da Arte, a “assumir hoje um verdadeiro *caderno de encargos* que organize o seu mister e que dê sentido à sua vocação interventista”, para que não restrinja sua atuação “apenas” às obras e prédios remanescentes. Ademais, a Faculdade de Farmácia compõe um grande sistema de edificações, pessoas, memórias, registros, vestígios chamado UFPA, não podendo ser entendida fora desse conjunto<sup>121</sup>, posto que “a noção de *comprometimento* está plenamente indissociada desta visão em globalidade que deverá organizar *os modos de olhar e ver* do historiador de arte [e dos cientistas do patrimônio] no seu *métier* cotidiano”<sup>122</sup>.

<sup>121</sup> O que, por sua vez, não reduz seu *status*, pelo contrário: “se o fato é considerável em seu conjunto, como poderia não ter importância em seus detalhes?” (Viollet-le-Duc, 2006, p. 33).

<sup>122</sup> Serrão, 2001, p. 217.

### 1.3 Escola Livre de Odontologia e Faculdade de Odontologia do Pará

Criada pela Associação Científica do Pará, em 4 de julho de 1914, a Escola Livre de Odontologia<sup>123</sup> foi instalada inicialmente em salas do Ginásio Paes de Carvalho<sup>124</sup>, localizado na Praça Saldanha Marinho (também chamada Praça da Bandeira), no bairro da Campina. Se, no estado, o ano de 1914 marcava um novo impulso para o Ensino Superior e para as ciências, nacional e mundialmente o contexto era completamente diferente: a região Sul entrava no segundo ano de guerra civil, o Contestado (1912-16), e o mundo presenciava, também em julho, o início da Primeira Guerra Mundial (1914-18).

Na reunião de fundação, a primeira da congregação da escola, foram eleitos o dr. Joaquim Tavares Viana<sup>125</sup>, diretor; o cirurgião-dentista Antônio Magno e Silva<sup>126</sup>, vice-diretor; e o farmacêutico Antônio de Lima e Silva, secretário. Os médicos Camilo Salgado (que comandaria a Faculdade de Medicina) e Jayme Aben-Athar (que presidiria a escola e, como veremos, a Faculdade de Odontologia) também compareceram ao evento inaugural<sup>127</sup>.

Os diplomas emitidos pela Escola de Odontologia foram reconhecidos tanto no estado do Pará, por meio da Lei n. 1.451, de 22 de outubro de 1914<sup>128</sup>, quanto no Maranhão, pela Lei n. 764, de 23 de abril de 1917. Em 1916, a escola diplomou seus cinco primeiros dentistas, sendo três paraenses, um cearense e um piauiense (Figura 19).

Em 1918, o recém-criado Centro Propagador das Ciências<sup>129</sup> pôs em funcionamento a Escola de Agronomia e a Faculdade de Odontologia do Pará (diferente da escola fundada pela Associação Científica). Com os diplomas reconhecidos pelo Estado<sup>130</sup>, a Faculdade era dirigida pelo dr. Jayme Aben-Athar<sup>131</sup> e a secretaria estava localizada na Praça Frei Caetano Brandão, n. 2<sup>132</sup> (provavelmente na rua Pe. Champagnat, entre a Catedral da Sé e o Clube do Remo). As

<sup>123</sup> Lima e Silva, 1914; Sodré, 1919, p. 122; 1920, p. 64; Escola Livre..., 1914.

<sup>124</sup> Fundada em 1841 com o nome de Liceu Paraense, a escola permanece no mesmo endereço desde a sua criação.

<sup>125</sup> Joaquim Viana presidiria também a Faculdade de Farmácia. Essa proximidade entre as faculdades de Odontologia e de Farmácia, por compartilharem o corpo docente, especialmente nos anos iniciais dos cursos, se refletiu em algumas das primeiras escolas criadas, que ofereciam as duas formações em uma mesma unidade de ensino, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, incluindo cidades do interior paulista, como Araçatuba, Itapetininga e Campinas, por exemplo.

<sup>126</sup> Antônio Magno e Silva foi diretor da Sociedade Dentária do Pará, fundada em 1910 (Noticiário, 1917, p. 45).

<sup>127</sup> Lima e Silva, 1914.

<sup>128</sup> Assinada pelo presidente do Senado Paraense Augusto de Borborema, durante a gestão do governador Enéas Martins (Pará, 1915, p. 50).

<sup>129</sup> Sobre o Centro Propagador das Ciências, ver subitem 2.3.

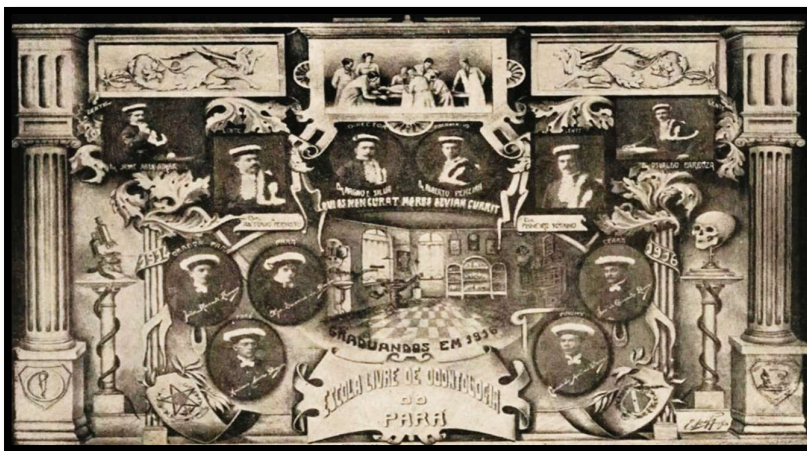
<sup>130</sup> Faculdade de Odontologia..., 1919, p. 1.

<sup>131</sup> Conhecido nacionalmente, em especial, por seus estudos sobre a hanseníase, Jayme Aben-Athar (1883-1951) presidiu a escola em 1917 e foi um dos fundadores da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 1914, e da revista *Pará-Médico*, em 1915 (Actas da sessão..., 1915, p. 3-4; Escola Livre..., 1917, p. 41-42).

<sup>132</sup> Escola..., 1919, p. 1.

duas instituições odontológicas (a faculdade e a escola) disputaram alunos para o ano letivo de 1919 até o fim do mês de março, quando, pela intercessão do dr. Cipriano Santos, então presidente do Senado Paraense<sup>133</sup>, o Centro Propagador das Ciências concordou em encerrar as atividades da faculdade, transferindo seus alunos para a Escola Livre de Odontologia, para que a formação dos novos profissionais não fosse comprometida<sup>134</sup>.

Figura 19 – Banner com os primeiros graduados em Odontologia, 1916



Nota: A escola iniciou com 22 alunos, mas apenas cinco concluíram o curso, porque três repetiram o segundo e um, o terceiro ano; os demais foram excluídos por, entre outros motivos, reprovações (Escola Livre..., 1917, p. 41).

Fonte: *Norte Odontológico*, 1917, p. 40b.

Quase duas décadas depois da unificação, enfrentando dificuldades para se manter, em virtude, entre outros fatores, da baixa procura de alunos, a Escola de Odontologia foi encampada pelo Estado em 1936, por meio do Decreto n. 2.156, de 30 de maio, regulamentado pela Lei n. 102, de 30 de dezembro do mesmo ano, passando então a se chamar Faculdade de Odontologia do Pará. Dessa feita, em 1938, o currículo do curso – que passou para três anos –, a estrutura administrativa e o corpo docente e técnico foram reorganizados<sup>135</sup>, para que a faculdade pudesse ser reconhecida e equiparada às congêneres federais e, assim, não corresse o risco de ter que fechar as portas, como previsto no Decreto-Lei n. 421, de 1938:

Art. 17. Os estabelecimentos de ensino superior, em que, na data da publicação desta lei, estiver funcionando curso não reconhecido ou simplesmente com inspeção preliminar, deverão requerer o reconhecimento até o dia 31 de dezembro de 1938; caso seja indeferido o pedido, poderão repeti-lo até um ano após o indeferimento. Se o não fizerem, ou na hipótese de ser o reconhecimento negado, será o curso proibido de funcionar<sup>136</sup>.

<sup>133</sup> Cipriano José dos Santos foi intendente de Belém, de outubro de 1921 a janeiro de 1922, e fundador, com Enéas Martins, do jornal *Folha do Norte*.

<sup>134</sup> Pelo Ensino..., 1919, p. 1.

<sup>135</sup> Pará, 1936; 1938d, p. 49-52

<sup>136</sup> Brasil, 1938, p. 8990.

Novamente, a fim de adequá-la ao Decreto n. 3.167, de 1938<sup>137</sup>, que havia orçado a receita e fixado as despesas do Estado, mas deixado a faculdade de fora, o interventor federal José Carneiro da Gama Malcher baixou o Decreto n. 3.220, de 1939<sup>138</sup>, incorporando ao orçamento estadual as despesas com a faculdade, que então era composta de um corpo docente de doze professores e uma equipe técnica que incluía diretor, secretário, escriturário-contador, bibliotecário-arquivista, datilógrafo, porteiro-contínuo, conservador de laboratório e dois serventes.

Uma vez mantida pelo Estado, tendo seu regulamento interno aprovado em 1939<sup>139</sup> e seu curso reconhecido nacionalmente, por meio do Decreto n. 6.072, de 1940<sup>140</sup>, a faculdade mudou de endereço<sup>141</sup>: José Malcher alugou uma residência na travessa Pe. Eutíquio, n. 1644, entre a Rua dos Mundurucus e a Rua dos Tamoios, em frente à Praça Batista Campos, para onde a faculdade se transferiu em 1942. Contudo, eram acomodações improvisadas, de tal modo que alunos e professores somente viriam a ter instalações adequadas após a incorporação da faculdade à Universidade do Pará, em 1957.

Logo, no dia 2 de julho de 1962, durante as comemorações de cinco anos da Universidade, o reitor Silveira Netto inaugurou o novo prédio da Faculdade de Odontologia<sup>142</sup>, no mesmo local do anterior, porém mais amplo (Figura 20)<sup>143</sup> e agora realmente equipado de acordo com as necessidades dos alunos (Figura 21). Diversas autoridades, entre eles o governador Aurélio do Carmo (que cortou simbolicamente a faixa), o reitor, o monsenhor Américo Leal – representante, na ocasião, do arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos – e o diretor da faculdade João Batista Cordeiro de Azevedo, compareceram à inauguração do novo prédio (Figura 22), onde a faculdade ficou instalada até a década de 1970, mesmo após a construção do Conjunto Universitário Pioneiro<sup>144</sup>.

---

<sup>137</sup> Pará, 1938e, p. 59-92.

<sup>138</sup> Pará, 1939a, p. 64-65.

<sup>139</sup> Pará, 1939b, p. 8.

<sup>140</sup> Brasil, 1940.

<sup>141</sup> De acordo com Nogueira *et al.*, (2014, p. 32), a faculdade ocupou ainda outros endereços, como as salas do Colégio Progresso Paraense e uma casa na Rua 13 de Maio.

<sup>142</sup> Inauguradas ontem..., 1962, p. 7.

<sup>143</sup> Não passa despercebida a padronização das fachadas adotada então pela Universidade nos prédios construídos a partir de 1960, ficando difícil distinguir este do prédio da Faculdade de Farmácia (Figura 14), por exemplo, antecipando uma norma que se tornaria comum durante a ditadura em relação aos prédios públicos, especialmente as escolas, como empregado no Colégio Souza Franco, localizado na principal avenida de Belém.

<sup>144</sup> UFPA, 1971.

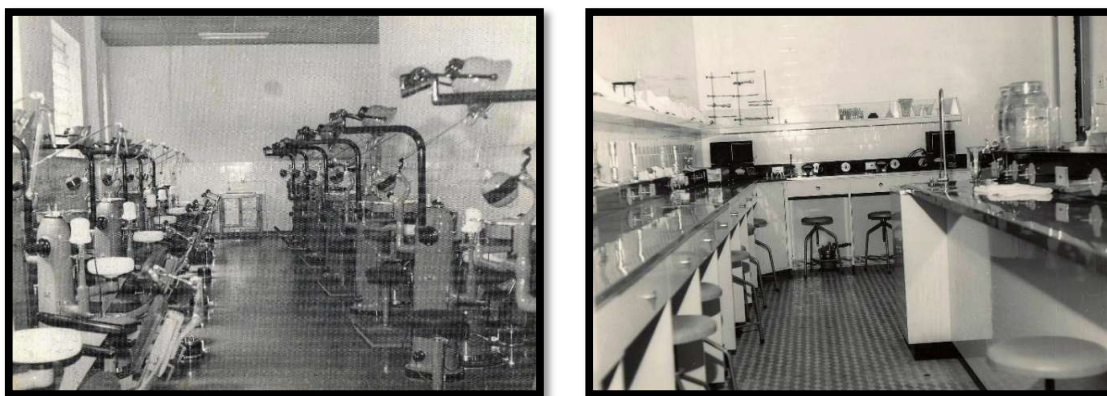
Figura 20 – Prédio recém-inaugurado da Faculdade de Odontologia, em 1962



Fonte: Arquivo Central da UFPA

O dr. João Batista esteve à frente da Faculdade no período de estabilização, atuando especialmente para que a instituição fosse federalizada, o que ocorreu com a criação da Universidade do Pará. Professor de Odontopediatria e Ortodontia, foi nomeado pelo reitor Mário Braga Henriques para continuar a presidir a faculdade, o que já fazia desde 1955, por mais três anos (1960-1962), tendo sido reconduzido ao cargo pelo reitor Silveira Netto para outros cinco anos de exercício<sup>145</sup>, cumprindo somente mais três (1963-1965), quando foi substituído pelo dr. José Marcelino Cardoso Pingarilho, professor de Patologia Geral e Bucodental, nomeado ao cargo em 1966<sup>146</sup>.

Figura 21 – Equipamentos novos da Faculdade de Odontologia do Pará em 1962



Nota: Ao integrar a Universidade do Pará, a Faculdade de Odontologia não ganhou apenas um prédio novo para a administração do curso e as aulas dos universitários, mas também novos e modernos equipamentos, que puderam ajudar a qualificar o curso da terceira mais antiga faculdade do Pará.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

<sup>145</sup> Nesse ínterim, foi nomeado vice-reitor pelo prof. Silveira Netto em dezembro de 1960, tendo acumulado assim as funções de vice-reitor e de diretor da Faculdade de Odontologia (UFPA, 1960a).

<sup>146</sup> Nogueira *et al.*, 2014; Faculdade de Odontologia, 1960-1966.

Figura 22 – Inauguração do prédio da Faculdade de Odontologia em 1962



Nota: Autoridades e convidados prestigiaram a inauguração da nova sede da Faculdade de Odontologia. O monsenhor Américo Leal, representando o arcebispo de Belém D. Alberto Gaudêncio Ramos, que exerceu o cargo de 1957 a 1990, celebrou missa e abençoou as novas instalações da unidade de ensino.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

A Faculdade de Odontologia permaneceu vizinha da Praça Batista Campos até o fim da década de 1980, período em que o prédio sofria com a falta de manutenção e conservação (Figura 23). Em 1986, a UFPA, por meio de resolução do Conselho Superior de Administração (Consad), autorizou a alienação do terreno para domínio útil (ou seja, para uso legal sem transferência de posse)<sup>147</sup>. Ao alienar o terreno sem citar a edificação nele alocada, a UFPA deixava patente sua intenção de se desfazer do imóvel – não obstante a falta de recursos (ou mesmo interesse político da Reitoria em investir em “conquistas” de gestões anteriores) para manter construções externas ao Campus, apenas se desfazer delas mostrava o desrespeito da Universidade com sua própria história. Nas palavras de John Ruskin, a arquitetura é uma excelente aliada da memória, pois

Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela. Como é fria toda a história, como é sem vida toda fantasia, comparada àquilo que a nação viva escreve, e o mármore incorruptível ostenta! – quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos nós dispensar, em troca de algumas pedras empilhadas umas sobre as outras!<sup>148</sup>

Considerando também que a memória depende de fatores físicos e psíquicos e, portanto, está sujeita a variadas adversidades, estar amparada por um bem material, como um prédio, de fato garante sua longevidade:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria<sup>149</sup>.

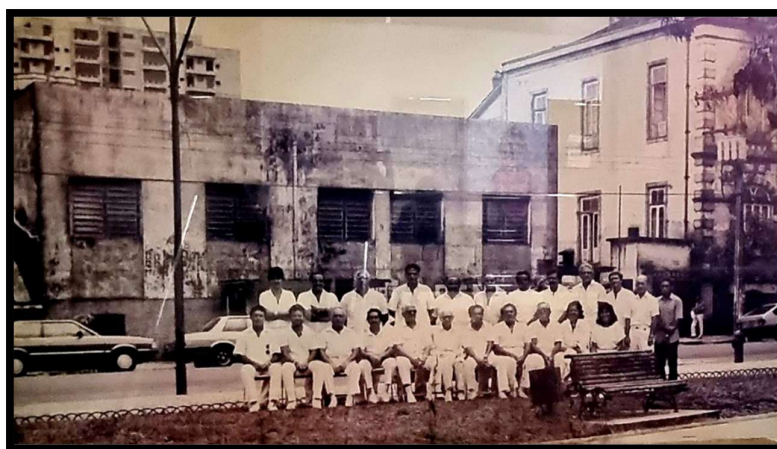
<sup>147</sup> UFPA, 1986c. A resolução também alienava um terreno na av. Almirante Barroso, na esquina da pass. Agronomia (cuja localização atual não é precisa, pois não havia edificação nem número do logradouro).

<sup>148</sup> Ruskin, 2008, p. 54.

<sup>149</sup> Le Goff, 1990, p. 423.

Por fim, se trouxemos Ruskin, faz-se necessário ouvirmos Viollet-le-Duc (pelo bem da pesquisa, claro – não queremos briga), que nos lembra das dificuldades e dos custos inerentes ao processo de restauração de monumentos e prédios, o que, possivelmente, tem sido levado em conta ao optar-se por vender em vez de restaurar edificações antigas e, por muito tempo, abandonadas (mesmo quando em uso, como a Faculdade de Odontologia): “nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos”, destacando também que “todo trabalho de restauração é uma prova bastante dura para uma construção”<sup>150</sup>.

*Figura 23 – Faculdade de Odontologia da UFPA, déc. 1980*



Fonte: Reprodução de painel da Faculdade de Odontologia. A mesma foto pode ser encontrada em Nogueira *et al.*, 2014, p. 33 (e outra semelhante na p. 133).

*Figura 24 – Avenida Pe. Eutíquio, Belém, 2023*



Nota: Local onde estava instalado o antigo prédio da Faculdade de Odontologia. Atualmente, no terreno há um grande edifício ainda em construção. Imagem capturada a partir da Praça Batista Campos.

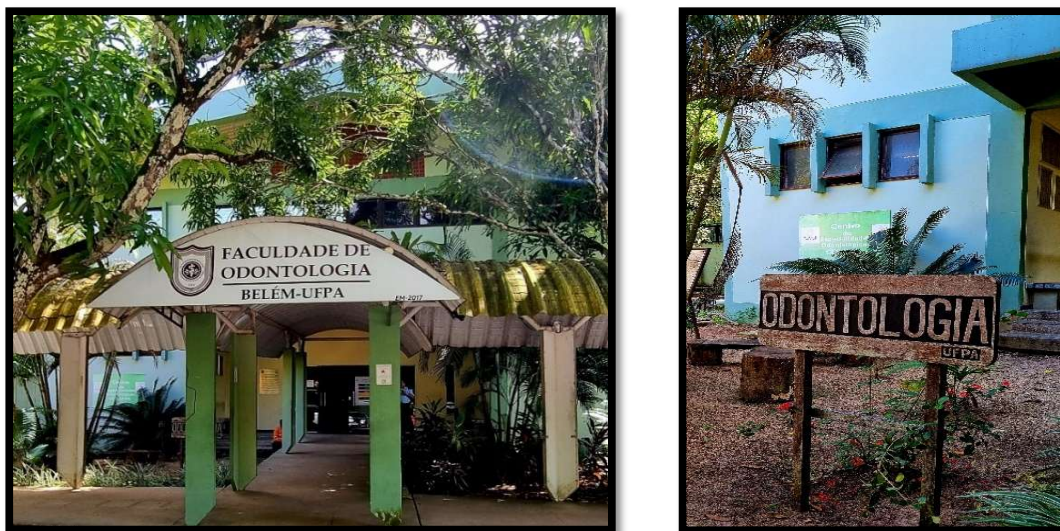
Fonte: Allyson Allen, set. 2023

<sup>150</sup> Viollet-le-Duc, 2006, p. 54.

Ainda em 1986, professores, alunos e técnicos-administrativos decidiram parar as atividades em virtude das condições insalubres e inadequadas para o ensino, com equipamentos quebrados, goteiras e outros materiais inutilizados<sup>151</sup>. Dois anos depois, em 16 de maio de 1988<sup>152</sup>, foi inaugurada a sede do curso no Campus do Guamá (ver Anexo 16). O novo prédio (Figura 25) atendia às reivindicações que levaram à greve de 1986, com dois andares e equipamentos novos:

No térreo, 4 grandes salas abrigarão 80 equipamentos, onde serão desenvolvidas atividades práticas e atendimento da Clínica Integrada e Prótese Clínica. Cada uma terá sala de esterilização, de instrumental, de moldagem e de professores [...]. No andar superior funcionará o Departamento de Clínica, com salas para secretaria, chefia de Departamento e Coordenação do Curso. Lá ficarão também os laboratórios [...] E mais quatro boxes para Raio X, câmara escura e revelação. No andar, estão duas salas para aulas expositivas com capacidade para 30 alunos cada, auditório com 81 lugares, biblioteca seccional e a sala dos professores<sup>153</sup>.

Figura 25 – Faculdade de Odontologia da UFPA, 2023



Fonte: Allyson Allen, ago. 2023

Uma vez instalada na Cidade Universitária, a faculdade, então integrada ao Instituto de Ciências da Saúde (ICS), foi equipada com novas clínicas odontológicas em setembro de 2002, com recursos oriundos do Ministério da Educação. Em 2016, durante o Governo Dilma Rousseff, o prédio da faculdade foi reformado e permanece localizado no chamado Setor da Saúde da UFPA, que se estende do quarto portão de entrada (acesso ao Hospital Bettina) até o prédio da Faculdade de Farmácia (ver Anexo 23).

<sup>151</sup> Ascom/UFPA, 1986a, p. 6.

<sup>152</sup> Ascom/UFPA, 1988b, p. 6.

<sup>153</sup> Ascom/UFPA, 1988a, p. 4.

## 1.4 Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará

As práticas médicas na capital paraense estão presentes desde a fundação da cidade, ou melhor, desde antes da colonização portuguesa, considerando que a medicina tradicional indígena (especialmente a fitoterapia e a saúde holística) era praticada pelos povos originários que habitavam o solo americano. No entanto, após a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco e a subsequente urbanização da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, fez-se necessário erigir hospitais com profissionais preparados e equipamentos adequados para o tratamento dos enfermos.

No início do século XX, Belém contava com alguns hospitais em pleno funcionamento, como o da Ordem Terceira, inaugurado em 1867<sup>154</sup>; o D. Luiz I, da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, fundado em 1877<sup>155</sup>; e o mais antigo desses, como atestam os pesquisadores Antônio Baena, Arthur Viana e Ernesto Cruz<sup>156</sup>, a Santa Casa de Misericórdia do Pará, inaugurada em 1650<sup>157</sup>:

Embora não tenha ainda passado em nossas mãos, nas investigações feitas nos arquivos nacionais e estrangeiros, nenhum documento que esclareça, definitivamente, a data certa da fundação da Confraria, Igreja e Hospital da Misericórdia do Pará, aceitamos a informação de Baena e Artur Viana, de haver sido a Irmandade instituída na Igreja – “que fora ereta em 1650”. Nesse ano, ou daí em diante, podemos procurar os fundamentos da pia Instituição<sup>158</sup>.

<sup>154</sup> Para mais informações sobre a história da Ordem Terceira e de seu hospital, acessar o *site* oficial da instituição: <http://hospitalordemterceira.com.br/historia/>.

<sup>155</sup> Braga, 1916. p. 38-39. Para mais informações sobre a Beneficente Portuguesa do Pará e sobre a história do hospital D. Luiz I, acessar: <https://www.beneficenteportuguesa.com.br/page/quem-somos-2>.

<sup>156</sup> Baena, 1969; Cruz, 1973; Vianna, 1992. Mais informações sobre a história da Santa Casa também podem ser encontradas em: <https://santacasa.pa.gov.br/historia/>.

<sup>157</sup> O hospital da Santa Casa foi instalado inicialmente no bairro da Cidade Velha: “Fundava-se na vizinhança do Convento dos Mercedários, sobre o lado oriental da rua de Santo Antônio dos Capuchos, uma Igreja da Misericórdia e, junto dela, a respectiva Santa Casa: cujo patrimônio, por pequeno, não pode dar todos os auxílios assim à humanidade desamparada e aflita, como à humanidade oprimida com o anátema da vindita pública” (Baena, 1969, p. 64). Atualmente, na antiga localização, está a afamada loja Paris n’América, na rua Sto. Antônio – a depender da localização, também chamada Conselheiro João Alfredo – com a praça Barão de Guajará, antes chamada Largo da Misericórdia, pela presença do hospital ali (Cruz, 1992, p. 104-105). Então a Santa Casa passou a receber incentivo financeiro da Coroa portuguesa: “Dezessete anos depois de fundada, alcançou a Misericórdia do Pará o diploma de 12 de julho de 1667, pelo qual aprovou D. Afonso V sua instituição e declarou-se seu protetor concedendo-lhe as mesmas isenções, graças e privilégios de que gozava a congênere portuguesa” (Vianna, 1992, p. 16). Entretanto, apesar da benesse real, o antigo prédio ruiu, forçando-a a mudar de endereço, instalando-se temporariamente nas dependências do antigo colégio dos jesuítas, na Igreja de Santo Alexandre, “em 1798, em virtude de Ordem Régia, deixando a sua Igreja, que fora ereta em 1650 [...] e que, por descuido, caíra em ruína” (Baena, 1839, p. 240). Por fim, a Santa Casa transferiu-se em definitivo para o Largo de Santa Luzia, no bairro do Umarizal, onde permanece (Braga, 1916, p. 38-39).

<sup>158</sup> Cruz, 1973, p. 166.

Entretanto, os profissionais de saúde do estado, até as duas primeiras décadas do século XX, não eram formados em Belém. Cenário que começou a mudar no início de 1919, mais precisamente no dia 9 de janeiro, quando ocorre a decisão de criar a Faculdade de Medicina e Cirurgia, pela Associação Científica do Pará, a mesma que havia criado, em 1914, a Escola Livre de Odontologia<sup>159</sup>. Inicialmente instalada em salas do Ginásio Paes de Carvalho (Figura 26), com práticas de anatomia no necrotério municipal, a faculdade teve como primeiro diretor Antônio Emiliano de Sousa Castro, o Barão de Anajás, sucedido pelo médico Camilo Salgado.

Figura 26 – Liceu Paraense, c 1875



Nota: Foto do Liceu Paraense, instalado no prédio em estilo neoclássico que abrigou também o Liceu Benjamin Constant, e mais tarde, em 1901, passaria a se chamar Ginásio Paes de Carvalho. Localizado na Praça da Bandeira (antes Largo do Quartel), no bairro da Campina, as salas do Ginásio acolheram aulas da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Odontologia e do Instituto Cívico-Jurídico. Atualmente, seu nome é Colégio Estadual Paes de Carvalho.

Fonte: Felipe Augusto Fidanza. *Liceu Benjamin Constant*, Belém, c. 1875. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2532>.

A iniciativa era pioneira na região, uma vez que “a Faculdade de Medicina, que está amparada pelos melhores e mais eminentes médicos de Belém, é o primeiro instituto do gênero que se vai abrir no Norte, da Bahia ao Pará”<sup>160</sup>. Entretanto, os futuros médicos precisaram esperar alguns meses até o início das aulas, pois a faculdade foi instalada somente em 1º de maio (ver Anexo 4), quando passou a funcionar efetivamente<sup>161</sup>, como atesta notícia veiculada no jornal *Folha do Norte*:

<sup>159</sup> Sodré, 1919, p. 122; 1920, p. 63.

<sup>160</sup> Faculdade de Medicina..., 1919e, p. 1. De fato, a faculdade foi a primeira da região e uma das primeiras do Brasil, ainda assim foi constituída passados mais de cem anos da fundação daquela que inaugurou a formação médica em solo nacional, a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808 por decisão de D. João VI, e que mais tarde se tornaria a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Brasil, 1891a; Velloso, 2020; Cabral, 2011).

<sup>161</sup> Miranda; Abreu Jr., 2009, p. 19.

Com a mais singela das formalidades, inaugurar-se-á, hoje, às 9 horas da manhã, a Faculdade de Medicina, fundada recentemente neste Estado. O ato terá lugar no salão nobre do Ginásio Paes de Carvalho, estando convidados os corpos docente e discente da Faculdade e da Escola de Odontologia, Faculdade de Direito, Ginásio Paes de Carvalho, Escola Normal, Escola de Agronomia, etc. [...] <sup>162</sup>.

Entre janeiro e maio, a faculdade dedicou-se a receber novas adesões de professores <sup>163</sup>, passando a contar com um quadro docente influente, com destaque para o futuro governador Dionysio Ausier Bentes (Fisiologia), os primeiros diretores Sousa Castro (Patologia Geral) e Camilo Salgado (Clínica Cirúrgica), além de Mário Chermont (Física Médica) e Pedro José de Miranda (Clínica Oftalmológica) <sup>164</sup>, cujos nomes batizariam ruas da cidade. Os meses iniciais de funcionamento também foram reservados para organizar a infraestrutura e proceder às inscrições dos alunos, bem como ao exame de admissão <sup>165</sup>.

Desde a fundação da faculdade, ou mesmo antes de sua idealização, ainda nas reuniões de criação da Associação Científica do Pará, a figura do dr. Camilo Henrique Salgado se destacava. Sua dedicação à medicina e aos doentes, e atuação incansável na concretização do projeto da faculdade e, em seguida, na campanha para coletar fundos para a compra de um prédio próprio para a instituição galgaram o nome do médico a um *status* quase divino na comunidade médica. Tanto prestígio fizeram Deodoro de Mendonça, então secretário-geral do Governo estadual, assinar decreto determinando luto de três dias pelo falecimento de Camilo Salgado, ocorrido em 2 de março de 1938, além de custear e conceder honras de chefe de Estado aos funerais do proeminente médico <sup>166</sup>.

A Faculdade de Medicina precisava de acomodações apropriadas para as práticas médicas e para as aulas dos alunos matriculados <sup>167</sup>. Camilo Salgado assumiu a resolução dessas

<sup>162</sup> Faculdade de Medicina... 1919c, p. 3.

<sup>163</sup> Faculdade de Medicina... 1919b, p. 1.

<sup>164</sup> Faculdade de Medicina, 1919a, p. 1.

<sup>165</sup> Conforme as edições da *Folha do Norte* de 26 de fevereiro de 1919, p. 2; 1º, 11 e 22 de março de 1919, p. 1; 2 de abril de 1919, p. 1. Até o dia 29 de abril de 1919, havia 46 alunos matriculados, entre eles o dr. Antonio Magno e Silva (Faculdade de Medicina..., 1919f, p. 1), um dos fundadores da Associação Científica do Pará, logo, também responsável pela criação da Faculdade de Medicina e da Escola de Odontologia (Faculdade de Medicina..., 1919d, p. 1).

<sup>166</sup> Pará, 1938a, p. 98.

<sup>167</sup> Importante lembrar que, diferentemente das faculdades precedentes, criadas sob prosperidade econômica, a Faculdade de Medicina surge no período de crise da borracha, no entreguerras, em que as exportações nacionais caíam ano após ano – de 20.687 toneladas, em 1915, para 16.328t, em 1918 (*Revista Commercial do Pará*, 1919, p. 6-12) – e a Inglaterra se consolidara como principal exportadora mundial (pelos “feitos” de Henry Wickham), o que exalta sobremaneira o trabalho do dr. Camilo Salgado (Haag, 2009, p. 22-25). Esse cenário fica bem ilustrado na seção Aos Nossos Leitores, do primeiro volume da revista *Norte Odontológico*, afetado pela falta de recursos, incluindo papel: “Dada a situação anormal que atravessamos, todo o nosso esforço foi inútil para darmos o primeiro número desta revista em janeiro do corrente ano [1917]”, iniciando trimestralmente sua distribuição “até que, desaparecida do nosso mercado a escassez de papel, possamos publicá-la mensalmente” (Pereira, Lima, Pontes, 1917).

carências como metas inadiáveis. Acreditando então que o seu estabelecimento de ensino deveria fixar-se o mais próximo possível da Santa Casa de Misericórdia, viu no casarão que abrigava o antigo Sexto Grupo Escolar<sup>168</sup> o imóvel perfeito para satisfazer essa demanda (Figura 27 e 28). Para tanto, Salgado, assim como alguns professores, abdicou de seus proventos e promoveu um *crowdfunding* à moda antiga: batendo nas portas certas e divulgando a empreitada nos jornais impressos, angariando doações inclusive de fora do estado<sup>169</sup>. Funcionou. Em 1923, apenas quatro anos depois do início das atividades, a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará adquire o referido prédio<sup>170</sup>, localizado no Largo de Santa Luzia<sup>171</sup>:

Esta faculdade, criada por um grupo de distintos médicos de Belém, possui na sua direção o emérito professor dr. Camilo Salgado, que lhe dedica o mais porfiado esforço, e já adquiriu e remodelou o prédio onde funciona, dotando-o do aparelhamento necessário a esse ensino.

Escolhido em local apropriado, em frente ao Hospital da Santa Casa, quis assim a sua administração reunir o ensino prático ao teórico, ambos imprescindíveis ao preparo perfeito dos futuros médicos que nela se formem<sup>172</sup>.

Em julho de 1924, passa a ser reconhecida nacionalmente, sendo equiparada às instituições federais de ensino<sup>173</sup>. A equiparação foi celebrada pela congregação da faculdade,

<sup>168</sup> Depois Grupo Escolar Wenceslau Braz. Mais tarde, o colégio transfere-se para um prédio novo e mais amplo, na av. Generalíssimo Deodoro, em terreno vizinho ao anterior, onde se mantém em atividade, todavia rebatizado para Escola Estadual Dr. Freitas, em cumprimento ao Decreto estadual n. 84, de 1931 (Pará, 1931a, p. 9). Os grupos escolares foram uma iniciativa do Estado para melhorar os índices de letramento e não mais depender das escolas isoladas, em geral administradas por professores particulares. Desse modo, o governador Paes de Carvalho, a partir do Regulamento de 2 de janeiro de 1899, iniciou a mudança, pois o ensino primário “vinha de há muito apresentando evidentes sintomas de decadência e abatimento [...]” (Carvalho, 1901, p. 51). Em 1901, foi inaugurado o Primeiro Grupo Escolar, chamado José Veríssimo, “construído segundo todas as exigências da higiene e da pedagogia” (p. 53), cujo prédio, após diversas intervenções, continua em pé, agora como Escola Estadual José Veríssimo, localizado na rua Presidente Pernambuco, em terreno que se estende da av. Conselheiro Furtado à rua dos Tamoios, em frente à Praça Batista Campos. Este foi o único grupo escolar construído pelo Governo, os demais passaram a ser instalados em casas alugadas (Montenegro, 1901, p. 31-32).

<sup>169</sup> Miranda; Abreu Jr., 2009, p. 47-62.

<sup>170</sup> Não foi possível determinar o ano de construção do palacete, inicialmente projetado como residência, mas sua origem provavelmente remonta ao fim do século XIX. Se considerarmos que à data de publicação do Decreto estadual n. 1.029, pelo qual foi criado o Sexto Grupo Escolar, o Palacete de Santa Luzia já havia sido alugado pelo Estado, então desde junho de 1901 foi transformado em escola (Montenegro, 1907, p. 27). Apesar do nome, este foi o segundo grupo escolar criado em Belém, o primeiro da gestão de Augusto Montenegro – até 1902, havia cinco na capital e nove no interior do estado (Montenegro, 1902, p. 34); somente em 1903 Belém passou a contar efetivamente com seis grupos escolares (Montenegro, 1903, p. 33), sendo que o Grupo José Veríssimo, antes o primeiro, já em 1905 era chamado de Quarto Grupo (Pará, 1905, p. 5-6), o que demonstra ser esta uma classificação mais geográfica do que cronológica, como evidencia o *Boletim Oficial da Instrução Pública*, de 1905, que assim os lista: Primeiro Distrito, Segundo Distrito, Anexo à Escola Normal, Avenida Nazaré, José Veríssimo e Praça Santa Luzia (Secretaria..., 1905). Apesar do investimento em novas escolas, o governador acreditava que era necessária a reformulação do programa de ensino, pois julgava haver excesso de matérias e distribuição ineficaz do conteúdo pelos anos letivos, além da má formação dos professores (Montenegro, 1903, p. 30): “Penso que a falta de professores habilitados provém, em grande parte, do nosso sistema de ensino normal, extraordinariamente sobrecarregado e lento” (Montenegro, 1901, p. 32).

<sup>171</sup> Sousa Castro, 1923, p. 62; 1924, p. 68; Miranda; Abreu Jr., 2009.

<sup>172</sup> Bentes, 1925, p. 58.

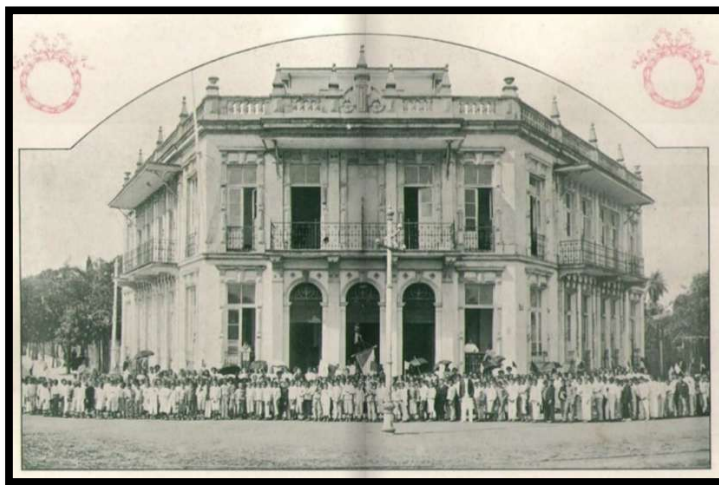
<sup>173</sup> Sousa Castro, 1924, p. 68; Bentes, 1927, p. 36.

que promoveu uma festa de comemoração pelo feito, com autoridades, professores, alunos e familiares, afinal foram apenas cinco anos de atividade e poucos meses com sede própria até a obtenção da distinção federal<sup>174</sup>.

Um despacho telegraphico, que a imprensa diaria estampou na terça-feira, trouxe a alvissareira noticia de que o Conselho Superior de Ensino da Republica havia approvedo o parecer unanime opinando pelo reconhecimento oficial da Faculdade de Medicina do Pará. [...] Si a Amazonia, victima das endemias que inutilisam tantas actividades uteis ao Brasil, muito tem a ganhar, com uma Faculdade de Medicina equiparada no extremo-norte, o Pará, que a providencia escolheu para séde da mesma, deve particularmente sentir-se ufano, porque o acontecimento que assignalamos com jubilo é um passo de progresso que estados mais ricos do que o nosso não conseguiram<sup>175</sup>.

No mesmo ano<sup>176</sup>, a Faculdade de Medicina diploma os quatro primeiros médicos formados no Pará: Antônio Magno e Silva, Bianor Martins Penalber, Hippolito Carelli e Honorato Remigio de Castro Filgueiras<sup>177</sup>.

*Figura 27 – Sexto Grupo Escolar de Belém, 1905*



Fonte: Pará, 1905, p. 22.

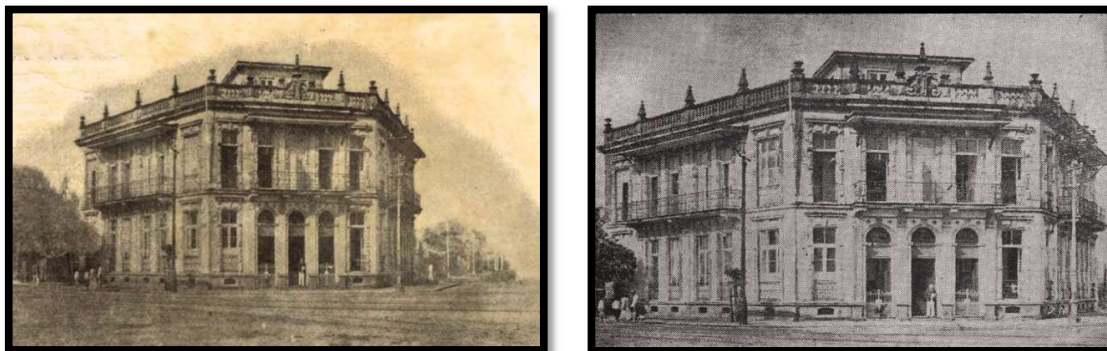
<sup>174</sup> A Faculdade de Medicina..., 1924.

<sup>175</sup> Faculdade de Medicina..., 1924, [p. 15-16].

<sup>176</sup> Em 1924, ocorre a tentativa de criação da Universidade Livre do Pará, idealizada por intelectuais paraenses, como os engenheiros Henrique Santa Rosa e Elias Viana (a Escola de Engenharia seria fundada apenas em 1931) e o escritor, jurista e professor estadual Alcides Gentil, bem como por professores ligados às escolas superiores existentes então, como Camilo Salgado, diretor da Faculdade de Medicina, e Jayme Aben-Athar, diretor da Faculdade de Odontologia do Pará. O Grêmio Literário Português acolheu as primeiras reuniões de preparação à universidade, que teve seu ato formal de abertura ou aula inaugural realizada no Teatro da Paz, no dia 15 de junho de 1924, ministrada por Santa Rosa e intitulada “Belém e a sua Topografia”, em que o engenheiro traça um panorama da cidade, desde o início da expedição comandada pelo capitão-mor Castelo Branco, em São Luís, no Maranhão, até apontamentos sobre o saneamento das “terras baixas”, próximas ao rio Guamá. A Universidade Livre, contudo, não avançou além da aula inaugural e foi extinta antes mesmo de vigorar (Moreira, 1989, p. 142-143; 1977, p. 14-15; Santa Rosa, 1924).

<sup>177</sup> Bentes, 1925, p. 58.

Figura 28 – Sexto Grupo Escolar de Belém, c. 1908



Nota: Estes dois recortes representam a mesma imagem, porém com dimensões e resoluções diferentes.  
 Fonte: [Foto da esquerda] *Revista da Semana*, Belém, ano XIII, n. 436, 20 set. 1908; [foto da direita] Miranda; Abreu Jr., 2009, p. 64.

Uma das primeiras e sobressalentes intervenções no grande sobrado realizadas pela direção da Faculdade de Medicina foi a construção do salão nobre, constituindo o terceiro andar do prédio, como pode ser visto na Figura 29. A faculdade possuía os terrenos contíguos ao prédio, tanto na av. Generalíssimo como na rua Bernal do Couto, onde seriam instalados futuramente o Auditório e o Instituto de Anatomia, respectivamente.

Figura 29 – Faculdade de Medicina, Belém, c. 1930



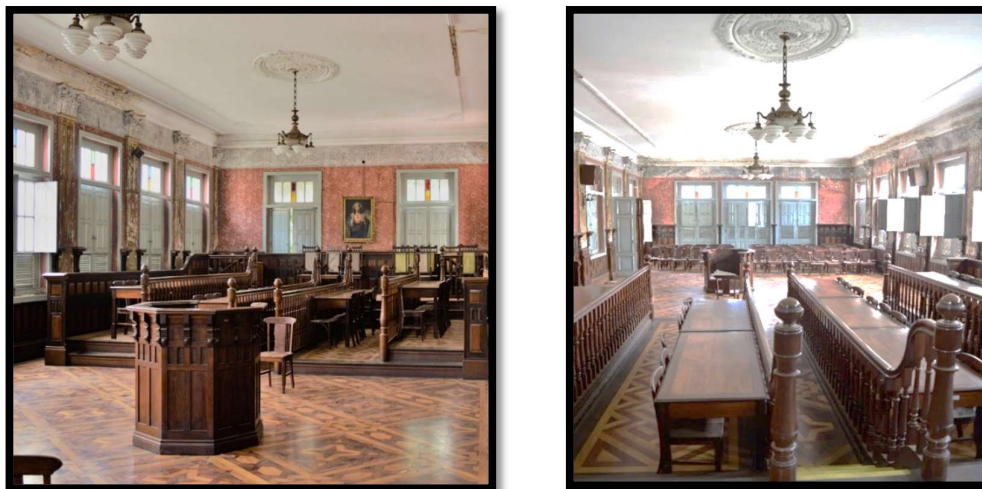
Fonte: Miranda; Abreu Jr., 2009, p. 130.

Sobre o salão nobre (Figura 30), apresenta-se em bom estado de conservação, embora, em 2017, estivesse com bastante sujeira e alguma infiltração. As portas, janelas e, principalmente, os móveis, feitos com madeiras nobres, que remontam ao período colonial e à influência do estilo eclético, não revelam imediatamente a ação do tempo; algumas cadeiras, no entanto, cujo assento e espaldar são feitos com palha sextavada<sup>178</sup>, estão com rasgos nas palhas

<sup>178</sup> Utilizada na confecção do tipiti, também é conhecida como palhinha indiana, embora a técnica da palha trançada – ou mesmo as talas de palmeiras, como o miriti – seja secular na cultura indígena brasileira.

e desgastes naturais na madeira. O piso de taco, com peças dispostas em formas geométricas e em estrelas, igualmente apresenta desgaste compatível com seu propósito, todavia bem conservados considerando seu tempo de uso.

Figura 30 – Salão Nobre da Faculdade de Medicina, 2017



Nota: Imagens do salão nobre da Faculdade de Medicina (atual Instituto de Ciências Médicas) – à esquerda: vista a partir de uma das portas de entrada, próxima à fachada, à av. Generalíssimo, com destaque para o púlpito dos oradores (ao centro), a área elevada da congregação e a mesa principal (ao fundo); à direita: vista a partir da mesa principal.

Fonte: Allyson Allen, fev. 2017

Na segunda metade da década de 1930, mais precisamente entre 1936 e 1937, o prédio da faculdade passa por uma reforma geral, que modificaria sensivelmente a sua fachada (Figura 31). As sacadas e marquises, da frente e das laterais, foram removidas, do mesmo modo que os poucos traçados curvilíneos foram substituídos por linhas retas, buscando dar ares de modernidade ao casarão – ficando a fachada descaracterizada e esteticamente empobrecida (opinião pessoal). Segundo Milton Santos, a taxa de urbanização da Amazônia era compatível com a do Sul até 1940, vindo a se distanciar na década seguinte, acompanhada pela tendência à aglomeração da população nos grandes centros urbanos<sup>179</sup>. Por conseguinte, a reforma da faculdade seguia o novo impulso modernizante de reformulação da arquitetura urbana, buscando adequar a cidade ao que se entendia então como metrópole moderna, de norte a sul:

Pode-se dizer que nos dois últimos decênios, o espaço nacional conheceu transformações extensas e profundas. A modernização é o principal elemento motor dessas mudanças, acarretando distorções e reorganizações, variáveis segundo os lugares, mas interessando a todo o território<sup>180</sup>.

<sup>179</sup> Santos, 1993, p. 57-64; 69-80.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 104.

*Figura 31 – Faculdade de Medicina da UFPA, déc. 1980*



Fonte: Arquivo Central da UFPA

Após a reforma, a Faculdade de Medicina passava por dificuldades financeiras, pois não conseguia se manter apenas com a mensalidade de seus alunos, que não eram poucos, mas em número insuficiente para cobrir todas as despesas. Porém, o empenho de seus dirigentes, especialmente do então diretor dr. Lauro Antunes de Magalhães, e as doações, ora do Governo estadual, ora de beneméritos, permitiram à faculdade ampliar a sua estrutura predial. Assim, foram construídos o Laboratório de Farmacologia, em 1938; o Instituto de Anatomia Camilo Salgado (na rua Bernal do Couto), em 1942; a Biblioteca (anexa ao prédio central, pela av. Generalíssimo – Figura 32), em 1943; o Auditório Lauro de Magalhães (em prédio independente, ao lado do sobrado, na av. Generalíssimo – Figura 33), em 1949; o Biotério (Figura 34), em 1950, mesmo ano de sua federalização.

*Figura 32 – Fachada da antiga biblioteca da Faculdade de Medicina, 2023*



Fonte: Allyson Allen, ago. 2023

Apesar do sobrado centenário e dos prédios anexos, o dr. Gerinaldo Ferreira Lima<sup>181</sup>, que cursou os seis anos de Medicina durante a década de 1980, ao ser provocado sobre quais lembranças dessa época carrega consigo, pontua ter muitas guardadas, mas aquelas que logo lhe vieram à memória foram a orla do Campus do Guamá, cuja vista da baía do Guajará ajudava a relaxar em dias exaustivos, considerando que tinham aulas nos três turnos, e o jardim central da faculdade (Figura 34), uma área de circulação onde os alunos podiam conversar sobre as aulas ou outros assuntos. Pontua que, na sua época de estudo, a turma tinha poucas aulas no casarão – patologia, inclusive, era no Auditório Lauro de Magalhães (Figura 33) – mas lembra com carinho das amizades que firmou durante o curso, dos professores conceituados, e dos funcionários, como o Révis (apelido criado a partir da palavra inglesa *haves*), responsável pela organização das salas, pelo retroprojeter e pelos *slides*, um homem sempre solícito e educado.

Figura 33 – Auditório Lauro de Magalhães, Belém, em 1964 e 2023



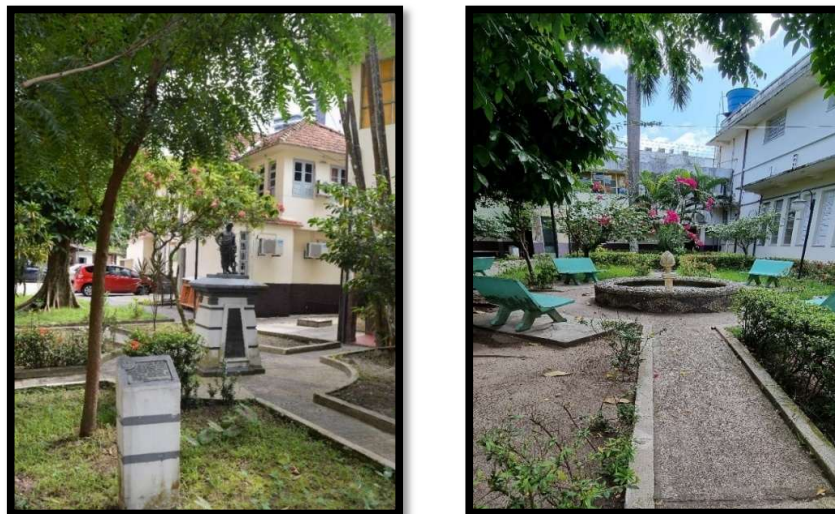
Fonte: Universidade do Pará..., 1965, p. 16; Allyson Allen, ago. 2023

Tal depoimento testifica que o prédio, o monumento, sem a função social, sem o uso pelos indivíduos, sem o vínculo a narrativas pessoais, representa somente um amontoado de tijolos e cimento, encaixado nos domínios da urbe, abarrotada de tijolos e cimento. O patrimônio, por sua vez, excede esses limites de concreto, como mostrou o dr. Gerinaldo ao remeter-se à vista, à amizade, ao jardim, afinal “cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas”<sup>182</sup>.

<sup>181</sup> Gerinaldo Ferreira Lima, 60 anos. Entrevista concedida por chamada telefônica (Belém – Vitória) em 5 de maio de 2023.

<sup>182</sup> Santos, 1988, p. 11. Embora Milton Santos refira-se à sua visão “atual” do espaço como um todo, sua definição adequa-se às dimensões do patrimônio cultural.

Figura 34 – Jardim central da Faculdade de Medicina, 2017



Nota: Área de circulação da Faculdade de Medicina (atual ICM), com o monumento a Asclépio (ou Esculápio), composto pela estátua do deus da Medicina e da cura, na mitologia grega, e uma base de concreto, com uma placa de ferro onde se lê: “à Faculdade de Medicina, o prof. Silva Rosado”. A frente, o totem em homenagem ao dr. Camilo Salgado, com a inscrição: “que a memória do cirurgião prof. Camilo Salgado sirva de exemplo à posteridade: pelo seu saber, pela sua bondade e pelo seu coração”; a placa é assinada pela “Sociedade Doutorandos de 1930, da Faculdade Nacional de Medicina. Belém – janeiro de 1959”, contendo ainda uma medalha da referida faculdade. Ao fundo, o prédio construído para ser o Biotério.

Fonte: Allyson Allen, fev. 2017.

Assim como o espaço não se conecta às pessoas do mesmo modo, o contexto social também influencia cada indivíduo distintamente, pois, como sabemos, “os contextos não são um tipo de situação social objetiva, e sim constructos dos participantes, subjetivos embora socialmente fundamentados, a respeito das propriedades que para eles são relevantes em tal situação, isto é, modelos mentais”<sup>183</sup>. Daí o entrevistado, que estudou durante os anos finais da ditadura militar no Brasil, ainda que não tenha se alienado ao momento sociopolítico, como veremos adiante, afirmar que a maioria de suas lembranças relacionadas à UFPA são agradáveis, como são as de milhares de profissionais e universitários e usuários que passaram pela Federal.

A propósito, em janeiro de 1950, a Faculdade de Medicina é transformada em estabelecimento federal de ensino superior, sendo todos seus direitos, bens móveis e imóveis incorporados ao Patrimônio Nacional, ao mesmo tempo que professores e funcionários passaram ao quadro de servidores da administração pública federal. No mesmo ano, a Lei n. 1.254 dispôs sobre as normas gerais para o sistema de ensino superior, ratificando a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, bem como a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia

<sup>183</sup> Dijk, 2012, p. 87.

como instituições federais de ensino, mantidas e administradas pela União, fixando a dotação destinada à primeira em Cr\$ 4.357.560,00<sup>184</sup>.

Entretanto, a federalização inicialmente não trouxe o aporte financeiro previsto e tão esperado pela direção, pelos professores e alunos. Com os recursos próprios ainda disponíveis, no fim da década de 1940<sup>185</sup>, foram comprados terrenos na av. Generalíssimo Deodoro, vizinhos ao auditório, para a construção do Instituto de Higiene (Figura 35), um sonho antigo de Camilo Salgado e da congregação da faculdade; logo, o aporte da União seria bem-vindo para a conclusão da obra. Porém, a federalização resultou, no primeiro momento, apenas em gasto extra, pois o pagamento do inspetor federal designado para a fiscalização do curso – ônus advindo da mudança de *status* – era responsabilidade da faculdade.

Figura 35 – Instituto de Higiene, c. 1990



Nota: O atual Núcleo de Medicina Tropical no início da década de 1990, ainda com o aspecto da inauguração do Instituto de Higiene em 1954.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

As obras foram iniciadas, mas suspensas por falta de recursos. Somente após a alocação das verbas federais finalmente ser realizada e com a destinação de investimentos provenientes da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), futura Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), as obras puderam ser retomadas e concluídas. Assim, em 1954, foi inaugurado o Instituto de Higiene e Medicina Preventiva dr. Olímpio da Silveira, que viria a se tornar o Núcleo de Medicina Tropical (Figuras 36 e 37).

<sup>184</sup> Brasil, 1950a; 1950b. Mais de quatro milhões de cruzeiros, equivalentes a pouco mais de mil e quinhentos reais, em valores atualizados.

<sup>185</sup> Por volta de 1949, mesmo ano em que o prof. Silveira Netto, que viria a ser diretor da Faculdade e reitor da Universidade, tomou posse como catedrático de Higiene e Medicina Preventiva, após aprovação em concurso (Novo Catedrático..., 1949, p. 83).

*Figura 36 – Núcleo de Medicina Tropical, UFPA, 2023*



Nota: Antes Núcleo de Patologia Regional e Higiene, ou Instituto de Higiene, o Núcleo de Medicina Tropical permanece no mesmo endereço desde sua fundação, ao lado do antigo casarão da Faculdade de Medicina.

Fonte: Allyson Allen, ago. 2023

*Figura 37 – Núcleo de Medicina Tropical, Belém, em 1964 e 2017*



Nota: Outro ângulo do Núcleo de Medicina Tropical, a partir do interior do ICM-UFPA, em 1964 (à esquerda) e em 2017 (à direita).

Fonte: Universidade do Pará..., 1965, p. 20; Allyson Allen, fev. 2017

Com a criação da Universidade do Pará em 1957, a Faculdade de Medicina teve seu regimento aprovado em 1958 e, a partir de dezembro de 1970, a estrutura física da faculdade passou a constituir o Centro Biomédico da Universidade, que incluía as faculdades de Farmácia e de Odontologia. Embora construído pela faculdade e parte integrante da estrutura do novo centro, o Instituto de Higiene ganhou certa autonomia administrativa, ainda que essencialmente vinculado à sua unidade criadora<sup>186</sup>. De tal modo, que, em 1972, o instituto foi transformado em Núcleo de Patologia Regional e Higiene, subordinado diretamente à Reitoria, composto pelos departamentos de Patologia, Dermatologia e Medicina Comunitária<sup>187</sup>. Em 1991, após nova reformulação, torna-se órgão de integração multidisciplinar, ainda subordinado à Reitoria, mas agora com nova denominação: Núcleo de Medicina Tropical (NMT)<sup>188</sup>.

Na década de 1990, a faculdade contou com dois inestimáveis reforços para o aperfeiçoamento de seus procedimentos e da qualidade do processo ensino-aprendizagem: a incorporação, pela UFPA, do Hospital Barros Barreto, em 1990, e a inauguração do Hospital Bettina Ferro de Souza, em 1993<sup>189</sup>. Não obstante esse impulso ter beneficiado alunos e professores da faculdade, provou-se determinante para o combate à epidemia de cólera, que se iniciou em 1991 e se arrastou, em algumas localidades, até 2005, atingindo o Brasil e alguns países da América Sul. A atuação dos profissionais especialmente do Hospital Barros Barreto ajudou a conter a epidemia no estado já em 1992 e praticamente erradicá-la em 1996<sup>190</sup>.

*Figura 38 – Instituto de Ciências da Saúde (atual ICM), 2008*



Fonte: Márcio Ferreira, 2008

<sup>186</sup> UFPA, 1958b; 1970c.

<sup>187</sup> UFPA, 1972b.

<sup>188</sup> UFPA, 1991b. Atualmente, o NMT é dirigido pelas professoras Edna Aoba Yassui Ishikawa e Luísa Carício Martins.

<sup>189</sup> Ver subitens 7.3 e 7.4.

<sup>190</sup> Gerolomo, Penna, 1999.

Durante outra crise sanitária, agora a pandemia de Covid-19 (2019-2022), a Universidade concluiu a construção de um novo complexo predial (Figura 39) para acolher o Instituto de Ciências da Saúde (que congrega seis faculdades: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Odontologia), transferindo as atividades realizadas pelo ICS no sobrado centenário para o Campus Guamá, próximo ao Hospital Bettina. A inauguração do novo instituto ocorreu no dia 13 de dezembro de 2022, com a presença do reitor Emmanuel Zagury Tourinho e do vice-reitor Gilmar Pereira da Silva<sup>191</sup>. Por sua vez, a inauguração do Instituto de Ciências Médicas (ICM) aconteceu no dia 9 de janeiro de 2023<sup>192</sup>, no salão nobre do velho casarão, ocasião em que reitor e vice-reitor empossaram a direção do novo instituto, formada pelos professores Silvestre Savino Neto e Sílvia Helena Arias Bahia.

*Figura 39 – Instituto de Ciências da Saúde e Faculdade de Medicina da UFPA, 2023*



Fonte: Allyson Allen, maio 2023

O ICM é composto pela Faculdade de Medicina, ocupando o prédio centenário dessa faculdade (antes ICS), e pelo Programa de Pós-Graduação em Atenção e Estudos Clínicos no Diabetes. Fazem parte da estrutura do instituto o novo prédio da Faculdade de Medicina e o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (ver Figura 107), localizados na Cidade Universitária, bem como o Laboratório de Anatomia Patológica e Humana, o Serviço de Dermatologia e o Ambulatório de Cirurgia, localizados no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB)<sup>193</sup>. Atualmente, a entrada principal é na av. Generalíssimo, no Pavilhão Lauro de Magalhães (auditório). O casarão centenário pode descansar assim seus portões de ferro, porém não está imune às mudanças naturais e, principalmente, às provocadas pela falta de cuidado e pela depredação (Figura 40). De qualquer forma, o prédio histórico do

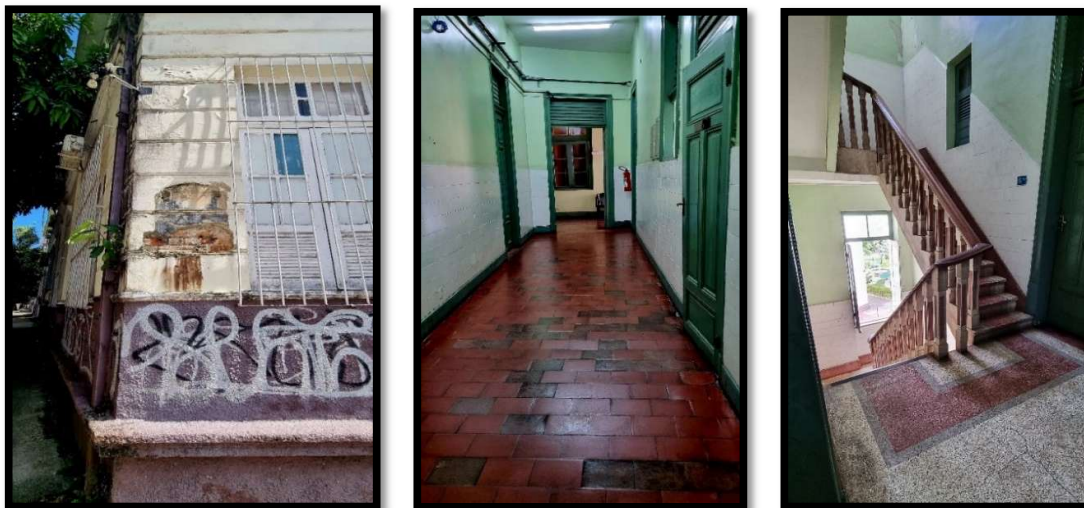
<sup>191</sup> Souza, 2022.

<sup>192</sup> Ascom/UFPA, 2023.

<sup>193</sup> O Instituto de Ciências Médicas foi criado pela Resolução n. 848, de outubro de 2022 (UFPA, 2022b).

Largo de Santa Luzia permanece sob a administração da UFPA, mas sofre com a falta de uma política patrimonial que determine ações preventivas e estabeleça cuidados e restaurações quando necessárias no patrimônio edificado que esteja corrompido.

Figura 40 – Detalhes do prédio do Instituto de Ciências Médicas da UFPA, 2023



Nota: A fachada do casarão da antiga Faculdade de Medicina apresenta vários comprometimentos promovidos pelo tempo e pela falta de manutenção e conservação preventiva, como vegetação, limo, infiltração, incluindo vestígios do descaso de moradores com o patrimônio da cidade, como o roubo da placa de ferro que ornava a fachada e a presença de pichação. O piso do segundo andar tem falhas resultantes do uso e do descaso, que afetam também portas e janelas do prédio; a escadaria, todavia, por conta de seus materiais, está bem conservada.

Fonte: Allyson Allen, ago. 2023.

A historiadora inglesa Frances Amelia Yates, ao traçar o percurso dos tratados de memória escritos até o Renascimento, destaca o posicionamento de Erasmo de Roterdã sobre o assunto: “embora não negue que a memória possa ser ajudada por lugares e imagens, ainda assim a melhor memória está baseada em três coisas mais importantes, isto é, estudo, ordem e cuidado”<sup>194</sup>. Decerto, como lembra Yates, Erasmo possuía uma visão antiquada, que ficaria ainda mais enfraquecida com a popularização do livro impresso na Idade Média. No entanto, o filósofo holandês não nega a importância dos lugares (seja um imóvel, seja um sítio) como recurso memorialístico – o patrimônio edificado incluso – e com ele concordamos que não somente a memória, mas também o patrimônio cultural depende de estudo, ordem e cuidado, etapas que se assemelham às da Restauração Objetiva, proposta por Moreno-Navarro em 1999, ou seja: conhecimento, reflexão e intervenção<sup>195</sup>.

<sup>194</sup> Erasmo *apud* Yates, 2016, p. 166.

<sup>195</sup> Moreno-Navarro, 1999. Conhecimento e estudo não precisam de maiores explicações para suas semelhanças, afinal, nessa etapa, é preciso conhecer o patrimônio “até onde seja preciso e até onde seja possível” (p. 39), o

Não parece ter sido o caso do sobrado da Faculdade de Medicina ao longo de seus mais de cem anos. Apesar de ser um lugar que “ajuda” a memória, o prédio não tem recebido o cuidado devido e merecido, nem sob os parâmetros da restauração de Moreno-Navarro nem sob o prisma da “recente” conservação preventiva<sup>196</sup>. A importância da faculdade, e do prédio que a hospedou, se impôs desde sua fundação em 1919 e se consolidou nos anos seguintes, como ratifica o *Anais Científicos*, uma publicação do Sudeste e Sul do país, em edição de 1965, em que destaca cinco universidades brasileiras, sendo a Universidade do Pará a única representante do Norte e Nordeste:

Atende hoje a Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, visto ser a *única* em tão extensa área, toda a Região Norte (Estados do Amazonas, Pará, Acre e territórios do Amapá, Roraima e Rondônia), e um trecho do Nordeste (Estados do Maranhão e Piauí) e uma parte do Centro-Oeste (zona de Mato Grosso e Goiás), em um total de cerca de seis milhões e setecentos mil habitantes<sup>197</sup>.

Em todo o caso, o curso de Medicina da UFPA segue, ao longo de sua história, como um dos mais concorridos entre os vestibulandos, fosse no vestibular (quando rivalizava com Direito a liderança), seja no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – instituído pela Portaria do MEC n. 438, de 28 de maio de 1998 (agora oscilando entre o terceiro e o quinto lugar, embora, em número de candidatos inscritos, continue sendo o protagonista). A importância e o *status* social da profissão estão entre as razões que justificam essa demanda, somadas aos exemplos de sabedoria e profissionalismo demonstrados por incontáveis médicos e médicas formados pela Faculdade de Medicina desde 1919 – alguns notáveis e celebrados ainda em vida ou postumamente, outros mais discretos, porém igualmente valorosos – e por aqueles que trabalham nos hospitais universitários ou lecionam em algum dos *campi* da Universidade, ajudando a manter a excelência do curso.

---

que requer muito estudo; reflexão está para ordem, pois é nessa etapa da Restauração Objetiva “que a informação se transforma em autêntico conhecimento” (p. 54), o que exige organização e tempo; por fim, intervenção e cuidado não são necessariamente sinônimos, mas são termos afins, posto que a intervenção, quando necessária, é uma forma de cuidado.

<sup>196</sup> De acordo com o Comitê para Conservação do Conselho Internacional de Museus (Icom-CC), conservação preventiva são “todas as medidas e ações voltadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. Elas são realizadas no contexto ou nos arredores de um item, mais frequentemente em um grupo de itens, independentemente da sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos itens; não modificam a aparência deles” (2008, tradução minha). Para compreender o percurso histórico da conservação preventiva, bem como as ações relacionadas a essa prática, ver: Caldeira, 2006; Carvalho, 2014.

<sup>197</sup> Universidade do Pará..., 1965, p. 15.

## 1.5 Escola de Química Industrial do Pará

No dia 20 de maio de 1920, pouco mais de um ano após a fundação da Faculdade de Medicina, foi criado o curso de Química Industrial, do Museu Comercial do Pará, vinculado ao Ministério da Agricultura, em cumprimento à Lei n. 3.991, que também criou o mesmo curso no Rio de Janeiro (Rio e Niterói), em Minas Gerais (Belo Horizonte e Ouro Preto), no Rio Grande do Sul (Porto Alegre), em Pernambuco (Recife), em São Paulo e na Bahia<sup>198</sup>. Eis a gênese da Escola de Química Industrial do Pará<sup>199</sup>.

Apesar de, legalmente, ter sido criada simultaneamente aos cursos de outros estados do país, a Química Industrial do Pará não estava nas mesmas condições de seus pares, pois, naqueles estados, os cursos estavam

anexos a Escolas Politécnicas ou de Engenharia já preexistentes, em pleno funcionamento, com o seu corpo docente, instaladas em prédios convenientes e possuindo os seus laboratórios completamente montados [...]. Aqui, o Museu Comercial não estava organizado para o ensino, não tinha corpo docente, nem cômodos próprios para lecionar o curso e instalar os laboratórios. Tudo estava para criar-se [...]<sup>200</sup>.

Mantida e administrada pela Associação Comercial do Pará, a escola foi instalada oficialmente somente em 1922, após reforma e adequação do prédio vizinho ao Museu Comercial (Figura 41), onde foi instalado o Laboratório de Química Industrial (Figura 42), prédio que havia sido reinaugurado em 16 de novembro de 1921<sup>201</sup>, localizado no chamado Parque João Coelho, na Praça da República, no centro de Belém, próximo ao Theatro da Paz, onde funcionou a Livraria da Praça, administrada pela Editora da UFPA, e hoje acolhe o Instituto de Ciências da Arte (ICA), um prédio

[...] construído de parede de alvenaria, com dois andares dispondo de três varandas descobertas, sendo uma na parte da frente e as outras [nas] laterais. O acesso ao edifício faz-se por portas de frente e laterais. Provido de janelas em todas as faces, há aeração reclamada por laboratórios e salas de aula, além de vasto subterrâneo, depósito de produtos químicos e vidrarias<sup>202</sup>.

De acordo com Ernesto Cruz, no seu *História da Associação Comercial do Pará*<sup>203</sup>, e com os historiadores Ignacio Moura, Luiz Barreiros e Braga Ribeiro, na obra *Comemoração do Centenário da Praça de Comércio do Pará (1819-1919)*<sup>204</sup>, a Associação Comercial do Pará

---

<sup>198</sup> Brasil, 1920a.

<sup>199</sup> Pandolfo, 1962.

<sup>200</sup> Le Cointe, 1923, p. 3.

<sup>201</sup> Associação Comercial..., 1921.

<sup>202</sup> Pandolfo, 1962, p. 7.

<sup>203</sup> Cruz, 1996.

<sup>204</sup> Moura, Barreiros, Ribeiro, 1919.

foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1864, presidida pelo comendador e comerciante Manoel Antônio Pimenta Bueno<sup>205</sup>, seguido pelo negociante e tenente-coronel João Augusto Corrêa<sup>206</sup>. Vale lembrar que a associação havia sido fundada primeiramente em 3 de abril de 1819, como Praça de Comércio do Pará, idealizada pelo então presidente da província, o Conde de Vila Flor<sup>207</sup>, que se tornaria seu primeiro presidente. Instalada em reunião realizada no Convento dos Mercedários<sup>208</sup> (atual Faculdade de Conservação e Restauro da UFPA), onde ficou sediada em seus primeiros anos, a Praça era a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil, atrás apenas da sua equivalente baiana (1817), mas precisou fechar as portas na década de 1830<sup>209</sup>, reabrindo somente em 1864.

*Figura 41 – Museu Comercial do Pará em 1929*



Nota: A sede do Museu Comercial ficava no prédio à esquerda, construído no início do século XX, em estilo eclético. Mediante mobilização da classe artística por espaços culturais acessíveis ao povo, no local foi instalado o Teatro Waldemar Henrique. À direita, ficava o laboratório, que, a partir de 1922, acolheu também a Escola de Química Industrial.

Fonte: Associação Comercial..., 1930.

<sup>205</sup> Paulista nascido em 1828, Pimenta Bueno atuou na indústria da borracha e na navegação comercial (Blake, 1900, p. 21).

<sup>206</sup> Segundo Arthur Vianna (1900, p. 76), Augusto Corrêa foi o responsável pelo início da navegação a vapor no rio Amazonas em 1852.

<sup>207</sup> Antônio José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (1793-1860), 7º Conde de Vila Flor, primeiro Duque da Terceira e último governador do Grão-Pará no período colonial (Ribeiro, 1919c, p. 19-32).

<sup>208</sup> Cruz, 1996, p. 125-126; Moura, 1919, p. 15.

<sup>209</sup> Alguns fatores podem explicar o fechamento, sem nos determos muito na investigação. Em 1820, eclodiu a Revolução Liberal em Portugal, que resultou no retorno da família real a Lisboa; mais tarde, de 1831 a 1840, vigorou o período regencial, marcado por revoltas e guerras civis no país, como a Cabanagem, iniciada em 1835, sendo esta apontada por Ernesto Cruz como a principal razão pelo fechamento da Praça de Comércio (1996, p. 125-136), ao que é acompanhado por M. Braga Ribeiro, ao destacar que os estabelecimentos comerciais foram saqueados e depredados durante o movimento revolucionário, que também tinha nos membros da associação alvos prediletos, por serem da base conservadora e muitos deles serem portugueses (Ribeiro, 1919a, p. 33-46).

Embora a ata da reunião solene de 1864 tenha registrado a entidade como Associação Comercial, na prática e nos documentos seguintes, prevaleceu o antigo nome de Praça do Comércio. Apenas em reunião de 19 de maio de 1899, o nome foi mudado efetivamente para Associação Comercial do Pará, então presidida por José Marques Braga. Localizada na esquina da av. Presidente Vargas com a trav. Santo Antônio – hoje Secretaria de Finanças de Belém (Sefin) –, a associação é responsável também pela criação da Escola Prática de Comércio, fundada em 13 de maio de 1899, em sessão presidida pelo governador Paes de Carvalho. Para se adequar à Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 1943<sup>210</sup>, a Escola Prática, que oferecia o curso de guarda-livros (Contabilidade), mudou sua denominação para Escola Técnica de Comércio em 2 de fevereiro de 1944, agora com o curso básico e os técnicos de Contabilidade e de Contador. Por fim, para se adaptar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>211</sup>, de 1961, a escola passou por novas mudanças, sendo renomeada para Colégio Comercial.

A partir de sugestão de Manoel Gomes Pereira Sobrinho, comerciante do setor de secos e molhados, a associação criou o Museu Comercial do Pará em 20 de maio de 1918<sup>212</sup>, destinado à exposição permanente dos produtos do estado reservados ao comércio local, nacional e internacional<sup>213</sup>. O Museu Comercial foi instalado no ano seguinte, no prédio localizado na Praça da República, onde ficou até 1943, quando se transferiu para a sede da associação – em 1946, o imóvel anterior foi alugado à Caixa Econômica e, a partir de 1979, transformado no Teatro Experimental Waldemar Henrique<sup>214</sup>.

Para a instalação do Museu Comercial, foi decisiva a atuação do naturalista francês Paul Le Cointe (1870-1956)<sup>215</sup>, que indicou ao presidente da Associação Comercial o prédio

<sup>210</sup> Brasil, 1943b.

<sup>211</sup> Brasil, 1961c.

<sup>212</sup> Cruz, 1996, p. 158-247; 256-275.

<sup>213</sup> Ribeiro, 1919b, p. 47-61.

<sup>214</sup> O prédio foi construído em 1912 por Henry Richard Mardock e Artur Liguori, a pedido do Governo estadual, para ser a sala de cinema Radium. Eles construíram também o prédio vizinho, que seria um restaurante. O contrato com a empresa de Mardock e Liguori foi suspenso antes de concluída a obra, ficando ambos os prédios sem uso até 1918, quando foram cedidos à Associação Comercial (Cruz, 1996, p. 270-271; Carmo, 2021, p. 214-216; Nunes, 2019, p. 55-56). Concebido em estilo eclético, o prédio apresenta forte influência do *art nouveau*, surgido na Europa em 1892 e que encontrou no crítico de arte britânico John Ruskin (1819-1900) um defensor e na Escola de Nancy, na França, uma fomentadora (Motta, 1957; Freitas, 2001), tendo atingido seu apogeu em 1900, na Exposição Universal de Paris, mas rapidamente saído de moda: “No final, o Art Nouveau se desviou bastante de suas aspirações originais, tornando-se um estilo caro e elitista que, ao contrário de seu sucessor, o Art Déco, não se prestava a imitações baratas ou à produção em massa” (Lahor, 2007, p. 28). Pode-se identificar o *art nouveau*, no prédio do Museu Comercial do Pará – embora, nessa época, o estilo já estivesse mundialmente perdendo o fôlego –, nos contornos curvilíneos do frontão e das laterais, assim como nos arabescos sinuosos que ornaram a fachada e na interconexão entre o vidro das janelas e o ferro das grades.

<sup>215</sup> Formado em Ciências Naturais e Matemática Especial pela Academia de Nancy, na França, Le Cointe exerceu diversas funções, especialmente na área científica, sendo membro da Sociedade Internacional de Geografia Comercial. No Pará, foi membro do Consulado da Bélgica, conselheiro técnico da Câmara de Comércio e consultor da Associação Comercial, entre outros (Braga, 1971).

abandonado do que seria o cinema Radium para ser a sede do museu, bem como o prédio vizinho, também sem uso, para ser a futura Escola de Química Industrial. Assim, o governador Lauro Sodré assinou a cessão de uso das edificações à associação. Le Cointe tornar-se-ia então o primeiro diretor do Museu Comercial, assim como o primeiro diretor da escola, trabalhando para a sua ampliação e para a consolidação do curso<sup>216</sup>, a exemplo da reforma concluída em 1925, quando “foi realizado o aumento dos laboratórios, com a construção de uma sala, medindo 6/11 metros, na frente do Edifício da Escola de Química Industrial, de modo a não alterar o aspecto geral do mesmo”<sup>217</sup>.

*Figura 42 – Laboratório da Escola de Química Industrial, 1929*



Fonte: Boletim..., 1929, p. 16b.

Em 1927, Le Cointe apontou, como solução para a falta de espaço nas dependências da escola, a construção de salas subterrâneas entre o prédio e a sede do Museu Comercial, mas, segundo o diretor, a Prefeitura não autorizou a obra<sup>218</sup>. Entretanto, em 1929, a ideia foi posta em execução e a ampliação foi concretizada:

Foi realizado o projeto de construção de salas subterrâneas no espaço entre o Museu e a Escola de Química. O subterrâneo desce a 4m abaixo do nível do solo e tem teto de cimento armado coberto de uma camada de terra de 0,50m de espessura; tem 20m de comprimento por 6 de largura e está dividido em 4 salas que servirão para depósito de material de laboratório e de produtos químicos, para oficina mecânica e para laboratório de fotografia; a ventilação é assegurada por uma chaminé de 16m de altura, dissimulada num dos pilares do edifício da Escola, e por um possante aspirador elétrico<sup>219</sup>.

<sup>216</sup> A presença de franceses na escola, como Le Cointe, e na Associação Comercial, bem como a boa relação do Governo francês com a administração do Estado motivaram o Consulado da França a doar, em 1922, três mil francos para a compra de instrumentos e livros para a Escola de Química Industrial (Curso..., 1922, p. 1).

<sup>217</sup> Le Cointe, 1925, p. 1.

<sup>218</sup> Le Cointe, 1927, p. 1.

<sup>219</sup> Le Cointe, 1930, p. 1

Até 1929, a escola havia formado somente nove químicos (média de um por ano), sendo apenas uma mulher<sup>220</sup>, Clara do Amaral Martins, a última a se diplomar nesse período<sup>221</sup>. O primeiro graduado foi Luiz Augusto de Oliveira, em 1926, seguido por seu irmão César Augusto de Oliveira e por Arthur de Miranda Bastos, em 1927<sup>222</sup>. O diretor atribuía a baixa procura de estudantes à precariedade do ensino básico, mas se mostrava otimista em relação ao futuro da escola, acreditando que o curso atrairia mais alunos, o que não se concretizou ao longo dos anos:

Pouco a pouco o Curso de Química Industrial anexo ao Museu Comercial vai chamando a atenção da mocidade das escolas do Pará [...]. Se os candidatos não se apresentam ainda mais numerosos é devido principalmente à deficiência dos estudos científicos nos estabelecimentos de ensino secundário, onde os estudantes alcançam com demasiada facilidade aprovação nos exames [...]<sup>223</sup>.

A Escola de Química Industrial funcionou regularmente até 1930, quando foi forçada a fechar as portas. O curso recebia subvenção federal de cem contos de réis, que deveria ser mensal, porém o valor era repassado com atraso, o que dificultava o bom desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas, somando-se à baixa procura de alunos (menos de dez frequentavam as aulas nos primeiros anos) e ao alto custo do corpo docente, que contava com dois professores europeus, André Callier e Georges Bret. No início de 1931, o repasse do subsídio, que já se encontrava com atraso de dois anos, foi suspenso e a escola fechou<sup>224</sup>.

De certa forma, Le Cointe estava com a razão ao responsabilizar o sistema de ensino pelo insucesso da escola entre os jovens, mas omitiu dois outros fatores. Primeiro, o fato do curso de Química Industrial não gozar do mesmo prestígio das chamadas “profissões imperiais”, isto é, Medicina, Direito e Engenharia, que atraíam mais alunos e recebiam mais incentivo dos governos, além de terem seus profissionais organizados em associações de classe, o que fortalecia os cursos e aumentava a admiração social<sup>225</sup>.

<sup>220</sup> A primeira aluna da escola foi Helmosa Padoul, que repetiu o primeiro ano em 1923 e 1924, não aparecendo mais na lista de alunos a partir de 1925.

<sup>221</sup> Clara Barreau do Amaral Martins (1912-2009) foi, portanto, a primeira mulher a obter o grau de Química no Norte do país. Mais tarde, já com o sobrenome de casada (Pandolfo) e funcionária da SPVEA (Sudam), contribuiu para a reabertura da escola em 1956, que presidiria até a incorporação da instituição à Universidade do Pará, da qual se tornou docente. Clara Pandolfo é a patrona da Cadeira 60 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e destacou-se por seu pioneirismo e coragem em uma área dominada por homens, também por suas contribuições científicas e dedicação à docência. Anualmente o Conselho Regional de Química da 6ª Região (CRQ VI) realiza o Encontro de Profissionais de Química da Amazônia, evento em que entrega, desde 2008, o Prêmio Professora Clara Pandolfo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área da Química (Batista; Miranda, 2023; Freire, 2011).

<sup>222</sup> Associação Comercial..., 1930, p. 104-105.

<sup>223</sup> Le Cointe, 1924, p. 2.

<sup>224</sup> Cruz, 1996, p. 271-275; A Escola de Chimica..., 1931, p. 1.

<sup>225</sup> Vargas, 2010.

O segundo fator é o contexto sociopolítico, que reforça a opinião do diretor, mas apresenta outras vertentes. Embora Artur Bernardes tenha conduzido a presidência do país (1922-1926) em estado de sítio, ameaçado pelo tenentismo, pouco fez (caso tenha feito) para ajudar a reverter os índices de analfabetismo nos estados brasileiros<sup>226</sup>; por outro lado, não poupou esforços para socorrer a elite cafeeira durante a queda das exportações do café. Daí a Coluna Prestes, movimento popular e militar liderado por Luís Carlos Prestes e de oposição armada, incluir na sua declaração de princípios que fossem estabelecidos o ensino primário gratuito e o ensino profissionalizante e técnico em todo o país, assegurando a liberdade de pensamento, além de “acabar com a anomalia de um tesouro público endividado, enquanto os políticos profissionais enriquecem”. No entanto, Washington Luís, apesar de ter feito um governo (1926-1929) relativamente mais apaziguador, manteve as prioridades de seu antecessor: construir estradas e ajudar a indústria do café. A educação, em todos os seus níveis, ficou de lado, o que pode indicar um motivo para os atrasos no envio da subvenção à Escola de Química Industrial, principalmente no fim do mandato de Washington Luís, marcado pela crise sucessória, que resultou na tomada do poder pela Aliança Liberal em 1930 (ver Capítulo 2)<sup>227</sup>.

Após o fechamento provisório da escola em 1931, houve uma tentativa de reinício das atividades em 1942, com sua transformação em Curso Técnico de Química Industrial, mas o projeto não prosperou. Durante o período de oclusão, os laboratórios ficaram sob os cuidados do Instituto Agrônomo do Norte (IAN, atual Embrapa), e o prédio foi utilizado pelo Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP) para instalação de seus aparelhos até 1944<sup>228</sup>.

Em 1952, imputando o fechamento à Revolução de 1930 (falaremos mais sobre esse tema no próximo capítulo), o inspetor federal Edgar Pinheiro Porto redigiu parecer favorável à reabertura da escola<sup>229</sup>. Assim, em 1956, tendo sido novamente autorizado o funcionamento do curso de Química Industrial, as portas foram reabertas. Todavia, a escola permanecia com oscilação de alunos e constantes suspensões das aulas. Mesmo assim, o curso recebeu novo

---

<sup>226</sup> Em 1920, por exemplo, 11.409 cidadãos com 15 anos ou mais eram analfabetos, o que representava 65% da população nessa faixa etária (INEP, 2021).

<sup>227</sup> Malin, 2015; Abreu; Carneiro, 2015; Arquivo Nacional, 2019?

<sup>228</sup> O *Boletim da Associação Comercial do Pará*, em edição de 1944, assegurava o funcionamento do Laboratório de Química Industrial, “mantido pela associação desde 1925 e instalado em edifício próprio, à Praça da República”, como parte do Instituto Tecnológico da Amazônia, formado também pelo Museu Comercial e Industrial e pela Escola Técnica de Comércio, “instituto de ensino secundário para o curso integral de contador e de mecanógrafos”, ambos instalados no Palácio Comercial, na av. Presidente Vargas. O boletim não mencionava, porém, a escola e, considerando as fontes apresentadas por Ernesto Cruz, o laboratório não estava sendo mantido pela Associação Comercial, mas pelo IAN (Associação..., 1944, p. 25; Cruz, 1996).

<sup>229</sup> Porto, 1952.

reconhecimento, obtido em 3 de dezembro de 1959, motivado também pelas reformulações no ensino nacional<sup>230</sup>.

Entretanto, apesar de doação da SPVEA (atual Sudam), as despesas continuaram maiores do que a receita, então a Associação Comercial do Pará decidiu programar um novo fechamento do curso para o fim de 1958<sup>231</sup>, levando a própria direção a solicitar ao Governo estadual a encampação da escola, o que aconteceu em 1961<sup>232</sup>, tendo sido todo o seu patrimônio transferido para o Estado, “constante de móveis, utensílios, máquinas instrumentais de laboratório, biblioteca e matérias diversos nela existentes, sem qualquer ônus para o Estado”<sup>233</sup>. Ainda em 1961, por meio do Decreto n. 50.949, de 13 de julho, passou a denominar-se Escola Superior de Química do Pará<sup>234</sup>. Essa instabilidade contribuiu para que a escola não participasse da criação da Universidade do Pará, em 1957.

Figura 43 – Antiga sede da Escola de Química Industrial do Pará, anos 1990 e 2000



Fonte: Museu da UFPA

O estabelecimento fora pretendido pela Escola de Agronomia da Amazônia<sup>235</sup> para se juntar ao projeto de criação de uma universidade rural<sup>236</sup>, mas o reitor Silveira Netto já havia iniciado as negociações para incorporar a Escola de Química à Universidade do Pará<sup>237</sup>, tendo a diretora

<sup>230</sup> Brasil, 1956; 1959.

<sup>231</sup> Souza, 1959.

<sup>232</sup> Pará, 1961; Cruz, 1996; Criado o quadro..., 1962, p. 8

<sup>233</sup> Escola de Química..., 1961.

<sup>234</sup> Brasil, 1961b.

<sup>235</sup> Criada em 1945, a Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) foi autorizada, em 1971, a ofertar o curso de Engenharia Florestal, o que consolidou a mudança de patamar e de nome para Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), por meio do Decreto n. 70.268, de 1972 (Brasil, 1972a). A criação de mais cursos, a expansão da oferta de vagas e o conseqüente aumento do número de alunos culminaram na transformação, em 2002, da faculdade em Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), pela Lei n. 10.611; o antigo sonho dos alunos havia se concretizado (Brasil, 1945; 1971b; 1972; 2002).

<sup>236</sup> A própria Escola de Agronomia, vinculada ao IAN (atual Embrapa) e com apoio financeiro do SPVEA (Sudam), havia iniciado tratativas para se juntar à Universidade do Pará, porém os alunos rejeitaram essa ideia, porque defendiam a criação da universidade rural (Contrários..., 1962, p. 12; Alunos de Agronomia..., 1962, p. 2).

<sup>237</sup> Integração da Escola de Química..., 1962, p. 14.

Clara Pandolfo manifestado interesse em atender ao chamado do reitor, embora apoiasse a criação da universidade rural<sup>238</sup>. Logo, não tardou para que fosse federalizada e se associasse aos demais cursos superiores da capital, o que ocorreu em 18 de novembro de 1963, por meio da reestruturação da Universidade, formalizada pela Lei n. 4.283, que integrou à sua estrutura tanto a Escola Superior de Química do Pará quanto a Escola de Serviço Social também<sup>239</sup>.

Em 1970, a Universidade passou por uma nova e grande reestruturação, com a criação dos centros de estudos básicos e de formação profissional, que organizaram as faculdades em grupos (mais ou menos) coesos. Desse modo, o curso de Química Industrial foi integrado ao Centro Tecnológico (futuro ITEC)<sup>240</sup>, o que perdurou até 2000, quando foi transferido para o Centro de Ciências Exatas e Naturais (atual ICEN)<sup>241</sup>. Essas mudanças, contudo, eram somente administrativas e não representavam uma troca de endereço, vindo o curso a se estabelecer no Campus somente durante a década de 1980.

*Figura 44 – Instituto de Ciências da Arte, abril de 2017*



Fonte: Allyson Allen, 2017

Em 1990, foi criado legalmente o Núcleo de Artes (Nuar) da Universidade Federal do Pará, que, em 1991, teve seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário<sup>242</sup>. Composto pela Escola de Música e pela Escola de Teatro e Dança, o núcleo era um órgão de integração subordinado ao reitor da UFPA e foi instalado no prédio da Escola de Química Industrial, onde permanece, mesmo após sua transformação em Instituto de Ciências da Arte (ICA), em 2006<sup>243</sup>.

<sup>238</sup> A Escola de Química..., 1962, p. 6.

<sup>239</sup> Brasil, 1963b.

<sup>240</sup> UFPA, 1970c.

<sup>241</sup> UFPA, 2000.

<sup>242</sup> UFPA, 1990b; 1991a.

<sup>243</sup> UFPA, 2006a.

## 2 AS ÚLTIMAS FACULDADES ANTES DA UNIVERSIDADE (1930-1950)

O Patrimônio Cultural é hoje um valor de uso a que recorremos, como aliás já o faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. Dito de outra forma, o Patrimônio Cultural é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos<sup>244</sup>.

Em 1929, os Estados Unidos enfrentam a Grande Depressão, com reflexos na economia mundial, principalmente naqueles países com quem mantinham relações comerciais, tornando-se “a mais longa e severa depressão vivenciada pelo Ocidente industrializado”<sup>245</sup>. No Brasil, as exportações de café sofrem baixa significativa e afetam diretamente a economia do país, começando a influenciar a qualidade de vida da população. Esse cenário deu combustível para o tenentismo, que desde 1922 tentava derrubar as oligarquias cafeeiras e arrefecer a República<sup>246</sup>: a instabilidade socioeconômica se juntou à crise institucional.

A política do café com leite – que revezava na presidência paulistas (produtores de café) e mineiros (produtores de leite), e sustentava no poder as grandes oligarquias – foi abalada pela decisão do presidente Washington Luís de apoiar um paulista (Júlio Prestes), como ele, para a sua sucessão em 1930, em vez de um político de Minas Gerais. Os descontentes e a oposição se aglutinaram ao redor da candidatura do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas (ex-ministro da Fazenda, então governador do Rio Grande do Sul) e formaram a Aliança Liberal, que, em linhas gerais, representava as oligarquias que não eram contempladas pelo sistema político vigente (elite *versus* elite).

Júlio Prestes, candidato da situação, venceu as eleições. Todavia, o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, por motivos alheios ao pleito eleitoral, serviu de pretexto para que a oposição ao modelo vigente da política nacional se convertesse em insurreição e tomasse o poder. Como consequência, Washington Luís foi deposto antes da transmissão do cargo, preso no Forte de Copacabana e posteriormente exilado com toda a sua família. Assim, a Primeira República encontrava seu fim, e Getúlio assumia a presidência, dando início à Era Vargas<sup>247</sup>.

---

<sup>244</sup> Oosterbeek, 2004, p. 43.

<sup>245</sup> Pells; Romer, 2023.

<sup>246</sup> Tal prática de greves e insurgências militares, de baixa ou alta patente, será repetida na década de 1950-60 para enfraquecer a autoridade do Governo Federal e encaminhar o Golpe de 1964. Sobre o tenentismo, acessar: FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo [verbete]. *Atlas Histórico do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tenentismo>; WANDERLEY, Andrea C. T. Movimento tenentista. *Brasileira Fotográfica*, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=movimento-tenentista>, acesso em 7 jan. 2023.

<sup>247</sup> Fausto, 2006, p. 319-328; Carvalho, 2022; Souza; Miranda; Souza, 2019; Moraes, 2019.

Logo em 1930, é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (até então, o ensino superior era regido pelo Ministério da Defesa), seguido pela reforma do ensino comandada por aquele que se tornou o primeiro a ocupar o cargo de ministro da Educação, Francisco Luís da Silva Campos – daí ter ficado conhecida como Reforma Francisco Campos<sup>248</sup>. Por meio desse Estatuto das Universidades Brasileiras, como também ficou conhecida a reforma, o ensino superior deveria dar preferência ao sistema universitário, em substituição à instalação de institutos isolados.

A reforma determinava que uma universidade, para se constituir, precisava congrega pelo menos três das seguintes faculdades: Direito, Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que poderiam ser ou terem sido criadas pela União ou pelos Estados, ou mesmo pela iniciativa privada, por meio de fundações ou associações. A reforma também estabelecia a autonomia administrativa, didática e disciplinar das universidades, que deveriam instalar “uma reitoria, tendo anexa uma secretaria geral, uma seção de contabilidade e quaisquer outros serviços que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento da atividade administrativa universitária”.

Os frutos do decreto começaram a ser colhidos em 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo (USP), seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, já em 1935, pela Universidade do Distrito Federal (UDF), dirigida pelo educador e escritor Anísio Teixeira, mas que, por questões políticas, foi extinta em 1939. No mesmo ano, foi organizada a Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1937 pela mesma lei que instituiu a Universidade do Brasil<sup>249</sup>. Com os cursos de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, a faculdade serviu de parâmetro para as licenciaturas de todo o país e moldou a formação dos novos professores das próprias universidades e do ensino público em geral.

Em 1934, foi promulgada uma nova Constituição<sup>250</sup> que, se por um lado possuía caráter nacionalista – dando indícios daquela que viria apenas três anos depois, de cunho autoritário, em um estado de exceção –, por outro, era progressista, trazendo diversos avanços sociais e trabalhistas, como o salário mínimo<sup>251</sup>, a jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal, as férias remuneradas, a previdência social, a autonomia dos sindicatos e a proibição de diferença salarial, para uma mesma função, por quaisquer motivos discriminatórios, como gênero (infelizmente, este dispositivo ainda não é plenamente cumprido). Essas medidas seriam

---

<sup>248</sup> Brasil, 1931.

<sup>249</sup> Brasil, 1937b; 1939a.

<sup>250</sup> Brasil, 1934.

<sup>251</sup> Detalhado na Lei n. 185, de 1936 (Brasil, 1936).

seguidas pela criação da Justiça do Trabalho, em 1939, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943<sup>252</sup>.

As ambiguidades do Estado Novo mantiveram-se durante toda a sua vigência. A Constituição de 1937 fechou o Congresso, impôs censura e limitou a liberdade de expressão. O famigerado e inabalável fantasma comunista assombrou o Governo a tal ponto que, em 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Paralelamente, o movimento integralista, que reunia conservadores de extrema-direita inspirados no nazifascismo ainda operante na Europa, também foi reprimido após uma tentativa de golpe em 1938, conhecida como Levante Integralista. Apesar das tensões político-ideológicas, o país acompanhava avanços na área trabalhista e social, como o bom desempenho da indústria nacional e a melhoria do sistema educacional, com a criação de universidades, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a redução – modesta, mas significativa – do analfabetismo<sup>253</sup>.

No seu processo de reorganização/legitimação, o Estado Novo consegue combinar uma estrutura de poder altamente elitista com uma base de sustentação policlassista. Assim, em relação às forças sociais, o Estado realiza duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo que realiza um esforço para ampliar suas bases de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares urbanas<sup>254</sup>.

Getúlio ficaria no poder de 1930 a 1945, contrastando os avanços na área social com medidas ditatoriais de perseguição a opositores, incluindo prisões e tortura, e centralização do poder. Deposto após quinze anos no comando do país, voltaria à presidência em 1951, agora legitimamente eleito, permanecendo no cargo até 1954, quando uma nova tentativa de deposição o levaria ao suicídio.

A despeito desse cenário, ora turbulento, ora de relativa harmonia, a década de 1930 ficaria marcada de forma significativa no campo cultural brasileiro. E não estamos nos referindo à realização da primeira Copa do Mundo de Futebol, tampouco do nascimento de Senhor Abravanel (o comunicador Sílvio Santos), mas à criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), fundado no bojo da lei que reorganizou o Ministério da Educação e Saúde Pública e também criou o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro<sup>255</sup>.

---

<sup>252</sup> Brasil, 1939b; 1943a.

<sup>253</sup> Fausto, 2006; Carvalho, 2022. Mais informações sobre o Estado Novo podem ser encontradas também em: BRAGA, Suely. Estado Novo [verbete]. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>. Acesso em: jan. 2023; MARTINS, Luciano. Estado Novo [verbete]. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s. d. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5863>. Acesso em: jan. 2023.

<sup>254</sup> Velloso, 1982, p. 71-72.

<sup>255</sup> Brasil, 1937a.

Com o objetivo de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”, o Iphan buscou inicialmente consolidar-se como instituição e implementar as medidas necessárias para alcançar seu propósito, como a Lei do Patrimônio Cultural, também conhecida como Lei do Tombamento, publicada no mesmo ano de 1937 em que o instituto foi criado<sup>256</sup>.

Inicialmente com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), o instituto “é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”, além de responder “pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade [...]”<sup>257</sup>.

Dirigido pelo escritor e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade durante seus primeiros trinta anos, o Iphan registrava, até 2020, 48 bens culturais imateriais, 1.262 bens tombados e 25.892 sítios arqueológicos. No entanto, novos dispositivos legais só surgiram a partir de 1988, com a Constituição Federal; em 2000, com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o registro de bens culturais imateriais, e em 2018, com a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)<sup>258</sup>. A discussão sobre esses dispositivos legais será aprofundada adiante, na Parte III deste trabalho.

Portanto, o contexto sociopolítico e a ênfase dada ao ensino superior durante o Estado Novo exerceram uma influência inegável sobre as faculdades e escolas superiores criadas em Belém nesse período. Em contrapartida, o mesmo não se pode afirmar em relação ao Iphan e à Lei do Patrimônio Cultural – ou seja, à sistematização dos dispositivos legais e das ações de preservação dos bens materiais e imateriais –, que não foram considerados durante o processo de criação dessas faculdades, especialmente no que diz respeito à construção ou aquisição de seus imóveis e às iniciativas relacionadas à conservação desses prédios.

---

<sup>256</sup> Brasil, 1937d.

<sup>257</sup> Iphan, 2020a.

<sup>258</sup> Brasil, 2000; Iphan, 2018; 2020b.

## 2.1 Escola de Engenharia do Pará

Na noite do dia 7 de abril de 1931, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)<sup>259</sup>, foi fundada a Escola de Engenharia do Pará. Em 10 de abril, engenheiros e técnicos em engenharia reuniram-se novamente no mesmo local para decidir a organização da escola. Na ocasião, foi escolhido como primeiro diretor o engenheiro civil Pedro Bezerra da Rocha Moraes, tendo como vice-diretor Domingos Acatauassú Nunes<sup>260</sup>, tesoureiro Raymundo Tavares Vianna<sup>261</sup>, secretário Paulo Eleutério Alvares da Silva<sup>262</sup> e subsecretário Cláudio de Vasconcelos Chaves. Os presentes à reunião puderam escolher a disciplina que ministrariam no novo centro de estudos e confirmaram o engenheiro Henrique Santa Rosa<sup>263</sup> como diretor honorário e presidente de honra da congregação da escola<sup>264</sup>.

O interventor federal Magalhães Barata estava empenhado em criar a primeira universidade do estado e acreditava que a Escola de Engenharia, uma vez consolidada, permitiria a concretização desse intento<sup>265</sup>. Logo, por meio do Decreto Estadual n. 374, de maio de 1931, foi cedido para o funcionamento da escola o prédio do Grupo Escolar Pinto Marques, localizado na avenida Tito Franco (atual Almirante Barroso), além de uma subvenção mensal de quinhentos réis<sup>266</sup>. De fato, uma nova mobilização se formou em torno da criação de uma universidade amazônica, mas novamente a ideia não avançou além do projeto<sup>267</sup>.

<sup>259</sup> Fundado em 1917 (depois de uma tentativa malograda iniciada em 1900), o IHGP ocupa, desde 1943, o Solar Barão de Guajará, cedido pela Prefeitura Municipal de Belém para ser a sede do instituto: “Havia este prédio pertencido até então à família de Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, e, antes, ao Visconde de Arary. Trata-se originalmente de uma construção do início do século XIX, sendo ainda hoje um dos mais belos e imponentes prédios coloniais existentes em Belém” – IHGP, Sodalício (histórico), 2022. Disponível em: <https://ihgp.net.br/portalihg/index.php/conheca-o-ihgp/o-instituto>.

<sup>260</sup> Domingos Acatauassú Nunes (1877-1952) foi secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação, e engenheiro fiscal das obras da Basílica de N. Sra. de Nazaré, desde o início das obras em 1909. A partir de 1933, seria o diretor da Escola de Engenharia, sendo sucedido por Francisco Bolonha (Cruz, 1967a, p. 307).

<sup>261</sup> Raymundo Tavares Vianna (1867-1936) foi administrador interino do Theatro da Paz (1906) e secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação, de 1911 a 1917. Foi diretor da Comissão de Saneamento de Belém, além de fundador da Companhia de Pesca Paraense e engenheiro responsável, com Bento Miranda, pelo Mercado de Ferro do Ver-o-Peso (Cruz, 1967a, p. 106).

<sup>262</sup> Sobre Paulo Eleutério, ver subitem 2.4, a respeito da Escola de Serviço Social.

<sup>263</sup> Henrique Américo Santa Rosa (1850-1933) foi membro fundador do IHGP, patrono da cadeira n. 19, tendo presidido o instituto. Foi diretor de Obras Públicas do Estado e intendente interino de Belém (1918); é o engenheiro responsável pela construção do Colégio Gentil Bittencourt e do Instituto Lauro Sodré (Cruz, 1967b, p. 181). Santa Rosa é o Patrono da Engenharia do Pará (Coimbra, 2011, p. 124).

<sup>264</sup> Pela Universidade..., 1931, p. 1; Organização..., 1931, p. 1; A Escola..., 1931, p. 2.

<sup>265</sup> No entanto, Magalhães Barata veria seu sonho realizado somente em 1957 (26 anos depois). Em 1959, em sua terceira passagem pelo Governo do Estado, dessa vez eleito democraticamente, Barata participaria da sessão solene de instalação da Universidade do Pará, no Theatro da Paz.

<sup>266</sup> Pará, 1931b.

<sup>267</sup> Moreira, 1989, p. 143-147; 1977, p. 15-19.

A exemplo do que ocorrera com a Faculdade de Medicina e Cirurgia, criada no contexto da decadência gomífera, a Escola de Engenharia surge em meio a uma nova crise nacional, marcada pela queda nas exportações e pelo início do getulismo. Outro aspecto relevante a ser destacado é a importância sociocultural alcançada pelos engenheiros fundadores da Escola de Engenharia em Belém, vários deles, inclusive, ocupavam ou ocupariam cargos na administração pública municipal e estadual.

Com o desenvolvimento urbanístico impulsionado, sobretudo, pelo intendente Antônio José de Lemos, a cidade tornou-se palco da construção de obras grandiosas, de elevado valor arquitetônico e apurado compromisso estético – instituições de ensino, igrejas, órgãos municipais e estaduais foram gradativamente moldando a paisagem concreta da Metrópole da Amazônia<sup>268</sup>. Esses projetos decerto não poderiam ser entregues a qualquer profissional. O investimento da Intendência Municipal, portanto, não se restringiu aos materiais de construção, mas se estendeu aos engenheiros responsáveis por essas obras.

Findo o apogeu da borracha, por volta de 1920, esses profissionais continuaram atuando na capital paraense, porém, agora sem o mesmo *glamour* e os vultosos recursos financeiros. A Escola de Engenharia surge, assim, tanto como solução trabalhista para alguns deles quanto como incentivo para que permanecessem atuando no Pará<sup>269</sup>.

A década de 1930, para além do golpe e subsequente instauração do Estado Novo, representou um período de sentimentos antagônicos para os professores da escola. Em 1933, é sancionada a lei que regulamentava o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, exigindo desses profissionais diploma em instituições de ensino legalmente reconhecidas pela União, inclusive para funcionários públicos<sup>270</sup>. Em seguida, em 10 de novembro de 1934, a escola é encampada pelo Estado, por meio do Decreto n. 1.416<sup>271</sup>, que

---

<sup>268</sup> A preocupação com os edifícios municipais e com o aspecto geral da cidade incitaram Antonio Lemos a iniciativas de conservação preventiva, como o *Regulamento para o Serviço dos Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais*, que regulava o uso, a administração e os serviços de manutenção desses espaços, prevendo punições para quem os sujasse e/ou depredasse e para os servidores públicos que fossem omissos ou permitissem esses atos (Belém, 1903). Não obstante as ações urbanísticas e sanitárias, na Intendência Municipal e na Presidência da província, fossem permeadas pelo ideal higienista e de gentrificação da capital – como a obrigação de adequar fachadas de casas e prédios a um ideal estético, ou instituições como o Asilo de Alienados (que acolhia inclusive jovens desajustados da sociedade, ou seja, aqueles que não se encaixavam nos padrões), o Asilo de Mendicidade, e o Educandário Nogueira de Farias (posteriormente) – os bons exemplos de cuidado e preservação dos prédios e logradouros públicos não inspiraram as gerações futuras.

<sup>269</sup> Ribeiro; Alves, 2015; Almeida, 2006.

<sup>270</sup> É da mesma lei a obrigatoriedade de afixação, nas construções em andamento, de placa com “o nome ou firma do profissional legalmente responsável, e a indicação do seu título de formatura, bem como a de sua residência ou escritório”, especificando que, em caso de profissional não diplomado, “deverá a placa conter, mais, de modo bem legível, a inscrição – ‘Licenciado’” (Brasil, 1933).

<sup>271</sup> Pará, 1938b; 1938c.

visava sua equiparação às congêneres nacionais. No entanto, apesar do prestígio dos engenheiros e das iniciativas governamentais, o reconhecimento não veio.

Ademais, o Governo estadual continuou destinando à escola apenas a subvenção estabelecida ainda em 1931, ficando as despesas com pagamento de salários e compra de materiais às expensas da arrecadação com mensalidades e outras taxas, o que era insuficiente. Essa falha acentuou-se quando, em 1937, foi promulgado o Decreto-Lei n. 24, que vedou o acúmulo de cargos públicos para funcionários municipais, estaduais, federais e militares<sup>272</sup>. Sem poder depender do salário incerto de professor, vários engenheiros pediram exoneração da escola, o que inviabilizava seu funcionamento.

Considerando todos esses fatores, José Malcher, interventor federal do Pará, em 1938 revogou o decreto que havia encampado a escola e transferiu sua administração, bem como todo o seu patrimônio<sup>273</sup>, para o Sindicato de Engenheiros do Pará<sup>274</sup>, mantendo a subvenção outrora estabelecida<sup>275</sup>. Nesse período, a escola já havia se transferido para a travessa Campos Sales n. 295, entre as ruas Senador Manoel Barata e Treze de Maio<sup>276</sup> (Figura 45), no mesmo perímetro do prédio histórico do Arquivo Público do Pará.

Finalmente em 1941, por meio do Decreto n. 7.215<sup>277</sup>, o curso de Engenharia Civil, o único até então ofertado pela escola, agora mantida pelo referido sindicato, foi reconhecido nacionalmente. As mudanças haviam resultado positivas.

O sindicato referido nas leis estaduais e na lei federal parece não ter relação com o atual Sindicato dos Engenheiros do Pará (Senge-PA), criado na década de 1970, mas com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (atualmente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, Crea-PA), fundado em 23 de abril de 1934 e instalado oficialmente em 1936. Reforça essa teoria o fato de os primeiros conselheiros serem professores da escola, assim como a primeira sede do conselho ter sido no mesmo prédio da travessa Campos Sales<sup>278</sup>.

---

<sup>272</sup> Brasil, 1937c.

<sup>273</sup> Então constituído “do edifício em que funciona a Escola, o material de ensino, os laboratórios, os móveis e a biblioteca nele existente” (Pará, 1938b).

<sup>274</sup> De acordo com José Malcher, o sindicato era uma sociedade civil fundada em 23 de fevereiro de 1934, com sede em Belém (Pará, 1938b).

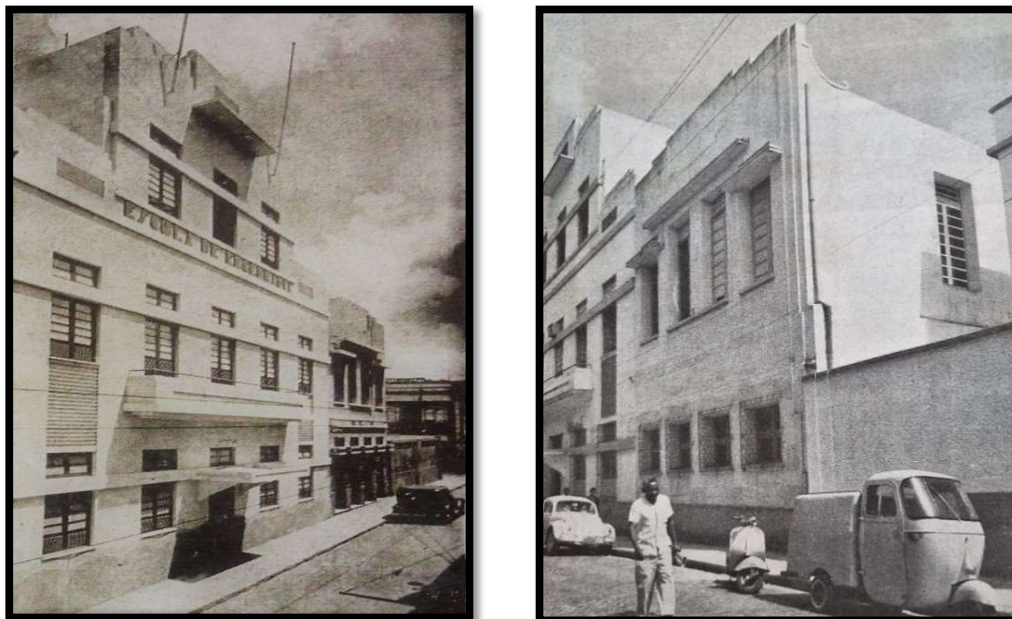
<sup>275</sup> Pará, 1938b; 1938c.

<sup>276</sup> UFPA, 1971.

<sup>277</sup> Brasil, 1941.

<sup>278</sup> Coimbra, 2011. Para mais informações sobre a história do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, ver: Albuquerque, Antônio Paul de. O que é o Crea-PA? – Nossa história. Disponível em: <https://creapa.org.br/sobre-o-crea-pa/>. Acesso em: jul. 2023.

Figura 45 – Escola de Engenharia do Pará, 1939 e 1964



Nota: No fim da década de 1930, a Escola de Engenharia estava bem acomodada em um prédio espaçoso e em bom estado de conservação, cujo traçado modernista em *art decò* (linhas retas e cores discretas, ainda que o mesmo estilo “admitisse” cores vibrantes, mas com pouca ou nenhuma variação de tons) expressa a tendência arquitetônica das próximas duas décadas (1940 e 50). Passados quase trinta anos (foto da direita), ao menos externamente, o edifício da escola não apresentava sinais de intervenções ou depredações.

Fonte: Rodrigues, 1939, p. 131; Universidade do Pará..., 1965, p. 28.

A Escola de Engenharia participaria, em 1957, do projeto de criação da Universidade do Pará, sendo uma das cinco faculdades que gestaram a instituição. Como herdou os bens materiais dessas faculdades, a UFPA passou a administrar o prédio da Campos Sales, promovendo sua ampliação (Figura 46) e a compra de equipamentos (Figura 47) – esses investimentos permitiram a abertura de dois novos cursos de Engenharia em 1963, a Mecânica e a Elétrica<sup>279</sup>.

O engenheiro Antonio Prince Bouez<sup>280</sup> lecionou na escola e destaca uma particularidade sobre as salas de aula:

<sup>279</sup> O curso de Engenharia Mecânica foi criado pela Resolução n. A1, de janeiro de 1963, do Consun; enquanto a Engenharia Elétrica não possui um documento de criação, aparecendo pela primeira vez, como Engenharia de Eletricidade, na Resolução n. 10, de novembro do mesmo ano, que trata dos concursos de habilitação à matrícula para 1964.

<sup>280</sup> O engenheiro Bouez, além de professor, exerceu cargos administrativos na Universidade, especialmente durante a gestão de Silveira Netto. Após fazer curso de administração pública na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, assumiu o Departamento de Administração (atual Proad), além de ter trabalhado diretamente na construção do Conjunto Pioneiro.

O curso de Engenharia tinha 60 alunos. E era turma de 30 alunos. Tinha mais de uma turma. Porque a universidade não tinha ambientes para colocar 60 alunos, botar 60 pranchetas. Então, a Escola de Engenharia [...] tinha um salão, que era a maior sala de aula que tinha lá, que nós chamávamos de Maracanã: nós dávamos aula aqui e o aluno estava a mais ou menos 20 m de distância<sup>281</sup>.

Professor aposentado da Faculdade de Engenharia Elétrica, Firmino Guimarães de Sousa Filho<sup>282</sup> lembra do seu período de formação assistindo às aulas na sede da Escola de Engenharia, localizada no bairro da Campina, no centro comercial de Belém. Tendo ingressado na Universidade Federal do Pará em 1972, Firmino destaca que ali encontrou um ambiente familiar por estudar com colegas do Colégio Paes de Carvalho<sup>283</sup>, mas uma memória em particular sobressaiu-se, não do prédio da faculdade, mas do entorno:

Uma das coisas interessantes é que, na frente da escola, inaugurou uma Yamada<sup>284</sup>. Na época, uma loja enorme e era só lá que existia. [...] Foi a primeira vez que a gente assistiu TV em cores, então, quando não tinha aula, a gente ficava ali na frente assistindo a desenhos, como Popeye e aquelas coisas, tudo em cores. E a cafeteria elétrica também surgiu nessa época; a gente ia tomar um cafezinho... ficava uma turma na fila, aí tomava um cafezinho e ficava assistindo desenho animado. Naquela época estava “bombando” muito música boa também, que eu gostava muito de escutar. Um colega veio me apresentar Rick Wakeman<sup>285</sup>, que é música instrumental, pessoal de grupo progressivo do rock<sup>286</sup>.

<sup>281</sup> Antonio Prince Bouez, 91 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida na casa do informante em 15 nov. 2023.

<sup>282</sup> Firmino Guimarães iniciou sua carreira como professor de Engenharia Elétrica em 1º de agosto de 1980. Além da docência, exerceu cargos administrativos: durante a gestão de Seixas Lourenço (1985-1989), foi assessor da Pró-Reitoria de Administração (Proad) e, na gestão de Nilson Pinto (1989-1993), foi presidente da Comissão de Licitação da UFPA, quando assinou a primeira grande licitação de computadores – foram adquiridos 72 em 1990 (Ascom/UFPA, 1996) – e de equipamentos odontológicos. Depois, tornou-se secretário geral da Reitoria (Sege) na gestão de Cristovam Diniz (1997-2001) e na primeira de Alex Fiuza de Melo (2001-2005). Foi diretor pedagógico do Centro de Processos Seletivos (CEPS), na segunda gestão de Fiúza (2005-2009) e na primeira de Carlos Maneschy (2009-2013), promovendo uma reformulação estética e procedimental nas provas para processos seletivos e concursos públicos, melhorando as revisões técnica e gramatical das questões das provas.

<sup>283</sup> Segundo o entrevistado, uma época de apego às instituições. De fato, algumas escolas em Belém tinham (hoje, menos) o atributo de cativar os alunos, fosse pelos professores e equipe técnica, fosse por seus edifícios (geralmente seculares). Além do próprio Paes de Carvalho, entram nessa lista o Colégio Lauro Sodré (hoje Tribunal de Justiça do Estado do Pará) e o Colégio Gentil Bittencourt, por exemplo. Igualmente algumas repartições públicas são capazes de acolher e evocar o sentimento de pertencimento em seus frequentadores.

<sup>284</sup> A Y. Yamada é uma rede de supermercados de Belém fundada em 1950 por imigrantes japoneses. Havia se consolidado como a maior empresa do ramo no estado do Pará, tornando-se também loja de departamentos; todavia, em virtude de crise financeira e processos trabalhistas, em 2016 fechou a maioria de suas unidades e entrou em recuperação judicial.

<sup>285</sup> Richard Christopher Wakeman (1948) é um tecladista britânico, considerado um dos precursores do rock progressivo. Além de seus álbuns solo, participou dos grupos The Strawbs e Yes, tendo contribuído em músicas de artistas como David Bowie e Elton John, além de trilha sonora de filmes. Wakeman também é autor de três livros. Para mais informações, acessar: <https://www.rwcc.com>.

<sup>286</sup> Firmino Guimarães de Sousa Filho, comunicação oral. Entrevista presencial concedida no Complexo Vadião, no Campus Belém da UFPA, na orla do rio Guamá, em 23 fev. 2023.

Considerar o patrimônio edificado não somente entre suas paredes, mas também tudo que está ao seu redor, como destaca Firmino, reforça as discussões sobre preservação e restauro que propõem um olhar mais amplo sobre o patrimônio cultural, levando em conta o sítio onde está circunscrito, bem como seu entorno físico e social. É o que afirma Moreno-Navarro, ao defender que qualquer intervenção nos monumentos e objetos históricos precisa necessariamente passar por três etapas, sendo a primeira o conhecimento:

Conocer y comprender el monumento (su entidad – histórica, material, cultural –, su entorno – físico y social –, sus circunstancias actuales de cualquier tipo) es imprescindible para programar la actuación en él. (Conocerlo, hasta donde sea preciso y hasta donde sea posible en ese momento del proceso, ya que la propia actuación posterior, sin duda, aportará más datos e informaciones)<sup>287</sup>.

Após conhecer o objeto a ser restaurado ou não, que implica necessariamente conhecer sua identidade, seu entorno e seu estado atual, passa-se à reflexão, que, em linhas gerais, é transformar as informações da etapa anterior em conhecimento prático: não basta ter os dados a respeito do monumento, é preciso interpretar esses dados para propor a próxima etapa, a intervenção propriamente dita, quando esta for a solução mais adequada: “a preservação é, portanto, um processo de reflexão para uma ação e não somente a aplicação de técnicas em determinados acervos”<sup>288</sup>.

*Figura 46 – Escola de Engenharia do Pará, década de 1960*



Nota: Escola de Engenharia do Pará no início da década de 1960, antes e durante a construção do prédio anexo, na esquina da rua Sen. Manoel Barata, que mais tarde seria transformado em estacionamento de uma rede de supermercados.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

<sup>287</sup> Moreno-Navarro, 1999, p. 39.

<sup>288</sup> Lopez (2008, p. 64) amplia esse entendimento ao dimensioná-lo para além do nicho tecnicista: “Esforços são concentrados na busca da sensibilização e na formação de conservadores, na própria população, a partir de suas aptidões e atitudes”.

Figura 47 – Novos equipamentos da Escola de Engenharia do Pará, 1963



Nota: O reitor Silveira Netto “testa” o primeiro teodolito entregue por sua gestão à Escola de Engenharia, em outubro de 1963. Ao lado, a prensa Amsler, outro importante equipamento à disposição dos graduandos.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

Nesse sentido, Gervásio Protásio dos Santos Cavalcante, professor aposentado e professor voluntário como orientador de alunos da pós-graduação de Engenharia Elétrica da UFPA, garante sentir, sempre que passa em frente ao prédio, um pouco de nostalgia por ter deixado, segundo ele, uma parte de sua vida lá, afinal ali também lutou por seus ideais, como veremos adiante. Por isso, um de seus sonhos é fazer da antiga escola um Museu das Engenharias, porém, questões burocráticas têm o impedido de realizar seu sonho<sup>289</sup>. Um desses obstáculos refere-se à compra do prédio pela mesma rede de supermercados citada pelo prof. Firmino Guimarães, que transformou o local em uma sede administrativa, depois depósito e, por fim, o deixou abandonado – como ainda se encontra (Figura 48).

Reiterando a necessidade em se fazer museus que preservem a história da instituição, o prof. Gervásio Cavalcante lamenta o tratamento dado pela UFPA à sua própria história, pois considera que mais poderia ser feito: “se formos falar na criação de museus, vão dizer – ah, mas precisamos de tanta coisa, precisamos melhorar o restaurante aqui, outra coisa ali, e o cara está pensando em museu; como se museu fosse supérfluo”<sup>290</sup>, destacando que a memória, se não preservada, é perecível. Contudo, esse deve ser um esforço conjunto, institucional: cita o exemplo do Bosque do ITEC, resultado do esforço e dedicação de uma funcionária, o que torna

<sup>289</sup> Gervásio Cavalcante, 77 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida nas dependências do ITEC, no Campus Belém da UFPA, em 27 fev. 2023

<sup>290</sup> O prof. Gervásio Cavalcante é doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo se formado na mesma área, pela UFPA, em 1971. Professor emérito da Universidade (UFPA, 2018), lecionou nas faculdades de Engenharia Elétrica e de Computação e Telecomunicações, onde esteve à frente da implantação de importantes laboratórios nas duas faculdades. Em 2016, indicado a assumir o cargo de vice-reitor *pro tempore* da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), recusou o convite em virtude da abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff.

frágil sua manutenção, pois um reitor pode decidir construir algo no local<sup>291</sup>, como ocorrido com outras áreas do Campus que mereciam ser preservadas, de acordo com o entrevistado: “nós fizemos até um hino para o ITEC, que contempla todas as engenharias. Agora só falta o museu”.

A consciência de que os museus não são apenas espaços de contemplação de objetos, mas também reservatórios de histórias<sup>292</sup>, além da noção de que memórias precisam ser registradas, para que não dependam das lembranças individuais e, assim, se percam, foram traduzidas por Paul Ricoeur, na obra *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, publicada em 2000: “Tratando-se do esquecimento definitivo, atribuível a um apagamento dos rastros, ele é vivido como uma ameaça: é contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo”<sup>293</sup>.

Figura 48 – Prédio abandonado da Escola de Engenharia do Pará, em 2022



Nota: O prédio da Escola de Engenharia está cerrado, tornando inacessível o seu interior nesse momento. Quanto à fachada e às laterais, a presença de limo, infiltrações, vegetação, rachaduras, pichação e despejo de lixo e entulho nas paredes – sem mencionar a poluição visual causada por postes e fios de alta tensão – evidenciam o estado de abandono em que se encontra há pelo menos três décadas. A proposta do prof. Gervásio Cavalcante de transformá-lo em museu exigiria reparos estruturais, mas representa uma alternativa viável para restaurar ao prédio seu valor de uso sem comprometer seu valor de antiguidade, em consonância com os conceitos de Riegl (2014).

Fonte: Google Street View, 2022

Não obstante o longo período de abandono e a possibilidade de poucos transeuntes do bairro da Campina lembrarem que aquele prédio outrora abrigou uma faculdade, atribuir-lhe novo uso, mantendo suas características arquitetônicas, significaria transformá-lo em monumento, imprimindo-lhe os valores de memória e de atualidade concomitantemente, tal

<sup>291</sup> Idealizado e mantido pela administradora Gina Barbosa Calzavara, no âmbito do projeto ITEC Cidadão, o bosque é uma área verde, contínua, ao longo das margens do Tucunduba, rio/igarapé que corta a Universidade ao meio e atravessa praticamente toda a cidade de Belém. O bosque é limitado em uma ponta pela ponte de ferro que une o Setor Básico ao Setor Profissional, e na outra ponta, pelo Laboratório de Motores do ITEC.

<sup>292</sup> Mensch, 2009; Figueiredo, 2014.

<sup>293</sup> Ricoeur, 2007, p. 435.

qual se tem feito no Convento dos Mercedários (veremos adiante)<sup>294</sup>. Não se pode esquecer, contudo, que a relação do indivíduo com o patrimônio é algo particular, é o primeiro que atribui valor ao segundo, o que não contraria a ideia do museu. O mesmo sentimento que motiva o prof. Gervásio não cativa o prof. Firmino, que afirma não sentir tanta nostalgia em relação ao prédio da Escola de Engenharia, pois acredita que a Universidade melhorou bastante desde a época em que entrou: “Há uma tendência em achar que os tempos antigos eram melhores. Eu não acho. Eram bons, mas melhores do que agora não eram”<sup>295</sup>.

A frase progressista do prof. Firmino Guimarães encontraria certo eco na perspectiva de Walter Benjamin sobre a história, especialmente em sua rejeição à nostalgia acrítica do passado. No entanto, Benjamin censura a ideia de progresso linear e contínuo, que pressupõe que os tempos modernos são sempre melhores que os antigos. Ao enfatizar que “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”<sup>296</sup>, ele propõe um modelo mais fragmentário, em que o passado deve ser resgatado não por nostalgia, mas como um campo de luta. Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e – por que não? – Gilberto Freyre provavelmente sairiam em defesa de Firmino, por refutarem uma leitura romantizada do passado<sup>297</sup>.

Uma vez incorporada à Universidade, a Escola de Engenharia teve seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário em 1959. Posteriormente, em 1970, após a mudança para o *campus* e a reforma universitária, foi criado o Centro Tecnológico da UFPA, resultante da fusão da Escola de Engenharia com a Escola de Química Industrial e os cursos de Geologia e Arquitetura. O centro, cujo regimento foi aprovado em 1973, ofertava os cursos de Arquitetura, Química Industrial e as engenharias Civil, Química, Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica.

Em 2007, após nova reforma administrativa da Universidade, o Centro Tecnológico foi transformado em Instituto de Tecnologia da UFPA (ITEC), “unidade acadêmica de formação profissional superior, em níveis de graduação e pós-graduação, voltada para a área de conhecimento das Engenharias e Arquitetura”<sup>298</sup>.

---

<sup>294</sup> Riegl, 2014.

<sup>295</sup> Firmino Guimarães de Sousa Filho, comunicação oral. Entrevista presencial concedida no Complexo Vadião, no Campus Belém da UFPA, na orla do rio Guamá, em 23 fev. 2023

<sup>296</sup> Benjamin, 1987b, p. 228.

<sup>297</sup> Para mais informações sobre o pensamento histórico e sociológico de Sérgio Buarque de Holanda, ler *Raízes do Brasil* (1936); de Caio Prado Júnior, ler *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942); de Gilberto Freyre, ler *Casa Grande e Senzala* (1933).

<sup>298</sup> UFPA, 1959; 1970c; 1973c; 2007a.

## 2.2 Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais

Em 1947, Eurico Gaspar Dutra já ocupava a Presidência da República, em mandato iniciado no ano anterior, após a deposição de Getúlio Vargas e o governo interino de José Linhares. Getúlio, que havia apoiado a eleição de Dutra, viria a sucedê-lo no cargo em 1951. No Sudeste, o empresário Assis Chateaubriand fundava o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o primeiro museu brasileiro dedicado à arte moderna. Em Belo Horizonte, nascia Dilma Rousseff, que se tornaria a primeira – e, até o momento, única – mulher a presidir o país.

Ainda em 1947, no dia 3 de dezembro, a Fênix Caixeiral Paraense – sociedade de empregados no comércio do Pará – cria a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais<sup>299</sup>. No entanto, a instituição iniciou suas atividades somente dois anos depois, em 1º de julho de 1949, após obter autorização do Governo Federal para o funcionamento do curso de Ciências Econômicas<sup>300</sup>.

Inicialmente instalada na sede da Fênix Caixeiral, localizada na travessa Padre Eutíquio, n. 181 a 193, esquina com a rua Senador Manoel Barata, no bairro da Campina, a faculdade permaneceu nesse local até 1960, mesmo após a sua integração à Universidade do Pará em 1957. O intervalo da numeração do endereço se deve à expansão das atividades da sociedade comercial e, conseqüentemente, de suas acomodações, que, partindo do prédio na esquina, se estendiam em ambas as direções – tanto pela Padre Eutíquio quanto pela Manoel Barata (Figura 50) –, ocupando um terreno que, pelos fundos, alcançava a travessa Campos Sales, tornando a faculdade vizinha da Escola de Engenharia.

A Sociedade Fênix Caixeiral Paraense, fundada em 08 de novembro de 1903<sup>301</sup> e reconhecida como de utilidade pública nas esferas estadual<sup>302</sup> e federal<sup>303</sup>, mantinha a Academia Livre de Comércio, em Santarém, e a Escola Técnica de Comércio, em Belém, onde ofertava os cursos Comercial, Básico e Técnico em Contabilidade, além de uma escola de alfabetização gratuita.

<sup>299</sup> De acordo com a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), atuarial refere-se às Ciências Atuariais, isto é, à análise e gerência de riscos e expectativas de qualquer natureza: econômica, financeira e biométrica, em vista da proteção social. Além das teorias econômicas, se baseia em modelos de áreas como a matemática, probabilidade e estatística, sendo, portanto, interdisciplinar – ver: “O que são as Ciências Atuariais (Atuária)”, disponível em: [www.fea.usp.br](http://www.fea.usp.br).

<sup>300</sup> Brasil, 1949a.

<sup>301</sup> A Fênix Caixeiral paraense provavelmente era inspirada na sua correspondente cearense, mais antiga, de 1892, que guardava as mesmas definições e assumia as mesmas atribuições, como atesta o informativo da Fênix de Fortaleza (*Phenix Caixeiral*, 1893).

<sup>302</sup> Pelo Decreto n. 2.158, de 3 de novembro de 1922 (Auxílio..., 1951, p. 3).

<sup>303</sup> Brasil, 1923.

Entre os alunos do curso técnico, destacam-se o jornalista e livreiro Raimundo Jinkings<sup>304</sup>, fundador da Livraria Jinkings em 1965 – ponto de encontro do cenário cultural paraense até a década de 1990 – e o compositor e violonista Sebastião Pena Marcião, o Sebastião Tapajós, grande divulgador da música paraense ao criar “uma vertente do violão brasileiro que combina o clássico e o popular com o folclore regional da Amazônia”<sup>305</sup>. Já o dr. Froylan Rodrigues Barata, ex-diretor do Departamento de Saúde do Estado e primeiro diretor da Sociedade Paraense de Pediatria (Sopape), foi professor da Escola Técnica de Comércio<sup>306</sup>.

Em 1951, a Sociedade Fênix Caixeiral Paraense<sup>307</sup> passou a receber uma subvenção anual do Estado, por meio de um projeto de lei do deputado Sílvio Meira, em reconhecimento às atividades desenvolvidas em benefício da população<sup>308</sup>. Em junho do mesmo ano, o presidente da sociedade, Armando Correa Pinto, solicitou a desapropriação de dois prédios na rua Senador Manoel Barata (n. 154 e 164), pertencentes a Pedro Raiol<sup>309</sup>, mas não obteve sucesso. A necessidade de ampliar suas instalações acompanhava a Fênix Caixeiral desde os primeiros anos, especialmente devido à sua atuação na formação de alunos em diferentes níveis de ensino – do primário ao superior, incluindo o técnico, com a criação da faculdade.

Em 1950, visando melhorar as dependências da faculdade e manter o parecer favorável da fiscalização federal de ensino para seu funcionamento, foram ampliadas a biblioteca, a secretaria e algumas salas de aula. Com isso, a associação comercial passou a ocupar grande parte do quarteirão onde estava sediada, no bairro da Campina (Figura 49).

Sobre o complexo predial da Fênix Caixeiral e, por conseguinte, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, o ex-aluno Leonardo Pantoja recorda com detalhes:

Estudei no Colégio Comercial da Fênix Caixeiral Paraense, na primeira metade dos anos [19]70. A entrada era pela Padre Eutíquio, na frente eram dois andares com seis salas de aulas de madeira. No meio do imóvel tinha uma escada de alvenaria que dava acesso a mais quatro salas de alvenaria. No final, um grande salão de recepções com saída pela Campos Sales. Um imóvel monumental que está abandonado no seu interior e subutilizado [...]<sup>310</sup>.

<sup>304</sup> Pericás, 2021.

<sup>305</sup> Para a biografia do músico paraense, acessar a página do Instituto Sebastião Tapajós, disponível em: <https://www.sebastiaotapajos.com/#bio>. Acesso em: jan. 2023.

<sup>306</sup> Mais informações em: <http://www.sopape.com.br/1/p/institucional/quemsomos>; acesso em: jan. 2023.

<sup>307</sup> Fundada na esteira da Associação Comercial e de outras entidades de classe nacionais, a Fênix Caixeiral adotava uma postura mais moderada, em contraste com a própria Associação Comercial, que tinha uma orientação conservadora e era politicamente mais ativa. Dessa forma, consolidava o posicionamento dos caixeiros – trabalhadores que desempenhavam múltiplas funções nos estabelecimentos comerciais, como balconistas, entregadores, caixas e, por vezes, estafetas – já expresso no periódico *O Caixeiro*. Na edição inaugural, o jornal se declarava alheio “às lutas partidárias e às facções políticas que começam a definir-se e a demarcar a esfera dentro da qual tem de ser desenvolvida a sua atividade” (1889, p. 1).

<sup>308</sup> Auxílio..., 1951, p. 3.

<sup>309</sup> Não houve..., 1951, p. 3.

<sup>310</sup> Leonardo Pantoja, depoimento postado no Facebook Belém Antiga, “Antes e Depois”, em 15 mar. 2017.

Figura 49 – Localização da Fênix Caixeiral Paraense



Nota: A partir do prédio na esquina (1), já demolido, onde hoje está instalada a loja Avistão, ou do sobrado, ainda em pé, na trav. Pe. Eutíquio (3), a Fênix Caixeiral Paraense aumentou sua propriedade e ocupou grande parte do quarteirão limitado pelas travessas Padre Eutíquio e Campos Sales e pelas ruas Manoel Barata e Ó de Almeida, atravessando o quadrilátero, do sobrado citado (3) até um casarão na Campos Sales (2).

Fonte: mapasapp.com; Google Street View, 2023

Figura 50 – Bairro da Campina, no início do séc. XX e em 2023



Nota: De acordo com as páginas Belém Antiga, no Facebook, e Belém Ontem e Hoje, no Instagram, o bar Ponto Certo localizava-se na esquina da travessa Padre Eutíquio com a rua Manoel Barata. O estabelecimento foi posteriormente demolido, e o terreno adquirido pela Fênix Caixeiral, que construiria ali mais uma edificação para seu complexo predial<sup>311</sup>.

Fonte: Belém Antiga, Facebook, 2017; Google Street View, 2023

<sup>311</sup> Diante da escassez de registros fotográficos, o uso de uma fonte proveniente das redes sociais, apesar de oportuno, somente foi admitido por ter sido validado por ex-alunos e, como continuaremos discutindo nestas linhas, os indivíduos são o alicerce do patrimônio edificado.

Professor de História e morador de São João de Pirabas (PA), Leonardo conclui seu depoimento manifestando indignação com a falta de atenção dada ao prédio que frequentou para assistir aulas nos turnos da tarde e da noite: “Triste cidade onde os governantes não têm o menor interesse em preservar a memória”. A advogada Mena Silva estudou no colégio da Fênix Caixeiral da quarta série do ensino fundamental até o segundo ano do ensino médio. Morando atualmente em Macapá, reitera o saudosismo em relação ao sobrado: “tenho muita saudade desse colégio, tenho boas lembranças, é uma pena que fechou as portas”<sup>312</sup>.

Umberto Eco, partindo do princípio de que não há uma “arte do esquecimento”, diferentemente da arte da memória – um fenômeno da semiótica –, assevera que

In fact, it seems that all arts of memory unite expression and content in a way that is quite adventurous and asystematic. They try to link the form of memory places and of images to the form and furnishings of the world by establishing chains of homologous relations. But the arts of memory seem reluctant to elaborate a rhetorical logic of chains<sup>313</sup>.

Embora o escritor italiano (para citar apenas um de seus talentos) demonstre certo ceticismo quanto à eficácia das imagens e objetos como recursos mnemônicos – sem, é claro, alinhar-se a Erasmo, como vimos no subitem 1.4 – ele não descarta o seu uso para esse fim. Parece sensato não o acompanhar nessa direção, afinal, a relevância das casas, sobrados e palacetes para a manutenção de memórias – se não permanentes, ao menos duradouras – tem se evidenciado até aqui e mostrar-se-á mais ao longo do trabalho. Eco destaca ainda que o acúmulo de informações adquiridas ao longo da vida resulta, invariavelmente, no apagamento de lembranças precedentes:

One forgets not by cancellation but by superimposition, not by producing absence but by multiplying presences. And this explains why the authors of the treatises on memory feared that one might remember somuch as to confuse one's ideas and, therefore, for all practical purposes, to forget<sup>314</sup>.

Entretanto, Mena Silva contradiz essa premissa. Mesmo tendo estudado na década de 1970, o sentimento de pertencimento àquele local e àquela época mantêm suas memórias e

---

<sup>312</sup> Mena Silva, depoimento postado em 18 abr. 2023, no *Facebook* Belém Antiga, “Antes e Depois”, 14 mar. 2017.

<sup>313</sup> “Na verdade, parece que todas as artes da memória unem expressão e conteúdo de uma maneira bastante aventureira e assistemática. Tentam conectar a forma dos lugares de memória e das imagens à forma e ao mobiliário do mundo, estabelecendo cadeias de relações homólogas. No entanto, as artes da memória parecem relutantes em elaborar uma lógica retórica das cadeias” (Eco, 1988, p. 257 – tradução minha).

<sup>314</sup> “Esquece-se não pela anulação, mas pela sobreposição, não ao produzir ausência, mas ao multiplicar presenças. Isso explica por que os autores dos tratados sobre memória temiam que alguém pudesse lembrar tanto a ponto de confundir suas ideias e, portanto, na prática, esquecer” (Eco, 1988, p. 260 – tradução minha).

nostalgia vivas: “quantas saudades da Fênix Caixeiral Paraense! Se o tempo pudesse voltar, eu estaria estudando lá novamente e estaria morando em Belém novamente, minha cidade do coração”.

Tendo iniciado as aulas com apenas 28 alunos, no ano seguinte, 1950, a faculdade já contava com 45 (19 no primeiro ano de curso e 28 no segundo)<sup>315</sup>. No entanto, ainda que esse número tenha chegado a 52 no ano seguinte, houve diminuição nos pedidos de matrícula. De acordo com o inspetor federal, essa baixa procura foi consequência da Lei n. 1.076<sup>316</sup>, porque “grande número de contabilistas preferiram ingressar em outros cursos superiores, submetendo-se, previamente, ao exame de nível de conhecimentos”<sup>317</sup>.

Em 1953, o curso de Ciências Econômicas foi reconhecido nacionalmente, por meio do Decreto n. 32.923<sup>318</sup>, com professores que se destacaram na cena política estadual, como Aloysio da Costa Chaves, futuro reitor da UFPA e governador do Estado; Raimundo Avertano Barreto da Rocha, advogado e escritor, foi diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, primeiro secretário da Faculdade de Direito e procurador geral do Estado, sendo patrono da Cadeira n. 35 do IHGP; Stélio de Mendonça Maroja, advogado e professor, foi prefeito de Belém, tendo escola, conjunto e passagem batizadas com seu nome; e Hélio da Mota Gueiros, futuro prefeito de Belém e governador do Pará.

Uma vez incorporada à Universidade do Pará, em 1957, a faculdade teve seu regimento aprovado pela Resolução n. 18, de fevereiro de 1958<sup>319</sup>. Em 1961, muda-se para a avenida Nazaré (a numeração varia de acordo com as fontes, n. 61 ou 91 ou 121, o que não denota necessariamente mudança de endereço), próximo à travessa Dr. Moraes, em frente ao Palacete Faciola (ver Anexo 5), no prédio usado como primeira sede da Reitoria da Universidade (Figuras 51 a 53).

Construído pelo engenheiro Filinto Santoro no início do século XX (entre 1903, ano de sua chegada a Belém, e 1913, ano de sua mudança para Salvador), para ser a residência do senador pelo Partido Republicano José Marques Braga<sup>320</sup>, que presidiu a Associação Comercial do Pará de 1897 a 1900, o palacete é “uma casa assobradada, visto que ela apresenta um projeto

---

<sup>315</sup> Porto, 1950.

<sup>316</sup> Brasil, 1950b. A Lei permitia aos alunos das escolas comerciais se matricularem no curso secundário (ensino médio) das escolas regulares e, aos alunos concluintes dos cursos comerciais técnicos, se matricularem para prestar vestibular das faculdades e escolas superiores.

<sup>317</sup> Porto, 1951, p. 4.

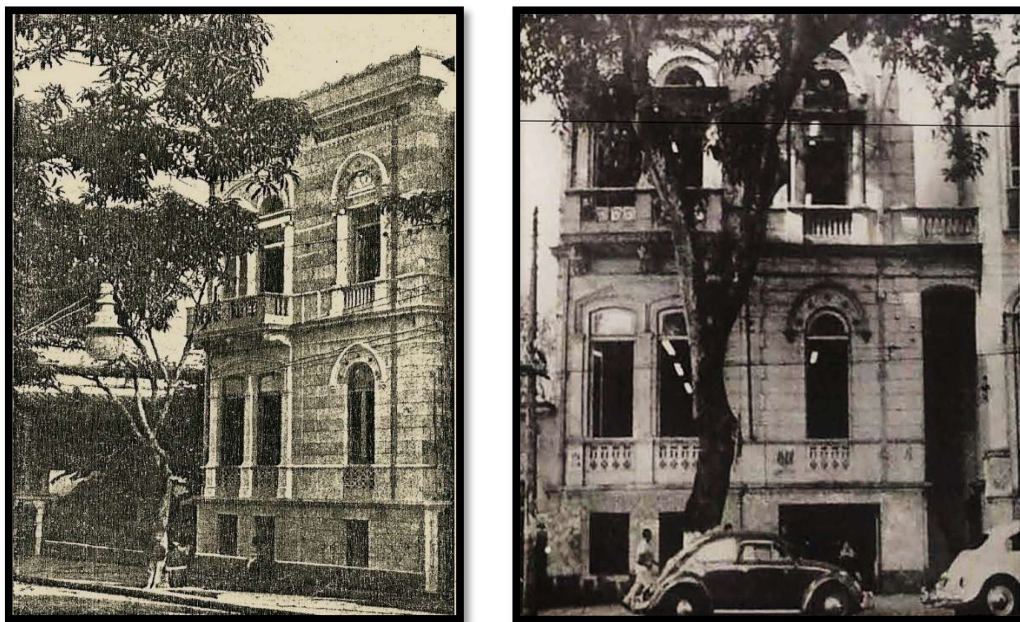
<sup>318</sup> Brasil, 1953a.

<sup>319</sup> UFPA, 1958c. Em 1961, foi aprovado novamente o regimento da faculdade, em virtude da abertura de novos cursos (UFPA, 1961b).

<sup>320</sup> Derenji, 2011; Para senador do Estado..., 1898, p. 1.

que demonstra uma transição evolutiva, ou melhor, uma modernização da casa de sobrado colonial para uma casa assobradada eclética”. Com um conjunto de três janelas por andar, o Palacete Marques Braga possui apenas uma entrada e está alinhado à avenida Nazaré, em um projeto arquitetônico “contrário das demais casas ecléticas que, no período de 1850-1900, já apresentavam um afastamento lateral, e, posteriormente, um afastamento frontal, permitindo a construção de jardins”<sup>321</sup>.

*Figura 51 – Palacete Marques Braga, no início do séc. XX e na década de 1960*



Nota: De acordo com Jussara Derenji, o palacete que sediou a primeira Reitoria da Universidade e, posteriormente, a Faculdade de Ciências Econômicas, foi projetado pelo engenheiro Filinto Santoro, também responsável pelo Palacete Augusto Montenegro.

Fonte: Derenji, 2011; Arquivo Central da UFPA

Esse palacete é menor e, inclusive, menos sofisticado que outros da cidade, incluindo aqueles projetados pelo mesmo engenheiro, embora tenham sido usados materiais considerados nobres em sua construção, como acapu e pau-amarelo no piso e ladrilhos hidráulicos decorados na área de serviço, por exemplo.

Na área social, a casa apresenta duas entradas, um acesso ao vestíbulo e outra numa sala, onde provavelmente ficava o gabinete. Neste pavimento, ainda, podemos encontrar duas salas com vista direta à rua e um salão usado como varanda, além de um ambiente mais restrito, onde estavam localizados a escada e o banheiro. O projeto ainda apresenta um corredor não muito extenso, evitando-se uma espacialização tipo casa de puxada, e dá acesso à área de serviços, onde estavam localizados a cozinha e um outro cômodo que

<sup>321</sup> Soares, 2008, p. 164.

também apresenta ligação com o gabinete, provavelmente uma sala de banho, sem que se possa afirmar ao certo sua função original. No pavimento superior, estava localizada a área íntima da casa, onde encontram-se cinco cômodos com grandes dimensões, provavelmente, os quartos de dormir e de vestir, além de dois terraços<sup>322</sup>.

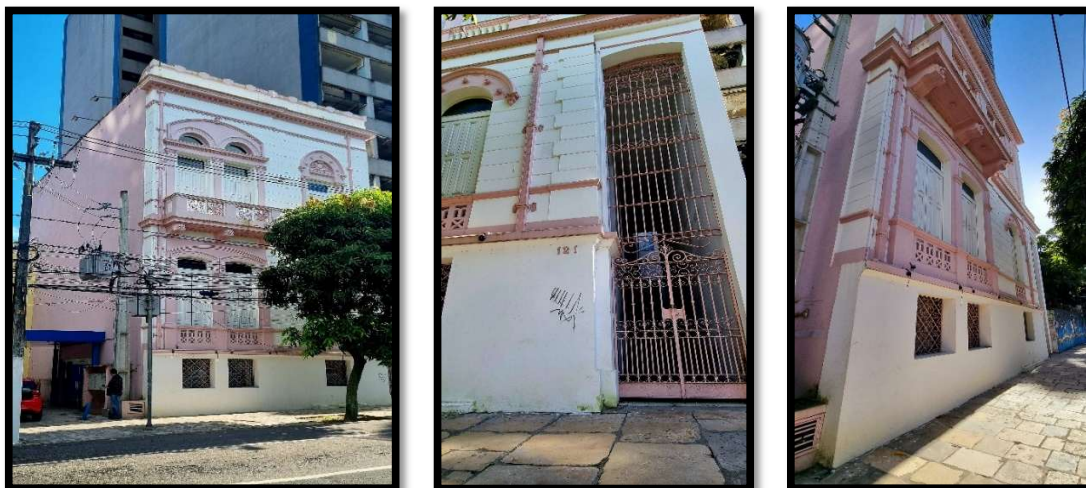
*Figura 52 – Primeira Reitoria da UFPA, déc. 1990 e em 2019*



Fonte: Google Street View

Após décadas de abandono, o palacete passou por um processo de restauro de sua fachada entre os anos de 2022 e 2023 (Figura 53); seu interior, todavia, padecia com a falta de manutenção e com depredações, tendo sido completamente reformulado.

*Figura 53 – Palacete Marques Braga, 2024*



Fonte: Allyson Allen, 2024

<sup>322</sup> Soares, 2008, p. 164-165.

Ainda no início da década de 1960, é alugado um sobrado na avenida Governador José Malcher, n. 1716 (Figura 54) para acolher o curso de Administração, que seria criado em 1963 e instalado em 1964<sup>323</sup>. A aquisição do novo prédio e a contratação de novos professores permitiram a abertura de novas turmas e o desmembramento definitivo do curso de Ciências Contábeis, então vinculado ao de Economia. De acordo com os relatórios da faculdade sob a guarda do Arquivo Central da UFPA, o setor administrativo também foi transferido para o sobrado da José Malcher.

*Figura 54 – Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, déc. 1970*



Nota: O sobrado na av. José Malcher não existe mais, ficando este registro um dos raros encontrados. Quanto à localização, algumas fontes o situam próximo à av. Alcindo Cacela e, a se considerar a numeração 1716, seria no terreno onde hoje está o edifício Maison Giverny. Na esquina desse cruzamento, há um prédio que guarda várias semelhanças com este da imagem, embora com traçado diferente e sem a varanda superior (ocupado atualmente por uma farmácia).

Fonte: Arquivo Central da UFPA

Em 1969, com a reestruturação da Universidade, é instituído o Centro Socioeconômico da UFPA, que absorve a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, e seus respectivos cursos, a Faculdade de Direito, a Escola de Serviço Social e o curso de Biblioteconomia. Em 1985, o curso de Direito é transferido para o Centro de Ciências Jurídicas e, em 2007, os demais cursos passam a integrar o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, criado pela Resolução n. 633, do Conselho Universitário<sup>324</sup>.

<sup>323</sup> ICSA/UFPA, 2019, p 16; Funcionará..., 1964, p. 1. O curso foi reconhecido nacionalmente pelo Decreto n. 70.997, de 1972, que também reconheceu os cursos de Física, Arquitetura, Geologia e Biblioteconomia da UFPA (Brasil, 1972b).

<sup>324</sup> ICSA/UFPA, 2019, p. 12; Brasil, 1969; UFPA, 1985; 2007b.

### 2.3 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Em 26 de julho de 1946, pelo Decreto-Lei n. 5.099, do interventor federal do Estado Otávio Bastos Meira, foi criada a Faculdade de Filosofia do Pará. Dirigida pelo engenheiro civil Antônio Gomes Moreira Junior, a faculdade buscava, além da oferta de novo curso superior em Belém, corroborar com o projeto de criação da Universidade do Pará. Entretanto, por não ter conseguido a autorização federal para seu funcionamento até março de 1947 e porque os cofres públicos, de acordo com o próprio Governo, não dispunham de recursos suficientes para mantê-la, o início das aulas foi adiado para 1948. Em dezembro, o Governo oficializou o adiamento e resolveu suspender a execução do decreto que criou a faculdade, que, após quase quatro anos de tentativas, não conseguiria entrar em funcionamento<sup>325</sup>.

Paralelamente, em 17 de janeiro de 1948, a Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará, ou Centro Propagador das Ciências, criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém<sup>326</sup>, também sob a direção de Moreira Junior<sup>327</sup>. Autorizada a funcionar somente em 1954<sup>328</sup>, com a provação dos cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, e Pedagogia, a faculdade iniciou suas aulas em 1955, mas sem Ciências Sociais, que começou a ser ministrado em 1957.

O curso de Filosofia não foi ofertado, limitando-se ao conteúdo das disciplinas antropologia e etnografia, e história da filosofia. Esta fora ministrada pelo futuro reitor da UFPA Daniel Coelho de Souza, que, por motivo de doença, seria substituído pelo professor e filósofo Benedito Nunes, idealizador do curso de Licenciatura em Filosofia, criado em 1973<sup>329</sup>, já no âmbito da Universidade Federal do Pará. A partir da criação do curso, seria instalada a Faculdade de Filosofia, em 1988, então um departamento do Centro de Filosofia e Ciência Humanas (atual IFCH)<sup>330</sup>.

<sup>325</sup> Faculdade de Filosofia..., 1947, p. 2; A Faculdade de Filosofia..., 1947, p. 1; Suspensa..., 1947, p. 2.

<sup>326</sup> A união em uma mesma faculdade dessas três áreas do conhecimento não foi uma “invenção” dos professores e intelectuais paraenses. O Decreto n. 19.852 (Brasil, 1931b) previa, do Artigo 196 ao 211, a instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras na Universidade do Rio de Janeiro. Em 1937, a Lei n. 452, que organizava a Universidade do Brasil (antes Universidade do Rio de Janeiro, depois UFRJ), altera a designação para Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras (Brasil, 1937b). Finalmente, por meio do Decreto-Lei n. 1.190 (Brasil, 1939a), passa a se chamar apenas Faculdade Nacional de Filosofia, mas ainda com os cursos de Ciências, Pedagogia e Letras.

<sup>327</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1957; Bassalo, 1995; 2012.

<sup>328</sup> Brasil, 1954.

<sup>329</sup> UFPA, 1973d. Embora oficialmente aprovado, o Artigo 10 da resolução previa a implantação do curso somente em 1975, quando então seriam disponibilizadas as respectivas vagas no exame vestibular. O reconhecimento federal do curso viria apenas em 1978 (Brasil, 1978).

<sup>330</sup> UFPA, 1988. Criado em 1970, o CFCH, apesar de trazer Filosofia no nome, oferecia somente os cursos de História, Geografia e Ciências Sociais (UFPA, 1970c).

Em seus primeiros anos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionou na sede da Sociedade Civil (figuras 55 e 56), em edifício “situado à avenida Almirante Barroso, 534, entre as travessas Vileta e Timbó” e que estava “localizado no centro de uma grande área [...], cujos limites são as travessas citadas, a avenida para onde faz frente e a avenida 1º de Dezembro [atual av. João Paulo II], tendo 145 metros de frente por 310 metros de fundos”<sup>331</sup>.

O extenso complexo predial abrigava, além de unidades administrativas e salas de aula, um bem equipado centro de educação física, com quadras e pista de corrida, cujas bases foram aproveitadas para a construção da Escola Superior de Educação Física do Pará (Esefpa):

Na área pertencente ao Centro Propagador das Ciências, para utilização de suas instituições de ensino, estão localizados os edifícios: Pavilhão Central, onde funciona o setor de administração; Pavilhão Palma Muniz, onde funcionam as salas de aula; Pavilhão Costa Homem, onde está instalada a Biblioteca “Prof. Heráclito Pinheiro” e também algumas salas de aula; Pavilhão de Educação Física, onde se encontram as instalações de educação física, banheiros, vestiários, depósito de material e gabinete médico-biométrico, áreas cobertas para recreio.

A área livre possui instalações para a prática de educação física e desportos, tendo campo de futebol, quadras de voleibol, quadra de basquetebol, pistas de corrida e caixas de salto em altura e distância<sup>332</sup>.

Figura 55 – Centro Propagador das Ciências, início do séc. XX



Nota: O imponente prédio que sediava o Centro Propagador das Ciências e as faculdades que mantinha localizava-se na av. Tito Franco, atual av. Almirante Barroso, a principal via de tráfego de automóveis e entrada da capital paraense. Na esquina com a trav. Vileta, estendendo-se até a av. Primeiro de Dezembro, atual João Paulo II, o terreno abrigava também uma quadra de esportes com pista de atletismo, onde atualmente está o curso de Educação Física da UEPA.

Fonte: Laboratório Virtual (FAU – ITEC/UFPA), disponível em: <https://fauufpa.org/2011/09/01/in-post-15/>.

<sup>331</sup> Nascimento, 1958, p. 1.

<sup>332</sup> *Idem, ibidem.*

O Centro Propagador das Ciências foi fundado em 23 de janeiro de 1918<sup>333</sup> pelo Governo do Estado para criar e manter cursos de ensino superior. Ainda em 1918, foi considerado de utilidade pública pela Lei n. 1.679, de 5 de novembro, do governador Lauro Sodré<sup>334</sup>. O centro é responsável também pela criação da Faculdade de Odontologia (ver subitem 1.3) e da Escola de Agronomia, ambas em 1918. Transformado em Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará, sua sede ficava localizada no terreno onde hoje estão a Escola Estadual Souza Franco e o Campus III (Curso de Educação Física) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

O nome da escola estadual, em homenagem ao ex-presidente da província do Pará, não foi por acaso, pois o centro havia criado em suas dependências, com o mesmo nome, uma escola de aplicação (chamada ginásio) para a prática de ensino dos alunos das licenciaturas que ofertava. Tendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sido federalizada e encampada pela UFPA, por meio da lei de criação da Universidade, houve a tentativa, em 1958, de doação do patrimônio do Centro Propagador das Ciências, incluindo o prédio do Ginásio Souza Franco, para que a UFPA instalasse o colégio de aplicação da Faculdade de Filosofia<sup>335</sup>. Entretanto, não há registro de aceite pelo Conselho Universitário, mesmo nos anos seguintes à doação.

O Ginásio Souza Franco continuou funcionando como colégio particular até a década de 1960, quando o regime militar, aqui representado pelo interventor Alacid Nunes, derrubou o antigo prédio do centro para a construção da Escola Estadual Visconde de Souza Franco, projetada aos moldes da arquitetura padronizada e imposta aos órgãos públicos durante a ditadura, e que seria refletida na construção das sedes das faculdades de Farmácia e de Odontologia, apesar de anteriores ao golpe de 1964. O terreno, que ocupava todo o quarteirão, foi doado ao Estado, que o dividiu, para construir a Esefpa, em 1970<sup>336</sup>, mais tarde incorporada à UEPA.

---

<sup>333</sup> Sodré, 1918, p. 58.

<sup>334</sup> A mesma lei reconheceu a validade dos diplomas emitidos pela Faculdade de Odontologia e pela Escola de Agronomia, mantidas pelo centro (Pará, 1918).

<sup>335</sup> Centro Propagador das Ciências, 1958; Mendonça, 2013.

<sup>336</sup> Matni, 1984.

Figura 56 – Fachada do Centro Propagador das Ciências, c. 1939



Nota: Então Escola Superior de Agronomia e Veterinária, no fim da década de 1930, o centro já apresentava, ao lado do pavilhão principal (ao centro), o Pavilhão Palma Muniz (à esquerda), destinado às salas de aula.

Fonte: Rodrigues, 1939, p. 129.

A aula inaugural do ano letivo de 1956 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo regimento foi aprovado pela Resolução n. 19, de 1958<sup>337</sup>, foi ministrada pelo poeta Paulo Plínio de Abreu, professor de Literatura Brasileira. Além do poeta e do ex-reitor Daniel Queima Coelho de Souza, foram professores Maria Anunciada Ramos Chaves<sup>338</sup>, de História do Brasil; cônego Ápio Campos Paes Costa<sup>339</sup>, de Língua Portuguesa; Francisco Paulo do Nascimento Mendes<sup>340</sup>, de Literatura Portuguesa; além de Benedito Nunes, Avertano Rocha, Otávio Meira e Aldebaro Klautau, que eram funcionários da faculdade desde o início, mas suas disciplinas seriam ministradas somente mais tarde, especialmente após a implantação do curso de Filosofia, já sob a administração da Universidade<sup>341</sup>.

A variedade de cursos ofertados pela faculdade a mantinha com uma boa frequência de alunos, chegando a 82 matriculados em 1957, apesar de Ciências Sociais ter apenas dois desses alunos. Ainda em 1957, foram diplomados os primeiros bacharéis da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, trinta ao todo, entre eles Raimundo Vasconcelos, em Matemática (foram três

<sup>337</sup> UFPA, 1958c.

<sup>338</sup> Formada pela Faculdade de Direito, Maria Anunciada Chaves destacou-se na área da Educação, como professora e como pró-reitora (à época, sub-reitora) de Extensão e Assuntos Estudantis da UFPA.

<sup>339</sup> Poeta, cronista, jornalista, professor e padre, Ápio Costa foi professor também da Cesupa e da Unama, além de membro do IHGP e da Academia Paraense de Letras.

<sup>340</sup> Professor, escritor, jornalista, Francisco Paulo Mendes dedicou-se ao magistério e ao desenvolvimento intelectual e cultural de Belém, sendo homenageado por Benedito Nunes no livro *O Amigo Chico: Fazedor de Poetas* (Secult, 2001).

<sup>341</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1957, p. 2-4.

no total); a educadora e escritora Albeniza de Carvalho e Chaves, em Letras Clássicas (seis ao todo); o professor e ex-diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado Alberto Barbosa Bordalo, em Geografia e História (sendo dezessete formados); e a ex-secretária de Educação do município de Belém Therezinha de Jesus Moraes Gueiros, em Pedagogia (quatro no total)<sup>342</sup>.

Tendo sido encampada pela Universidade do Pará, a faculdade transferiu-se para a avenida Generalíssimo Deodoro, n. 413 (Figura 58), para o sobrado que hoje abriga a sede da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE-Belém (figuras 60 a 63). Com a criação, no início da década de 1960, do Núcleo de Física e Matemática da Universidade do Pará, essas disciplinas passaram a ser ministradas na sede do núcleo, primeiro instalado na avenida Gov. José Malcher, próximo à Rádio Marajoara, e depois na travessa Benjamin Constant, próximo à av. Nazaré. O novo núcleo, além da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, incorporou a Escola de Engenharia, a Escola de Farmácia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais<sup>343</sup>.

As disciplinas de história econômica e geografia econômica eram cursadas em conjunto com os alunos da Faculdade Ciências Econômicas. Disciplinas como didática, psicologia da educação, administração escolar e orientação educacional, oferecidas nos dois últimos anos, reuniam os alunos de todas as licenciaturas da faculdade, inclusive os do curso de Pedagogia, o que era viável devido ao pequeno tamanho de turmas dos cursos. No prédio da faculdade, também eram realizadas as aulas do curso de Francês (Figura 57).

*Figura 57 – Sala do curso de Francês, déc. 1960*

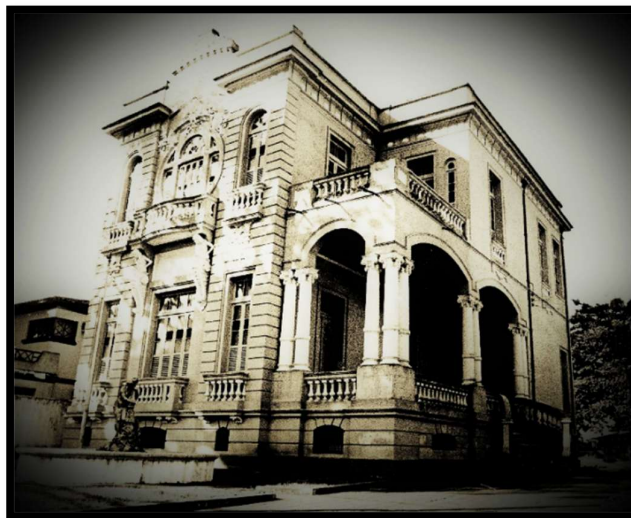


Fonte: Arquivo Central da UFPA

<sup>342</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1957; 1958.

<sup>343</sup> Brazão e Silva, 1962c, p. 20.

Figura 58 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, déc. 1970



Nota: Na década de 1970, o sobrado passou a hospedar o Serviço de Atividades Musicais da UFPA, SAM (Franco, 1977, p. 8), que mais tarde se transformaria na Escola de Música (EMUFPA). O casarão, por volta de 1977, ainda apresentava o chafariz na frente (hoje estacionamento) e não possuía grades para controle de acesso ao prédio.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

A origem do sobrado remonta à primeira década do século XX, quando foi construído para ser a residência de Jaime Dacier Lobato<sup>344</sup> e de sua esposa Zélia Machado Lobato, com quem teve ao menos cinco filhos, entre os quais Nélio Dacier Lobato, que se tornaria prefeito de Belém, de 1971 a 1974. Jaime Lobato era proprietário e diretor da revista *Pará Ilustrado*, fundada em 1937, um periódico de variedades que, embora fosse essencialmente um registro dos eventos, rotinas e personalidades da alta sociedade paraense – apresentando, em algumas edições, poemas e textos de intelectuais, como Bruno de Menezes e Líbero Luxardo –, tornou-se um importante arquivo de imagens de pessoas, lugares e edificações da Belém das primeiras décadas do século XX.

A Universidade entrou em acordo com a família Dacier Lobato para instalar no casarão a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1961 (Figura 59), o que durou até o fim da década de 1970, quando o prédio foi devolvido aos seus proprietários. Provavelmente pelo falecimento dos pais no início da década de 1980, o sobrado ficou como herança ao filho Lélcio Dacier Lobato, um dos fundadores da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP), em 1971, e à esposa Maria Luiza Coelho, a qual doou o imóvel à APAE-Belém.

<sup>344</sup> Jaime é filho ou irmão de Manoel Luiz Dacier Lobato, dono da fábrica Ilha Arapiranga (cerâmica), membro da diretoria do Banco de Crédito Popular e proprietário da casa localizada no Largo do Redondo, projetada pelo engenheiro José Sidrim. A filha de Manoel, Conceição Lobato de Castro, casou-se com o prefeito de Belém Lopo de Castro (1951-54), ficando a propriedade para o casal (Pacheco, 2013).

Figura 59 – Assinatura do contrato da nova sede, 1961



Nota: O reitor Silveira Netto (ao centro) e o proprietário Jaime Dacier Lobato (segundo da esquerda para a direita) celebram o acordo para cessão de uso do sobrado da família Lobato, acompanhados de Alcyr Meira, Joaquim Siqueira, João Baptista Cordeiro de Azevedo, Wenceslau Costa, Arthur Napoleão Figueiredo e do cônego Apio Campos, professor e então diretor da faculdade, a quem Silveira Netto abraça na segunda foto.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

Figura 60 – Antiga Faculdade de Filosofia, déc. 1980



Nota: Apesar do porte majestoso, o sobrado da APAE, segundo Soares (2008, p. 162), não pode ser considerado um palacete, mas uma casa assobradada, por ter porão medindo de 1,50 a 2,20m e porque reflete “uma transição construtiva entre as casas de porão alto e os palacetes. Algumas dessas casas assobradadas poderiam apresentar maiores dimensões ou proporções, mas sem que estas características lhe dessem a condição de palacete”.

Fonte: Acervo da APAE-Belém

De acordo com Carol Soares (2008), a decoração do sobrado é requintada, “com maior decoração nas áreas com função social, visto que as salas principais apresentam a melhor ornamentação da casa, onde podemos encontrar forros de estuque e pisos de acapu e pau-amarelo com motivos geométricos na parte central”. Enquanto os outros ambientes possuem decoração “mais modesta”, com os mesmos pisos, mas “forro de madeira e, nas áreas molhadas, ladrilhos hidráulicos”:

O projeto desta casa apresenta uma organização modesta com uma evidente setorização dos ambientes nos dois pavimentos que a compõe. A entrada da casa é feita por pátio lateral, de modo que a área social é composta por duas salas apenas separadas por um arco ornamentado. As áreas de serviços, como a cozinha, provavelmente encontravam-se na parte posterior da casa, cujo projeto foi modificado, sem ao certo sabermos sua

localização original. No pavimento superior, está localizada a área íntima da casa, onde encontram-se os quartos de dormir e de vestir, quase todos interligados, sendo o banheiro deste pavimento localizado nos fundos<sup>345</sup>.

Figura 61 – APAE-Belém, 2023



Nota: Para não interferir no prédio histórico, a APAE construiu um edifício anexo, atrás do primeiro (imagem à direita), e uma quadra de esportes ao fundo do terreno.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

Uma vez instalada no Campus, a faculdade foi extinta e seus cursos passaram a compor a base do Centro de Educação. Criado a partir do plano de reestruturação da Universidade em 1969<sup>346</sup>, o centro teve seu regimento aprovado em 1973, pela Resolução n. 181, e novamente em 1979, pela Resolução n. 528<sup>347</sup>. Os cursos de Licenciatura em História e em Geografia foram incorporados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (atual IFCH), assim como Licenciatura em Matemática e em Física, ao Centro de Ciências Exatas e Naturais (atual ICEN).

Em visita à sede da APAE-Belém, em junho de 2023, foi possível constatar o cuidado que vem sendo dispensado ao casarão já centenário. Além de ter construído prédios anexos para não interferir muito na estrutura do sobrado, a administração da associação e seus funcionários parecem preservar de forma exemplar a história presente em cada detalhe do imóvel, como pode ser verificado na Figura 62, em que a imagem mais recente, com pintura nova, conservação patente dos pilares em mármore e poucos objetos sobre o piso, contrasta com a foto da década de 1960, quando a UFPA ocupava o prédio, na qual as pesadas mesas, as várias cadeiras e equipamentos (maquinas de escrever, ventiladores e material de expediente) sobrecarregam o ambiente.

<sup>345</sup> Soares, 2008, p. 166.

<sup>346</sup> Brasil, 1969.

<sup>347</sup> UFPA, 1973b; 1979.

Figura 62 – Salão de entrada do prédio da APAE-Belém, déc. 1960 e 2023



Fonte: Biblioteca Central da UFPA; Allyson Allen, jun. 2023

Essa consciência com o patrimônio para além do sentido de comodidade e modernidade (posto que se adaptar ao bem é mais trabalhoso e, em geral, oneroso do que adaptar o bem) não é a regra, mas a exceção. As decisões relacionadas à restauração ou reforma de prédios, mesmo os históricos, são pautadas por questões socioeconômicas, ou seja, pela saída menos dispendiosa e esteticamente mais moderna:

As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais. Já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas. [...] Às vezes, o envelhecimento das formas permite que haja uma mudança brutal de seu uso – grandes casas viram cortiços, mudam de moradias ricas para pobres. O envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais; o envelhecimento moral não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural<sup>348</sup>.

A reflexão de Milton Santos não se aplica apenas ao interior dos prédios, mas também às suas fachadas e, em última instância, à sua sobrevivência na paisagem urbana, a qual, como destaca o geógrafo baiano, é resultado de modificações naturais e artificiais constantes, sobretudo nas grandes metrópoles. Essas mudanças, de regra, são afiançadas pelo desinteresse dos proprietários dos prédios e dos moradores da cidade, que pouco valorizam a memória contida no patrimônio edificado – ainda que sejam indiferentes a essa classificação.

Mesmo quando não há entraves políticos sobre o prédio, a exemplo do que acontece com o Real Edifício de Mafra, em Portugal, por muito tempo ofuscado pelos estudos sobre seu criador, D. João V, e pela rejeição às heranças do absolutismo monárquico<sup>349</sup>, que eventualmente justificariam sua demolição ou reforma completa, os palacetes e as casas assobradadas da *belle époque* paraense carecem ainda de valorização do poder municipal e

<sup>348</sup> Santos, 1988, p. 25.

<sup>349</sup> Pimentel, 2002.

estadual quanto à sua arquitetura e à época que representam, assim como ao trabalho dos engenheiros e arquitetos que os projetaram e construíram. O Palacete Bolonha e, recentemente, o Palacete Faciola são casos isolados, assim como o nome de Giuseppe Antonio Landi, cuja obra vem sendo redescoberta e valorizada, especialmente a partir do século XX – nada mais justo, pois “é graças a este genial bolonhês que Belém pôde se transformar na capital tropical do neoclássico de estilo europeu, com toque humanístico num harmonioso convívio entre cidade e natureza”; estabelecendo Belém na vanguarda da arquitetura nacional: “Do ponto de vista estilístico, de fato, as obras projetadas por Landi trazem, com marcante antecedência sobre os tempos, os sinais do neoclássico, quando em outras cidades brasileiras predominava ainda o obsoleto e pesado estilo barroco”<sup>350</sup>.

*Figura 63 – Detalhe da fachada do prédio da APAE-Belém, 2023*



Nota: Detalhe da fachada do prédio que abrigou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em que se destacam duas cariátides em forma de musas e/ou sereias e um painel, em gesso, assinado por A. Costa, com o Cupido, em sua forma mítica angelical, disparando suas flechas em uma mulher prostrada, possivelmente representando o mito de Psiquê.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

Por outro lado, as construções de engenheiros como Filinto Santoro e José Sidrim vão sendo apagadas da memória da cidade, assim como o nome de tantos outros engenheiros e arquitetos e construtores, já anônimos para os pesquisadores contemporâneos.

As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc. são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço<sup>351</sup>.

<sup>350</sup> Fontana, 2005, p. 94 e 97. Entretanto, como na velha máxima bíblica “santo de casa não faz milagre”, Landi também não encontrou prestígio na Itália, sua terra natal, pois a maior parte do acervo sobre suas atividades encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa: “Na Itália [...] nada praticamente consta sobre os referidos personagens [Galluzzi, Sambuceti e Landi], a demonstração que estes três ilustres italianos pertencem mais à história de Portugal e, sobretudo, do Brasil” (p. 102).

<sup>351</sup> Santos, 1988, p. 24

## 2.4 Escola de Serviço Social

A Escola de Serviço Social do Pará foi estabelecida no dia 10 de abril de 1950<sup>352</sup>, pela Fundação Paulo Eleutério – criada especificamente para este fim. A data marca a instalação simbólica, com registro em ata, da comissão estruturadora da escola, realizada na casa (à Rua dos Mundurucus, n. 610) de seu idealizador e fundador Paulo Eleutério Álvares da Silva<sup>353</sup>, na presença de sua esposa, a assistente social Amélia Mendes Álvares da Silva, e de sua nora Celina Lima Cavalcante de Albuquerque<sup>354</sup>.

A inauguração da Escola aconteceu no dia 15 de março<sup>355</sup>, na sede da Associação Comercial do Pará<sup>356</sup>, mais especificamente no escritório modelo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Coube ao professor Clóvis de Bastos Meira<sup>357</sup>, chefe dos serviços médicos da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>358</sup>, proferir a aula inaugural da escola, ante um público de vinte e uma alunas, além de autoridades como Antônio Alves Afonso Ramos Júnior, presidente da Associação Comercial e da Federação do Comércio do Pará, e do vereador e juiz Adolfo Burgos Xavier, presidente da Câmara Municipal de Belém, bem como a esposa, o filho e a nora do fundador<sup>359</sup>.

No dia 9 de fevereiro, durante a sessão inaugural do ano letivo de 1951, o professor Paulo Eleutério apresentou os investimentos dispensados e as dificuldades enfrentadas no primeiro

<sup>352</sup> Escola de Serviço Social..., 1965; Machado, 2000; Melo; Gama; Porto, 1957; Santos; Carvalho, 2011.

<sup>353</sup> Professor, advogado, jornalista, engenheiro rural e escritor, o pernambucano Paulo Eleutério (1886-1959) foi presidente da Sociedade Paraense de Estudos Econômicos e da Academia Paraense de Letras (1949-1951), sendo o primeiro ocupante da Cadeira n. 26; também é membro fundador da Academia Amazonense de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e colaborador do jornal *Folha do Norte*, ajudou a criar a Escola de Engenharia do Pará, em 1931. Foi o primeiro delegado do Senac Pará, após a instalação do serviço no estado, em 18 de julho de 1947. Em 1930, lançou a revista *Amazônia Brasileira*, um informativo de exaltação ao Pará e à região amazônica, ou, conforme a capa: “um mensário de turismo e expansão cultural e econômica”. Também foi editor das revistas da Academia Paraense de Letras e do IHGP (Silva, 1930; Almeida, 2006).

<sup>354</sup> Silva, P. E.; Silva, A. M.; Albuquerque, 1950.

<sup>355</sup> A Escola de Serviço Social paraense é posterior às escolas de São Paulo (1936), do Rio de Janeiro (1937), de Pernambuco (1940) e do Paraná (1944).

<sup>356</sup> O Palácio do Comércio, na av. Presidente Vargas (antiga av. 15 de Agosto), na esquina da trav. Santo Antônio.

<sup>357</sup> Clóvis Olinto de Bastos Meira (1917-2002) foi diretor do Pronto Socorro Municipal de Belém e da maternidade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, tendo tralhado também no Hospital Dom Luiz I. Foi presidente do Conselho Regional de Medicina do Pará e da Academia Paraense de Letras, sendo titular da Cadeira n. 39; vice-presidente da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará; titular da Cadeira n. 4 do IHGP; fundador e titular da Cadeira n. 2 da Academia de Medicina do Pará. Foi professor de medicina-legal na Faculdade de Direito e, na Escola de Serviço Social, foi vice-diretor e professor de Biologia (Ferreira Junior, 2020a?).

<sup>358</sup> Fundada em 28 de agosto de 1942, a LBA foi um órgão público de assistência, cuja criação é creditada à então primeira-dama Darcy Vargas. Após denúncias de corrupção no início da década de 1990, a LBA foi extinta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (UFSM, s.d.; Silva, 2018; Brasil, 1995).

<sup>359</sup> Malato, 1951. No dia 10 de agosto de 1950, foi fundado o Diretório Acadêmico de Serviço Social, de acordo com o Regimento do Diretório apresentado ao Reitor da Universidade do Pará em 18 de julho de 1968.

ano de atividade da escola – entre elas, o luto pela perda precoce e traumática do filho<sup>360</sup>. Então, diante da cofundadora Amélia Mendes da Silva e do vice-diretor Clóvis Meira, declarou extinta a fundação que presidia e manifestou o propósito de transferir a propriedade da escola a outra instituição. Após cuidadosa análise, anunciou ter escolhido o Instituto Ophir Loyola como destinatário da doação, em razão de suas “tão altas e humanitárias tradições e finalidades sociais”, além do “acentuado padrão de civismo, honorabilidade e benemerência”<sup>361</sup>.

Estando presente o presidente do instituto, dr. Eugênio dos Santos Soares, a doação foi prontamente aceita, e o Instituto Ophir Loyola assumiu a administração da Escola de Serviço Social do Pará. A Fundação Paulo Eleutério foi então encerrada, embora seu fundador tenha permanecido à frente da diretoria da escola até 1954, quando foi substituído pelo médico da Secretaria de Saúde do Estado, dr. José de Sousa Macedo, também membro do Instituto Ophir Loyola. Macedo, por sua vez, permaneceu no cargo somente até 1955, quando passou a direção à assistente social gaúcha Yedda Franzen.

A escola foi então transferida para a sede do instituto, localizada na avenida da Independência, n. 484 (atual av. Magalhães Barata), onde hoje funciona o Hospital Ophir Loyola.

*Figura 64 – Instituto Ophir Loyola, déc. 1950 e 2023*



Nota: Criado como Instituto de Proteção e Assistência à Criança do Pará e instalado na rua Ó de Almeida, entre trav. Frei Gil de Vila Nova e av. Presidente Vargas. Em 19 de abril de 1941, já com o nome de Instituto Ophir Loyola, é inaugurada a nova sede (foto), na av. Magalhães Barata.

Fonte: Melo; Gama; Porto, 1957, Documentação Fotográfica – Arquivo Central da UFPA; Google Street View, 2023

<sup>360</sup> No mesmo ano da fundação da Escola de Serviço Social, o jornalista Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque Álvares da Silva (1914-1950), ou Paulo Eleutério Filho, foi assassinado no dia 20 de maio pelo capitão Humberto Pinheiro de Vasconcelos. O crime, de motivação política, ocorreu nas dependências do jornal *O Liberal*, durante um tiroteio iniciado por Humberto, que pretendia acertar contas com outro jornalista, João Camargo, devido a publicações que considerou ofensivas. Após perseguição mútua e troca de tiros, Paulo Eleutério Filho foi atingido por dois disparos, um deles à queima-roupa, e morreu no local (Pará, 1954; Albuquerque, 2009; Eleutério, 1951).

<sup>361</sup> Escola de Serviço Social..., 1965; Pereira, 1951.

Em 1953, foi promulgada a Lei n. 1.889, que estruturava e estabelecia as normas de funcionamento dos cursos de formação de assistentes e agentes sociais. Entre as diretrizes, a lei determinava que “as Escolas de Serviço Social já em funcionamento são obrigadas a requerer seu reconhecimento dentro do prazo de 120 dias a partir da regulamentação desta lei, sob pena de serem proibidas de continuar funcionando”<sup>362</sup>. O reconhecimento veio em 1957, por meio do Decreto n. 42.925, de 30 de dezembro<sup>363</sup>.

Figura 65 – Lateral do Instituto Ophir Loyola, déc. 1950 e Hospital Ophir Loyola, 2023



Nota: Na década de 1950, o Instituto Ophir Loyola ampliou suas instalações. Até 1960, o complexo abrigou a Escola de Serviço Social, instalada no prédio localizado ao fundo da foto, em destaque na lateral do instituto.

Fonte: Melo; Gama; Porto, 1957, Documentação Fotográfica – Arquivo Central da UFPA; Google Street View

O Instituto Ophir Loyola foi fundado no dia 6 de outubro de 1912, pelo médico Ophir Pinto de Loyola<sup>364</sup>, pelo desembargador Raimundo Nogueira de Faria e pelos professores Raimundo Proença e Matheus do Carmo<sup>365</sup>. Inicialmente com o nome de Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará<sup>366</sup> (também referido como “à Infância Desvalida”), foi

<sup>362</sup> Brasil, 1953b.

<sup>363</sup> Brasil, 1958.

<sup>364</sup> Ophir Pinto de Loyola (1886-1934) integrou, em 1910, a Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, liderada pelo sanitarista Oswaldo Cruz – em 1911, a doença foi erradicada do Pará. Trabalhou na Santa Casa de Misericórdia, tendo sido diretor clínico. Foi cofundador da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 1914, e da Faculdade de Medicina do Pará, em 1919, onde lecionou Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil. Foi diretor clínico da Casa de Saúde Marítima e fundou o Sindicato Médico Paraense, sendo o primeiro presidente. Patrono da Cadeira n. 8 da Academia de Medicina do Pará, é o pioneiro da medicina pediátrica no estado, sendo considerado o Pai da Pediatria Paraense (Ferreira Junior, 2020b?). Para mais informações, acessar: Hospital Ophir Loyola. *Transparência Pública*: O Hospital – Ophir Pinto de Loyola. Disponível em: <http://www.ophirloyola.pa.gov.br/content/ophir-pinto-de-loyola>; acesso em: jan. 2021.

<sup>365</sup> Loyola, 1922, p. 290; Melo; Gama; Porto, 1957.

<sup>366</sup> Por força da Lei n. 1.582, de 24 de setembro de 1917, o Governo autorizou a concessão de um auxílio anual de doze contos de réis (um conto por mês) ao instituto (Pará, 1917), que era inspirado no seu homônimo do

considerado de utilidade pública pelo Decreto Estadual n. 3.887, de 1919, e pela Lei n. 888, de 24 de outubro de 1949<sup>367</sup>. Transferiu-se no dia 19 de abril de 1941 para a avenida da Independência, n. 484, mesmo ano em que passou a se chamar Instituto Ophir Loyola, em homenagem ao seu fundador falecido em 1934. Em 1951, ao assumir a administração da Escola de Serviço Social, o instituto passou a receber recursos da Superintendência do Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SPVEA), atual Sudam, e pôde melhorar as dependências da escola, bem como as suas próprias instalações – além de um conjunto de cinco prédios no terreno da sede, o Ophir Loyola também mantinha o Hospital do Câncer, na rua Oswaldo Cruz, n. 303, em frente à Praça da República.

*Figura 66 – Sala de aula da Escola de Serviço Social, déc. 1950*



Nota: Nas dependências da av. Magalhães Barata, a escola possuía três salas de aula, medindo uma 29,5 m<sup>2</sup>, outra 30m<sup>2</sup> e a terceira, 35,4m<sup>2</sup>. “Todo o material empregado, quer nos soalhos, quer nas esquadrias, em geral são da melhor qualidade, predominando o acapu e pau-amarelo” (Melo, Gama, Porto, “Edifícios”, 1957).

Fonte: Melo, Gama, Porto, Documentação Fotográfica, 1957 – Arquivo Central da UFPA

Em 1960, a Escola de Serviço Social mudou-se para a rua Oswaldo Cruz, n. 99<sup>368</sup>. Embora as acomodações cedidas pelo instituto em sua sede parecessem adequadas ao funcionamento da escola (ver Anexo 6), o novo prédio, segundo o inspetor federal de educação Edgar Pinheiro

---

Rio de Janeiro. Inicialmente mantido por benfeitores, o instituto enfrentava, em 1922, sérias dificuldades financeiras. Esse revés se devia principalmente à crise causada pelo fim do chamado ciclo da borracha, que levou muitos doadores a cessarem suas contribuições e fez com que o próprio Estado passasse a atrasar o repasse da subvenção. Restavam apenas algumas doações e o auxílio da Prefeitura (com três contos de réis – 3.000\$000) e do Governo Federal (com sete contos e meio de réis – 7.500\$000) (Loyola, 1922, p. 291), o que, por ora, evitava o cumprimento do Artigo 48 do Estatuto do Instituto, segundo o qual este deveria ser “dissolvido no caso de lhe faltarem os elementos para manter-se” (Pará, 1913, p. 12).

<sup>367</sup> Loyola, 1922, p. 291; Brasil, 1949c.

<sup>368</sup> Melo; Gama; Porto, 1957.

Porto, apresentava “condições bem mais recomendáveis à sua finalidade que anteriormente”<sup>369</sup>. Porém, em relatório de 1957, o mesmo inspetor elogiava as dependências do Instituto Ophir Loyola usadas pela escola, as considerando apropriadas, pois eram modernas e correspondiam “amplamente às finalidades para que foram destinadas. Basta atentar para o fato de ser o prédio recém-construído, sob a rigorosa observância dos preceitos e regras da engenharia atualizada para se ter uma impressão favorável das mesmas”. E continua:

Suas salas são bem dispostas e, pela amplitude, iluminação, cubagem de ar, altura do pé direito do edifício e estado de perfeita correção em que se apresentam, com as paredes, portas e janelas caiadas e pintadas com cores claras, pode-se considerá-las em condições de satisfazerem às exigências legais<sup>370</sup>.

Antes da mudança, a escola dispunha de diretoria, secretaria, sala dos professores, biblioteca, sala de monitoria, diretório acadêmico, sala de espera, três salas de aula, cantina e duas áreas descobertas e ajardinadas. A respeito do edifício na rua Oswaldo Cruz, não foi possível obter informações mais detalhadas sobre sua localização exata tampouco sobre suas dependências – a se considerar a sua numeração à época, 99, hoje corresponde ao endereço onde está situado o edifício Eugênio Soares, em frente à praça Batista Campos.

Em 1962, sob a direção da assistente social Idália Tocantins Maués, a escola carecia de investimentos, todavia atraía “maior interesse por parte da mocidade estudiosa e certa assistência moral e material da Reitoria da Universidade do Pará”<sup>371</sup>, prenunciando o que ocorreria no ano seguinte. De fato, em 1963, por força da Lei n. 4.283, que reestruturou a Universidade do Pará<sup>372</sup>, a Escola de Serviço Social foi federalizada e encampada pela instituição. Em 1969, teve seu direito à representação no Conselho Universitário assegurado pela Resolução n. 22, de 25 de setembro<sup>373</sup>, integrando-se em definitivo à estrutura da Universidade.

Oficialmente, a Escola de Serviço Social deixa de existir em 1969, quando se une à Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e à Faculdade de Direito para formar o Centro Socioeconômico da Universidade (ver subitem 2.2). Na década de 1970, inicia a pós-graduação em Serviço Social, que, em 2007, com o curso de graduação, passa a integrar o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA<sup>374</sup>.

---

<sup>369</sup> Porto, 1962.

<sup>370</sup> Melo; Gama; Porto, 1957, Instalações.

<sup>371</sup> Porto, 1962, p. 5.

<sup>372</sup> Brasil, 1963b.

<sup>373</sup> UFPA, 1969c.

<sup>374</sup> ICSA/UFPA, 2019, p. 12.

## PARTE II – FUNDAÇÃO E CONVERGÊNCIA (IMISCÍVEL?)

A proximidade dos termos tradição e traição remetem à reflexão de como os limites entre um e outro são tênues. O que se entrega para a geração seguinte nem sempre é exatamente o que se recebeu, mas o que permaneceu ou foi selecionado para permanecer e o que decorreu das mudanças de gosto, da ação do tempo e outras transformações<sup>375</sup>.

A pesquisa cripto-histórica proposta por Serrão estuda os vestígios e fragmentos deixados pelas obras de arte. Essa “ênfase ao papel do ‘fragmento’ e do ‘indício’ como parcela de unidades perdidas” permite ao historiador superar a ação destrutiva da modernidade sobre o patrimônio, que se manifesta pela força especulativa, pela urbanização e pelo descaso<sup>376</sup>:

o conceito [cripto-história] ajuda a alargar a visão do Patrimônio remanescente aduzindo-lhe a memória e o testemunho daquele que, devido a cataclismos ou à incúria, já desapareceu – sem que tenha deixado de fazer parte integrante de um tecido que urge reconstituir como testemunho integral de identidades<sup>377</sup>.

Essa concepção do fragmento com testemunho de um todo perdido encontra paralelo em outras áreas do conhecimento, como a arqueologia, em que pedaços de louças ajudam a reconstituir um vaso ou xícara, buscando, ao mesmo tempo, restaurar suas cores originais, datar sua fabricação e identificar seu uso<sup>378</sup>. De modo semelhante, na literatura, na filologia e na história, os fragmentos de textos são estudados para determinar sentido, autoria, época de escrita, contexto e cotexto. É o caso do filósofo Heráclito de Éfeso, cuja produção “literária” – entre aspas, porque, por volta de 500 a.C., predominava a tradição oral na transmissão do conhecimento – chegou até nós somente por meio de fragmentos, reunidos e interpretados por estudiosos da era moderna, como Damião Berge (*O Logos Heraclítico*<sup>379</sup>), Hegel, Henricus Stephanus, Schleiermacher, Bywater, Hermann Diels<sup>380</sup>.

Assim como esses pesquisadores buscam recompor o pensamento de Heráclito a partir de restos textuais, o historiador do patrimônio procura, pela cripto-história, restituir a memória coletiva a partir de fragmentos materiais e simbólicos sobreviventes.

Nessa perspectiva, a Recomendação de Paris de 1968 chamava a atenção para a necessidade de considerar os vestígios no exame dos bens culturais, a fim de evitar que obras públicas ou privadas apaguem não somente grandes monumentos, mas também os patrimônios

<sup>375</sup> Hamoy, 2011, p. 1852.

<sup>376</sup> Serrão, 2017.

<sup>377</sup> Serrão, 2009.

<sup>378</sup> Morales, 2014.

<sup>379</sup> Berge, 1969.

<sup>380</sup> Correia, A. F. G., 2021.

“invisíveis” à especulação imobiliária: “a expressão bens culturais engloba não só os sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica”. Por conseguinte, o mesmo documento aponta que a preservação de bens culturais pode ser garantida reforçando-se (não criando) o respeito e a conexão que a população sente em relação a esses bens<sup>381</sup>.

Esse vínculo é importante, porém não garante a um monumento maiores chances de ser preservado. O patrimônio é “algo que pertence a alguém ou a muitos”, ou seja, “diz respeito ao social, à memória, aos que entendem o monumento, o bem material ou imaterial como parte de sua identidade individual e coletiva”<sup>382</sup>. Portanto, o patrimônio não é entendido do mesmo modo pela coletividade, mas a partir das experiências de cada indivíduo com o prédio ou local ou monumento; por esse motivo, cabe ao poder público menos valorizar essas relações construídas do que estabelecer e pôr em prática políticas patrimoniais que assegurem o tratamento mais adequado a cada bem cultural, a cada prédio histórico, independentemente de como esteja seu estado de conservação ou de como seja encontrado atualmente – inteiro, modificado ou fragmentado.

A propósito dos fragmentos, voltamos a 1915, quando foi idealizada a primeira universidade brasileira. Naquele ano, os estados do Paraná e de Santa Catarina ainda disputavam terras na Guerra do Contestado e a Revolta dos Sargentos do Rio de Janeiro fora sufocada antes mesmo de ser deflagrada<sup>383</sup>. Nesse cenário, por meio de decreto, o Governo Federal estabeleceu que, quando fosse oportuno, reuniria “em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”<sup>384</sup>. Contudo, somente em 1920 nasceria a Universidade do Rio de Janeiro, primeira do país<sup>385</sup>.

---

<sup>381</sup> “Os Estados Membros deveriam dar a devida prioridade às medidas necessárias para garantir a conservação *in situ* dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas e manter-lhes, assim, a continuidade e significação histórica” (Unesco, 1968).

<sup>382</sup> Santos; Moraes, 2015, p. 27.

<sup>383</sup> Não confundir com aquela de 1963, em Brasília-DF, parte da série de estratégias para desestabilizar o país e que culminariam no Golpe de 1964. A revolta de 1915 aliou oficiais insatisfeitos com as condições de trabalho no Exército a parlamentares opositores ao governo de Venceslau Brás. Sobre essa tentativa de insurgência, ver: Salomão, Eduardo Rizzatti. A Revolta dos Sargentos de 1915: memórias e interpretações. *In: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio*, 21 a 25 set. 2020, *Anais...*, Rio de Janeiro, Anpuh, p. 1-14, 2020.

<sup>384</sup> Brasil, 1915, Art. 6º.

<sup>385</sup> Brasil, 1920b.

Uma década depois, em 1930, o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública promoveu a reforma do ensino nacional, em todos os níveis, instituindo os parâmetros para a criação das universidades públicas, que culminou na instalação, entre outras, da Universidade do Brasil – reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que, em 1965, passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e da própria Universidade Federal do Pará, apesar de surgir em momento posterior.

Pelos antecedentes que teve e pelas condições em que se efetuou, a fundação da Universidade do Pará não foi, portanto, um ato improvisado e avulso na história cultural do Estado, e sim a culminação de um dos períodos mais importantes dessa história. A sementeira começara há muito tempo e a seara já se achava pronta para a frutificação<sup>386</sup>.

A Universidade do Pará iniciou suas atividades com pouco mais de dez cursos de graduação, ultrapassando a marca dos vinte após seu primeiro decênio<sup>387</sup> – além de cursos de extensão, como o realizado em 1958 sobre Leprologia, na Faculdade de Medicina, o primeiro autorizado pelo Consun<sup>388</sup>. Após a reestruturação universitária de 1963, quando Química Industrial e Serviço Social se juntaram à instituição, mais cursos passaram a ser ofertados, incluindo alguns de nível médio, como Técnico em Administração, Formação de Ator e Matemática (Ginásial e Científico).

Esta segunda parte do trabalho é dedicada aos primeiros anos da Universidade, desde a sua fundação, em 1957, à construção e inauguração de sua sede, o Conjunto Pioneiro, com destaque para o reitor prof. Silveira Netto, personagem importante na consolidação da UFPA como instituição e na ampliação de seu patrimônio edificado.

Antes de abordar a construção da Cidade Universitária às margens do rio Guamá, uma parada necessária é feita nos endereços da Escola da UFPA e do Colégio Universitário, criados para atender os filhos dos funcionários da Universidade e que, em 1975, dariam origem ao Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), mais tarde transformado em Escola de Aplicação da UFPA.

---

<sup>386</sup> Moreira, 1989, p. 150; 1977, p. 22.

<sup>387</sup> Moreira, 1977, p. 90-91.

<sup>388</sup> UFPA, 1958e.

### 3 CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?<sup>389</sup>

#### 3.1 Do projeto à Lei: primeiros anos da Universidade do Pará

No dia 6 de janeiro de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek esteve em Belém para a inauguração solene do Sanatório Barros Barreto<sup>390</sup>. No mesmo dia, durante o almoço, os presidentes dos diretórios acadêmicos das faculdades da capital paraense entregaram a JK uma solicitação escrita para que o chefe do Executivo se empenhasse em aprovar, na Câmara, o projeto de criação da Universidade do Pará<sup>391</sup>. O pedido somente viria a ser atendido em julho.

De fato, desde 1952 tramitava no Congresso o Projeto de Lei n. 22.866, do deputado Epílogo Gonçalves de Campos<sup>392</sup>, acreano formado pela Faculdade de Medicina do Pará, para a criação da primeira instituição federal de ensino superior do Norte<sup>393</sup>. O texto do PL previa que a Universidade do Pará seria composta inicialmente por apenas três faculdades – Direito, Medicina e Farmácia – podendo as outras escolas superiores em atividade em Belém se juntarem às três, desde que requeressem anexação. De 1952 a 1957, mais quatro estabelecimentos passaram a integrar o grupo, ficando em sete o número de faculdades dispostas a se unir e criar a Universidade, “grande e maior sonho da mocidade amazônica”<sup>394</sup>.

A justificativa do projeto vislumbrava o potencial patrimonial da futura unidade de ensino: “Com esse ligeiro histórico quis assinalar que a Universidade do Pará deve ser criada não apenas para preencher uma lacuna no extremo norte do país, mas também pela necessidade de reunirmos e fortalecermos o patrimônio cultural da Amazônia”<sup>395</sup>. Com efeito, a

<sup>389</sup> Benjamin, 1987a, p. 115.

<sup>390</sup> Atualmente Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB). Sobre a inauguração e demais informações a respeito do HUIBB, ver subitem 7.3.

<sup>391</sup> Assinaram a solicitação: João Luiz de Araújo (Engenharia); Wilton Brito (Economia); Alice Teles (Serviço Social); Ferdinando Sirotheau (Direito); Evandro (Farmácia); Benedito (Filosofia); Stella D’Alva (Enfermagem); Dhélio Guilhox (Medicina); Geraldo Fernandes (Química) e Homero Lamarão (Odontologia) (Em abril..., 1957, p. 2).

<sup>392</sup> Sobre Epílogo de Campos (1915-1992), acessar: FGV, CPDOC, Epílogo Gonçalves de Campos [verbete], disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epilogo-goncalves-de-campos>.

<sup>393</sup> De acordo com Eidorfe Moreira (1989, p. 149-156; 1977, p. 21-28), o texto final da lei de criação da Universidade foi redigido pelo deputado João Guilherme Lameira Bittencourt (1908-1960), nascido em Lisboa e radicado no Pará, ex-professor de Direito Penal da Faculdade de Direito e interventor federal no estado de 29 a 30 de outubro de 1945. Para a biografia de Lameira Bittencourt, acessar: FGV, CPDOC, Joao Guilherme Lameira Bittencourt [verbete], disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-guilherme-lameira-bittencourt>.

<sup>394</sup> Brasil, 1952.

<sup>395</sup> Brasil, 1952, p. 7592.

Universidade tem contribuído para esse fortalecimento e tem se firmado cada vez mais como patrimônio imaterial regional e nacional.

O ensino público federal se inicia, como vimos, em 1808, com a Escola de Cirurgia da Bahia; contudo, a primeira universidade federal surgiria apenas em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ). Nesse ínterim, muitas faculdades foram abertas pelo país, incluindo algumas universidades subordinadas à iniciativa privada – como a Universidade do Paraná (1912) – ou ao Exército – como a Escola Universitária Livre de Manaus (1909). Esta, inclusive, pode ser considerada, cronologicamente, a primeira instituição brasileira identificada como universidade, que viria a ser federalizada em 1962<sup>396</sup> e rebatizada como Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Em 1950, a Lei n. 1.254 não apenas organizou o sistema federal de ensino superior como também federalizou as universidades do Rio Grande do Sul (criada em 1932, pelo estado, como Universidade de Porto Alegre) e do Paraná (instituição particular criada em 1912). A mesma lei elenca as faculdades e escolas superiores que compunham o referido sistema, bem como as universidades federais criadas até aquele ano: além da UFRGS e da UFPR, a UFRJ (então Universidade do Brasil), a UFBA e a UFPE (ambas de 1946), e a UFMG (criada pelo estado em 1927 e federalizada em 1949). Embora a lei incluía a “Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa”, como parte do sistema federal, de acordo com o histórico da Universidade Federal de Viçosa, sua transformação de Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) para UFV ocorreu somente em 1969.

Após 1950, foram criadas ainda a Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Espírito Santo (UFES), em 1954, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 1955, totalizando então nove instituições federais de ensino superior em atividade no país até 1957, quando seria criada a décima: a UFPA. Antes de avançar, um adendo, na verdade dois: a unidade precursora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) havia sido inaugurada em 1955, mas era mantida pelo Governo estadual, vindo a ser federalizada somente em 1960; a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por sua vez, tem sua história iniciada em 1943, a partir da reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, entretanto estava sob a alçada do Ministério da Agronomia, tendo sido transferida ao Ministério da Educação somente em 1967<sup>397</sup>.

---

<sup>396</sup> Pela Lei n. 4.069-A, de 12 de junho de 1962.

<sup>397</sup> Brasil, 1967.

Passaram-se cinco anos da publicação do projeto de lei até que a Universidade do Pará fosse criada oficialmente em 2 de julho de 1957<sup>398</sup>, por força da Lei n. 3.191<sup>399</sup>. O primeiro reitor nomeado para dirigir a nova instituição foi Mário Braga Henriques<sup>400</sup>, professor da Faculdade de Direito, que tratou de organizar a Universidade em seus anos iniciais, aprovando os regimentos das faculdades fundadoras e da Reitoria, além de conduzir a elaboração do primeiro Estatuto da Universidade, aprovado pelo Governo Federal ainda em 1957<sup>401</sup>. A aula inaugural ocorreu no ano seguinte, 1958, em 15 de março, e foi ministrada pelo prof. Otavio Augusto de Bastos Meira<sup>402</sup>.

Ao ser instalada simbólica e oficialmente em 31 de janeiro de 1959, em sessão solene no Theatro da Paz (ver Anexo 7), com a presença do presidente Juscelino Kubitschek<sup>403</sup>, a Universidade contava com oito prédios em sua estrutura física. Quando se iniciaram as obras do Conjunto Universitário Pioneiro, no fim da década de 1960, já ocupava 29 edifícios na cidade, sendo doze próprios e dezessete alugados, especialmente no bairro de Nazaré, centro urbano de Belém<sup>404</sup>.

A solenidade celebrava conjuntamente o terceiro ano de mandato do presidente, que estava em Belém em virtude também da derrubada da última árvore “no caminho” da Rodovia Belém-Brasília, que seria realizada no dia 1º de fevereiro, em Açailândia. Daí advém um dos pontos que reforçam a importância deste trabalho. A data exata da cerimônia de instalação da Universidade, com o passar dos anos, tornou-se motivo de divergência entre pesquisadores e dentro da própria instituição: em 1977, o boletim *Informativo da UFPA*, em edição especial que celebrava os 20 anos da Universidade, embora veículo institucional, não escapou do deslize histórico e apontou o dia 15 de março de 1958 como a data da referida instalação, confundindo, portanto, a aula inaugural com o evento no Theatro da Paz<sup>405</sup>. Já em 2007, agora celebrando seu cinquentenário, a Universidade lançou uma coletânea de três livros que pontuam momentos e depoimentos daqueles que a construíram – e continuam a construí-la. No volume *UFPA 50*

---

<sup>398</sup> A *Constituição Política do Estado do Pará*, de 1947, estabelecia no Art. 9º, da seção Constitucionais Transitórias, que o Governo estadual providenciaria a criação da Universidade, ainda que fossem necessários convênios com institutos superiores de ensino não oficiais (Constituição..., 1947, p. 5).

<sup>399</sup> Brasil, 1957a.

<sup>400</sup> Mário Braga Henriques (1908?-1985) se formou em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Livre de Direito em 11 de agosto de 1927. Na mesma faculdade, lecionou Direito Comercial. Durante a criação da Universidade do Pará, disputou com Silveira Netto, diretor da Faculdade de Medicina, a indicação ao cargo de reitor. Por ter o apoio do governador Magalhães Barata, Henriques foi o escolhido.

<sup>401</sup> Brasil, 1957b.

<sup>402</sup> UFPA, 1958a.

<sup>403</sup> Moreira, 1989, p. 149-156; 1977, p. 21-28; Universidade..., 1959, p. 28; Amanhã..., 1959, p. 10; Inaugurará..., 1959, p. 6; Instalação Simbólica..., 1959, p. 10; JK..., 1959, p. 1.

<sup>404</sup> Moreira, 1977, p. 47.

<sup>405</sup> Franco, 1977, p. 13.

*Anos: Histórias & Memórias*, afirma-se que a solenidade teria ocorrido em 1º de fevereiro de 1959<sup>406</sup>, porém, como vimos, o presidente não estava mais em Belém nesse dia.

Entretanto, as imprecisões dos dados fornecidos podem não decorrer da inexperiência do investigador, de descuido ou imperícia, mas podem ser resultado da falta de fontes ou limitação ao acesso a determinados documentos que validariam o assunto estudado. Um exemplo a que podemos recorrer é a obra de 1904, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco*, do historiador Manuel Barata, que atualiza e, por conseguinte, retifica o ano de fundação da cidade, de 1615 para 1616. Antes de o autor comentar sobre as pesquisas que haviam incorrido no equívoco, destaca as limitações enfrentadas pelos historiadores:

A falta de documento histórico, irremediavelmente perdido, ou ainda não desentranhado dos arquivos de Hespanha ou de Portugal, não permite determinar o dia certo em que Francisco Caldeira desembarcou na ponta de terra em que levantou o forte do *Presepio*, fundamento da conquista do Gram-Pará e rio das Amazonas, e primórdio da cidade de Belém<sup>407</sup>.

Portanto, sejam nos séculos XIX e XX, seja no XXI, os temas de interesse científico e social nunca se esgotam, principalmente quando transcorridos alguns ou vários anos entre uma pesquisa e outra; afinal, invariavelmente, com o avanço da tecnologia, os novos estudos têm à sua disposição mais recursos e facilidade de acesso a fontes diversificadas para comprovar teses, datas, fatos. Eis uma das finalidades deste trabalho: atualizar informações, sistematizar dados e agrupar as histórias sobre a UFPA que estavam imprecisas ou incompletas ou dispersas ou mesmo nesses três estados.

### 3.2 A Universidade e a legislação patrimonial

Quando se realizou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, assinada durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris, em 1972, a Universidade já estava instalada há 15 anos<sup>408</sup>. Passavam-se também 20 anos da criação do IPHAN<sup>409</sup>. Entretanto, a consciência de preservar sua memória, seja como registro histórico, seja porque suas construções faziam e fazem parte da identidade da cidade, demorou a se desenvolver internamente na Universidade.

De fato, somente em 1971, por exemplo, houve uma primeira iniciativa no sentido de

---

<sup>406</sup> Fontes, 2007, p. 21.

<sup>407</sup> Barata, 1904, p. 5.

<sup>408</sup> Unesco, 1972; Vecco, 2010; Rouhi, 2017.

<sup>409</sup> Brasil, 1937; 1957a; Cardoso, 2007, p. 207; Mendonça, 2007, p. 234.

cuidar melhor do acervo documental da instituição, quando a Reitoria entendeu a necessidade de criação de um departamento para coleta e armazenamento dos arquivos institucionais<sup>410</sup>. Todavia, o departamento não saiu do papel e, nos anos seguintes, essas tarefas ficaram a cargo do Serviço de Comunicações e Arquivo (ou seja, um setor com outras atribuições), da Biblioteca Central e do Museu da UFPA; somente em 1988, por meio da Resolução n. 590<sup>411</sup>, do Conselho Superior de Administração, foi criado o Sistema de Arquivo da UFPA, atualmente Arquivo Central. Ainda hoje, apesar dos protocolos adotados pelo órgão serem referência na área arquivística, e mesmo que haja ações preservacionistas esporádicas (como foi a restauração e montagem do Chalé de Ferro na década de 1990), a instituição carece de iniciativas permanentes e políticas de conservação e respeito a seu próprio patrimônio.

Com a inauguração do Campus, em 1968, a Universidade ampliou seus bens móveis e imóveis, mantendo as dezenas de prédios que então ocupava na cidade. Para administrar a nova infraestrutura, foi criada, em 1971, a Prefeitura do Campus, atual Prefeitura Multicampi, responsável por obras, reformas, restauração e manutenção das edificações, entre outras atribuições. Dirigida inicialmente pelo prof. Luiz Gonzaga Baganha, a Prefeitura seguia regimentos internos, contudo, a gestão do patrimônio da Universidade também estava vinculada à Divisão de Patrimônio do então Departamento de Recursos Materiais, hoje Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio (DAP) da Pró-Reitoria de Administração (Proad)<sup>412</sup>. Somente em 1987, por meio da Resolução n. 450<sup>413</sup>, a UFPA instituiu normas para a administração de seus bens móveis, com a criação do Manual de Procedimentos sobre Administração de Bens Patrimoniais. No entanto, esse regulamento não contemplava o patrimônio edificado.

Em 1988, foi sancionada a nova Constituição Federal, que trouxe o arcabouço legal para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, somando-se às normas estabelecidas até então pelo IPHAN. Além de considerar a biodiversidade nacional como patrimônio, um avanço inadiável, a Constituição determina que “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público”, mas que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico

---

<sup>410</sup> Para mais detalhes sobre o percurso histórico do tratamento dado pela instituição aos seus registros documentais, bem como sobre a instalação do Arquivo Central da UFPA, visitar o *site* oficial desse órgão suplementar, subordinado ao gabinete da Reitoria: <https://arquivocentral.ufpa.br/index.php/historico>.

<sup>411</sup> UFPA, 1988.

<sup>412</sup> A DAP conta com três coordenadorias: de Almoxarifado; de Patrimônio Móvel e de Patrimônio Imóvel; a esta compete promover a gestão fundiária, tributária, financeira, contábil e jurídica do patrimônio imóvel da UFPA.

<sup>413</sup> UFPA, 1987.

e paisagístico”, cabendo aos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

A Constituição assegura ainda que o Poder Público, com o apoio da comunidade, deve promover e proteger “o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”, sempre levando em consideração que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>414</sup>.

Provocada talvez pelo texto constitucional, a Universidade emite, em 1990, resolução para ordenar e aprimorar o sistema de segurança patrimonial da instituição<sup>415</sup>. Entretanto, a resolução limitava-se às diretrizes a serem seguidas pela equipe de segurança do Campus (ainda não terceirizada) e a algumas condutas dos próprios usuários. Nesse período, o Conjunto Universitário Pioneiro já havia recebido praticamente toda a estrutura predial da UFPA (ver Capítulo 6): as faculdades e unidades administrativas que estavam instaladas em prédios alugados foram remanejadas para o Campus do Guamá, como a Biblioteca Central, que concluiu sua transferência em 1972; aqueles que funcionavam em imóveis próprios levaram mais tempo para realizar a mudança, como a Faculdade de Direito, que se transferiu somente em 1980.

Àquelas edificações que foram, ao menos fisicamente, desconectadas da Universidade e não resistiram à ação implacável do tempo e do descaso, resta o trabalho dos pesquisadores, verdadeiros operários da memória, nas palavras de Vítor Serrão ao se referir ao historiador de arte, pois, assim como a História da Arte, as Ciências do Patrimônio Cultural não se fazem somente “com recurso a *obras vivas*”<sup>416</sup>:

O historiador de arte (e com ele o técnico de conservação e restauro, o museólogo, o gestor de patrimônio, e o espectador/fruidor consequente) tornou-se no nosso tempo, dada a componente humanística do trabalho que desenvolve [...] numa espécie de *operário da memória*: [...] por ele passa o conhecimento partilhado da *conservação preventiva* que prolonga a vida das peças e do restauro que assegura a remoção de maleitas físicas dos objetos<sup>417</sup>.

---

<sup>414</sup> Brasil, 1988, Art. 216, p. 126.

<sup>415</sup> UFPA, 1990d.

<sup>416</sup> Serrão, 2001, p. 11.

<sup>417</sup> *Idem*, p. 219.

Desse modo, como temos feito até aqui, a pesquisa histórica do patrimônio pode recorrer “a objetos mortos”, a fim de compreender os objetos “vivos”, recorrer “às breves cicatrizes deixadas como rasto”<sup>418</sup>. Nesse sentido, ainda no começo da década de 1990, a UFPA restaurou o Chalé de Ferro, antiga casa de mais de uma unidade universitária fora do Campus. Um patrimônio que caminhava para se tornar apenas vestígio – ou menos do que isso – hoje está erguido e passível de integrar novas histórias e lembranças, apesar de novamente abandonado.

Apesar da Constituição e das resoluções internas dos conselhos superiores relativas ao patrimônio material da UFPA, a Universidade não manteve uma uniformidade ou coerência no tratamento dispensado aos seus bens imóveis. Aliada à falta de recursos, a não aplicação de uma política patrimonial própria parece ter sido determinante para que a preservação ou o abandono de um prédio, seja dentro ou fora do Campus do Guamá, ficasse a critério de decisões unilaterais da Reitoria em exercício, ainda que, como lembra a arquiteta e ex-presidente do IPHAN Jurema Machado, a atualização do uso e da apropriação do patrimônio seja o aspecto mais maduro da preservação atualmente:

Embora teoricamente aceito e frequentemente enfrentado, por vezes com estratégias mais abrangentes, por vezes menos, o problema continua muito mal resolvido no Brasil. Falha em decorrência de programas arquitetônicos pouco imaginativos, resultado de visões ainda restritas, mas falha principalmente devido à pouca articulação da política de patrimônio com as demais<sup>419</sup>.

Essa articulação começaria a se tornar realidade na UFPA apenas no século XXI, especialmente a partir de 2006, com a criação da Comissão de Regularização Fundiária (CRF)<sup>420</sup>, e mais concretamente na gestão do atual reitor, prof. Emmanuel Tourinho, que estabeleceu dispositivos legais de controle e de cuidado com o patrimônio da Universidade, com destaque para a elaboração do Manual de Procedimentos Patrimoniais: Bens Permanentes<sup>421</sup> e a criação do Fundo Patrimonial da UFPA<sup>422</sup>. Ao garantir a salvaguarda de seus bens, a Reitoria dialoga com a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, instituída em 2018<sup>423</sup>.

---

<sup>418</sup> Serrão, 2001, p. 13.

<sup>419</sup> Machado, 2016, p. 9.

<sup>420</sup> Criada em 5 de junho de 2006, pela Portaria n. 1.830, da Reitoria da UFPA, a CRF sanou a defasagem no controle do patrimônio da UFPA: em 2002, antes da criação da comissão, o levantamento do inventário imobiliário da instituição apontou um patrimônio de aproximadamente R\$ 6 milhões; no entanto, em 2018, com a CRF em plena atividade, esse patrimônio chegou a quase R\$ 1 bilhão, o que testifica tanto a inconsistência do primeiro dado como a importância da comissão.

<sup>421</sup> UFPA, 2019. Embora o manual se dedique aos bens móveis, a organização de procedimentos e o estabelecimento de novos protocolos, no que tange ao patrimônio da instituição, servem de referência para o tratamento a ser dispensado aos bens em geral.

<sup>422</sup> UFPA, 2022c. O fundo é destinado ao apoio de programas, projetos e atividades relacionadas à educação, pesquisa e demais finalidades de interesse da instituição, podendo ser composto também de bens imóveis doados à Universidade.

<sup>423</sup> IPHAN, 2018.

Necessário se faz lembrar que as políticas patrimoniais são estereis nas mãos de gestores indiferentes à necessidade de preservação e conservação do patrimônio material, seja da Universidade, seja da cidade, estado, país. A Organização dos Estados Americanos, em 1967, chamava a atenção para as consequências nocivas aos bens materiais dessa indiferença:

O acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística demanda a adoção de medidas de emergência, tanto em nível nacional quanto internacional, mas sua eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social<sup>424</sup>.

Adiante, no Capítulo 8, veremos como a união de uma Reitoria atenta às demandas de preservação de seus prédios com um governante que valoriza a ciência e reconhece o valor patrimonial, material e imaterial das universidades públicas tem sido determinante para o desenvolvimento ordenado da UFPA.

## 4 GESTÃO SILVEIRA NETTO E A DITADURA CIVIL-MILITAR

### 4.1 Primeiros anos de Silveira Netto à frente da Reitoria

Com oito prédios espalhados pela cidade, então chamados Unidades Universitárias, a UFPA havia formado, até o início da década de 1960, 777 novos profissionais, tendo sido matriculados 1008 alunos em 1957 (desses, 353 em Direito e 214 em Medicina); 1071 alunos em 1958; 1116, em 1959; e 1137, em 1960<sup>425</sup>. Embora o volume de matrículas crescesse ano após ano, a infraestrutura da Universidade era limitada e não lhe permitia ofertar mais vagas para acolher um número maior de discentes.

Em dezembro de 1960, assumiu a Reitoria José Rodrigues da Silveira Netto, ex-diretor da Faculdade de Medicina<sup>426</sup>. A Universidade vive, então, um período de prosperidade que, nas palavras do engenheiro e professor Antonio Prince Bouez<sup>427</sup>, ex-diretor do Departamento de

<sup>424</sup> OEA, 1967.

<sup>425</sup> Moreira, 1977, p. 58-65.

<sup>426</sup> A atuação destacada à frente da Faculdade de Medicina e da Universidade do Pará rendeu a Silveira Netto o reconhecimento público e acadêmico, sendo agraciado com a Ordem do Mérito Médico em 1959, honraria entregue em 1962, durante as celebrações dos 43 anos da Faculdade de Medicina. Em 1963, foi reconduzido ao cargo de reitor, agora para um mandato de cinco anos (até então eram de apenas três), mas protelou sua sucessão por quase um ano, fosse pela forte oposição que sofria dos movimentos estudantis e de algumas faculdades, fosse pela greve e pela inauguração do Campus em 1968, tornando-o, portanto, o reitor mais longo à frente da Reitoria. Silveira Netto faleceu em 16 de junho de 1998 (As grandes..., 1962, p. 1 e 6; Hoje a Entrega..., 1962, p. 6).

<sup>427</sup> Antonio Prince Bouez, 91 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida na casa do informante em 15 nov. 2023.

Administração, devia-se ao fato de que o reitor “dava a vida pela universidade. Aliás, ele foi um dos mentores da criação da universidade”. Entretanto, a gestão de Silveira Netto foi marcada por contrastes: de um lado, a expansão administrativa e estrutural da instituição; de outro, a insatisfação de estudantes, professores e diretores de faculdades, que viam na Reitoria uma postura intransigente e acusavam o reitor de não lhes oferecer a devida proteção contra a espionagem e as perseguições do regime militar. Pelo contrário, afirmavam que ele teria legitimado a presença da ditadura na UFPA, ao não contratar docentes apontados como subversivos pelo SNI e ao permitir a presença de agentes infiltrados em sala de aula<sup>428</sup>.

Apesar das acusações de autoritarismo, Silveira Netto permanece exaltado por aqueles que conviveram com ele. Bouez, por exemplo, afirma que “Ele trabalhava para a universidade, vivia para a universidade. O assunto dele era a universidade. E eu adquiri esse costume”, a ponto de criar “na universidade uma família. Era uma família. Antigamente era tão pequena a universidade, que nós éramos uma família”. Essa relação familiar, maternal com o patrimônio está no esteio do sentido de preservação patrimonial<sup>429</sup>.

À abnegação de Silveira Netto exaltada por Bouez, somou-se uma “ajuda” expressiva da União, que garantiu o custeio das despesas da Universidade pelo SPVEA (Sudam), pelo período de dez anos<sup>430</sup>. Com esse incentivo, Silveira Netto pôde estar à frente da criação do Serviço de Teatro<sup>431</sup> (futura Escola de Teatro e Dança, ETDUFPA) e da Biblioteca Central<sup>432</sup>, ambos em 1962<sup>433</sup>, bem como da construção de novas sedes para as faculdades de Odontologia, também em 1962, e de Farmácia, em 1963. No ano seguinte, 1964, a Universidade adquiriu, após desapropriação, o Palacete Augusto Montenegro (figuras 68 e 71) para nele instalar a nova sede da Reitora.

<sup>428</sup> Cunha; Silveira, 2009; Fontes; Alves, 2013.

<sup>429</sup> De fato, pela relação maternal que a Universidade estabelece com a comunidade (especialmente a acadêmica), seria mais adequado falarmos em matrimônio, em vez de patrimônio, em herança materna em vez de paterna (analogia feita pelo prof. José Afonso Medeiros Souza, do PPGArtes-UFPA).

<sup>430</sup> O valor repassado não poderia ser menor do que Cr\$ 100.000.000,00 anuais (cem milhões de cruzeiros, cerca de R\$ 36.000,00 – apenas para registro, porque a conversão direta é enganosa) (Brasil, 1961a). O apoio vinha em um momento oportuno, pois o custo de vida no país havia disparado em 1961, após significativa redução no ano anterior (FGV, CPDOC, Índices de valor real do salário-mínimo. *Atlas Histórico do Brasil*, disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/segundo-governo-vargas-1951-1954/mapas/indices-de-valor-real-do-salario-minimo>).

<sup>431</sup> Em maio..., 1962, p. 28 e 16; Instalação..., 1962, p. 6; Hoje a inauguração..., 1962, p. 14; O Serviço..., 1962, p. 12.

<sup>432</sup> Uma biblioteca..., 1962, p. 14; Biblioteca da Universidade..., 1962, p. 20.

<sup>433</sup> Em 1962, a *Folha do Norte* divulgou que a Universidade implementaria a gratuidade do ensino promovido pela instituição (Gratuidade..., 1962, p. 10). Nessa época, as universidades federais não eram gratuitas, mantinham a cobrança de taxas por todos os serviços, da matrícula à emissão de diploma, seguindo uma legislação de 1901, que fixava os valores a serem cobrados (Brasil, 1901). Caso a notícia fosse procedente, seria uma decisão vanguardista, considerando que a gratuidade do ensino público somente passou a ser obrigatória a partir da Constituição de 1988. Na prática, a extinção das taxas foi um processo gradual, concretizado após a carta magna. Cabe frisar que, mesmo gratuito, o ensino superior federal ainda tem custos aos alunos (locomoção, alimentação, impressão de documentos etc.), daí a necessidade de ações afirmativas e de assistência estudantil.

Figura 67 – Palacete Augusto Montenegro, 1911



Nota: De acordo com o *site* do MUFPA, o Palacete Augusto Montenegro é tombado desde 2003, como patrimônio histórico, pelo Governo do Pará. Ainda segundo a página oficial, durante a década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, o descaso, a falta de investimentos (por escassez de recursos) e, logo, a falta de manutenção imputaram perdas de bens e na arquitetura do palacete, que iniciou o século XXI sem condições de funcionamento (Histórico do MUFPA, em: [www.museu.ufpa.br](http://www.museu.ufpa.br); Souza, 2010).

Fonte: Arquivo Central da UFPA

Projetado em estilo eclético<sup>434</sup> pelo arquiteto italiano Filinto Santoro<sup>435</sup>, o palacete está localizado na interseção das avenidas José Malcher e Generalíssimo Deodoro, no centro da cidade, ao lado do Palacete Virgílio Sampaio (figuras 69 e 70). Este último também sediou a Reitoria enquanto o palacete vizinho passava por ajustes e depois o Departamento de Ensino. Mais tarde, o Palacete Virgílio Sampaio também acolheu o Departamento de Finanças e o Departamento de Administração – que havia funcionado no Palacete Augusto Montenegro e trocou de lugar com o Departamento de Ensino –, com a Divisão de Pessoal e a Divisão de Material.

Renomado por suas obras, Santoro era formado na Academia de Nápoles e responsável pelo desenho e projeto de construções importantes como o Palácio Rio Branco, o exemplar do estilo eclético em Salvador, o Mercado de São Brás, em Belém, a igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a fachada do Mercado Municipal, em Manaus<sup>436</sup>.

<sup>434</sup> “A escolha do Eclétismo como estilo arquitetônico mais utilizado nas residências de tipologia palaciana está relacionada à necessidade da incorporação de novas ornamentações, programas e funções, à então forma de morar da burguesia” (Trindade; Nunes, 2020, p. 285)

<sup>435</sup> Em 1903, Filinto Santoro (1863-1927), responsável também pelo projeto e pela construção do Colégio Gentil Bittencourt, foi contratado para construir a casa do governador Augusto Montenegro. Para a empreitada, Santoro trouxe trabalhadores e matéria-prima da Itália e, associando o material estrangeiro com o regional, entregou um belo palacete para seu contratante e para a cidade (Derenji, 2011).

<sup>436</sup> Guimarães; Dias; Rodrigues; Oliveira, 2021, p. 5.

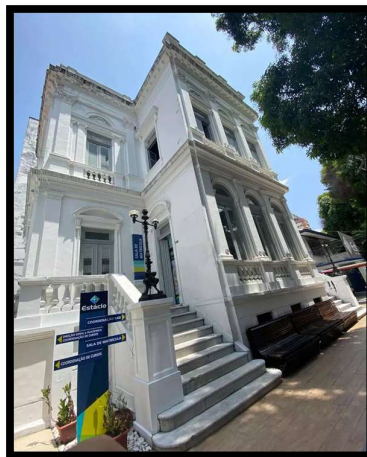
Figura 68 – Palacete Virgílio Sampaio, em 1905 e na déc. 1980



Nota: Mantendo-se em uso ao longo do tempo, o palacete Virgílio Sampaio praticamente permanece o mesmo dos anos em que foi sede administrativa da UFPA.

Fonte: Cruz, 1971, p. 119; Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

Figura 69 – Palacete Virgílio Sampaio, 2021



Nota: Atualmente, o Palacete Virgílio Sampaio é ocupado por uma faculdade particular.

Fonte: *O Liberal*, disponível em: <https://www.oliberal.com/estudio/fevereiro-e-o-mes-do-desconto-na-estacio-1.352627>.

A escolha do estilo eclético, bem como o uso de técnicos e pintores europeus na decoração do palacete não devem ter sido uma decisão do engenheiro contratado, mas uma exigência do contratante, pois, como destacam Trindade e Nunes, o futuro morador empreendeu o mesmo *modus operandi* em relação à série de reformas que mandou realizar no Palácio Lauro Sodré, principalmente na ornamentação, à época em que era governador do estado e, portanto, morava nesse palácio<sup>437</sup>.

<sup>437</sup> Trindade; Nunes, 2020.

O palacete é uma construção em alvenaria e ferro de estilo eclético, que reflete, em sua composição, a riqueza e ostentação da Belle Époque paraense dos períodos áureos da extração da borracha na Amazônia. Foi quase todo construído com materiais importados da Itália, devido às relações comerciais que Santoro mantivera com seu país. Forros prensados e pintados, possivelmente de origem belga, mosaicos genoveses no piso de entrada, portas em madeira de lei, imitação de mármore nas colunas e presença da flor de lis nas pinturas decorativas internas e vidros da casa são uma das mais variadas marcas da arquitetura do Palacete Augusto Montenegro<sup>438</sup>.

De acordo com Oliveira *et al.* (1986), em pesquisa orientada pela profa. Jussara Derenji, diretora do Museu da UFPA, Augusto Montenegro morou na residência somente até o fim de seu mandato, isto é, até 1909 (portanto, durante cinco ou seis anos), quando se mudou para Paris. O palacete, então, foi adquirido por Lygia Olímpia de Araújo Chamié – cuja família também adquiriu o Virgílio Sampaio, por intermédio de Olga Mached Thomé Chamié – permanecendo sob sua propriedade até 1964, quando, por decreto presidencial, foi declarado de utilidade pública e desapropriado, assim como o Virgílio Sampaio, em favor da Universidade<sup>439</sup>.

O Palacete Augusto Montenegro abrigou a Reitoria de 1965 a 1981; nele ficavam o gabinete do reitor e a Sub-Reitoria de Ensino e Administração, com a consultoria jurídica e a assessoria técnica. Embora muitos itens de mobília e vários materiais da construção original tenham sido perdidos, o prédio mantém-se em bom estado de conservação, suficiente para continuar se destacando no cenário urbano de Belém, o que tem feito há dois séculos.

Pode-se dizer que os objetos de Restauração são signos de aspectos intangíveis de uma cultura, de uma história, de experiências, de uma identidade; signos especialmente privilegiados por um grupo (uma nação, um grupo de nações, uma vila, uma cidade, uma família, um clube de basquete) ou mesmo por um único indivíduo. Objetos capazes de representar alguns desses aspectos são preservados e restaurados<sup>440</sup>.

A antropóloga Rosângela Marques de Brito, entre os anos de 2011 e 2013, realizou entrevistas e acompanhou a rotina dos trabalhadores do entorno do palacete, transformado em Museu da UFPA (MUFPA) em 1983 – instalado efetivamente somente em 1985. Em seu estudo, a pesquisadora evidencia que a relação entre patrimônio e indivíduo pode se estabelecer indiretamente, ainda que exerçam influência mútua sobre suas rotinas e sobre suas próprias existências:

---

<sup>438</sup> Souza, 2010.

<sup>439</sup> Brasil, 1964c.

<sup>440</sup> “Se puede decir que los objetos de Restauración son signos de aspectos intangibles de una cultura, de una historia, de unas vivencias, de una identidad; signos especialmente privilegiados por un colectivo (una nación, un grupo de naciones, un pueblo, una ciudad, una familia, un club de baloncesto) o incluso por un solo individuo. Los objetos capaces de representar algunos de estos aspectos son conservados y restaurados” (Viñas, 2004, p. 40).

Às 8 horas, Marco, porteiro do MUFPA, abre os portões do museu e, aos poucos, os trabalhadores da instituição chegam para trabalhar [...]. A paisagem da “esquina” do MUFPA vai se alterando: abre-se a porta principal do “palacete”, alguns grupos agendados de estudantes geralmente chegam às 9 horas, às vezes em ônibus fretados, que estacionam na “Generalíssimo” [...]. Depois de uma hora e meia, ao término da visita ao museu, o ônibus retorna e recolhe o grupo de alunos<sup>441</sup>.

Embora seus clientes sejam potencialmente os usuários do MUFPA e da faculdade instalada no Palacete Virgílio Sampaio, apenas um dos trabalhadores entrevistados por Britto afirmou saber o que funciona no museu: Benedito, vendedor de castanha-do-pará e derivados, assegurou ter recebido essa informação de alunos e professores que frequentam seu ponto de venda. Entretanto, garantiu nunca ter entrado no palacete, não por falta de vontade, mas por falta de tempo em decorrência do trabalho. Por sua vez, alguns moradores vizinhos alegaram saber da programação do museu apenas quando há propaganda visual exposta na fachada<sup>442</sup>.

Essa dinâmica entre as atividades desenvolvidas nos palacetes e a dos trabalhadores – donos de bancas de revista, fotógrafos, vendedores de castanhas – reflete o pensamento de Viñas e Moreno-Navarro, para os quais o entorno é parte importante do patrimônio. Esse entendimento também está presente nas orientações contidas na Carta de Petrópolis, de 1987: “o sítio histórico urbano (SHU) é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens, natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes em um espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação”<sup>443</sup>.

*Figura 70 – Museu da UFPA, 2023*



Nota: Projetado com inspiração no renascimento italiano, o Palacete Augusto Montenegro que, desde 1985, acolhe o Museu da UFPA, possui diversos elementos e materiais trazidos da Europa, especialmente da Itália. Todavia, os pisos foram construídos com madeiras regionais.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

<sup>441</sup> Britto, 2019, p. 149

<sup>442</sup> *Idem*, p. 161.

<sup>443</sup> Iphan, 1995.

A aquisição do Palacete Augusto Montenegro, iniciativa relevante não somente para a Universidade, mas para a cidade, traduz a essência da ação preservacionista, que seria formalizada com a publicação da Carta de Veneza, em maio de 1964, a respeito da conservação e restauração de monumentos históricos: “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios”<sup>444</sup>. Ao dar-lhe utilidade e, assim, mantê-lo conservado, a UFPA atribuiu ao prédio o valor utilitário ou de uso defendido por Aloïs Riegl. Afinal, trata-se de uma obra que, nas palavras do historiador austríaco, “estamos acostumados a ver em plena utilização pelos homens, e a falta desse uso, que nos é familiar, incomoda-nos, por apresentar os efeitos de uma destruição violenta, intolerável mesmo para o culto de antiguidade”<sup>445</sup>.

Nessa conjuntura, a Unesco realizou sua conferência geral em Paris, de 9 de novembro a 12 de dezembro de 1962. A recomendação elaborada como resultado do encontro destaca a importância de se preservar a beleza de paisagens e sítios naturais, evidenciando então certa preocupação com o valor estético do patrimônio cultural<sup>446</sup>. Embora essa carta patrimonial seja direcionada a espaços abertos – os edifícios, classificados como bens culturais imóveis, receberiam mais atenção somente na Recomendação de Paris de 1968 –, o valor estético que permeia o documento parece (não custa nada acreditar) ter sido critério fulcral na decisão de preservar o Palacete Augusto Montenegro ao longo das décadas seguintes.

Ainda em 1962, a Universidade do Pará ampliava seu patrimônio edificado com a construção de uma nova e bem estruturada sede para a Faculdade de Odontologia. Localizado na avenida Padre Eutíquio, em frente à praça Batista Campos, o prédio da faculdade foi projetado conforme a padronização de prédios públicos vigente (e ratificada por decreto durante a ditadura), cuja pintura obedecia ao imposto pela Reitoria para todos os prédios da Universidade, isto é, branco e cinza<sup>447</sup>. A sede, porém, não resistiu ao tempo e ao descaso e desapareceu da paisagem urbana da cidade.

De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), na Carta de Burra (Austrália)<sup>448</sup>, que apresenta orientações para a conservação e gestão de lugares – também denominados sítios ou bens – com significado cultural, “lugar” é uma área geograficamente

---

<sup>444</sup> Unesco, 1964a.

<sup>445</sup> Riegl, 2014, p. 68.

<sup>446</sup> Unesco, 1962.

<sup>447</sup> UFPA, 1962.

<sup>448</sup> A Carta de Burra passou por pequenas revisões ao longo da década de 1980 até ser completamente revista em 1999, o que gerou sua versão definitiva, publicada em 2013 pela Icomos Austrália.

delimitada que possui dimensões tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais). Na carta, o “significado cultural está incorporado no próprio lugar, em sua estrutura, localização, uso, associações, significados, registros, locais e objetos relacionados”<sup>449</sup>. Assim, como explicita a carta, o valor patrimonial e cultural de um prédio não reside na beleza de sua fachada ou no porte de sua estrutura, mas em diversos fatores, como as relações estabelecidas entre os indivíduos e os edifícios.

Como lembra Andrade Júnior, na década de 1960, quando as edificações analisadas passaram a compor a estrutura física da Universidade Federal do Pará, houve “uma efetiva ampliação do patrimônio no Brasil”, que passou “a abarcar, de forma menos tendenciosa, edificações ligadas aos mais diversos estilos, tipologias e períodos históricos”<sup>450</sup>. Portanto, não se justifica, a princípio, o tratamento completamente antagônico dispensado aos dois prédios, o Palacete Augusto Montenegro e a sede da Faculdade de Odontologia: um permanece ostentando sua imponência no centro urbano da cidade de Belém; o outro apenas ilustra raras fotos em preto e branco ou sépia. Afinal, ainda de acordo com a Carta de Burra, o significado cultural, entendido como sinônimo do significado de patrimônio cultural, expressa o “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passada, atual ou futura”<sup>451</sup>, o que ambos os prédios, em escalas diferentes – considerando o fato de terem sido construídos em períodos distintos –, possuem para aqueles que os frequentam ou frequentaram.

Além disso, a experiência estética, cabe repetir, é o resultado de um percurso iniciático. A do patrimônio histórico arquitetônico não foge a essa regra e comporta dificuldades próprias.

É verdade que existem edifícios que, valendo-se do sublime, se impõem de forma imediata. Mas essa situação é rara. A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica<sup>452</sup>.

Em 1963, foram criadas a Escola Primária<sup>453</sup> (futura Escola de Aplicação) e a Imprensa Universitária (ver Anexo 8), precursora da Gráfica e da Editora da UFPA. No dia 1º de março de 1964, o reitor inaugura o Ginásio da Universidade, também conhecido como Ginásio Moderno ou Ginásio de Aplicação<sup>454</sup> e que, mais tarde, em 1975, iria se incorporar à Escola

<sup>449</sup> “Cultural significance is embodied in the *place* itself, its *fabric, setting, use, associations, meanings*, records, *related places and related objects*” (Icomos, 2013, p. 2).

<sup>450</sup> Andrade Junior, 2011, p. 148.

<sup>451</sup> “*Cultural significance* means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations” (Icomos, 2013, p. 2).

<sup>452</sup> Choay, 2001, p. 230.

<sup>453</sup> Rebello, 1963, p. 3; A Universidade do Pará..., 1963, p. 12.

<sup>454</sup> Ginásio da Universidade..., 1964, p. 12.

Primária para criar o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)<sup>455</sup>. Quanto ao Palacete Augusto Montenegro, este sediou a Reitoria até 1981, quando foi construída uma nova e definitiva sede na Cidade Universitária; entretanto, a transição completa ocorreu somente em 1983, mesmo ano em que foi criado o Museu da UFPA.

Apesar do aporte proveniente da SPVEA, Silveira Netto enfrentou inicialmente os mesmos problemas financeiros de seu antecessor. Como recorda Bouez, nessa época os recursos destinados à Universidade eram repassados pela Delegacia da Fazenda no Pará<sup>456</sup>,

e naquele tempo era difícil o remanejamento de recurso, demorava, atrasava. Os funcionários, quando chegava o fim do ano, não recebiam dinheiro; só iam receber 2 ou 3 meses atrasado, no início do outro ano. Era assim. Era uma desorganização financeira total. Quer dizer, a prestação de contas era pela Delegacia da Fazenda. A universidade só tinha autonomia, porque ela poupava dinheiro no tempo do reitor [Silveira Netto], que guardava os recursos com o objetivo de criar o Campus da Universidade. Ele foi acumulando recursos, que eram restos a pagar, sobra do salário, do orçamento que vinha<sup>457</sup>.

Logo, embora o contratempo não fosse novidade, a postura ante o problema e a solução encontrada foram novas. “Então, a universidade cresceu. Começou a crescer. Então, o reitor, nessa oportunidade, com esse dinheiro que ele conseguiu acumular, ele comprou os terrenos para a universidade”.

## 4.2 A Universidade e o fim do regime democrático

Março de 1964 tornar-se-ia um divisor de águas para a Universidade e para o Brasil. No dia 1º, foi inaugurado o Ginásio, dando continuidade à política de acelerado desenvolvimento patrimonial promovida por Silveira Netto desde sua chegada à Reitoria. Por outro lado, na madrugada do dia 31, ocorreu o golpe civil-militar<sup>458</sup>, resultado, entre outros fatores, da instabilidade política do país. O impacto foi imediato na expansão universitária, suspendendo novas aquisições de prédios, exceto pela construção do *campus*, já em fase avançada.

O golpe não foi uma ação improvisada, tampouco surpreendeu quem faz a política

<sup>455</sup> UFPA, 1975a. Sobre a Escola Primária da UFPA, ver Capítulo 5.

<sup>456</sup> “A Delegacia da Fazenda funcionava antigamente no prédio que hoje a Universidade recebeu como tombamento de patrimônio histórico. Então, a universidade está cuidando desse prédio, dessas instalações, que são instalações antigas, paredões de um metro de largura, 90cm de pedras”. De fato, essas instalações a que o prof. Bouez se refere são o Convento dos Mercedários, onde a UFPA acomodou seus cursos da área de Patrimônio Cultural e seus laboratórios de conservação e restauro.

<sup>457</sup> Antonio Prince Bouez, 91 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida na casa do informante em 15 nov. 2023.

<sup>458</sup> Sempre é bom lembrar que, sem o apoio de uma parcela da população, de vários órgãos da imprensa e inúmeros políticos democraticamente eleitos, o golpe teria fracassado novamente e a ditadura não se instalaria, tampouco teria se estendido por mais de vinte anos.

nacional ou quem a acompanha, considerando que o processo de democratização do país tem sido marcado por sucessivos golpes de Estado. A articulação sociopolítica que resultou na tomada do poder pelos militares, em 1964, foi fruto de pelo menos duas décadas de conspirações e de manipulação (parcial) da opinião pública<sup>459</sup>, cujos antecedentes, em linhas gerais, remontam à década de 1940.

No dia 18 de abril de 1945, após pressão popular e mediante o fim da censura e a reestruturação da oposição, Getúlio Vargas anistiou 563 militantes presos pelo Estado Novo, como Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella, Jorge Amado e João Mangabeira. Em outubro, pressionado e com sua base enfraquecida, Getúlio renunciou ao cargo. Com a instabilidade política, em 1946, os partidos de direita, apoiados pela ala conservadora da imprensa e da sociedade, e com a chancela do STF, se articularam para tornar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ilegal – àquela altura o PCB era a quarta maior força nacional em termos de filiações e representatividade.

Getúlio Vargas volta ao poder após vencer as eleições de outubro de 1950. No entanto, em fevereiro de 1954, os militares lançam um documento com duras críticas ao Governo, defendendo o endurecimento contra os sindicatos e a união nacional contra o (fantasma do) comunismo. O Manifesto dos Coronéis, redigido por Golbery do Couto e Silva (que estaria na linha de frente do vindouro golpe de 1964), foi assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, e distribuído aos comandantes militares. A ala mais radical comandava o Clube Militar do Rio (a capital federal até então) e não estava satisfeita com a decisão de João Goulart, ministro do Trabalho, de dobrar o valor do salário mínimo. Vargas afastou Goulart para acalmar os ânimos, mas demitiu o ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, por conta do ato de insubordinação.

Em 5 de agosto, um atentado contra o jornalista opositor Carlos Lacerda termina com o assassinato do major Rubens Florentino Vaz, guarda-costas de Lacerda. A Aeronáutica, então, assumiu o comando das investigações, abrindo a brecha que faltava para a tomada do poder. Contudo, o ministro da Guerra Zenóbio da Costa se recusa a executar o plano, o que forçou o Exército a escolher – interna e informalmente – o brigadeiro Eduardo Gomes, que havia sido derrotado nas eleições presidenciais para liderar o conluio. Porém, antes de se completarem as

---

<sup>459</sup> Ao pesquisar os jornais impressos do período ditatorial, fica patente o esforço de *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, por exemplo, veículos apoiadores do golpe, em legitimar os atos da alta cúpula militar – tratando estudantes e professores apenas como “anarquistas”, “vândalos” e “terroristas” – e imprimir um clima de normalidade no país. De uma forma ou de outra, alcançaram algum êxito, aos moldes de *La Vita è Bella* (1997), de Roberto Benigni, a tal ponto que, ainda hoje, há quem defenda, mesmo entre os civis, que a ditadura foi boa para o Brasil.

articulações golpistas, Getúlio se suicida em 24 de agosto de 1954, provocando comoção popular. Café Filho, vice-presidente, assume o país. O golpe foi adiado.

Com a vitória de Juscelino Kubitschek para presidente e, principalmente, de João Goulart (Jango) para vice, nova tentativa de golpe se formou para impedir que ambos assumissem a presidência em janeiro de 1955. No entanto, dessa vez, foi a atuação do então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que frustrou os planos golpistas e garantiu as posses de Juscelino e de Jango. Seguem-se, ao longo do mandato, diversas insurgências militares de Norte a Sul, inclusive em 1959, ano em que Fidel Castro visitou o Brasil após depor o ditador Fulgencio Batista do comando de Cuba. Nas eleições de 1960, Lott concorre para suceder a Juscelino, mas é derrotado pelo conservador populista Jânio Quadros. Jango elege-se vice (os votos para presidente e para vice eram independentes, somente nas eleições de 1989 passou-se a votar na chapa), novamente com votação expressiva.

No ano seguinte, 1961, Jânio entrega sua renúncia, acreditando que o clamor popular o reconduziria ao cargo e, assim, venceria o duelo de popularidade com Jango – já que, para ele, tanto a classe militar quanto a política não permitiriam que um getulista e simpatizante do comunismo assumisse a presidência –, além de ver aumentados os seus poderes ante o Congresso. Ambos os prognósticos não se materializam. Lott (novamente) e Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, mobilizaram a população e parte do Exército, naquela que ficaria conhecida como a Campanha da Legalidade<sup>460</sup>, para garantir o retorno de Jango – que estava na China, o que aumentava o medo nos anticomunistas –, e sua posse. João Goulart assume o país em um regime parlamentarista. Ainda em 1961, para aumentar o conflito político e ideológico, reata a relação do Brasil com a União Soviética.

Agora presidente, João Goulart adota uma série de medidas progressistas que “afetam” a elite empresarial brasileira, detentora de muitas cadeiras no Congresso nacional, patrocinadora de outras tantas e, em geral, dona da grande mídia – aumentam as articulações contra seu governo e a favor do golpe de Estado. Em dezembro de 1961, é promulgada a LDB e, em 1962, além de nomear o antropólogo, historiador e escritor Darcy Ribeiro para o Ministério da Educação, Jango assina a Lei do 13º Salário, que enfrenta forte oposição das elites e de setores da imprensa (*O Globo* e *O Estadão* publicam editoriais combatendo a lei). Em 1963, sanciona o Estatuto do Trabalhador Rural<sup>461</sup>, estendendo os direitos trabalhistas conquistados na Era Vargas aos trabalhadores rurais, provocando a fúria de fazendeiros, latifundiários e

---

<sup>460</sup> Santos, 2021.

<sup>461</sup> Brasil, 1961c; 1962; 1963a.

empresários. No mesmo ano, adota nacionalmente o Método Paulo Freire, criando a Campanha Nacional de Alfabetização e nomeando o próprio educador para coordenar a recém-criada Comissão de Cultura Popular.

Em Nova York, Carlos Lacerda pede ajuda aos EUA para depor Jango, mas não recebe apoio formal. Em 13 de março de 1964, diante de centenas de pessoas no então estado da Guanabara<sup>462</sup>, João Goulart fez o discurso que “sentenciaria” seu Governo. Na ocasião, comunicou a assinatura do Decreto n. 53.700, que desapropriava áreas rurais às margens de rodovias, as quais ficariam sob a gestão da Superintendência de Política Agrária (Supra)<sup>463</sup> para serem usadas na reforma agrária<sup>464</sup>; sinalizou também o atendimento às reivindicações dos estudantes para a reforma universitária; defendeu o voto dos analfabetos e revelou ter encampado todas as refinarias privadas operando em território nacional, medida que gerou mais reação na imprensa<sup>465</sup>. Em 31 de março de 1964, o golpe é instaurado. No dia 1º de abril, inicia-se a ditadura no Brasil, com a depredação e incêndio da UNE<sup>466</sup>, a deposição dos governadores Miguel Arraes (Pernambuco), João de Seixas Dória (Recife) e Badger Teixeira da Silveira (Rio de Janeiro), o exílio de João Goulart e Leonel Brizola, a prisão de Marighella (alvejado com

---

<sup>462</sup> O estado da Guanabara foi o Distrito Federal, portanto sede do Governo, de 1960 a 1975, quando foi abarcado pelo estado do Rio de Janeiro. Para mais informações, acessar: MultiRio, Do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro: a fusão. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/3365-a-fusao-do-estado-da-guanabara-ao-estado-do-rio-de-janeiro>, acesso em: abr. 2022.

<sup>463</sup> Sobre a Supra, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto n. 1.878-A, de 13 de dezembro de 1962, acessar: FGV, CPDOC. Superintendência da Política Agrária (Supra) [verbete]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>, acesso em: abr. 2022.

<sup>464</sup> Brasil, 1964a.

<sup>465</sup> No mesmo comício, Brizola endureceria ainda mais o discurso contra a movimentação sorrateira de militares e políticos golpistas – algumas guarnições faziam greves, como os marinheiros e fuzileiros navais, ou faziam circular manifestos contrários ao Governo, como os militares do II Distrito, o que mantinha a relação permanentemente tensa entre o Exército e o presidente e seus apoiadores. Em sua fala, o então deputado federal afirmava que “temos que nos organizar para enfrentar a violência e nos preparar para responder violência com violência”, instigando os presentes a pedir o fechamento do Congresso, que, na sua opinião, precisava ser mais popular, com a presença de camponeses, por exemplo (JG Surpreende..., 1964, p. 1).

<sup>466</sup> Os estudantes eram comumente tratados, antes e durante o regime militar, como subversivos e “comunistas”, especialmente quando protestavam por melhores condições de estudo. Um bom exemplo da estratégia recorrente da imprensa em mobilizar a opinião pública contra os estudantes que reivindicam seus direitos foi a entrevista do *Estadão* com o cardeal ultraconservador D. Jaime de Barros Câmara, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em sua declaração, o religioso tecia críticas à União Nacional do Estudantes (UNE) – “eivada de comunismo” – e ao projeto UNE-volante, acusando a entidade de desviar os jovens de seu suposto único propósito: estudar (Arcebispos apoiam..., 1962, p. 38). D. Jaime aderiria enfaticamente ao golpe de 1964, em posição contrária à do secretário-geral da CNBB, D. Hélder Câmara, que, embora tivesse participado do integralismo, movimento de cunho conservador, se opôs à ruptura democrática e se dedicou à luta pelos direitos humanos. Esse discurso de subversão e inversão de valores não se restringia ao âmbito estudantil: era amplamente adotado em rede nacional contra o Governo João Goulart, fomentando o temor de que Jango se tornasse um ditador. Era o que alardeava o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Bilac Pinto, presidente da UDN e futuro apoiador do regime militar (Declarações..., 1963, p. 1).

um tiro dentro de cinema no Rio) ...<sup>467</sup>.

O estabelecimento da ditadura impactou diretamente os procedimentos institucionais e a rotina acadêmica da UFPA. A eleição para reitor, que já era feita por meio de lista sêxtupla enviada ao MEC, indicando certa desconfiança com a capacidade da comunidade universitária em tomar decisões, consolidou-se como uma escolha unilateral do ditador em exercício. Os investimentos nas universidades, que já eram precários, foram quase extintos, como recorda o clínico-geral dr. Gerinaldo Ferreira Lima<sup>468</sup>, que ingressou na Faculdade de Medicina em 1981. De acordo com o médico, atualmente morando em Vitória, no Espírito Santo, os alunos do curso precisaram protestar e ocupar a Reitoria para garantir seu direito às aulas práticas, então realizadas na Santa Casa de Misericórdia (usada como hospital-escola da Faculdade), assim como a outros recursos necessários à boa formação dos futuros médicos.

Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>469</sup>, principal órgão de espionagem da ditadura, idealizado pelo gal. Golbery do Couto e Silva. Em setembro de 1970, Médici cria o Departamento de Operações de Informação, do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, que centralizaria toda a repressão aos “adversários” do regime. A perseguição a alunos e professores considerados suspeitos de subversão se estendia para além dos muros das unidades universitárias.

O prof. Firmino Guimarães, dado o momento político, sentia que não tinham muita liberdade de se expressar e de ir e vir. Desde 1968, quando ainda aluno do Colégio Paes de Carvalho, percebeu as consequências da repressão: com outros colegas, participou de protesto que havia fechado o colégio e fora reprimido com a expulsão ou transferência dos alunos envolvidos (para o Colégio do Carmo, por exemplo). Já na universidade, cita a impotência ante o estado de coisas, a ponto de ver um colega ser perseguido por militares na Praça da Bandeira (no bairro da Campina, em Belém) e não ter podido ajudar.

---

<sup>467</sup> Para maiores detalhes, informações completas e uma cronologia com mais dados, visitar: Memorial da Democracia ([memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)); Documentos Revelados ([documentosrevelados.com.br](http://documentosrevelados.com.br)); Arquivos da Ditadura ([arquivosdaditadura.com.br](http://arquivosdaditadura.com.br)); Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ([comissaoдавerdade.al.sp.gov.br](http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br)). Outra fonte são os jornais em circulação na época, como *Folha do Norte*, *O Liberal*, *A Província do Pará*, para citar alguns regionais, e os nacionais como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, cujos acervos podem ser encontrados na *web*. Todos os maiores veículos de imprensa apoiaram o golpe, tecendo elogios em seus editoriais à “revolução” contra o “comunismo”; alguns mudaram de entendimento ainda durante a ditadura, principalmente após o AI-5, em 1968, como o *Correio* e a *Folha*. Uma perspectiva contrária ao golpe desde seu início é encontrada apenas na imprensa dita alternativa, como o *Última Hora*, *A Classe Operária*, entre outros, porém o acesso aos seus acervos é restrito.

<sup>468</sup> Gerinaldo Ferreira Lima, 60 anos. Entrevista concedida por chamada telefônica (Belém – Vitória) em 5 de maio de 2023.

<sup>469</sup> Brasil, 1964b.

A presença de agentes infiltrados entre os alunos, o monitoramento, pelo DOI-Codi, de professores considerados subversivos e o assassinato do discente Cesar Morais Leite reforçavam o clima de insegurança entre os alunos – “aprendi a ficar calado”. Um de seus colegas de curso, lembra Firmino, foi abordado pelos agentes de segurança para ser o espião da turma. O fato de ter que conciliar estudos e trabalho (Firmino lecionava para ajudar nas despesas da família) o ajudaram, de certa forma, a evitar confrontos com a repressão, embora o sumiço repentino de alguns estudantes e professores da Universidade sempre chamava a atenção daqueles que ficavam.

No entanto, o entrevistado também não saiu ileso desse período. Fundador do Clube do Camelo, um grupo musical que toca principalmente música regional e autoral, o prof. Firmino lembra que, certa vez, ainda no período universitário, estava reunido com seus vizinhos no Conjunto Costa e Silva (nova ironia), para conversar e tocar violão, quando foram abordados pela Polícia Militar, que, sem prévio aviso, agrediu a ele e aos companheiros, provocando-lhe uma lesão na região lombar, cuja dor o acompanha desde então (Firmino suspeita que um vizinho, que era coronel da PM, deve tê-los denunciado, talvez por “vadiagem”)<sup>470</sup>.

Por sua vez, o prof. Gervásio, embora se considere uma pessoa pacata, recorda que o período sociopolítico o impeliu a se juntar aos grupos de protesto, porque não podia admitir os excessos cometidos. De tal modo que o prédio da Escola de Engenharia na trav. Campos Sales acabou ficando marcado como um ambiente de estudo e de protesto, onde ele e seus colegas se organizavam para protestar contra a ditadura (tendo, inclusive, dormido no edifício). Afirma que não podia ter um governo autoritário misturado com a educação, que é livre.

Além disso, lembra que algumas aulas eram no porão da casa do prof. Jurandyr Nascimento Garcez – professor emérito da UFPA, um dos fundadores do curso de Engenharia Elétrica na Universidade –, mas as aulas sempre eram vigiadas por dois PMs, porque a repressão acreditava que eles estavam ali para subversão. Não bastasse esse constrangimento, ao saírem da aula, eram seguidos pelos policiais: “era ridículo. Destacar dois funcionários públicos para ficar de plantão e vigiar estudantes achando que são terroristas”.

Comenta ainda duas situações em que se viu na mira dos militares. Por conta de seu trabalho, um cientista chinês o convidou para ir à China conversar sobre sua pesquisa e celebrar convênio com a Universidade. A associação entre os chineses e o comunismo foi suficiente para o SNI interceptar a carta convite, com as passagens pagas, e a remeter ao professor somente

---

<sup>470</sup> Firmino Guimarães de Sousa Filho, comunicação oral. Entrevista presencial concedida no Complexo Vadião, no Campus Belém da UFPA, na orla do rio Guamá, em 23 fev. 2023.

quando não havia mais tempo hábil para atender ao chamado. Noutra ocasião, no Rio de Janeiro, durante um evento científico, foi retirado de uma palestra e conduzido a um quartel para justificar a finalidade de suas pesquisas sobre propagação de ondas eletromagnéticas na floresta, que, para os militares, poderiam ser usadas por terroristas. Gervásio explicou aos interrogadores que ele mesmo fora ribeirinho e que a pesquisa pretendia levar o acesso à comunicação e informação não somente aos ribeirinhos, como ele, mas a todos. Acredita que o fato de ser professor universitário já o “credenciava” a ser comunista, por conta dos estereótipos<sup>471</sup>.

Ironicamente, a futura construção do Campus da Universidade, ao mesmo tempo que resolveria problemas logísticos e de comunicação interna da instituição, ajudaria os militares a terem mais controle sobre docentes e discentes, o que era mais trabalhoso com a instituição espalhada por vários prédios na cidade. Nesse sentido, quando pensamos em defesa do patrimônio nacional, o golpe se estabeleceu no mesmo ano da publicação de duas cartas patrimoniais direcionadas aos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) – como de costume, versando sobre temas diferentes. A Carta de Veneza, já mencionada, trazia recomendações a respeito da conservação e preservação de monumentos históricos, cuja noção “compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” e, portanto, “estende-se não somente às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”<sup>472</sup>. Por sua vez, a Recomendação de Paris, de novembro, apresentava instruções “sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais”<sup>473</sup>.

Desse modo, no conjunto das ações sugeridas, destacam-se as recomendações de que “cada Estado-Membro deveria tomar as providências apropriadas para impedir a transferência ilícita de propriedade de bens culturais” (p. 2), assim como “providenciar para que a proteção dos bens culturais estivesse sob a responsabilidade de órgãos oficiais adequados e, se necessário, deveria instituir um serviço nacional para a proteção dos bens culturais” (p. 2). No entanto, o governo ditatorial tratou de legalizar justamente o oposto aos direcionamentos da Unesco. Por meio da Lei n. 5.651, de 11 de dezembro de 1970, Emílio Médici autorizava o Ministério do Exército a vender ou trocar os “bens imóveis da União, de qualquer natureza sob

---

<sup>471</sup> Gervásio Cavalcante, 77 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida nas dependências do ITEC, no Campus Belém da UFPA, em 27 fev. 2023.

<sup>472</sup> Unesco, 1964a, Art. 1º.

<sup>473</sup> Unesco, 1964b.

sua jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais as necessidades do Exército”<sup>474</sup>.

Além de não ser o “órgão oficial adequado” para legislar sobre o patrimônio brasileiro, o Exército ainda podia usar o único critério previsto na lei para se desfazer dos referidos bens: não servir mais aos seus interesses, em vez de serem consideradas as necessidades do país. No ano seguinte, a decisão se estendeu à Aeronáutica e à Marinha, por meio da Lei n. 5.658, de 7 de julho de 1971<sup>475</sup>. Obviamente, essas normas não ficaram restritas ao âmbito militar, mas ao regime ditatorial como um todo. Uma das vítimas da falta de um controle sério sobre os bens móveis e imóveis públicos foi o Palacete Augusto Montenegro, que testemunhou ao longo desse período a perda de móveis, louças e obras de arte que compunham seu mobiliário e decoração – esses saques aconteceram antes mesmo da aquisição do prédio pela UFPA, todavia, após o Golpe de 1964, passaram a estar legalmente amparados.

Com a instauração da ditadura, as conquistas estudantis também começaram a ser ofuscadas. A essa altura, o ingresso à UFPA era pago e ainda se exigia paletó e gravata para aqueles que fossem prestar vestibular. A intervenção na Universidade, ora velada ora explícita, se intensificou com a eleição de Aloysio da Costa Chaves à Reitoria, em 1969, político filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) – o partido que “legitimava” o governo militar – e declarado apoiador da ditadura. Desse modo, a Universidade, que sofria o impacto das restrições impostas pelo novo regime, tornou-se palco de disputas políticas e ideológicas, uma espécie de recorte do quadro mais amplo de tensão entre autoritarismo e democracia que tomava conta do país.

Com efeito, a UFPA não testemunhava apenas o fim momentâneo de sua expansão patrimonial, mas também via abalado o processo de afirmação identitária da comunidade universitária. Isso porque, como veremos adiante, os ditadores encontraram apoio no ventre da resistência, ou seja, no interior das universidades. E continuam encontrando: durante as eleições de 2018, por exemplo, um professor temporário da UFPA ministrou sua aula vestindo um quepe, em alusão ao presidenciável abertamente apoiador da ditadura e entusiasta de torturadores. No entanto, antes de avançar no tempo, uma parada em 1963 se faz necessária.

---

<sup>474</sup> Brasil, 1970.

<sup>475</sup> Brasil, 1971a.

## 5 ESCOLINHA DA UFPA: PATRIMÔNIO IMATERIAL MATERIALIZADO

Segundo Gonçalves (1996), ao “apropriar-se” de um patrimônio, o indivíduo participa de um processo de identificação, que gera a noção de identidade e, conseqüentemente, motiva a preservação. Em outras palavras, “apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade”<sup>476</sup>. O sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio constitui um critério norteador deste trabalho, visto que nem todos os espaços outrora ocupados pela Universidade despertaram esse vínculo ou tenham registrado uma interação com os usuários que transcendesse o uso físico.

Definimo-nos, em grande medida, pela posição que ocupamos face a esse Patrimônio, pela relação que estabelecemos, ou não, com ele. E, neste jogo, é mais importante a dimensão imaterial: quanto mais exclusivamente material é a relevância desse Patrimônio para nós, menos ele nos influencia<sup>477</sup>.

De fato, quando falamos de Patrimônio, a distinção entre tangível e intangível revela-se pouco nítida. Afinal, nenhum patrimônio é estritamente material – caso contrário, não lhe caberia essa definição –, pois está sempre atrelado a subjetividades individuais e coletivas. Da mesma forma, nenhum patrimônio é absolutamente imaterial: mesmo aqueles reconhecidamente intangíveis, como uma dança ou uma prática cultural, estão vinculados a um ou vários elementos concretos que os simbolizam e personificam. O carimbó, por exemplo, está intrinsecamente relacionado a trajes específicos, a instrumentos musicais característicos, a determinados movimentos corporais, que, em conjunto, conferem-lhe materialidade.

Nesse sentido, poucas construções evocam de forma tão expressiva o sentimento de pertencimento e transitam entre o tangível (paredes, escadas, pisos) e o intangível (vivências, memórias, afetos, saudosismo) quanto a Escola Primária, carinhosamente chamada de “Escolinha” – e, pelo vínculo indissociável, o Colégio Universitário, ou Ginásio. Em 2003, por ocasião dos 40 anos da Escola de Aplicação, então Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), o professor João Paulo Mendes Filho, membro da Academia de Medicina do Pará e atual vice-reitor do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), realizou uma pesquisa não publicada, intitulada O NPI que eu Vi: Lembranças, Saudades, Reconhecimento, em que reuniu diversos testemunhos de ex-alunos, entre eles o próprio autor.

Um desses relatos, que ilustra bem a relação dos discentes com o patrimônio representado pela Escolinha, é o de Luiz Paulo da Gama Malcher, ex-professor da Faculdade de Computação

---

<sup>476</sup> Gonçalves, 1996, p. 24.

<sup>477</sup> Oosterbeek, 2004, p. 43

da UFPA e ex-presidente da Sociedade de Usuários de Tecnologia (Sucesu – da nacional e da seção paraense), que estudou na Escola Primária e no Ginásio de 1964 a 1971:

Pouco lembro da av. Nazaré, mas tenho boa lembrança e muita saudade do casarão da Presidente Pernambuco, esquina da Rua dos 48. [...] Lembro do labirinto da casa, de sua vizinhança com o Dr. Manoel/ Isa Ayres, onde muitas vezes estudamos na sua biblioteca com o saudoso Márcio e Helena. Lembro ainda do quintal onde jogávamos, pulávamos nas camas elásticas, e já nos comportávamos como adolescentes<sup>478</sup>.

Luiz Paulo completa seu depoimento lembrando da mudança para o novo prédio do Colégio Universitário, inaugurado em 1968, na avenida Governador José Malcher:

[...] prédio novo, construído com tudo de mais moderno na época; 3 grandes blocos, sendo o primeiro da administração e os outros dois de salas de aula. [...] Foi a época do final da adolescência para as primeiras séries: os namoros, a disputa mais acirrada no esporte e a preocupação com o fantasma do vestibular marcaram nosso colegial.

Essa relação dos ex-alunos com a escola ocorre principalmente na esfera imaterial, como destacou o prof. Mendes Filho, em entrevista concedida por e-mail, ao ser questionado sobre o desaparecimento dos prédios que sediaram a Escolinha: “a Universidade cresceu muito e, para abrigar o quantitativo de alunos, seria inviável manter uma base física no centro da cidade. Ademais, o que existia há cerca de cinco décadas atrás não está absolutamente atrelado a uma estrutura predial e, sim, a valores e bens imateriais”<sup>479</sup>.

*Figura 71 – Terreno do Colégio Universitário da UFPA, c. 1967*



Nota: Terreno adquirido pela Reitoria para a construção da sede própria do Colégio da Universidade. As informações escritas atrás da foto para catalogação não indicam a data. Considerando a inauguração do prédio em 1968, deduz-se uma data próxima a esta.

Fonte: Museu da UFPA

<sup>478</sup> L. P. da Gama Malcher *apud* Mendes Filho, 2003.

<sup>479</sup> João Paulo Mendes Filho, 65 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via e-mail, por conta da pandemia de Covid-19, em 10 fev. 2021.

## 5.1 Uma escola primária para (futuros) universitários

Em 1963, a então Universidade do Pará<sup>480</sup> inaugura a sua Escola Primária, idealizada pelo reitor José Rodrigues da Silveira Netto<sup>481</sup>. Sob a direção da professora Osmarina de Melo Fortuna, a Escolinha foi instalada provisoriamente na travessa Quintino Bocaiúva, n. 1632, entre as avenidas Brás de Aguiar e Nazaré<sup>482</sup>, enquanto o engenheiro Alcyr Meira coordenava a equipe que adaptava a residência destinada a abrigar a unidade de ensino.

Naquele mesmo ano, em reunião do Rotary Club de Belém realizada em 7 de fevereiro, no salão do antigo Grande Hotel – demolido para a construção do Hilton Hotel, atual Princesa Louçã, na avenida Presidente Vargas, n. 882 –, o reitor apresentou a Escola Primária aos convidados. Na ocasião, destacou que o novo centro de ensino atenderia exclusivamente aos filhos de funcionários da Universidade, independentemente do cargo ou função, e que todas as despesas com alimentação, transporte e uniforme seriam custeadas pela Reitoria<sup>483</sup>.

De fato, conforme destacou o reitor, o tratamento igualitário conferido aos alunos tornou-se, para muitos deles, uma das características mais significativas da Escolinha:

Ali estudavam e conviviam pessoas das mais diversas classes sociais, de credos diferentes, de muitas raças, porém todos com os mesmos direitos, ocupando os mesmos espaços, tendo deveres iguais, compartilhando os mesmos sonhos. Essa talvez tenha sido a grande lição que todos nós, inconscientemente, aprendemos<sup>484</sup>.

E para reforçar essa proposta, Silveira Netto matriculou o próprio filho: “A escola proporcionou um diferencial muito evidente: diferença de classes; ou seja, tinha o filho da servidora mais humilde da Federal ao lado do filho do reitor. Foi uma experiência que trouxe muitas lições a todos, desde cedo”<sup>485</sup>. A aluna Cláudia Maria conheceu o colega Reynaldo na primeira turma da Escola Primária, e o relacionamento colegial transformou-se em um duradouro casamento. Para ela, a Escolinha era “uma comunidade de desiguais reunidos fraternalmente em torno de um objetivo comum”<sup>486</sup>, ou seja, complementa Reynaldo, “não havia discriminação social, racial, de credo ou sexo; todos ocupavam as mesmas salas, carteiras, comiam a mesma

---

<sup>480</sup> Somente em 1965 foi acrescentado o “Federal” ao nome (Brasil, 1965).

<sup>481</sup> Rebello, 1963, p. 3; A Universidade do Pará..., 1963, p. 12.

<sup>482</sup> Pela numeração, trata-se provavelmente do terreno onde está instalada a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa).

<sup>483</sup> *Folha do Norte*, 1963, p. 12.

<sup>484</sup> Canuto Cavalcante Brandão *apud* Mendes Filho (2003).

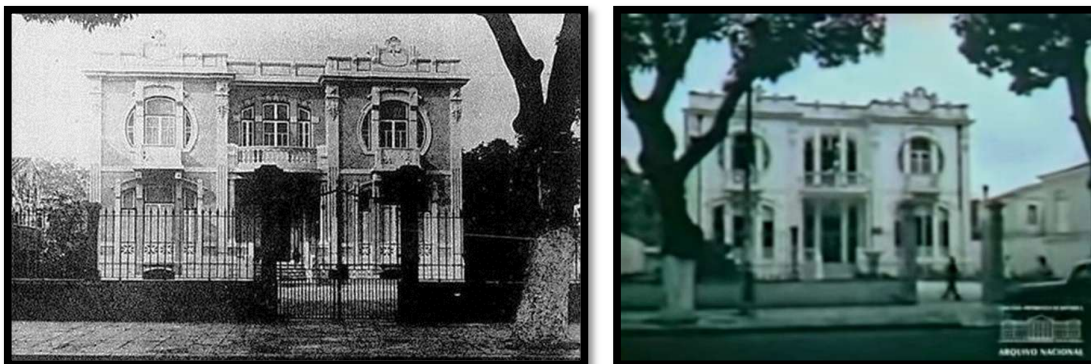
<sup>485</sup> Carlos Alberto Pereira da Mota, 43 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via *chat* do Instagram, em 23 mar. 2023.

<sup>486</sup> Cláudia Maria Coutinho da Silveira *apud* Mendes Filho (2003).

comida”<sup>487</sup>. Na opinião de João Paulo Mendes Filho, esse é um dos fatores que despertou “um sentimento de afeto até hoje muito presente nos colegas que viveram a minha época, que mantêm encontros das turmas e ativos grupos em WhatsApp para reviverem as boas recordações. Afinal, recordar significa lembrar de novo com o coração!”<sup>488</sup>.

Uma vez concluídas as adaptações, a Escolinha transfere-se para a avenida Nazaré, n. 845, entre as travessas Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco, instalando-se no palacete projetado por volta de 1920 pelo arquiteto José Freire Sidrim (1881-1969) para ser a residência de Rita Bezerra (Figuras 73 e 76). A edificação apresentava fachada com traçado simétrico, inspirado na arquitetura clássica<sup>489</sup> e que dialogava com o estilo das construções da *belle époque*. Demolido posteriormente, o palacete localizava-se em frente ao Colégio Nazaré, próximo à Reitoria – atual Museu da UFPA – e à Casa da Estudante Universitária, localizada na Quintino, entre as avenidas José Malcher e Nazaré<sup>490</sup>.

Figura 72 – Palacete Rita Bezerra, c. 1920 e em 1962



Nota: À direita, *frame* do documentário *Belém-Brasília: Rodovia da Unidade Nacional*, de 1962, que mostra o imóvel pouco antes de sediar a Escolinha. Na imagem, é possível ver o aspecto da fachada, já modificada, com a pintura que seria mantida pela Universidade.

Fonte: Leal, 1989; Stamato; Mello, 1962; Fragmentos de Belém. Palacete Rita Bezerra. *Tumblr*, 2014

Embora a escola atendesse ao disposto no Artigo 24 da LDB de 1961, que estimulava as empresas que empregassem mães de menores de sete anos a organizar e manter instituições de educação pré-primária<sup>491</sup>, sua criação estava mais associada a um projeto (ou mesmo anseio)

<sup>487</sup> Reynaldo Andrade da Silveira *apud* Mendes Filho (2003). O desembargador Reynaldo Silveira é filho do ex-reitor da Universidade, prof. Silveira Netto, e concluiu o curso de Direito na UFPA. Membro do Instituto dos Advogados do Pará e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, ocupou o cargo de procurador-geral da Câmara Municipal de Belém.

<sup>488</sup> João Paulo Mendes Filho, 65 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via e-mail, por conta da pandemia de Covid-19, em 10 fev. 2021.

<sup>489</sup> Pacheco, 2013, p. 151; 155; 159.

<sup>490</sup> Moreira, 1989, p. 175-176; 1977, p. 47-48; UFPA, 1971.

<sup>491</sup> Brasil, 1961c.

pessoal do reitor Silveira Netto do que ao cumprimento da legislação. Essa interpretação é compartilhada pelo professor Eugênio Bittencourt, que, em sua tese para progressão funcional, analisou a relação da Escola e do Colégio com a legislação educacional, traçando um panorama do ensino público e da avaliação da aprendizagem em Belém, a partir da Escolinha<sup>492</sup>.

No ano seguinte, 1964, foi inaugurado o Ginásio da Universidade do Pará<sup>493</sup>. As aulas tiveram início em 9 de março, embora a aula inaugural tenha sido ministrada no dia 1º. Provisoriamente, o chamado Ginásio Moderno, ou Ginásio de Aplicação, foi instalado em uma casa na avenida Generalíssimo Deodoro, n. 355, onde atualmente funciona uma doceria<sup>494</sup>. Em seguida, transferiu-se para a rua Presidente Pernambuco, n. 132, na esquina com a rua dos Quarenta e Oito – esse imóvel não existe mais. Posteriormente, transferiu-se para um casarão, já demolido, na avenida José Malcher, que também acolheria a Biblioteca Central. No terreno ao lado (Figura 74), seria construída a sede própria do Colégio (Figura 75), prédio que hoje abriga a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec)<sup>495</sup>.

*Figura 73 – Início das obras (1967) e inauguração do Colégio Universitário (1968)*



Nota: (à esquerda) Silveira Netto coloca a pedra angular do Colégio Universitário, no terreno localizado na av. José Malcher, próximo à passagem Ramos. (à direita) O reitor lê o discurso de inauguração do prédio do Colégio para autoridades e convidados, como o arcebispo de Belém Dom Alberto Gaudêncio Ramos, que presidiu a arquidiocese de 1957 a 1990; e o interventor Alacid Nunes, em seu primeiro mandato no Governo do Pará (1966-1971).

Fonte: Museu da UFPA

A criação do Ginásio, cujo primeiro diretor foi o professor Edson Franco, não apenas complementava o atendimento aos filhos de funcionários da Universidade, já oferecido pela Escola Primária, como também atendia, ao menos formalmente, ao Decreto-Lei n. 9.053, de 12

<sup>492</sup> Bittencourt, 2017. Eugênio Bittencourt, professor da Escola de Aplicação da UFPA, ajudou com empenho e generosidade na produção deste Capítulo 5, não somente fornecendo acesso à sua própria pesquisa, mas também por meio da troca de informações e fontes, e pelo compartilhamento de ideias e descobertas. A ele, reforço minha imensa gratidão.

<sup>493</sup> Ginásio da Universidade..., 1964, p. 12.

<sup>494</sup> Já iniciadas as aulas..., 1964, p. 6.

<sup>495</sup> Moreira, 1989, p. 175-176; 1977, p. 47-48.

de março de 1946: “as Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um *ginásio de aplicação* destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática”<sup>496</sup> – o que explica a denominação adotada informalmente à época e formalmente em 2009.

Todavia, segundo Bittencourt, o Colégio “não nasceu com o espírito de *escola de aplicação*. Não era uma *escola-laboratório*. Não tinha a função pedagógico-experimental. Era mesmo *mais uma unidade* de educação básica, *diferenciada*, sem dúvida, sobretudo por pertencer à estrutura da jovem Universidade, sob a égide do Gabinete da Reitoria”<sup>497</sup>. De fato, embora a Reitoria concebesse o colégio como referência no ensino secundário – a ponto de enviar seu diretor e corpo docente para uma especialização no Rio de Janeiro –, ele ainda não supriria a exigência de uma escola de aplicação vinculada à Faculdade de Filosofia<sup>498</sup>.

Figura 74 – Colégio Universitário, em 1968, e Semec-Belém, em 2021



Nota: Sob o jugo do regime militar, a UFPA inaugura uma nova sede para o Colégio Universitário, em 12 de fevereiro de 1968. Atualmente, no prédio funciona a Semec-Belém (foto da direita).

Fonte: Museu da UFPA; Agência Belém, 2021

Por outro lado, em visita ao jornal *Folha do Norte*<sup>499</sup>, o diretor Edson Franco, acompanhado de professores, garantiu que a Reitoria havia levado em conta o disposto no Art. 31 da LDB, ainda que este não fosse dirigido às instituições públicas: “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses”<sup>500</sup>. De todo o modo, tanto a escola quanto o colégio se converteriam em Escola de Aplicação, um campo de estágio e aperfeiçoamento pedagógico para os licenciandos da UFPA.

<sup>496</sup> Brasil, 1946 – grifo meu.

<sup>497</sup> Bittencourt, 2017, p. 98-99.

<sup>498</sup> Já iniciadas as aulas..., 1964, p. 6

<sup>499</sup> Ginásio da Universidade..., 1964, p. 12.

<sup>500</sup> Brasil, 1961c.

Figura 75 – Silveira Netto posa com alunos da Escola Primária, c. 1964



Nota: Registros da frente do Palacete Rita Bezerra: à esquerda, alunos posam na escadaria central com o reitor; à direita, alunos posam e brincam no pátio em frente ao prédio, com destaque para o chafariz, que, mais tarde, seria remanejado para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no Campus do Guamá.

Fonte: Vadinho Freitas, Facebook; Escola de Aplicação 60 Anos, Instagram

Os regimentos da Escola e do Colégio<sup>501</sup> foram aprovados pelo Conselho Universitário em 1964, consolidando as duas unidades de ensino na estrutura da então jovem universidade. Uma década depois, durante o reitorado de Clóvis Malcher<sup>502</sup>, a UFPA busca organizar sua rede de básico e, ao mesmo tempo, evitar desperdícios materiais e logísticos. Assim, em 2 de janeiro de 1975, foi criado o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), vinculado ao Centro de Educação<sup>503</sup>. Reunindo, em único estabelecimento, a Escola Primária e o Colégio Universitário, o NPI tornou-se um laboratório privilegiado de prática de ensino e formação de professores, passando a atender crianças e adolescentes também do seu entorno. Instalado na avenida Perimetral, n. 1000, o núcleo teve seu regimento aprovado pelo Ministério da Educação em 1980<sup>504</sup>.

Com a publicação do novo estatuto da Universidade, em 2006<sup>505</sup>, o NPI passou a se chamar Escola de Aplicação. A mudança de nome refletiu também a formalização da identidade da escola – que teve seu regimento interno aprovado em 2009<sup>506</sup> –, superando a função de simples campo de estágio para confirmar seu papel de elo entre a educação básica e o ensino superior, especialmente o ofertado pela Universidade.

<sup>501</sup> Pelas resoluções n. 1 e n. 4, respectivamente, de 9 de março de 1964 (UFPA, 1964a; 1964b).

<sup>502</sup> Clóvis Cunha da Gama Malcher (1916-2010) foi advogado e professor da Faculdade de Direito da UFPA, tendo ocupado o cargo de reitor da instituição de 1973 a 1977. Foi Consultor Geral de Belém, Secretário de Estado de Interior e Justiça (1979-1983) e membro fundador da Academia Paraense de Letras Jurídicas, patrono da Cadeira 27. Para mais informações sobre os reitores da UFPA, acessar: <http://60anos.ufpa.br/60-anos/reitores>.

<sup>503</sup> Pela Resolução n. 272, de 2 de janeiro de 1975, do Consun (UFPA, 1975a).

<sup>504</sup> Por meio da Portaria n. 028, de 25 de abril de 1980, assinada por Zilma Gomes Parente de Barros, secretária de ensino de 1º e 2º graus do MEC. O documento se encontra no Arquivo do Instituto de Educação da UFPA (ICED).

<sup>505</sup> Aprovado pela Resolução n. 614, de 28 de junho de 2006 (UFPA, 2006b).

<sup>506</sup> Por força da Resolução n. 661, de 31 de março de 2009, do Conselho Universitário (UFPA, 2009a).

## 5.2 Presente e passado e redes sociais: coexistência virtual

Sabemos que “a memória pressupõe registro – ainda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Ela é, por excelência, seletiva. Reúne as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar”<sup>507</sup>. Por essa razão, as tecnologias atuais têm sido uma importante ferramenta para o resgate de memórias e para a preservação, ainda que parcial, do patrimônio. Blogs, páginas na internet, grupos de WhatsApp, perfis no Facebook, contas no YouTube, cada vez mais nossas lembranças estão registradas (quando compartilhamos imagens ou relatos pessoais) ou são fruto do mundo virtual (quando não sabemos se a lembrança veio da vivência ou de uma postagem em rede social): “os objetos de restauração não são primordialmente objetos materialmente úteis, nem sequer objetos memoráveis: são mais objetos rememoradores. Como tais, não são necessariamente importantes por si mesmos, mas pelo que são capazes de evocar”<sup>508</sup>.

Essa discussão reforça a ideia de que a memória não é um cofre, um depósito estático, mas um processo contínuo. De acordo com Vera Dodebei, “se guardamos uma experiência vivida em nossa memória pessoal, esta experiência é sempre da ordem do presente, porque o estado ou a qualidade da memória é o movimento, a constante atualização de informações/lembranças”<sup>509</sup>. Parece ser esse o esforço que tem unido ex-alunos da Escola Primária da UFPA a manter a Escolinha no presente, transformando-a em memória-lembrança, aquela que, segundo Gilles Deleuze em seu estudo sobre Henri Bergson, dilata-se até o passado sem perder sua ancoragem no presente, afinal “o passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não para de passar; o outro, que é o passado e que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam”<sup>510</sup>.

Além do grupo de WhatsApp citado por Mendes Filho, os ex-alunos criaram um grupo no Facebook denominado Escolinha da Universidade Federal do Pará<sup>511</sup>. Nele, interagem e compartilham fotografias da época em que frequentavam as mesmas turmas. Entre registros de encontros e imagens de arquivos pessoais, as lembranças de colegas, professores, funcionários e dos prédios que sediaram a escola e o colégio vão se mantendo vivas. Desse modo, a partir

<sup>507</sup> Lopez, 2008, p. 17.

<sup>508</sup> “*Los objetos de Restauración no son primordialmente objectos materialmente útiles, ni siquiera objetos memorables: son más bien objetos rememoradores. Como tales, no son necesariamente importantes por sí mismos, sino por lo que son capaces de evocar*” (Vinãs, 2004, p. 55).

<sup>509</sup> Dodebei, 2015, p. 23.

<sup>510</sup> Deleuze, 1999, p. 39, 45.

<sup>511</sup> Link do grupo público: <https://www.facebook.com/groups/sconduru>.

de iniciativas pessoais, as redes sociais digitais tornam-se instrumento de aproximação de egressos e dispositivo de preservação da memória coletiva da instituição:

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes<sup>512</sup>.

Esses registros ajudam aqueles que estiveram, direta e indiretamente, ligados à Escola Primária a rememorar o passado colegial, além de auxiliar pesquisadoras e pesquisadores a preencher eventuais lacunas em seus estudos. Entretanto, por se tratar de material proveniente de fontes extraoficiais, sua confiabilidade pode ser, em alguns casos, comprometida. Infelizmente, a Escola de Aplicação não possui *site* próprio, e a UFPA tampouco mantém, em suas redes sociais, um espaço específico destinado à preservação da memória institucional.

Como observa a jornalista Jéssica Souza, da Assessoria de Comunicação (Ascom/UFPA), a Universidade “atua mais na divulgação do novo do que na rememoração histórica”. Essa percepção se coaduna à dinamicidade do mundo digital, que privilegia o presente e o futuro (o novo) em detrimento do passado (o velho). Não obstante, a assessora da direção da Ascom reconhece a relevância das mídias digitais como ferramenta auxiliar na preservação da história e do patrimônio da instituição, afinal “a comunicação tem a função social de difundir conhecimento e consciência coletiva, o que se aplica também à conservação patrimonial, não apenas no contexto da Universidade, como também na sociedade”<sup>513</sup>.

Embora, segundo a jornalista, as redes sociais da UFPA não contem ainda com ações específicas voltadas ao resgate de sua história e à salvaguarda de seu patrimônio, ela acredita que, ao menos em relação às narrativas contemporâneas, “os meios de comunicação da Universidade acabam tornando-se repositórios que contam a história da instituição em tempo real e a conservam para acessos ocasionais futuros, já que também acabam funcionando como banco de dados”. Nesse sentido, Jéssica Souza dialoga com Dodebei quando a professora e pesquisadora tenta apresentar uma definição de patrimônio na era digital:

O patrimônio, tomado como categoria de pensamento, coloca sua existência na relação exercida pelo outro e, como seu conceito está atrelado aos conceitos de cultura, a ideia de patrimônio pode, no pensar antropológico, assumir diversos contornos semânticos no tempo e no espaço. Isto nos facilita pensar também o patrimônio como pertinente ao mundo virtual, ao menos no sentido da transmissão digitalizada, que é mais compartilhada e não visa, prioritariamente, à acumulação, mas à socialização da informação<sup>514</sup>.

<sup>512</sup> Pollak, 1992, p. 201.

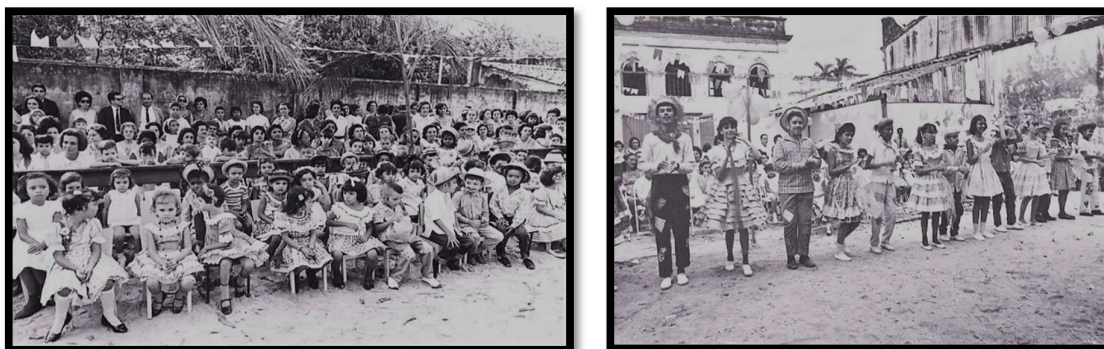
<sup>513</sup> Jéssica Souza, 36 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via WhatsApp, em 2021.

<sup>514</sup> Dodebei, 2015, p. 32.

O engenheiro e empresário Carlos Alberto Pereira da Mota buscou essa “transmissão digitalizada” de suas memórias e de seus colegas. Tendo estudado de 1985 a 1997, portanto durante a época do Núcleo Pedagógico Integrado, foi movido pelo saudosismo a criar, em 2004, uma comunidade na rede social Orkut chamada Reencontro NPI. Depois, a iniciativa migrou para o Instagram (@reencontronpi) e transformou-se em um hobby, “um agradável compromisso em fazer outras pessoas felizes com as memórias”<sup>515</sup>.

A digitalização do patrimônio é necessária e cumpre um duplo papel: por um lado, estimula o sentimento de preservação em relação ao patrimônio edificado que ainda resiste; por outro, serve como registro auxiliar às lembranças daqueles que já tombaram. Afinal, como lembra Le Goff, a memória coletiva “é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”<sup>516</sup>.

Figura 76 – Festa junina da Escola Primária e do Colégio, c. 1964



Nota: Alunos e pais participam da festa junina da Escolinha. As crianças dançaram quadrilha e encenaram o Casamento na Roça. Registros de pessoas, do patrimônio, de uma época, de tradições.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

O depoimento do próprio Carlos Mota ilustra essa afirmação. Embora recorde com entusiasmo sua trajetória escolar, reconhece que, para suas duas irmãs, a experiência não foi tão especial: “elas não olham a época do NPI tanto ‘anos dourados’ como eu”. Em contrapartida, declara que não houve “momento mais marcante. Fui tão feliz nessa escola que qualquer lembrança, por mais simples que tenha sido, me traz paz e alegria”. Essa divergência mostra que não se trata de “teatralizar o patrimônio”, como alerta Canclini<sup>517</sup>, de querer que impactem os indivíduos de forma homogênea. Cada sujeito se relaciona de modo singular com suas memórias

<sup>515</sup> Carlos Alberto Pereira da Mota, 43 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via *chat* do Instagram, em 23 mar. 2023.

<sup>516</sup> Le Goff, 1990, p. 30.

<sup>517</sup> Canclini, 2000b.

e com o patrimônio. Como pontua Choay, referindo-se ao valor cognitivo dos monumentos, “não se pode afirmar de forma mais lapidar que os monumentos históricos são portadores de valores de saber específicos e gerais, para todas as categorias sociais”, permitindo assim “construir uma multiplicidade de histórias, de políticas, de costumes, de artes, de técnicas [...]”<sup>518</sup>.

De qualquer forma, o prof. Paulo Mendes, que estudou tanto na Escolinha quanto no Ginásio, compartilha de sentimentos semelhantes aos de Mota:

Uma das experiências mais fantásticas de minha vida, pelo que representou em minha formação escolar e, principalmente, como pessoa. Representava, à época, um dos mais sólidos espaços de formação, com uma proposta inovadora em sua metodologia e no relacionamento entre os estudantes, pois estimulava um verdadeiro exercício da convivência democrática<sup>519</sup>.

### 5.3 Registros memoriais

As lembranças compartilhadas na grande rede (*web*) tendem a ser bastante particulares, individuais, como a imagem de um cartão de recordação escolar de 1966 (Figura 78) por exemplo. Em contrapartida, podem somar-se à memória coletiva e, ainda, destacar detalhes dos prédios – palcos dessas lembranças – que se perderiam no tempo.

Figura 77 – Recordação, Caderneta e Agenda Escolar (1966, 1971 e 1987)



Fonte: Facebook de Canuto Brandão; Acervo pessoal de João Paulo Mendes Filho; Arquivo ICED/UFPA

Em depoimento registrado na pesquisa de Mendes Filho, Célia Koury narra uma lembrança relacionada à escadaria da escola. Segunda a ex-aluna, “uma das peculiaridades femininas à época era o uso da minissaia” e, por conta dessa novidade, as estudantes eram submetidas à revista do diretor: “a casa em que estudávamos tinha uma longa escada de acesso à única entrada, onde o professor Stélio [Lima Girão] ficava de ‘prontidão’, com fita métrica

<sup>518</sup> Choay, 2014, p. 119-120

<sup>519</sup> João Paulo Mendes Filho, 65 anos, comunicação oral. Entrevista concedida via e-mail, por conta da pandemia de Covid-19, em 10 fev. 2021.

na mão, a medir a saia de cada uma das meninas, cujo comprimento julgava que não estava condizente com as regras”<sup>520</sup>. Atualmente, esse cenário subsiste somente em relatos como a da entrevistada ou em imagens preservadas em arquivos pessoais, uma vez que a estrutura material desapareceu.

Nesse sentido, as redes sociais e as tecnologias de comunicação e interação desempenham um papel fundamental na preservação da memória da Escola Primária da UFPA, evitando que ela se dissipe com o tempo ou se restrinja às lembranças de seus ex-alunos e funcionários. No entanto, a Universidade ainda carece de uma plataforma dedicada à organização e ao compartilhamento de arquivos sobre sua própria história. Uma ferramenta desse tipo permitiria não apenas a preservação do passado, mas também a participação ativa do público como narrador dessa trajetória. Como observa a jornalista Jéssica Souza, ao analisar o papel das novas tecnologias na preservação da memória institucional:

As novas tecnologias agregam o público e o colocam na mesma dimensão da emissão, podendo também atuar como replicador de informações, interagir com a instituição, com o conteúdo, acrescentando sua voz, sua experiência particular, sua identidade e história própria, somando-se à história da Universidade [...].

Dodebei nos lembra que “vivemos ao mesmo tempo em, no mínimo, dois mundos: um analógico e outro digital. Em ambos, as memórias e seus valores documentais e patrimoniais são construídos, transitam, deixam rastros e se dissolvem”<sup>521</sup>. O sentimento saudosista em relação ao patrimônio mantém vivas, na memória de homens e mulheres sexagenários, lembranças de sua infância e, ao mesmo tempo, motiva ações de preservação do patrimônio, como foi afirmado por Gonçalves (1996) e reafirmado por Vecco (2010):

[...] o critério de seleção do patrimônio cultural também mudou: enquanto inicialmente os valores histórico e artístico eram os únicos parâmetros, agora outros adicionais têm sido acrescentados: o valor cultural, seu valor de identidade e a capacidade do objeto de interagir com a memória<sup>522</sup>.

Esse processo de ressignificação relacionado ao valor de identidade pode ser ilustrado pelo caso do casarão da praça Barão do Rio Branco, que, após o encerramento das atividades da Faculdade de Direito desenvolvidas ali, passou a ser objeto de negociações entre a Universidade e os conselheiros da OAB Wilson Ribeiro, Ophir Cavalcante e Erlindo Braga.

<sup>520</sup> Depoimento concedido pela ex-aluna Célia Koury (Mendes Filho, 2003).

<sup>521</sup> Dodebei, 2015, p. 45.

<sup>522</sup> “[...] *the selection criteria of cultural heritage have also changed: while initially the historic and artistic values were the only parameters, other additional ones have now been added: the cultural value, its value of identity and the capacity of the object to interact with memory*” (Vecco, 2010, p. 324).

Tendo entrado em acordo e adquirido o prédio, os conselheiros instalaram nele a nova sede da Ordem dos Advogados, garantindo que o “velho casarão” permanecesse sob os cuidados de seus ex-alunos e professores.

Embora o conceito de patrimônio tenha se modificado e se expandido ao longo dos anos, no caso do patrimônio edificado é sabido (até o momento) que um prédio é capaz de influenciar a vida e a memória social e, em resposta, os indivíduos atuam nesse mesmo prédio e passam a agir socialmente a partir dessa interação<sup>523</sup>, especialmente na constituição de sua identidade, tanto privada quanto coletiva<sup>524</sup>: “não duvido que há sempre uma dimensão identitária no patrimônio. No entanto, quando as palavras se gastam, talvez seja preferível dizer de outra maneira. Patrimônio e exaltação são palavras redundantes”<sup>525</sup>.

Não faltam histórias para serem contadas sobre os prédios que formam a UFPA. Entretanto, ainda são escassos os registros sistematizados dessas histórias, e esta pesquisa pretende somar-se a outras iniciativas com o objetivo de preservar a memória da instituição. Afinal, como lembra Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”<sup>526</sup>.

A UFPA é, para muitos alunos, professores e técnicos – inclusive para o autor destas linhas – uma segunda casa. Uma casa que precisa estar cada vez mais aberta a todas e todos, e preparada para acolher bem aqueles que nela trabalham ou estudam ou simplesmente a frequentam. Todos, sem distinções.

*Figura 78 – Crianças na praça em frente à Reitoria da UFPA, déc. 1990*



Fonte: Paula Sampaio, c. 1990

<sup>523</sup> Weber, 2002.

<sup>524</sup> Iphan, 2007, 2012; Cardoso, 2007; Cerávolo, 2013; Kari; Rössler, 2017; Mergos, 2017; Rouhi, 2017; Santos; Moraes, 2015; Siqueira, 2014.

<sup>525</sup> Rosmaninho, 2014, p. 630.

<sup>526</sup> Le Goff, 1990, p. 476.

## 6 CONJUNTO, CAMPUS, CIDADE: A UFPA SE REÚNE

O projeto do Campus foi implementado ainda em 1963, a partir da reforma universitária instituída pela Lei n. 4.283. A norma previa a criação de novos cursos e, por conseguinte, a ampliação da infraestrutura: “para localização dos diversos serviços e unidades da Universidade do Pará será destacada do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), uma área”<sup>527</sup>. Embora vetado, este artigo já indicava a necessidade de construção da sede da Universidade, cujo termo de referência foi elaborado no início de 1963 pelo então diretor da Divisão de Obras, o engenheiro Alcyr Meira<sup>528</sup>.

A construção do Campus passou a ser premente após a posse de Silveira Netto na Reitoria. Segundo Meira, o reitor “iniciou um processo de revitalização da instituição, que estava estagnada, promovendo ampla reestruturação acadêmica e administrativa”<sup>529</sup>. Essa análise é corroborada pelo engenheiro Antonio Bouez:

Durante a gestão do Silveira, que foi de nove anos, eu fui diretor do Departamento de Administração. Tive uma trajetória de acompanhamento, de ver a Universidade crescer administrativamente, porque ela não tinha estrutura nenhuma: era o reitor, uma Secretaria, e depois foi criado o Departamento de Administração [atual Proad], e então o Departamento de Educação e Ensino [atual Proeg].

Desse modo, os primeiros prédios ficaram prontos em 1967 (ver Tabela 1 adiante),

E a universidade estava crescendo, foi criando outros cursos [...] que beneficiaram não só a Universidade, mas a população em geral. Então foram abrindo novas janelas e novas portas para a população. A instituição cresceu tanto. Isso começou, obviamente, no tempo do Silveira, com a criação de cursos de Arquitetura, Mecânica, Teatro, Música, Atividades Físicas, Filosofia, Serviço Social. E outros que não vêm na memória no momento. Eram vários cursos. A Universidade começou a crescer. Então, o Campus se tornava necessário<sup>530</sup>.

Até 1977, as obras foram financiadas com recursos próprios da instituição e repasses do Ministério da Educação. A partir de 1978, passaram a ser aplicadas as verbas provenientes do Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (Premesu), criado pelo Decreto n. 73.857, de 1974<sup>531</sup>, que, entre outros objetivos, buscava sanar o déficit de área física das instituições federais de ensino superior<sup>532</sup>. Em 1976, o Premesu iniciou o Programa

<sup>527</sup> Brasil, 1963.

<sup>528</sup> Meira, 2007, p. 14.

<sup>529</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>530</sup> Antonio Prince Bouez, 91 anos, comunicação oral. Entrevista presencial concedida na casa do informante em 15 nov. 2023.

<sup>531</sup> Brasil, 1974.

<sup>532</sup> Premesu, 1979.

de Desenvolvimento Físico de Campus de Universidades Federais, cuja primeira etapa, ou Premesu IV, destinava-se a “desenvolver um conjunto de ações integradas nas 7 IES participantes, envolvendo recursos para a construção de obras de edifícios e infraestrutura”<sup>533</sup>, sendo a Universidade Federal do Pará uma das instituições contempladas.

Para coordenar institucionalmente a execução do Premesu, a Reitoria, na gestão de Clóvis Cunha da Gama Malcher, criou, ainda em 1976, o Escritório Técnico Administrativo (ETA)<sup>534</sup>. A Prefeitura do Campus havia sido criada em 1971 e poderia ter coordenado o programa, entretanto, de acordo com Bouez, “era uma prefeitura meio capenga”. Ele próprio chegou a assumir interinamente o cargo de prefeito, designado por portaria: “nessa época, o vice-reitor era o dr. Agenor Pena de Carvalho, que era um profissional de renome aqui no Pará, calculista e engenheiro. Foi um dos primeiros engenheiros a construir um edifício aqui em Belém”.

Por meio do Premesu IV, foram construídos laboratórios, os auditórios setoriais 1 e 2, o prédio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), a segunda etapa da Biblioteca Central, a Reitoria e um novo prédio para a Prefeitura do Campus, entre outras obras. Estava prevista também a construção do Restaurante Universitário para 1980; porém, o RU seria concluído somente em 1993, como será detalhado no subitem 7.5.

A implementação do Campus – que seria inaugurado em 1968, mesmo incompleto – não foi um empreendimento apenas de ordem física ou administrativa, mas resultado da conjugação de esforços da Reitoria, de seus técnicos e de programas de expansão, como o Premesu. Esse processo permitiu que a Universidade superasse a fase de estagnação, como lembrou o prof. Alcyr Meira, e começasse a possuir a infraestrutura necessária para atender às demandas da própria instituição e da comunidade.

No entanto, o crescimento universitário, tanto físico quanto organizacional, não dependia somente da construção de sua sede, mas estava associado ao enfrentamento do contexto sociopolítico nacional. Por essa razão, a inauguração do Conjunto Pioneiro (*campus*), apesar de sua importância, não ficou marcada por festas e celebração.

---

<sup>533</sup> Premesu, 1979, p. 16.

<sup>534</sup> UFPA, 1976.

Tabela 1 – Infraestrutura construída no Campus de 1967 a 1977

Ano	Edifício	Área (m <sup>2</sup> )
1967	Pavilhões de aulas teóricas (Setor Básico) – de A a J	3.670
	Pórtico (portão principal)	226
	Subestação 1	32
	Reservatório	180.000l
1968	Pórtico de serviço	18
1969	Cantina	248
	Vestiários (Setor Básico)	
1970	Pavilhões de aulas teóricas (Setor Básico) – K e L	974
	Laboratório de Física	1.346
	Laboratório de Química	1.174
1971	Pavilhões de aulas teóricas (Setor Básico) – M e N	974
	Física (oficinas)	426
	Geologia (ensino)	486
	Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (CIAC)	817
	Garagem e oficina de veículos (1ª etapa)	1.224
1972	Laboratório de Biofísica	305
	Laboratório de Geologia (pesquisa)	923
	Instituto de Ciência Exatas e Naturais (ICEN)	2.523
	Centro de Tecnologia da Informação (CTIC)	652
	Biblioteca Central (1ª etapa)	2.482
	Ginásio de Esportes	3.120
1973	Laboratório de Física (anexo)	426
	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)	2.523
	Laboratório de Ciências Biológicas (1ª etapa)	6.960
	Pórtico (av. Perimetral)	52
	Garagem e oficina de veículos	919
1974	Instituto de Letras e Comunicação (ILC)	2.523
	Escola de Aplicação (1ª etapa)	4.396
1975	Laboratório de Geofísica (1ª etapa)	2.109
	Laboratório de Mecânica (1ª etapa)	1.934
	Laboratório de Hidráulica	1.150
	Laboratório de Materiais de Construção (1ª etapa)	1.088
	Setor de aulas teóricas 1 – Profissional (1ª etapa)	2.860
	Recreação e Assistência	3.765
	Biotério	884
	Almoxarifado Geral	1.245
	Pavilhões de aulas teóricas (Setor Básico) – de O a Q	1.290
	Subestação 2	28
	Reservatórios (Setor Profissional)	320.000l
	Vestiário do Setor de Esportes	201
	Quadras bivalentes	6 uni
Quadras polivalentes	3 uni	
1976	Laboratório de Eletrônica e Eletricidade	2.164
	Muro de contenção	550m
1977	Piscina semiolímpica	1 uni
	Escritório Técnico Administrativo (ETA)	380

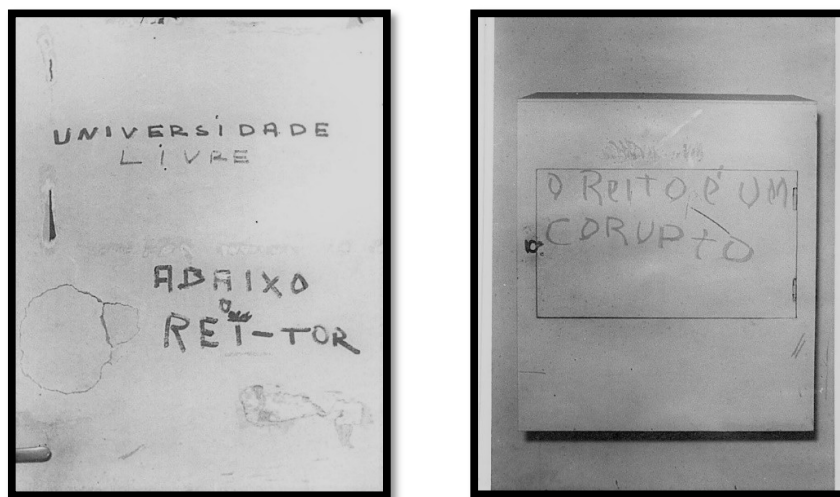
Nota: Os nomes dos institutos e departamentos estão atualizados – por exemplo, em vez de Derca e Secom, na nomenclatura da época, já está grafado CIAC e CTIC, respectivamente.

Fonte: Adaptado de Ferreira; Assis; Couceiro Filho, 1979, p. 57-59.

## 6.1 Inauguração do Conjunto Pioneiro

Embora Silveira Netto tenha contribuído significativamente para o estabelecimento e a consolidação da UFPA, sua gestão não escapou aos protestos estudantis, em grande parte porque se iniciou em um período de intensa instabilidade no cenário político nacional, marcado pela mobilização em torno da reforma universitária e pelas primeiras suspeitas de infiltração militar na instituição. Em 1962, estudantes de diversas universidades do país entraram em greve e ocuparam faculdades, reivindicando o direito a um terço da representação nos órgãos colegiados de suas instituições – demanda que não foi atendida<sup>535</sup>. Em 1968, nova paralisação e ocupações ocorreram, dessa vez com uma pauta que incluía a rejeição à vinda de Costa e Silva a Belém para inaugurar o *campus* da Universidade. As manifestações ficaram registradas em pichações (Figura 80) espalhadas pelos muros, paredes, portas e janelas das unidades acadêmicas.

Figura 79 – Inscrições nas faculdades da Universidade do Pará, déc. 1960



Fonte: Arquivo Central da UFPA.

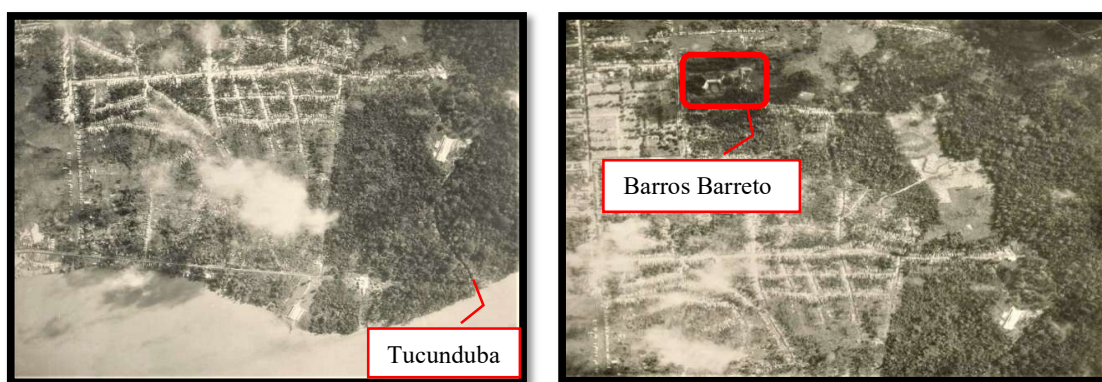
Uma das primeiras iniciativas esperadas em relação ao patrimônio, como preconiza a Carta de Veneza, é a preservação. Nesse sentido, as “pichações” poderiam ser entendidas como agressões aos prédios das faculdades, mas, simultaneamente, constituem testemunhos materiais

<sup>535</sup> Na chamada Greve do Um Terço, os universitários também cobravam o direito à participação nos conselhos estaduais e federal de ensino. A manifestação se estendeu por três meses (junho a agosto) e representava não somente a insatisfação dos estudantes com a falta de representatividade, mas também o pouco investimento no ensino superior, o que foi compreendido pelo escritor e historiador Nelson Werneck Sodré em artigo publicado no jornal *O Semanário*, mas que acabou sendo uma voz dissonante dos principais jornais em circulação à época (Universitários param..., 2021; Sodré, 1962, p. 8).

do contexto sociopolítico e da estreita (até afetiva) relação dos universitários com seu local de estudo. Afinal, como destaca a mesma Carta, “o monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa”<sup>536</sup>.

Esse ambiente de tensão se intensificou quando a visita de Costa e Silva foi confirmada e agendada para o dia 13 de agosto de 1968<sup>537</sup>. Popularmente conhecido como Campus Guamá (em virtude da interiorização da universidade promovida na década de 1980<sup>538</sup>), o Núcleo Pioneiro ocupava uma área superior a 400 hectares às margens do rio Guamá. O terreno foi adquirido por meio de compra e de doação de terras pertencentes ao Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Norte (Ipean), atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (figuras 81 e 82). Em 28 de dezembro de 2007 o conjunto passou oficialmente a se chamar Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto<sup>539</sup>.

Figura 80 – Fotos aéreas do terreno do Conjunto Pioneiro, c. 1960



Fonte: Arquivo Central da UFPA

Diante da confirmação da visita presidencial, os estudantes avivaram os protestos e mantiveram as ocupações, enfatizando a relação desses discentes com a Universidade como patrimônio. Desse modo, o único espaço que o marechal pôde visitar foi justamente aquele que ainda não era usado pelos universitários: o Campus em construção.

<sup>536</sup> Unesco, 1964a, Art. 7º.

<sup>537</sup> UFPA, 1969a.

<sup>538</sup> A interiorização da UFPA deu seus primeiros passos com a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Pará (Crutac), em 1972 (UFPA, 1972a). No entanto, viria a se consolidar como política institucional somente em 1986, com a Resolução n. 1.355, do Consun, que aprovou o Programa de Interiorização da Universidade (UFPA, 1986).

<sup>539</sup> Ascom/UFPA, 2007.

Figura 81 – Obras de construção do futuro Campus, c. 1960



Fonte: Arquivo Central da UFPA

Não obstante as manifestações, Costa e Silva esteve em Belém (Figura 83), inaugurou o Conjunto Universitário<sup>540</sup> e, instigando ainda mais a revolta dos estudantes, também recebeu o título de doutor *honoris causa* da instituição, figurando ao lado de Médici (1970)<sup>541</sup> e, paradoxalmente, do prof. Paulo Freire (1990)<sup>542</sup>.

Hoje, o presidente Costa e Silva receberá, pela manhã, o arcebispo de Belém, diretores da Associação Comercial, bem como representantes dos trabalhadores e de diretórios acadêmicos. Inaugurará, a seguir, o Núcleo da Universidade Federal do Pará, recebendo, na oportunidade, o título de doutor “honoris causa”. O almoço do

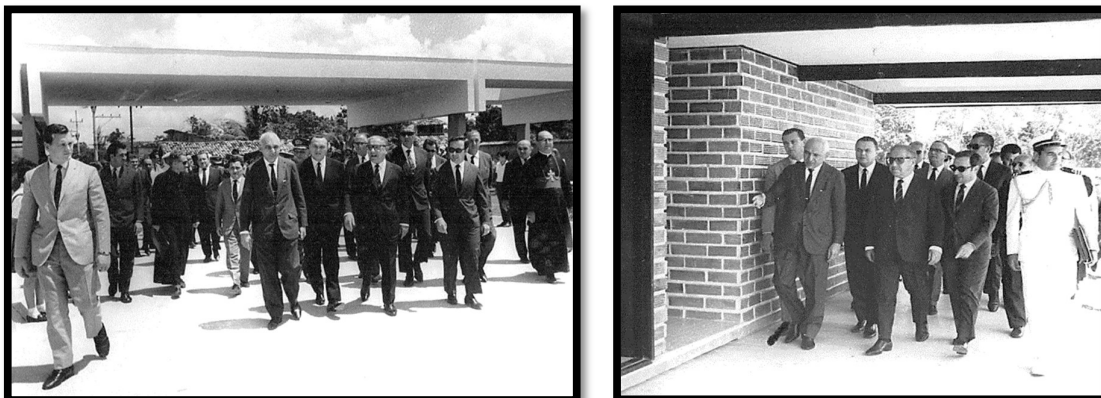
<sup>540</sup> Salles, 1968, p. 3; Programa Hoje, 1968, p. 44. *O Estadão* era um dos meios de comunicação apoiadores do regime militar. A edição que noticiou a visita de Costa e Silva a Belém destacava a preocupação de militares e seus apoiadores com a proposta de anistia aos presos por participação em movimentos estudantis – estes haviam intensificado a oposição à ditadura após o assassinato de Edson Luís: “A aprovação da anistia, neste período delicado de tensão, quando os dois campos radicalizam suas posições, teria efeitos políticos desastrosos. [...] O processo de crise estaria deflagrado em termos da maior violência e iniciada a marcha batida para uma ditadura militar. Dificilmente o Governo, mesmo que quisesse, poderia absorver o desafio, sem oferecer uma resposta no mesmo tom” (p. 3). Não passa despercebido o uso da mesma tática empregada para justificar o golpe: o medo do comunismo agora cede lugar ao medo de os estudantes “forçarem” os militares a implementarem uma ditadura, o que já havia acontecido quatro anos antes.

<sup>541</sup> UFPA, 1970.

<sup>542</sup> UFPA, 1990f.

presidente será com os comandantes da guarnição federal. À tarde, concederá audiência a prefeitos municipais e a membros da bancada da Arena. À noite, comparecerá a banquete que lhe será oferecido pelo governo estadual. Amanhã, o marechal Costa e Silva seguirá para Natal<sup>543</sup>.

Figura 82 – Inauguração do Conjunto Universitário Pioneiro, UFPA, em 1968



Nota: O reitor Silveira Netto (ao centro) conduz a comitiva do ditador Costa e Silva (de óculos) durante a inauguração do Conjunto Pioneiro da UFPA. Na foto, o interventor militar no Estado Alacid Nunes (ao centro, ao lado de Silveira Netto), o engenheiro Alcyr Meira (de óculos escuros) e o arcebispo de Belém Dom Alberto Ramos (à direita) lideram a comitiva.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

Projetado pelo engenheiro e arquiteto Alcyr Boris de Souza Meira<sup>544</sup>, o Conjunto Pioneiro visava sanar problemas de comunicação entre os setores administrativos e as faculdades – a Universidade ocupava então 29 prédios, sendo doze próprios, espalhados por diferentes bairros de Belém. O conjunto buscava também promover maior interação entre cursos e professores de áreas distintas, conferindo à instituição a unidade e identidade há tanto almejadas<sup>545</sup>. No entanto, a transferência das unidades universitárias para o Campus aconteceu de forma gradativa ao longo dos anos seguintes.

A mudança, embora necessária, não implicava o abandono completo das antigas instalações da UFPA. Em termos nacionais, a azáfama do progresso sempre atropela a história e a cultura – e, nesse mesmo raciocínio, também a história cultural<sup>546</sup>, a memória e o patrimônio: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’”<sup>547</sup>. Evidentemente, não seria sensato defender que os prédios que

<sup>543</sup> Programa Hoje, 1968, p. 44.

<sup>544</sup> Imortal da Academia Paraense de Letras, Alcyr Meira também é professor emérito da UFPA, tendo sido vice-reitor durante a gestão de Clóvis Cunha da Gama Malcher, de 1973 a 1977.

<sup>545</sup> Moreira, 1989, p. 170-177; 1977, p. 42-51.

<sup>546</sup> Burke, 2008.

<sup>547</sup> Benjamin, 1987a, p. 119.

outrora abrigaram a Universidade fossem todos mantidos e administrados pela Reitoria. Essa decisão seria inviável por questões de logística, falta de investimentos do Governo Federal ao longo de seis décadas e limitações técnicas e orçamentárias – sem esquecer que muitos desses locais eram alugados e, por conseguinte, voltaram para seus antigos proprietários. Contudo, como preconizam as Normas de Quito, “a defesa e valorização do patrimônio monumental e artístico não contradizem, teórica nem praticamente, com uma política de ordenação urbanística cientificamente desenvolvida. Longe disso, devem constituir o seu complemento”<sup>548</sup>.

Em termos de preservação memorialística, o cuidado deveria se concentrar nos “rastros” desses prédios, preservando fotos, documentos, objetos que transmitissem às futuras gerações informações suficientes sobre a história contida e vivida nessas construções. Nesse sentido, o conceito de rastro, desenvolvido por Vitor Serrão, ajuda a compreender o valor simbólico das antigas edificações:

[...] a noção de rastro não se reduz nem ao rastro documentário, nem ao rastro cortical; ambos consistem em marcas “exteriores”, embora em sentidos diferentes: o da instituição social para o arquivo, o da organização biológica para o cérebro; resta o terceiro tipo de inscrição, o mais problemático, embora o mais significativo para a sequência de nossa investigação; ele consiste na persistência das impressões primeiras enquanto passividades: um acontecimento nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito<sup>549</sup>.

O relato do ex-aluno da Faculdade de Direito Guy da Silva Araújo Filho, atualmente funcionário da Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA), reforça essa percepção. Segundo o informante, durante o curso (frequentou de 2006 a 2010) não houve referências à memória da faculdade, a mais antiga do Estado: “não existe esse reconhecimento. Em nenhum momento fomos compelidos a pesquisar, a estudar, nem que fosse em um trabalho qualquer de uma disciplina. Não há essa matéria da historicidade da nossa atuação profissional no contexto amazônico, ou mesmo no nacional”<sup>550</sup>. De acordo com o entrevistado, o curso direciona seu olhar para o presente e o futuro, deixando de transmitir aos novos docentes informações sobre os grandes juristas e professores que construíram a faculdade. Na ETDUFPA, por outro lado, o passado é mais valorizado, e o esforço de artistas e professores em construir a instituição é reconhecido e lembrado.

Esses relatos evidenciam que a preservação das memórias guardadas no patrimônio edificado da UFPA, mais do que normas institucionais claras, exigem um processo contínuo de

---

<sup>548</sup> OEA, 1967.

<sup>549</sup> Ricoeur, 2007, p. 436.

<sup>550</sup> Guy da Silva Araújo Filho, 36 anos, comunicação oral. Entrevista concedida pessoalmente em 20 set. 2022.

(re)educação patrimonial. Cada usuário, independentemente da idade, deve reconhecer o valor imaterial desses bem e compreender que participa da história que eles carregam. Assim, os membros da comunidade universitária serão capazes de se conscientizar de que a história edificada da Universidade é parte de sua própria identidade.

Traçando-se um paralelo entre cidadania e patrimônio cultural, percebe-se que a relação do patrimônio com a sociedade inclui as noções de identidade, reconhecimento, respeito e proteção, entre outras. A relação da sociedade com o patrimônio inclui também o exercício da cidadania, ou seja, direitos e deveres. Essa forma de ver pressupõe que determinado bem cultural – uma casa, uma igreja, uma ruína, uma dança folclórica, um canto de devoção – faz parte da história individual e coletiva do sujeito, da sua formação como indivíduo, o que leva à intenção de proteger aquele bem, de resguardá-lo<sup>551</sup>.

## 6.2 Campus e contexto sociopolítico

No cruzamento entre História e Geografia, Milton Santos fornece elementos para entender melhor a relação das pessoas com o “seu lugar”. Em *A Natureza do Espaço*, de 1996, e *Espaço e Sociedade*, de 1979, o autor defende que o espaço, antes concebido apenas como “teatro das ações humanas”, também transforma os sujeitos, em uma relação de mútua metamorfose. A ele se juntam Eidorfe Moreira e Ernesto Cruz e suas pesquisas referenciais sobre a história de Belém e da UFPA.

Desse modo, embora grandioso, o empreendimento que resultou na construção do Campus (Figura 84) não obteve, inicialmente, a aceitação esperada, devido ao contexto nacional e às condições de sua inauguração. Não surpreende, portanto, que os alunos da Universidade não se reconhecessem no novo espaço, posto que a inauguração do Conjunto Pioneiro, marcada pela visita de Costa e Silva, ocorreu em um dos momentos mais tensos do país.

Na noite de 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, a Polícia Militar assassinou o jovem paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos. Residente na capital carioca, Edson Luís se encontrava no restaurante estudantil Calabouço reunido com outros colegas quando o local foi invadido pela PM, cuja ação resultou na morte de Edson e de Benedito Frazão Dutra, de 20 anos<sup>552</sup>: “Confirmada a morte, os estudantes ergueram o cadáver nos braços e, usando-o como aríete, foram empurrando os policiais até a Assembleia”<sup>553</sup>.

<sup>551</sup> Santos, 2007, p. 157.

<sup>552</sup> Edson Luís morreu no local. Benedito ainda foi levado ao hospital, mas não resistiu (Vlado Educação, 2023; *Morreu um estudante...*, 1968, p. 32; *Na Assembleia...*, 1968, p. 14). Diferentemente do *Estadão*, que deixou para as últimas páginas, a *Folha* estampou a morte de Edson Luís desde a capa da edição do dia seguinte ao assassinato.

<sup>553</sup> Ventura, 2008, p. 93-94.

Figura 83 – Vista do Campus a partir da entrada principal, c. 1968



Fonte: Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

A reação foi imediata. Muitos dos jovens que haviam sofrido a ação policial permaneceram velando o corpo até o amanhecer.

De madrugada, a hoje Câmara dos Vereadores era um local de peregrinação. Com as chamadas do rádio e da TV, e com a comunicação de boca dos estudantes, a cidade ficou logo sabendo da morte de Edson Luís. Ao suspenderem seus espetáculos, os teatros convocaram os espectadores para o velório. [...] nunca a Assembleia havia recebido a visita de tantas celebridades<sup>554</sup>.

No dia seguinte, após cortejo pelas ruas do Rio de Janeiro, que reuniu aproximadamente 50 mil pessoas, Edson Luís foi sepultado sob forte comoção popular, “à luz de velas e de archotes improvisadas” e “ao som do Hino Nacional cantado pela multidão”<sup>555</sup>, bem como a presença armada e intimidadora da Polícia Militar.

Os desdobramentos do assassinato, somados à indignação diante das medidas ditatoriais e ao saldo trágico da chamada Sexta-Feira Sangrenta<sup>556</sup>, resultaram na Passeata dos Cem Mil<sup>557</sup>. A manifestação reuniu milhares de jovens, artistas, intelectuais, políticos e opositores ao

<sup>554</sup> *Idem*, p. 96.

<sup>555</sup> *Idem*, p. 97-98.

<sup>556</sup> Assis, 2020; Oliva, 2020; 28 Pessoas..., s. d.

<sup>557</sup> A Marcha ou Passeata dos Cem Mil ocorreu no dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, saindo da Cinelândia até a Assembleia Legislativa do Rio. A manifestação contra os excessos do regime militar e em homenagem à Edson Luís, mobilizou estudantes, professores, intelectuais, mães de estudantes, padres, políticos, outros representantes da sociedade civil e artistas. Entre eles, Eva Wilma, Odete Lara, Chico Buarque, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Clarice Lispector, Oscar Niemeyer, Ziraldo, Glauber Rocha, entre outros (Rio: Passeata Hoje..., 1968; Padres, artistas..., 1968).

regime<sup>558</sup>, liderados pelo estudante alagoano Vladimir Gracindo Soares Palmeira<sup>559</sup>. Os protestos contra as arbitrariedades, prisões, assassinatos e torturas cometidos pelos militares se intensificaram<sup>560</sup>. Em contrapartida, no dia 13 de dezembro foi decretado o Ato Institucional n. 5, o AI-5, que fechou o Congresso Nacional, cassou direitos e mandatos – entre eles o do senador Juscelino Kubitschek<sup>561</sup>, do deputado Márcio Moreira Alves e de três ministros do STF, que receberam aposentadoria compulsória –, aumentando a repressão, as prisões e os exílios. O AI-5 permaneceu em vigor até dezembro de 1978<sup>562</sup>.

Em 1980, doze anos após o homicídio no Calabouço e não mais sob a vigência do AI-5, a morte de outro jovem paraense revelaria (ou confirmaria) o descontrole, o abuso de poder e a brutalidade das ações militares durante a ditadura – dessa vez, no Conjunto Universitário Pioneiro, em Belém. No dia 10 de março, César Morais Leite, então com 17 anos e cursando Matemática, foi morto pelo agente da Polícia Federal Dalvo Monteiro de Castro Júnior, dentro da sala 2Fb (sala 2, bloco F, setor Básico, Campus Guamá). De acordo com os jornais da época, a arma de Dalvo caiu no chão e disparou, atravessando a cadeira e o corpo do estudante – a bala entrou pelas costas, saiu pelo tórax e se alojou no teto da sala. Ainda ensanguentado, César conseguiu se levantar antes de cair, sendo amparado pelo autor do disparo. A professora Maria Inês, que ministrava a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros (a prima universitária da Educação Moral e Cívica, do ensino básico, também imposta pelo regime ditatorial), e os demais alunos ou ficaram imóveis ou se desesperaram diante da cena, até hoje, inédita no Campus.

César Morais Leite foi levado ao Pronto Socorro Municipal de Belém, não resistiu ao ferimento. O crime reforçou as suspeitas, sempre negadas pela Reitoria, de uma unidade

<sup>558</sup> A comoção e a revolta provocadas pela morte de Edson Luís não ficaram restritas às ruas cariocas, mas ecoaram na produção cultural. Milton Nascimento e Ronaldo Bastos compuseram a canção *Menino*, lançada apenas em 1976, no disco *Geraes*. Já a célebre *Coração de Estudante*, de 1983, escrita por Milton Nascimento em parceria com Wagner Tiso, também foi associada à memória de Edson. O cantor e compositor Sérgio Ricardo, por sua vez, registrou sua indignação na música *Calabouço*, de 1973, cuja repetição e entonação do verso “Cala a boca, moço” fazem alusão ao local do assassinato de Edson, que dá título à música.

<sup>559</sup> Sobre Vladimir Palmeira, acessar: FGV. Vladimir Palmeira [verbete]. CPDOC: Verbetes biográficos. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vladimir-palmeira>; Preso o líder da passeata dos 100 mil: Protestos contra prisão de Vladimir Palmeira são reprimidos com violência. *Memorial da Democracia* [on-line]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/preso-o-lider-da-passeata-dos-100-mil#card-74>.

<sup>560</sup> Mataram um estudante..., s. d.; Helal Filho, 2023.

<sup>561</sup> JK tentou liderar uma frente pela redemocratização do país, todavia um acidente de carro na Via Dutra, no Rio de Janeiro, em 1976, interrompeu seus planos. O acidente, que vitimou Juscelino e o motorista Geraldo Ribeiro, ainda é considerado suspeito, mesmo após o inquérito do Ministério Público Federal, aberto em 2013, ter concluído não haver indícios de crime (Bernardo, 2017; MPF..., 2021; MPF, 1979-2013; Morre JK..., 2020; Morte de JK..., 2021).

<sup>562</sup> Franklin, 2020. Sobre o Ato Institucional 5, ver também: FGV. O AI-5 [verbete]. CPDOC: Fatos e Imagens. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em abr. 2022.

operacional da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) instalada na UFPA. O reitor Aracy Amazonas Barreto<sup>563</sup> tentou justificar a presença de um militar armado em sala de aula, alegando não se tratar de um agente infiltrado, mas de policial à paisana regularmente matriculado no curso superior – uma trágica coincidência. Entretanto, como lembrou o professor Firmino Guimarães, a presença de militares na rotina acadêmica não era algo fortuito: além de agentes infiltrados, alguns docentes e mesmo discentes foram aliciados a serem informantes e delatarem seus próprios colegas, muitos sob tortura.

Figura 84 – Bloco F, setor Básico, UFPA, 2023



Nota: O Bloco F, do Setor Básico do Campus Guamá, atualmente se encontra inativo, mas passa por reformas. Um dos projetos é transformar a Sala 2 em um museu/memorial. Detalhe para a fotografia de César Moraes Leite afixada na parede da fachada do bloco.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023; Memorial César Moraes Leite: Fotografias, <https://www.memorialcesarleite.com.br/fotografias/3>.

Figura 85 – Entrada da Sala 2Fb, Campus Guamá, UFPA, 2023



Nota: O movimento estudantil mantém registrada a lembrança da tragédia ocorrida em 1980.

Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

<sup>563</sup> Aracy Amazonas Barreto, formado pela Faculdade de Medicina, foi reitor de julho de 1977 a junho de 1981, escolhido e empossado pelo general João Batista Figueiredo, último comandante do regime militar.

A abertura dos arquivos da ditadura em 2005<sup>564</sup> pôs fim em definitivo às dúvidas: a ASI/UFGA existiu e mantinha correspondência periódica com a Reitoria, cobrando, por meio de ofícios, esclarecimentos sobre eventos e sobre a conduta de professores e alunos, especialmente em fins da década de 1970 – ainda que haja documentos do SNI a respeito da Universidade que remontam à inauguração do Campus, em 1968.

Ofícios como o informe “Infiltração comunista no estado do Pará”<sup>565</sup>, que lista funcionários públicos supostamente relacionados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), então clandestino. Entre os listados estavam os professores Aleksei Turenko Junior e João de Jesus Paes Loureiro, este último era nome recorrente no “monitoramento de terroristas”. Ao lado do também escritor Benedicto Monteiro, Paes Loureiro foi objeto de outro informe, “Subversão na Universidade Federal do Pará”, de 1972<sup>566</sup>, que detalhava seu currículo e registrava a notícia de que o primeiro livro do poeta, *Tarefa*, fora apreendido como “subversivo”. O poeta também foi vítima de um dos episódios mais lamentáveis ocorridos no Campus durante a ditadura, quando foi retirado à força de sala aula onde ministrava sua disciplina, sendo impedido de continuar lecionando na UFGA, tendo recebido aposentadoria compulsória.

A vigilância ostensiva e alienada do serviço de inteligência do regime militar não se restringia a acadêmicos ligados ao PCB. Políticos como Almir Gabriel e Jader Barbalho, filiados ao MDB, também foram monitorados. O MDB, aliás, foi o único partido a sair incólume do expurgo das legendas partidárias promovido pelo AI-3, a fim de exercer oposição controlada à Arena, partido da situação, e legitimar o regime ditatorial, política e socialmente. Todavia, a partir de 1968, com a crescente pressão popular, essa oposição se tornou mais efetiva.

### 6.3 Cidade Universitária: a urbanização do Campus

Ao assumir a Reitoria em 1960, o professor Silveira Netto deixou clara sua intenção de tornar a Universidade uma instituição coesa, dotada de infraestrutura mais moderna e profissionais ainda mais capacitados. Não tardou, pois, a iniciativa de construir um *campus* que abrigasse, se não toda, a maior parte da base universitária tangível.

Coube ao engenheiro e arquiteto Alcyr Meira a elaboração de um termo de referência

---

<sup>564</sup> O acesso aos arquivos produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), pela Comissão Geral de Investigações (CGI) e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que já ocorriam de forma gradual em alguns estados, passou a ser obrigatório com a promulgação do Decreto n. 5.584, de 2005, do presidente Lula, determinando também o envio da documentação ao Arquivo Nacional (Brasil, 2005).

<sup>565</sup> Arquivo Nacional, 2018a.

<sup>566</sup> Arquivo Nacional, 2018b.

para a abertura de edital que regeria a aquisição do terreno do futuro *campus*. No entanto, no começo de 1962, a imprensa noticiava um possível novo caminho para a escolha do terreno<sup>567</sup>:

A Escola de Agronomia, que funciona no Instituto Agrônômico do Norte e pertencia ao Ministério da Agricultura, passou para o Ministério da Educação, ficando como uma das unidades *comparentes* da Universidade do Pará. Nesse caso, consta-nos que, aproveitando a oportunidade, a Universidade instalará nos terrenos do Instituto Agrônômico do Norte a Cidade Universitária<sup>568</sup>.

De fato, a Universidade do Pará firmou acordo com o Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Norte (Ipean)<sup>569</sup> para a doação de parte do terreno localizado ao longo da avenida Perimetral, no bairro da Terra Firme. Diferentemente, porém, do que fora veiculado na imprensa, a área onde funcionava a Escola de Agronomia não foi cedida – a Escola permaneceu no mesmo local e, depois, transformou-se na UFRA – sendo o lote vizinho, de aproximadamente 200 hectares, doado à Universidade.

O terreno, no entanto, mostrou-se insuficiente para atender às expectativas da cidade universitária, conforme relatou Alcyr Meira em 2007<sup>570</sup>. Responsável pelo projeto do Conjunto Pioneiro, o engenheiro afirmou ter sido necessário um longo processo de análise dos terrenos circundantes ao lote doado, até se chegar ao espaço desejado. Por meio de compra e desapropriações, foram incorporados mais sete lotes, perfazendo um total de 449,83 ha:

Proprietário	Área (em Ha)
Libania Lima Waldir Acatauassu	175,00
Affonso Lopes Freire Antônio Cabral Abreu (e outros)	52,36
Granja Canaan Ltda.	9,40
José da Rocha Cerqueira	8,14
Antônio Maria da Silveira	2,54
Alcides Pantoja	1,19
Palmira Gomes Cordovil	1,20
<b>Total da área desapropriada</b>	<b>249,83</b>

Fonte: Meira, 2017, p. 15.

<sup>567</sup> O eng. Antonio Bouez lembra ainda de outra possibilidade discutida à época: “Então o reitor, nessa oportunidade, com esse dinheiro que ele conseguiu acumular, ele comprou os terrenos para a universidade. Houve várias discussões com relação à localização da área: primeiro era a [avenida] Augusto Montenegro. Depois não, não serve, porque é problema de corredor de tráfego para lá e tal. Eu não participava, obviamente, dessa história, porque o meu papel não era técnico, meu papel era administrativo. Então, a universidade, adquiriu os terrenos de algumas pessoas; de outras, o terreno foi desapropriado”.

<sup>568</sup> Possivelmente na área..., 1962, p. 24.

<sup>569</sup> As estruturas do Instituto Agrônômico do Norte (IAN) e do Ipean foram absorvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973.

<sup>570</sup> Meira, 2017.

Somando-se o lote doado (200 ha) com o terreno adquirido por desapropriação (249,83 ha), chegou-se aos 449,83 ha do Campus – tamanho desejado pela Reitoria e por Alcyr Meira. No início da década de 1970, a Universidade ocupava quase toda a área que viria a se constituir no Setor Básico (Figura 87), local dos primeiros prédios do Campus, incluindo os blocos de sala de aula. Mais do que isso, a instituição, no mesmo período, cruzava o rio Tucunduba e iniciava a ocupação da segunda parte do terreno, que se tornaria o Setor Profissional (Figura 88).

*Figura 86 – Campus Guamá, UFPA, década de 1970: Setor Básico*



Nota: Embora a data exata da foto seja desconhecida, podemos situá-la entre 1972 e 1976, posto que a Biblioteca Central já está construída (destacada pelo retângulo vermelho), mas ainda sem o segundo pavilhão.

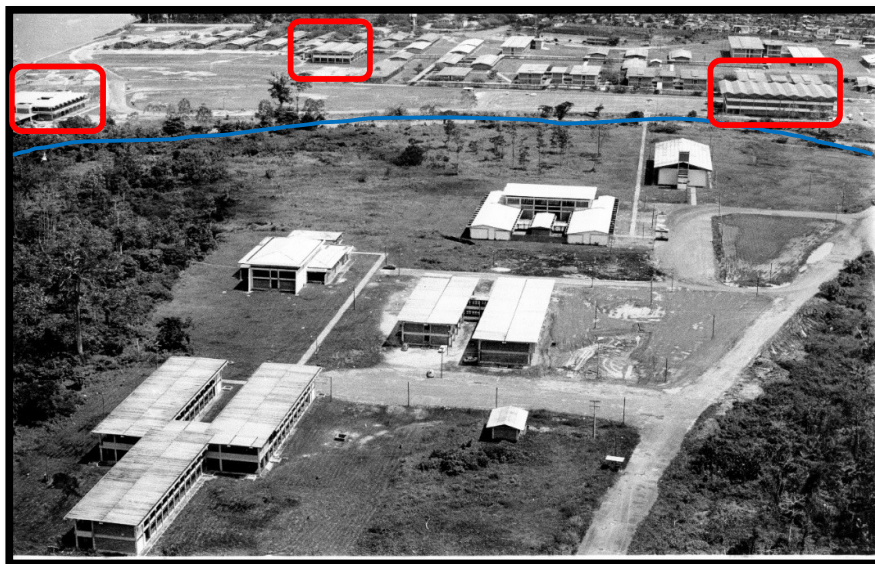
Fonte: Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA.

Em 16 de novembro de 1972, durante a gestão de Aloysio Chaves<sup>571</sup>, a Universidade inaugura o Ginásio de Esportes (ver Anexo 13) e, no mesmo dia, o prédio da Biblioteca Central, que então passaria a funcionar no Campus (Figura 88). Ainda que a presença de um complexo recreativo e de um ginásio para a prática de atividades físicas pudesse indicar uma suavização das tensões sociopolíticas na UFPA, a realidade permanecia a mesma. De tal modo que o ginásio ficou marcado, em seus primeiros anos, como palco das assembleias estudantis.

<sup>571</sup> Aloysio da Costa Chaves dirigiu a UFPA de julho de 1969 a junho de 1973. Nasceu em Viseu, em 25 de novembro de 1920. Formou-se em Direito pela UFPA, tendo concluído o curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1944. Lecionou Geografia no Colégio Paes de Carvalho e História no Colégio Nazaré. Foi professor de Economia Política na Faculdade Livre de Direito e de Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Foi diretor da Faculdade de Direito, governador do Estado (1975-1978) e senador (1979-1987). Faleceu em Belém, em 5 de outubro de 1994.

De acordo com o prof. Firmino Guimarães, os universitários não podiam se reunir sem que houvesse alguém vigiando – mesmo para estudar. Embora o Complexo Vadião tenha sido inaugurado com o pretexto de ser um espaço de “recreação” para os universitários – “havia seis mesas de sinuca, por exemplo; atualmente é um lugar para agência bancária” –, Firmino recorda que o tempo de permanência no local era controlado.

Figura 87 – Campus Guamá, UFPA, c. 1970: Setor Profissional



Nota: Vista dos primeiros prédios do Setor Profissional do Campus Guamá, separado do Setor Básico pelo rio Tucunduba (destacado pela linha azul). A ponte de ferro sobre o rio, reivindicação do movimento estudantil, foi construída somente em 1993, próxima ao Complexo Recreativo Vadião (destacado pelo retângulo vermelho à esquerda). A Biblioteca Central (destacada ao centro) e o Ginásio de Esportes (destacado à direita) foram inaugurados em 1972 e permaneceram os prédios mais imponentes na paisagem do Campus até 1981, quando foi inaugurado o prédio da Reitoria. Os galpões do Setor Profissional, que ocupam a maior parte da foto, estão localizados onde hoje funcionam os laboratórios do Instituto de Tecnologia da UFPA (ITEC).

Fonte: Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

A Biblioteca da UFPA foi criada em 19 de dezembro de 1962<sup>572</sup> e instalada inicialmente na av. Gov. José Malcher, n. 1327 (as primeiras notícias da época indicavam o n. 661)<sup>573</sup>, em um casarão localizado ao lado do terreno onde seria construído o futuro Colégio Universitário (atual Semec), posteriormente demolido. Em 1969, a Biblioteca transferiu-se para a av. José Bonifácio (Figura 89), próxima à av. Gentil Bittencourt, em prédio que também hospedaria a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>572</sup> Uma biblioteca..., 1962, p. 14; Biblioteca..., 1962, p. 20.

<sup>573</sup> Aviso, 1963, p. 24.

Figura 88 – Biblioteca Central da UFPA, c. 1969



Nota: A segunda sede da Biblioteca Central da UFPA, na av. José Bonifácio, um prédio em estilo chalé que ainda se encontra erguido no mesmo local, porém está em obras e provavelmente será demolido. O local também acolheu o Serviço de Atividades Musicais (SAM) da Universidade, que viria a se tornar a Escola de Música (EMUFPA), antes instalado na av. Almirante Barroso<sup>574</sup>.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

A Biblioteca Central (BC) permaneceu nesse endereço até 1972, quando foi inaugurada, na Cidade Universitária, sua nova sede – agora definitiva – batizada com o nome de seu primeiro diretor, o médico e documentalista Clodoaldo Beckmann (1927-2007)<sup>575</sup>, responsável pela criação do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1963<sup>576</sup>. Com um acervo de aproximadamente 900 mil exemplares, nos meios físico e digital, a designação Biblioteca Central foi oficializada em 1975.

Antes de prosseguir com a trajetória da BC, precisamos registrar um marco importante ocorrido neste período: durante a gestão de Clóvis Malcher, a UFPA diplomou o primeiro mestre formado integralmente pela instituição – ou mais precisamente, a primeira mestra. Em 13 de agosto de 1976, Sônia Dias Cavalcanti Guerreiro defendeu, para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Geofísicas e Geológicas, a dissertação “Tratamento Quantitativo de Anomalias de Potencial Espontâneo”, sob orientação do prof. José Seixas Lourenço<sup>577</sup>. No

<sup>574</sup> O SAM ocupou o chalé de ferro, onde funcionou a Faculdade de Arquitetura, quando instalado na av. Almirante Barroso, no local onde atualmente está o clube Monte Líbano. Posteriormente, o chalé foi desmontado e remontado no Campus, sendo reinaugurado em 11 de janeiro de 1992 como sede do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (Numa). Hoje encontra-se fechado e sem função (UFPA, 1971; dados também retirados do totem comemorativo à reinauguração).

<sup>575</sup> Antes de assumir o cargo, Clodoaldo Beckmann (ver Anexo 9) e a técnica Maria Helena Vale Nogueira foram enviados, pela Universidade, ao Rio de Janeiro, para estudarem Biblioteconomia no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (que funcionou de 1954 a 1975), e assim estarem aptos aos cargos (Biblioteca Central..., 1962, p. 3).

<sup>576</sup> O curso foi criado pela Resolução n. 1-A (UFPA, 1963a), que criou também os cursos de Engenharia Mecânica e Formação de Atores.

<sup>577</sup> Robilotta, 1994.

mesmo dia, também defenderam suas dissertações Jorge Wilson Delgado Leão e João Batista Correa da Silva (ver Anexo 14).

Em 28 de dezembro de 1983, Sônia tornou-se também a primeira doutora formada pela Universidade, com a tese “Paleomagnetismo de Rochas Vulcânicas do Nordeste do Brasil e a Época da Abertura do Oceano Atlântico Sul”, sob orientação do prof. Axel Schult<sup>578</sup>. Antes disso, Sônia Dias Cavalcanti Guerreiro já havia estabelecido outra marca notável: a de primeira mulher meteorologista do Brasil, tendo se formado em 1967, na UFRJ, em Física, na modalidade Meteorologia.

Importante lembrar que, em 1969, foi criado o Centro de Pós-Graduação da Universidade, com o intuito de formar professores qualificados para o ensino superior, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e proporcionar o treinamento eficaz de técnicos de alto padrão. Como consequência, em 1973, foi aprovado o curso de Pós-Graduação em Geofísica (Figura 90), em nível de mestrado e doutorado. Pioneiro na UFPA, o curso foi idealizado pelos professores Carlos Alberto Dias e José Maria Filardo Bassalo, e contou com o empenho, para sua implantação, do futuro reitor Seixas Lourenço, professor de Geofísica, e de outros professores pós-graduados no exterior. O curso se expandiu e, por meio da Resolução n. 247, de 1975, passou a ser Pós-Graduação em Ciências Geofísicas e Geológicas, em nível de aperfeiçoamento (só até 1977), especialização, mestrado e doutorado. Em 1992, o curso se desmembrou em duas pós-graduações: em Geofísica e em Geologia e Geoquímica<sup>579</sup>.

*Figura 89 – Geofísica, década de 1990 e em 2017*



Nota: O prédio onde fora instalado o curso de Geofísica Aplicada à Exploração de Petróleo hoje abriga o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) e o Arquivo Central da UFPA.

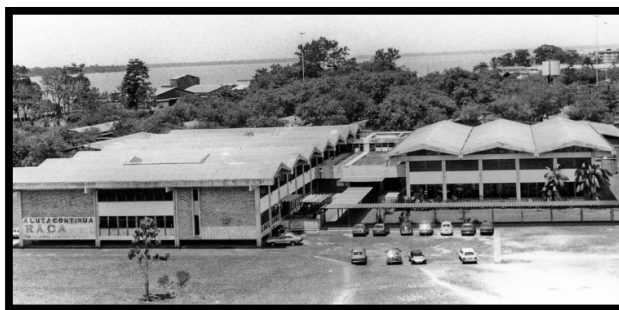
Fonte: Museu da UFPA; Allyson Allen, jan. 2017

<sup>578</sup> Robilotta, 1994.

<sup>579</sup> UFPA, 1969b; 1973a; 1975b; 1992.

Voltando à Biblioteca Central (Figuras 91 e 92), em 1985, embora passasse por um processo de modernização, a BC procurava estabelecer medidas para conter a perda de seu acervo, pois sofria com o furto e a danificação dos livros pelos próprios alunos: “apesar de contar com serviços altamente sofisticados, envolvendo tecnologia avançada, a Biblioteca Central enfrenta muitos problemas para conseguir manter-se em funcionamento. Um desses problemas é a constante perda e estragos de publicações por parte do usuário”<sup>580</sup>. Desde então, o sistema de cadastro de usuários, empréstimo e devolução de livros foi aperfeiçoado, praticamente zerando o extravio de exemplares; além disso, foi instalado um sistema antifurto semelhante aos utilizados em livraria e lojas de departamentos.

*Figura 90 – Biblioteca Central da UFPA, déc. 1980*



Nota: Em 1976, foi inaugurada a segunda ala da Biblioteca, à esquerda, onde foram instalados a parte administrativa, o curso de Biblioteconomia, a Seção de Obras Raras, e outros departamentos.

Fonte: Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

*Figura 91 – Biblioteca Central da UFPA, 2023*



Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

A Biblioteca Central atende aos discentes dos três turnos (matutino, vespertino e noturno) e ao público em geral, incluindo aos sábados (em horário reduzido) com o acesso ao acervo físico e ao catálogo on-line (de todas as bibliotecas da UFPA) e diversas bases de dados, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, a fim de prover e disseminar informação à sociedade e à comunidade universitária.

<sup>580</sup> Ascom/UFPA, 1985, p. 3.

### PARTE III – NOVOS VELHOS CAMINHOS

Atenta no papel que as obras já desaparecidas na voragem dos séculos possam ter assumido em determinadas circunstâncias e em termos históricos, iconológicos, políticos, ideológicos e, sempre, *estéticos*. [A cripto-história] contribui para dar vida a tais espécimes que diversas vicissitudes fizeram desaparecer do patrimônio presente<sup>581</sup>.

As imagens não foram utilizadas neste estudo como meras ilustrações, mas como recurso auxiliar da memória, afinal, como afirma o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz, “a imagem é cifra da condição humana”<sup>582</sup>. No entanto, trabalhamos aqui com a imagem material, sinônimo de figura, retrato, fotografia, não no sentido mais abstrato trabalhado por Paz e examinado por Sartre<sup>583</sup>. Porque “a realidade sempre foi interpretada por meio das informações fornecidas pelas imagens”<sup>584</sup>, como lembra a ensaísta estadunidense Susan Sontag, naturalmente a fotografia seria usada como ferramenta de pesquisa nas Ciências Sociais, que passou a incorporar o registro de imagens ao processo de investigação.

Embora o ato de fotografar e capturar os instantes seja uma atividade praticamente inerente ao indivíduo contemporâneo – basta um celular ou tablet no local certo e no momento oportuno –, a fotografia percorreu um longo caminho até se tornar uma ferramenta de pesquisa da Antropologia. A técnica fotográfica remonta ao século XVI, todavia a popularização da fotografia ocorreu somente no século XIX, mais precisamente a partir de 1840, em virtude do invento de Louis Daguerre (1787-1851) – no Brasil, apenas em meados do século XX.

De qualquer forma, a pesquisa de campo, os relatos de viagem puderam então adotar um registro mais fiel às descobertas antropológicas, principalmente quando falamos dos pesquisadores europeus (biólogos, naturalistas, antropólogos) que, ao visitar a Amazônia, recorriam ao desenho para fixar a realidade encontrada. Entretanto, esses desenhos invariavelmente provinham de olhos deslumbrados e surpresos (não raro carregados de preconceito), que resultavam em descrições apaixonadas da natureza, mas em traços caricatos da população. São exemplos dessas representações o trabalho de William James para o casal Louis e Elizabeth Agassiz<sup>585</sup>, o de Edouard Riou para François-Auguste Biard<sup>586</sup>, ou mesmo o

<sup>581</sup> Serrão, 2001, p. 11.

<sup>582</sup> Paz, 1996, p. 38.

<sup>583</sup> Sartre, 2008.

<sup>584</sup> Sontag, 2004, p. 86.

<sup>585</sup> Agassiz, L.; Agassiz, E., 1868. Defensor da superioridade branca, Louis combatia a miscigenação. Suas descrições textuais e ilustrações da população negra e indígena eram, em geral, depreciativas, além de possuir fotografias de homens e mulheres nus – de frente, costa e perfil – que “comprovariam” suas teorias racistas. Ver: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>.

<sup>586</sup> Biard, 1862. Um clérigo paraibano com cabeça desproporcional; o guia Policarpo, muito esguio e com beijos protuberantes; o destaque a encontros fortuitos com animais, como se determinassem o cotidiano urbano das capitais amazônicas, são algumas das “peculiaridades” descritivas da obra.

de Johann Moritz Rugendas<sup>587</sup>, entre outros.

Felizmente, a fotografia tornara-se acessível, ao mesmo tempo que a Sociologia de Max Weber se popularizava<sup>588</sup>, aperfeiçoando-se e consolidando-se como “uma nova metodologia de análise dos fenômenos culturais”<sup>589</sup>. Como fizeram os franceses Henri e Marie Octavie Coudreau, por exemplo, ao explorar a região Norte: nos livros *Viagem ao Trombetas* (1900) e *Viagem ao Rio Curuá*<sup>590</sup> (1902) – a primeira fizeram juntos; a segunda feita apenas por Marie Octavie, pois Henri havia falecido durante a viagem anterior – o casal registra em fotografias as características dos rios, mas aproveitam para documentar a vida e o trabalho dos ribeirinhos, incluindo os ajudantes das expedições<sup>591</sup>. Registros cuidadosos e concisos da natureza e do povo observados.

Portanto, os apontamentos das pesquisas sociológicas não dependiam mais exclusivamente da habilidade artística ou de um olhar imparcial do desenhista, mas das variáveis e técnicas necessárias para uma boa foto. O fotógrafo então torna-se também um estudioso do cotidiano, dada a função social que a fotografia adquiriu com o tempo:

A fotografia capta a “aura” da realidade e a transforma em imagem singular composta de elementos espaciais e temporais, mesmo que sejam apenas registros de frações das descobertas. Porém, para que o registro fotográfico chegasse ao ponto de assumir o status de documento, não bastou estar por trás da câmera apenas um fotógrafo experiente e com pleno domínio técnico do equipamento, mas alguém dotado de sensibilidade investigadora capaz de elaborar uma seleção consciente entre a realidade observada e a captada [...] <sup>592</sup>.

Nesse sentido, destacam-se fotógrafos com “sensibilidade investigadora”, atentos às questões sociais, ao mundo que os rodeia, cientes de que as “[...] imagens são de fato capazes de usurpar a realidade porque, antes de tudo, uma foto não é apenas uma imagem (como uma

<sup>587</sup> Rugendas, 1835; 1836. Apesar de estudar a fauna e a flora brasileiras, dedicava-se também a retratar a população. Algumas imagens apresentam grupos de pessoas, famílias reunidas e escravizados trabalhando – talvez por limitações artísticas ou intencionalmente, aparecem em situações quase primitivas, por isso o uso de *Malerische*, ‘pitoresco’, no título do primeiro livro, e *Merkwürdigste*, ‘mais estranho’, no segundo.

<sup>588</sup> Cito aqui Max Weber (1864-1920) sem esquecer dos trabalhos pioneiros e balizadores para a formalização da Sociologia como disciplina. Trabalhos como os de Auguste Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e, no Brasil, Gilberto Freyre (1900-1987), para citar alguns.

<sup>589</sup> Campos, 1996, p. 276.

<sup>590</sup> Trombetas e Curuá são rios brasileiros localizados no estado do Pará, na região amazônica. Sobre a localização e morfologia do Rio Trombetas e os terrenos em volta, nos municípios de Óbidos e Monte Alegre, no Pará, ver: Derby, Orville Adalbert. *O Rio Trombetas. Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v. 2, n.1-4, p. 366-382, 1898. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/1087>.

<sup>591</sup> Antes das viagens citadas, o casal já havia percorrido o Tapajós e o Xingu, que também renderam livros. Para ver as imagens registradas pelos Coudreau às margens do Trombetas e do Curuá, ver: Coudreau, Octavie. *Voyage au Trombetas: 7 Aout 1899 – 25 Novembre 1899*. Paris, A. Lahure, 1900; Coudreau, Octavie. *Voyage au Rui Curuá: 20 novembre 1900 – 7 mars 1901*. Paris, A. Lahure, 1903.

<sup>592</sup> Campos, 1996, p. 278-279.

pintura é uma imagem), uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente decalcado do real, como uma pegada ou uma máscara mortuária”<sup>593</sup>. Profissionais como Garry Winogrand (1928-1984)<sup>594</sup>, dedicado a retratar a vida urbana dos Estados Unidos, principalmente Nova York, os lugares de encontro da população e as transformações sociopolíticas das décadas de 1960 e 1970; Sebastião Salgado (1944, 79 anos)<sup>595</sup>, fotógrafo brasileiro multipremiado por seus registros da vida nas “periferias” da América Latina, dos trabalhadores ao redor do mundo e dos conflitos, geralmente étnicos, que provocam a morte e a imigração forçada de milhares de famílias todos os anos; sem esquecer de Luiz Braga (1956, 67 anos)<sup>596</sup> e suas fotos sobre a rotina, a cultura, os moradores e as moradias da Amazônia.

A respeito das conclusões a que a pesquisa tem nos conduzido, uma delas já pode ser registrada aqui. Cumpre, antes de tudo, reiterar que não se objetiva estabelecer datas de início ou de fim para a história da Universidade Federal do Pará, tampouco para quaisquer histórias que dela façam parte, pois sabemos que a história é um processo, “na realidade, a história deixa de ser científica quando se trata do início e do fim da história do mundo e da humanidade”. Ainda de acordo com Le Goff, “a história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos. Em vez do estrato superficial, o tempo rápido dos eventos, mais importante seria o nível mais profundo das realidades que mudam devagar [...]”; portanto, a História “só pode ser uma ciência da mutação e da explicação da mudança”<sup>597</sup>.

Desse modo, podemos afirmar que os acontecimentos sociopolíticos, inevitavelmente, influenciaram e continuam a influenciar o desenvolvimento da UFPA, tanto em sua dimensão física quanto didático-pedagógica. Dessa constatação resulta outra importante conclusão, à qual a documentação pesquisada, as informações reunidas e os depoimentos colhidos nos conduzem: não são exatamente as edificações – as que ainda existem e as que existiram – que contam a história da Universidade (como eu acreditava inicialmente), mas as pessoas que se envolveram e se envolvem com esses edifícios, conforme ensina Salvador Muñoz Viñas,

---

<sup>593</sup> Sontag, 2004, p. 86.

<sup>594</sup> Sobre a obra e a vida de Winogrand, assistir ao documentário de S. W. Freyer, *Garry Winogrand: All Things are Photographable* (Greenwich, 2018); e/ou acessar: <https://fraenkelgallery.com/artists/garry-winogrand>.

<sup>595</sup> Para mais informações biográficas, um recorte de seus registros fotográficos e o trabalho socioambiental de Salgado, acessar o perfil do fotógrafo no Instagram @sebastiaosalgadooficial, o site do Instituto Terra institutoterra.org; e a entrevista concedida ao jornal El País, disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/eps/1558350781\\_612997.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/eps/1558350781_612997.html).

<sup>596</sup> Uma pequena parte do trabalho de Luiz Braga está disponível em seu perfil no Instagram @luizbraga; para mais informações, acessar: <https://www.premiopipa.com/pag/luiz-braga/>.

<sup>597</sup> Le Goff, 1990, p. 8 e 15.

Para admitir que o que caracteriza os objetos da Restauração é o seu caráter histórico, seria necessário entender por “história” não só a História de que tratam os historiadores, mas também a soma das milhões de *histórias* de cada pessoa, o que tornaria necessário incluir nesta categoria quase todos os objetos<sup>598</sup>.

Que esta pesquisa sirva, doravante, para registrar ao menos uma pequena parcela da história dessa instituição que é o segundo lar de centenas de mulheres e homens.

Nesta parte e nos capítulos que a compõem, pretendo mostrar como a UFPA se reestruturou, ou tentou reestruturar, após a redemocratização do país. A montanha-russa do desenvolvimento universitário ficará ainda mais evidente ao tratarmos dos períodos de euforia, que logo cederam lugar à estagnação e ao retrocesso, mesmo depois da ditadura. Assim, após sobreviver aos anos de chumbo, a Universidade ensaiou uma retomada de crescimento, mas logo veio a Era FHC, marcada pela redução dos investimentos em educação, mantendo a comunidade acadêmica assombrada pela ameaça de privatização.

Com a chegada de Lula ao poder, a instituição viveu um novo período de ascensão e expansão, até enfrentar novamente desafios com a crise política iniciada no Governo Dilma, que culminou no cenário quase apocalíptico dos anos seguintes – e não me refiro à pandemia do coronavírus. Veremos, mais uma vez, como os direcionamentos políticos (ou a ausência deles) têm influenciado diretamente o patrimônio edificado da UFPA.

Figura 92 – Busto de Silveira Netto, 2017



Nota: Monumento em mármore, com o busto em metal, do prof. Silveira Netto, próximo ao pórtico da entrada principal do Campus da UFPA ou Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto.

Fonte: Allyson Allen, 2017

<sup>598</sup> “Para admitir que lo que caracteriza a los objetos de Restauración es su carácter histórico se haría necesario entender por “historia” no sólo la Historia de la que se ocupan los historiadores, sino también la suma de los miles de millones de *historias* de cada persona, lo que obligaría a incluir en esta categoría la práctica totalidad de los objetos” (Vinãs, 2004, p. 31).

## 7 DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO SUCATEAMENTO DA ERA FHC

### 7.1 O movimento estudantil

Em julho de 1981, assume a Reitoria o prof. Daniel Queima Coelho de Souza<sup>599</sup> em um período marcado pelo processo de reabertura política e pela redemocratização do país. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil se reorganizava e, por conseguinte, aumentava sua atuação na oposição à ditadura, na cobrança por melhores condições de estudo e na campanha pela volta das eleições diretas para presidente.

O reitor esteve à frente de importantes conquistas da Universidade. Além da construção do prédio da Reitoria, em 1981, é durante a sua gestão que a UFPA assina convênio com o Território Federal de Rondônia para a instalação do Núcleo de Educação em Porto Velho, ampliando ainda mais sua zona de atuação<sup>600</sup>. O ex-diretor da Biblioteca Central, Clodoaldo Beckmann, foi nomeado pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, cargo que exerceu até 1985. Nesse mesmo período, em 1983, a instituição criou o Museu da UFPA<sup>601</sup>.

Daniel Coelho de Souza empenhou-se também em democratizar a eleição para reitor, até então realizada de forma indireta. À época, a escolha era feita pelo Conselho Universitário, que elaborava uma lista sêxtupla com os candidatos mais votados, a qual era remetida ao Ministério da Educação. Essa era uma reivindicação de docentes da instituição, que foi atendida na eleição seguinte. Em 1985, a comunidade universitária pôde votar pela primeira vez para escolher o próximo ocupante do posto máximo da Reitoria. O prof. João Paulo do Valle Mendes, então vice-reitor, foi o escolhido. Entretanto, a decisão final de docentes, técnicos e discentes não foi respeitada e o MEC nomeou José Seixas Lourenço, do Centro de Geociências, novo reitor da UFPA – quebrava-se a hegemonia de Direito e Medicina<sup>602</sup>.

No entanto, o país ainda vivia sob o jugo da ditadura. Ao assumir o poder em 1974, o

---

<sup>599</sup> Daniel Queima Coelho de Souza nasceu em 29 de novembro de 1916. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito em 15 de dezembro de 1937. Lecionou, na mesma faculdade, Teoria Geral do Estado e Introdução ao Estudo do Direito; na UFPA, lecionou História da Filosofia. Foi presidente do Instituto dos Advogados do Pará e do Conselho Seccional da OAB, além de secretário geral do Estado em duas ocasiões. Membro do Conselho Federal de Educação e da Academia Paraense de Letras, ocupou diversos cargos importantes na UFPA e no Estado. Foi um prolífico escritor, bem como colaborador de jornais e revistas de Belém. Faleceu em 9 de junho de 1998.

<sup>600</sup> UFPA, 1981. Tendo formado diversos professores para atuação no desenvolvimento da educação básica do território, o núcleo representa uma iniciativa pioneira, que resultou na criação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), instituída pela Lei n. 7.011 (Brasil, 1982).

<sup>601</sup> Souza; Ferreira, 2015; UFPA, 1983a.

<sup>602</sup> Dos seis primeiros reitores, quatro eram provenientes da Faculdade de Direito (Mário Braga Henriques, Aloysio Chaves, Clóvis Malcher e o próprio Daniel Coelho) e dois da Faculdade de Medicina (Silveira Netto e Aracy Barreto). A falta de representatividade e de democracia eram evidentes.

general Ernesto Geisel havia prometido a volta da democracia, o que ficou apenas no discurso. Por outro lado, antes de passar a presidência para João Figueiredo, Geisel assinou a Emenda Constitucional n. 11, de 1978<sup>603</sup>, que revogava todos os atos institucionais, devolvendo os direitos constitucionais aos cidadãos e garantia o exercício do mandato a deputados e senadores – ao menos no papel.

Conquanto a repressão não tivesse sido extinta e continuassem os assassinatos cometidos pelo DOI-Codi, a Emenda de 1978 e a Lei n. 6.767, de 1979, que restabeleceu o pluripartidarismo<sup>604</sup>, serviram de impulso para que a sociedade voltasse a se organizar. A esquerda, antes concentrada no PCB, coadunou-se no Partido dos Trabalhadores (PT), criado em dezembro de 1980, e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que vinha atuando na clandestinidade, pôde voltar a reunir abertamente os estudantes e a lutar pela qualidade do ensino público (Figura 93), como ocorreu no Congresso da Reconstrução, em 1979.

*Figura 93 – Discentes da UFPA exigem mais vagas na graduação, déc. 1980*



Nota: O reitor Daniel Queima Coelho de Souza em assembleia com um grupo de estudantes, que exige a ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação da UFPA.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

Internamente, a UFPA sentiu os efeitos do processo de reabertura política e redução da repressão. Em 1982, os alunos do Centro Acadêmico de Comunicação (Caco) protestaram pela qualificação do corpo docente de Comunicação e da Universidade em geral. O protesto foi em resposta à atuação de quatro professores do curso, que, segundo os alunos, não demonstravam conhecimento aprofundado dos assuntos ministrados nas aulas, tampouco tinham preparo pedagógico. Os professores foram afastados após reiterados pedidos de providências por parte do Caco e o boicote sistemático às aulas dos professores denunciados<sup>605</sup>.

<sup>603</sup> Brasil, 1978.

<sup>604</sup> Brasil, 1979.

<sup>605</sup> Estudantes..., 1982, p. 1 e 8.

Aleksei Turenko Junior<sup>606</sup> se manifestou em apoio aos protestos. Segundo o professor, a Universidade estaria então mais preocupada no valor monetário da educação superior, adequando o ensino ao mercado de trabalho, em vez de investir na qualidade da formação dos universitários. Além disso, interesses políticos influenciariam mais na escolha de dirigentes do que o conhecimento científico ou a capacidade técnica: “assim é que, valorizando a verba, o poder e o individualismo, a UFPA desvaloriza o verbo, o saber e a comunidade, tomando um caminho antidemocrático, ditatorial, obscuro e suicida”<sup>607</sup>. Em outro artigo, Aleksei cobrava o movimento estudantil de participar mais ativamente das articulações pelas eleições diretas para presidente da República, e exigir mais representatividade nas decisões acadêmicas<sup>608</sup>. Ainda que pertinentes, essas cobranças não faziam justiça à atuação do movimento estudantil e seu enfrentamento à ditadura.

Figura 94 – Assembleia estudantil, 1981



Nota: Com mais liberdade, os estudantes intensificaram os protestos contra o regime militar – principalmente após a morte de César Morais Leite, em 1980, como mostram os cartazes da figura –, afirmando o pesar pela morte do estudante, exigindo o fim da repressão e mais vagas na universidade.

Fonte: Museu da UFPA

O professor Bouez não considera saudável para a instituição envolver-se com política, pois, em sua opinião, “a política tem os seus benefícios, mas tem também os seus problemas, e carrega os problemas juntos. E esse problema político é muito ruim para o ensino, para a universidade, porque a universidade não tem o objetivo de ser política”. Entretanto, em muitos aspectos, o ensino e o estudo (em qualquer etapa, mas especialmente no nível superior) são ações politicamente localizadas no tempo e no espaço de quem os pratica. Como lembra o

<sup>606</sup> Quando universitário, foi um dos representantes dos discentes na comissão paritária responsável pela proposta de criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) em 1972 (Aragón, 2019).

<sup>607</sup> Turenko Jr., 1982, p. 2.

<sup>608</sup> *Idem*, 1988, p. 4.

educador Paulo Freire:

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se” até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. [...] A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. [...] Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados<sup>609</sup>.

Com o movimento estudantil mais ativo (Figura 95), os universitários passaram a manifestar seus descontentamentos. Além de exigir da Reitoria a expulsão dos agentes do SNI infiltrados na UFPA, os estudantes também cobravam do reitor a construção de um restaurante universitário, de uma creche para atender os filhos das alunas e o direito à meia-passagem nos transportes coletivos. A fotógrafa Paula Sampaio, graduada em Comunicação Social pela UFPA, com habilitação em Jornalismo, participou desses protestos, que ficaram registrados em sua memória: “Tenho um carinho enorme pela UFPA, foi onde comecei minha formação profissional e política, fiz amigos, tive amores, quebrei muitos ônibus nas passeatas lutando pelo RU e pela meia passagem”<sup>610</sup>.

Figura 95 – Protestos discente na déc. 1980 e em 1992



Nota: À esquerda, discentes cobram a construção do Restaurante Universitário da UFPA, o que seria atendido somente em 1993. À direita, durante a Semana do Calouro de 1992, o movimento estudantil promove o “enterro da educação” em protesto pela falta de investimentos do Governo Federal.

Fonte: Museu da UFPA

<sup>609</sup> Freire, 2002, p. 42.

<sup>610</sup> “O ambiente do Campus todo sempre me atraiu muito por conta do rio. [...] Os debates e experiências que trocávamos no nosso Centro Acadêmico de Comunicação, o Caco – tínhamos um jornalzinho muito bacana. Um momento ímpar. A vida acadêmica, os professores eram ótimos e os colegas de curso também, alguns são grandes amigos até hoje” – Paula Sampaio, 58 anos, comunicação oral. Entrevista concedida por e-mail, em 21 nov. 2023.

As lembranças de Paula Sampaio revelam que a resistência estudantil está inserida na memória coletiva da instituição, como um espaço de enfrentamento ao autoritarismo, uma vez que as memórias se situam “entre as datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazemos parte”<sup>611</sup>. Assim as recordações individuais se entrelaçam à história da comunidade, pois a memória é construída socialmente<sup>612</sup> ou, como destaca Choay, o patrimônio não se reduz a monumentos, mas se constitui de práticas e experiências preservadas pela coletividade<sup>613</sup>.

A atuação do movimento estudantil não se encerrou com o fim da ditadura; pelo contrário, sem o medo da repressão, os universitários conseguiram importantes avanços para a comunidade acadêmica, incluindo a criação da Superintendência de Assistência Estudantil, que veremos adiante. No entanto, com o decorrer da década de 1990, o movimento foi perdendo relevância e capacidade de articulação. Antes, estudantes e sociedade estavam em uníssono lutando contra um inimigo em comum; agora, os universitários não formavam mais um grupo coeso. O avanço do neoliberalismo e da direita conservadora iniciou o processo de enfraquecimento do ensino público, transformando a educação em comércio e incentivando o ensino privado<sup>614</sup>. No fim da década, as causas do movimento estudantil passaram a ser lutas restritas aos estudantes de esquerda, revelando a cisão entre os universitários – *divide et impera*. Os centros acadêmicos da UFPA limitavam-se, então, a organizar a participação de discentes em congressos e a promover os “famigerados” forrós universitários no Vadião.

De qualquer forma, a insatisfação popular, ecoando o grito vindo das universidades públicas e das ruas, forçou Figueiredo, último militar no poder, a acelerar o processo de transição para a volta da democracia. Todavia, a articulação da oposição em torno da candidatura de Tancredo Neves para presidente, tendo José Sarney, ex-integrante da Arena, como vice, incomodou a equipe de Figueiredo, uma vez que Paulo Maluf foi o civil escolhido pelos militares para manter a base ideológica dos ditadores. Seguiram-se diversos atentados a bomba como tentativa de enfraquecer a campanha da oposição e de jogar a opinião pública contra o PCdoB (alguns desses atentados foram atribuídos a membros do partido)<sup>615</sup>. Ainda que tenha sido uma eleição indireta, o pleito de 1985 selou o fim do regime militar.

---

<sup>611</sup> Halbwachs, 1990, p. 73.

<sup>612</sup> Le Goff, 1990; Halbwachs, 1990.

<sup>613</sup> Choay, 2001

<sup>614</sup> Amaral, 2005; Barbosa, 2002; Boutin, Flach; 2017.

<sup>615</sup> A Livraria Jinkings e algumas bancas de revista da cidade sofreram atentados desse tipo.

## 7.2 Primeiros anos da volta do regime democrático

José Seixas Lourenço<sup>616</sup> tomou posse na Reitoria em julho de 1985. Àquela altura, a ditadura havia deixado uma grave crise econômica entre suas heranças (ou despojos de guerra), com a inflação descontrolada e pelo aumento vertiginoso da dívida externa – os militares haviam recebido a dívida avaliada em US\$ 3,294 bilhões em 1964 e a entregaram em US\$ 105,171 bilhões em 1985<sup>617</sup>.

Nesse contexto, em fevereiro de 1986, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) reuniu-se em Belém para discutir os rumos da educação superior e do próprio conselho. O principal tema foi a democratização das universidades no período pós-ditadura. Na ocasião, João Batista Araújo, presidente da Associação dos Servidores da UFPA, leu um manifesto sobre a situação das universidades públicas e anunciou uma greve para o mês seguinte, caso o Governo não atendesse às reivindicações da categoria, especialmente a reposição salarial<sup>618</sup>.

No entanto, as medidas do Governo Federal caminhavam na contramão das exigências do funcionalismo público. Ainda no primeiro semestre de 1986, foi posto em prática o Plano de Estabilização da Economia Nacional, conhecido como Plano Cruzado<sup>619</sup>, que pretendia conter a inflação herdada dos governos militares. Para isso, a equipe econômica do presidente José Sarney implementou a mudança da moeda nacional – do cruzeiro para o cruzado –, cortes no orçamento da educação (Figura 96) e o congelamento dos salários dos servidores públicos<sup>620</sup>, entre outras medidas. Embora inicialmente exitoso, o Plano Cruzado revelou-se inócuo ainda em 1986<sup>621</sup>, reacendendo as tensões entre o governo e os trabalhadores.

---

<sup>616</sup> José Seixas Lourenço nasceu em Belém em 1945. Bacharel em Física (1966) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (1970) e doutor (1972) em Engenharia Geofísica pela Universidade da Califórnia-Berkeley (EUA). Além de reitor da UFPA de 1985 a 1989, foi reitor *pro tempore* da UFOPA, de 2009 a 2013; diretor do Museu Emílio Goeldi, de 1982 a 1985, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), de 1992 a 1995; e secretário de Educação, de 2014 a 2015. É diretor-presidente da Associação BioTec-Amazônia. Em 2021, foi agraciado pela Sociedade Brasileira de Geofísica com o 1º Prêmio Prof. Carlos Alberto Dias, por promover a excelência técnico-científica e o desenvolvimento da Geofísica Aplicada.

<sup>617</sup> IPEA, 2023; FUCS, 2009.

<sup>618</sup> Ascom/UFPA, 1986b, p. 3.

<sup>619</sup> Ascom/UFPA, 1986c, p. 1.

<sup>620</sup> Novamente, os servidores públicos foram apontados como “vilões” do desequilíbrio econômico nacional, algo que frequentemente volta à discussão no Congresso quando estão no poder defensores do liberalismo econômico, do Estado mínimo, do neoliberalismo e afins. A estabilidade, assegurada pela Constituição de 1988, e o plano de cargos e salários dos funcionários públicos não geram crise econômica, mas a inflação, o desemprego, a instabilidade política.

<sup>621</sup> Para mais informações sobre o Plano Cruzado, acessar: Barbosa, Fernando de Holanda. Plano Cruzado [verbete]. CPDOC; FGV, Rio de Janeiro, disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>; acessado em: mar. 2022.

Figura 96 – UFPA sofre com os cortes no orçamento pós-ditadura, 1986



Fonte: Walter Pinto – Ascom/UFPA, 1986b, p. 5.

Apesar da crise econômica, o processo de redemocratização do país permitiu que a Universidade voltasse a expandir sua área de atuação e se tornasse mais acessível a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica – iniciativa que ganharia pleno cumprimento somente a partir de 2002. Em fevereiro de 1986, por meio da Resolução n. 1.355<sup>622</sup> do Conselho Universitário, foi aprovado o Programa de Interiorização da Universidade. Com essa medida, foram criados os *campi* de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal<sup>623</sup>, Marabá<sup>624</sup>, Santarém e Soure (Campus Universitário do Marajó).

Desses, Castanhal e Santarém já possuíam terreno doado pelas respectivas prefeituras para a implantação dos *campi*, onde funcionavam, desde a década de 1970, núcleos avançados do Centro de Educação da UFPA<sup>625</sup>. A implantação efetiva das novas unidades ocorreu em 1987, após a realização do vestibular, a matrícula dos primeiros alunos e o início das aulas.

Apesar das críticas à gestão financeira da Reitoria, a administração de Seixas Lourenço ainda enfrentava os efeitos da crise econômica nacional e da falta de investimentos em educação deixadas tanto pelo último general-presidente, João Figueiredo, quanto pelo primeiro presidente do regime democrático, José Sarney. Durante o governo Figueiredo, o país mergulhou em uma grave recessão, com a inflação ultrapassando os 100% ao ano e os investimentos em educação

<sup>622</sup> UFPA, 1986a.

<sup>623</sup> Em dezembro de 1985, foi inaugurado simbolicamente o Campus de Castanhal. Desde 1978, na gestão de Aracy Amazonas Barreto, a UFPA ofertava licenciaturas no município por meio do Centro de Educação (Iced). Com a política de interiorização, a oferta de cursos foi ampliada.

<sup>624</sup> O Campus de Marabá (Camar), com sua expansão e desenvolvimento, desmembrou-se da UFPA e, pela Lei n. 12.824, de 5 de junho de 2013, deu origem à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

<sup>625</sup> Pela Resolução n. 39, de 14 de outubro de 1970, do Consun (UFPA, 1970b), foi criado o Núcleo de Educação de Santarém, que originou a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a partir da Lei n. 12.085, de 2009 (Brasil, 2009). A mesma resolução criou o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), que, por sua vez, deu origem à Universidade Federal do Amapá (Unifap), instituída pelo Decreto n. 98.997, de 1990 (Brasil, 1990a).

não chegando a 3% do produto interno bruto (PIB), apesar da Emenda Calmon<sup>626</sup>.

A atenção do Governo voltava-se, então, para outro tipo de ensino, como reconheceu o ex-ministro da Educação de Figueiredo, Eduardo Portela:

Havia uma expansão também do ensino privado, o *lobby* do ensino privado, os chamados tubarões do ensino. Eles não queriam mexer na cota, no patrimônio. O ensino privado no Brasil, naquela época, se alimentava muito do dinheiro público. Era “privado”, entre aspas, porque o dinheiro era público. E aí não dava, porque você não podia expandir, não podia aumentar a qualidade, porque não havia dinheiro, não havia como financiar, e a qualidade foi sempre sendo renegada. Porque realmente a ênfase não é na qualidade, é na quantidade<sup>627</sup>.

Ao assumir a presidência em 1985, José Sarney recebeu uma inflação superior a 200% ao ano e, embora tenha conseguido inicialmente bons resultados com o Plano Cruzado, entregou a país com inflação recorde de 1.973% a.a.<sup>628</sup> Por outro lado, durante seu governo, mais precisamente em outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, que determinou a aplicação anual mínima de 18% da receita da União e de 25% dos estados e municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino<sup>629</sup> – índices acima daqueles estabelecidos na Emenda Calmon e não cumpridos durante a década anterior.

A Constituição de 1988 também garantiu às universidades “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, observando o “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”<sup>630</sup>. Assim, a Universidade passou a ter respaldo legal para administrar seu patrimônio e escolher seus dirigentes com base na decisão da comunidade acadêmica. Contudo, o então ministro da Educação, Hugo Napoleão do Rego Neto, defendia a manutenção do envio ao MEC da lista sêxtupla para escolha dos reitores<sup>631</sup> e a não obrigatoriedade da nomeação do mais votado, por acreditar “que nem sempre aquele que tira o primeiro lugar é o mais recomendável para a função”<sup>632</sup>. Tal posicionamento desconsiderava a capacidade de professores, alunos e técnicos-administrativos de avaliar quem melhor poderia representar e gerir a instituição. A norma constitucional seria plenamente cumprida somente a partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que assegurou às universidades a nomeação do primeiro colocado na votação de cada universidade.

<sup>626</sup> Regulamentada pela Lei n. 7.348, de 1985, a emenda obrigava a União a aplicar, pelo menos, 13%, e os estados e municípios, 25% da renda anual dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Porém, a inflação descontrolada e a corrupção impediram a execução da norma (Brasil, 1983b; 1985; Davies, 2000).

<sup>627</sup> Eduardo Portela *apud* Gois, 2018, p. 30.

<sup>628</sup> Gois, 2018, p. 35-40.

<sup>629</sup> Brasil, 1988, Art. 212.

<sup>630</sup> Brasil, 1988, Art. 207.

<sup>631</sup> Estabelecida pela Lei n. 6.420, e regulamentada pelo Decreto n. 80.536, ambos de 1977 (Brasil, 1977a; 1977b).

<sup>632</sup> Hugo Napoleão *apud* Gois, 2018, p. 55.

A UFPA viveu, na década seguinte, sob a mesma contradição: buscava ampliar sua infraestrutura e presença no interior do estado, enquanto enfrentava uma política econômica restritiva e um modelo educacional cada vez mais voltado à lógica privatista. A comunidade universitária, por sua vez, buscava se desvincular das lembranças de censura, perseguição e tortura associadas à instituição nos anos anteriores, ressignificando a função da UFPA como lugar de memória<sup>633</sup>. Esse movimento não implicava ignorar o que havia ocorrido durante a ditadura, pois, como ensina Ricoeur, “a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”<sup>634</sup>, mas sim não permitir que o período de terror resumisse a universidade.

Assim, em 25 de maio de 1988, foi constituída a Comissão Básica de Implantação do Hospital Universitário da UFPA<sup>635</sup>. No dia 25 de novembro, foi colocada a pedra inaugural do futuro empreendimento (Figura 97). Entretanto, as obras pouco avançaram, ficando para o próximo reitor o encargo de concluir o projeto. Tendo assumido a Reitoria em julho de 1989, Nilson Pinto de Oliveira<sup>636</sup> deu prosseguimento à construção, mas também não veria o hospital pronto em sua gestão.

*Figura 97 – Início das obras do Hospital Bettina Ferro de Souza, 1988*



Nota: Depois de iniciar a ampliação da Cidade Universitária com a construção do Campus III, a UFPA passava a ocupar o “novo” terreno. Ao lado do diretor do Centro de Ciências da Saúde (atual ICS), prof. Dr. Arival Cardoso de Brito, o reitor Seixas Lourenço inaugura o início das obras do hospital universitário em novembro de 1988.

Fonte: Lurdinha Rodrigues, 1988.

<sup>633</sup> Nora, 1993; Thiesen; Almeida, 2015

<sup>634</sup> Ricoeur, 2007, p. 424.

<sup>635</sup> UFPA, 1988a.

<sup>636</sup> Nilson Pinto de Oliveira nasceu em 1952, em Belém. Formou-se em Geologia em 1973, pela UFPA, e doutorou-se em Geociências em 1980, pela Universidade de Erlangen-Nuremberg. Foi pró-reitor de extensão de 1985 a 1989. Foi secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de 1995 a 1998; secretário especial de Promoção Social do Pará de 2001 a 2002; secretário de Educação em 2011; e novamente secretário especial de Promoção Social em 2012. É deputado federal desde 1998.

Por outro lado, em outubro de 1990, a UFPA recebeu, por meio de cessão de uso do Ministério da Saúde para o Ministério da Educação, a administração do Hospital Barros Barreto<sup>637</sup>, que passou a integrar a instituição como hospital de ensino, pesquisa e assistência, agora sob o nome de Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB). A Universidade integrava ao seu patrimônio edificado outro estabelecimento com relevante histórico no estado.

### 7.3 Hospitais universitários

#### 7.3.1 Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB)<sup>638</sup>

A inauguração solene do Sanatório de Belém Barros Barreto ocorreu em 6 de janeiro de 1957<sup>639</sup>. Na ocasião, o presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado do ministro da saúde, Maurício de Medeiros, inaugurou simbolicamente a primeira etapa do hospital, com capacidade para duzentos leitos destinados a acolher pacientes com tuberculose e aqueles provenientes dos extintos hospitais de isolamento Domingos Freire, São Sebastião e São Roque. Embora inaugurado, o Sanatório entrou efetivamente em funcionamento somente em agosto de 1959, já integrado à Divisão Nacional de Tuberculose.

*Figura 98 – Hospital Domingos Freire, c. 1900*



Nota: O Hospital Domingos Freire (na foto) foi inaugurado em 29 de abril de 1900 e atendia pacientes com febre amarela; o Hospital São Sebastião, inaugurado em 13 de março de 1900, destinava-se ao tratamento da varíola. Ambos passaram a ser administrados pela Santa Casa de Misericórdia<sup>640</sup> e localizavam-se na travessa Barão de Mamoré<sup>641</sup>, próximos ao local onde hoje está o HUIBB<sup>642</sup>.

<sup>637</sup> Brasil, 1990e.

<sup>638</sup> HUIBB, 2011; Leal; Miranda, 2020; Miranda; Abreu Jr., 2016; UFPA, 2010. Mais informações também em: UFPA, Complexo Hospitalar Universitário da UFPA. Disponível em: <https://coronavirus.ufpa.br/doacoes/complexo-hospitalar-da-ufpa>, acesso em: fev. 2022.

<sup>639</sup> A visita..., 1957.

<sup>640</sup> Em 1903, o Governo estadual criou o Serviço de Assistência Pública, “com o fim de prestar às pessoas indigentes os recursos médicos de que necessitarem”. No mesmo ano, assumiu a administração dos hospitais Domingos Freire e São Sebastião (Pará, 1906b, p. 9).

<sup>641</sup> Carvalho, 1901, p. 45.

<sup>642</sup> Baleixe, 2014.

Entretanto, o prédio não possuía estrutura adequada, sobretudo sanitária, para operar. Com a continuidade das obras e a construção da segunda etapa, o hospital atingiu a capacidade de seiscentos leitos, embora o orçamento cobrisse apenas quatrocentos (Figura 99). Apesar de sua grandiosidade, somente vinte pacientes podiam ser devidamente atendidos inicialmente.

Desde a inauguração, a Faculdade de Medicina se oferecera para administrar o sanatório, propondo transformá-lo em seu hospital de clínicas. A Faculdade comprometia-se a destinar um terço dos leitos aos pacientes com tuberculose, reservando as demais dependências do prédio ao treinamento de seus alunos e ao atendimento de pacientes com outras enfermidades. O pedido, no entanto, foi negado pelo Governo Federal, mesmo diante do atraso nas obras<sup>643</sup>.

*Figura 99 – Hospital Barros Barreto, c. 1959*



Nota: Imagem aérea do HUIBB após a inauguração em 1957. Ao fundo, à esquerda, o prédio do Hospital Domingos Freire, desativado em 1959 e posteriormente demolido.

Fonte: Acervo fotográfico do HUIBB (Miranda, Abreu Jr., 2010).

Nos anos seguintes, o sanatório consolidou-se como uma das principais unidades de atendimento a doenças respiratórias na região. Em julho de 1976, por meio da Portaria n. 249 do Ministério da Saúde<sup>644</sup>, passou a denominar-se Hospital Barros Barreto, integrando a Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária. Em novembro de 1983, mudou novamente de nome, passando a se chamar Hospital João de Barros Barreto<sup>645</sup>, denominação que se manteve até 1990, quando foi cedido à Universidade Federal do Pará.

Durante a epidemia de cólera no estado, em 1991 e 1992, o hospital foi determinante para o controle do surto e, nesse mesmo período, incorporou os serviços de endocrinologia, diabetes, anatomia patológica, patologia bucal e urologia. Entre 2004 e 2005, durante sua incorporação

<sup>643</sup> Brazão e Silva, 1959, p. 2.

<sup>644</sup> Brasil, 1976.

<sup>645</sup> Brasil, 1983a.

definitiva pela UFPA, teve papel relevante no enfrentamento do surto de raiva humana, principalmente no nordeste paraense. Atualmente, o HUIBB é referência nacional no tratamento de HIV/AIDS e referência regional em pneumologia, infectologia e meningite, além de atuar no combate a doenças emergentes e reemergentes, como cólera, dengue, raiva humana e H1N1<sup>646</sup>.

Figura 100 – Hospital Universitário Barros Barreto, 2017



Fonte: Alexandre de Moraes, 2017

Apesar de sua importância para a atenção à saúde dos moradores da Região Metropolitana de Belém, o HUIBB tem resistido, ao lado do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (ver subitem a seguir), a diversos momentos de incerteza sociopolítica que buscam precarizar seus serviços. Em virtude das dimensões de suas alas – 26.420 m<sup>2</sup> de área construída –, a manutenção do hospital é diretamente impactada por qualquer redução orçamentária, como ocorreu após o Plano Real. À época, o jornal *Beira do Rio* noticiou o impacto dos cortes: “maior rede hospitalar do país, os hospitais universitários sobrevivem às duras penas, entre orçamentos que mal dão para compra de remédios e um governo insensível com a área da saúde”. E complementava: “Em Belém, a UFPA luta com grandes dificuldades para manter o Hospital Barros Barreto. A unidade de urgência foi fechada e as internações são, agora, encaminhadas pelo Sistema Único de Saúde”<sup>647</sup>, destacando ainda que a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica era a mais atingida, em um período em que a o hospital realizava, em média, 500 internações e sete mil consultas por mês.

<sup>646</sup> UFPA; HUIBB, 2010.

<sup>647</sup> Ascom/UFPA, 1996, p. 4. A edição ressalta, outrossim, o trabalho de assistência a parturientes e mães de recém-nascidos promovido pelo Hospital Bettina Ferro de Souza, que, mesmo com poucos recursos, já oferecia assistência completa a mães e bebês.

Tendo sobrevivido aos cortes e às instabilidades institucionais, o HUIBB hoje integra o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf)<sup>648</sup>, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)<sup>649</sup>, contando com 218 leitos, 63 consultórios, sete salas de cirurgia e uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), conforme o cadastro no Ministério da Saúde (MS).

A trajetória do HUIBB reflete, em grande medida, os desafios enfrentados pela UFPA na manutenção de suas funções sociais – que incluem a oferta de serviços básicos à população – e científicas em contextos de crise política e econômica.

### 7.3.2 Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza<sup>650</sup>

No fim da década de 1980, foram iniciadas – ou deveriam ter sido – as obras do hospital universitário do Campus do Guamá. Contudo, a instabilidade econômica e a falta de investimento em educação por parte do Governo Federal, entre outros fatores, atrasaram o andamento da construção.

Iniciada a década de 1990, o cenário não se tornou tão promissor quanto o esperado. Com o fim do governo Sarney e a realização das primeiras eleições diretas para presidente, em 1989, Fernando Collor de Melo derrotou Lula no segundo turno ao magnetizar o apoio de empresários, da grande mídia e de setores da classe média e alta. Sua vitória, contudo, inaugurou uma nova crise sociopolítica. O Plano Collor, com o confisco das cadernetas de poupança, seguido do impeachment do presidente e da ascensão de Itamar Franco, frustrou as expectativas de prosperidade econômica e estabilidade social nutridas pela população durante o processo de redemocratização.

No entanto, após a Constituinte, a área da saúde registrou avanços significativos, especialmente com a criação do Sistema Único de Saúde, regulamentado em 1990. No mesmo ano, foram autorizadas a criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – que incorporou a Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) –, e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente regulado pelo Decreto n. 10.995, de 2022<sup>651</sup>.

---

<sup>648</sup> Brasil, 2010a.

<sup>649</sup> Criada pela Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011) e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Ebserh presta serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico. Auxilia as instituições federais de ensino a prestarem serviços de ensino, pesquisa, extensão, formando profissionais para atuarem na saúde pública. Mais informações em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre>.

<sup>650</sup> Ebserh, 2020; Hudson, 2022; UFPA, 1996.

<sup>651</sup> Brasil, 1988; 1990b; 1990c; 1990d; 1991; 2022.

Na Educação, o cenário era menos promissor. Em menos de três anos de governo, Collor nomeou três ministros para assumir o MEC (Carlos Chiarelli, José Goldemberg e Eraldo Tinoco Melo), o que inviabilizou a implementação de políticas consistentes ou de avanços duradouros. A atenção do Governo estava voltada principalmente para a implantação dos criticados Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs)<sup>652</sup> e para o combate ao analfabetismo, que atingia 17% da população adulta<sup>653</sup>.

Cabe aqui um adendo importante: em 1990, a Universidade outorgou o título de doutor honoris causa ao educador, pesquisador, filósofo e escritor Paulo Reglus Neves Freire (ver Anexo 17)<sup>654</sup>, considerado o patrono da educação brasileira, e ao defensor dos direitos humanos Dom Hélder Pessoa Câmara.

Diante das limitações orçamentárias e da instabilidade política do período, a Reitoria não podia contar, a curto prazo, com recursos diretos da União. Restava, portanto, recorrer aos mecanismos usualmente utilizados desde a fundação da Universidade: convênios e acordos de cooperação. Assim, a UFPA celebrou uma série desses dispositivos legais a fim de concluir as obras do hospital universitário do Campus, como a Resolução n. 686, de 9 de abril de 1990, que homologou o convênio entre a Universidade, o Ministério da Educação, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Governo do Estado<sup>655</sup>.

Com os convênios firmados, as obras foram intensificadas (Figura 101), mas se estenderiam durante todo a gestão de Nilson Pinto, que também não conseguiria concluí-las. Coube ao próximo reitor, Marcos Ximenes Ponte<sup>656</sup>, a tarefa de inaugurar o hospital, o que ocorreu no dia 1º de julho de 1993, sendo batizado com o nome da médica e professora Bettina Ferro de Souza (Figuras 102 e 103). Àquela altura, apenas a primeira etapa do projeto estava concluída, de tal modo que as atividades docente-assistenciais tiveram início somente em 18 de outubro, com atendimento ambulatorial e procedimentos terapêuticos e de diagnóstico.

---

<sup>652</sup> Menezes, 2001.

<sup>653</sup> Em 1990, de pouco mais de 13 milhões de brasileiros com 20 a 24 anos de idade, 1.276.786 eram analfabetos (IBGE, 1990, p. 45).

<sup>654</sup> UFPA, 1990f.

<sup>655</sup> UFPA, 1990c. O convênio firmado visava acelerar a construção do hospital. Outras resoluções também contribuíram para que houvesse mais recurso disponível para as obras, como a Resolução n. 679, que celebrou convênio com o Ministério da Saúde para garantir o repasse de NCz\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos) “para a prestação de Assistência de Saúde a população carente do Estado” (UFPA, 1990a), e a Resolução n. 639, em que o Estado se comprometia a pagar a conta de energia da instituição (UFPA, 1990e).

<sup>656</sup> Marco Ximenes Ponte é professor aposentado da UFPA. Formado em Engenharia Mecânica pela UFPA, é doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. É diretor do Instituto de Engenharia e Geociências da UFOPA e pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Figura 101 – Obras avançadas do hospital da UFPA, déc. 1990



Nota: Os anos iniciais da década de 1990 foram essenciais para que o hospital finalmente fosse levantado, mas ainda faltariam os equipamentos e a adequação estrutural para que pudesse entrar em atividade. Em março de 1993, a construção dos ambulatórios básicos II e III já estava em andamento (à direita).

Fonte: UFPA 60 anos – Arquivo Central da UFPA

Bettina Ferro de Souza nasceu em Belém, em 14 de maio de 1913. Concluiu o curso de Medicina pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1935) e o doutorado pela mesma faculdade, com a tese *Beribéri e Cardiopatia* (1952). Em 1949, assumiu o cargo de médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes; em 1950, foi instrutora de ensino, não remunerada, de Clínica Médica da Faculdade de Medicina e Cirurgia; e, em 1953, mediante concurso, assumiu a disciplina Propedêutica Médica. Em 1957, fundou e presidiu a Seção Pará da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), posteriormente denominada Sociedade Paraense de Cardiologia. De 1970 a 1971, presidiu a SBC, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. De 1974 a 1983, foi professora titular de Clínica Propedêutica Médica na UFPA. Em 1983, organizou a obra *Manual de Propedêutica Médica* (UFPA, em dois volumes: Programa Teórico e Observação Clínica)<sup>657</sup>. Em 1984, por meio da Resolução n. 1.099 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (Consepe), recebeu o título de professora emérita da UFPA<sup>658</sup>. Bettina faleceu em 1993, deixando como legado o exercício de uma medicina pautada pela calma, pela caridade e pela atenção humanizado aos pacientes<sup>659</sup>.

<sup>657</sup> Repórter Diário..., 1983, p. 3.

<sup>658</sup> O título foi entregue durante a aula magna do ano letivo de 1984, ministrada pelo prof. Horácio Schneider (que viria a ser vice-reitor na gestão Maneschy, 2009-2016), no salão nobre do então Centro de Ciências da Saúde, antes sede da Faculdade de Medicina. Na ocasião, que contou com a presença do reitor Daniel Queima Coelho de Souza, também foram agraciados com o mesmo título os professores Abelardo dos Santos, José Monteiro Leite, Arthur Napoleão Figueiredo e Joaquim Lemos Gomes de Souza (Aula Magna..., 1984, p. 1; UFPA, 1984a; UFPA, 1984b; UFPA, 1983b).

<sup>659</sup> Miranda; Abreu Júnior, 2021; Alencar, 2010; Souza, 1995.

*Figura 102 – Hospital Bettina Ferro de Souza, 2017 e 2023*



Fonte: Allyson Allen, fev. 2017; abr. 2023

*Figura 103 – Unidade da Faculdade de Medicina, anexa ao HUBFS*



Nota: Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, Faculdade de Medicina da UFPA, na área do HUBFS.  
Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

Inicialmente projetado para prestar atendimento básico de saúde à população, com o passar dos anos e em virtude da excelência de seus profissionais, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) tornou-se referência estadual em otorrinolaringologia, oftalmologia, crescimento e desenvolvimento infantil. Pioneiro na região Norte no atendimento pelo SUS, o HUBFS também se consolidou como espaço de formação acadêmica e de integração entre ensino, pesquisa, extensão e assistência de média e alta complexidade.

Desde 2015, o Bettina integra a Ebserh, em cumprimento à Resolução n. 723, de 2013, do Conselho universitário<sup>660</sup>. Seu histórico simboliza a capacidade da UFPA em resistir às turbulências internas (administrativas) e externas (políticas e sociais) para continuar a oferecer ensino superior de qualidade e atendimento justo à comunidade.

<sup>660</sup> UFPA, 2013.

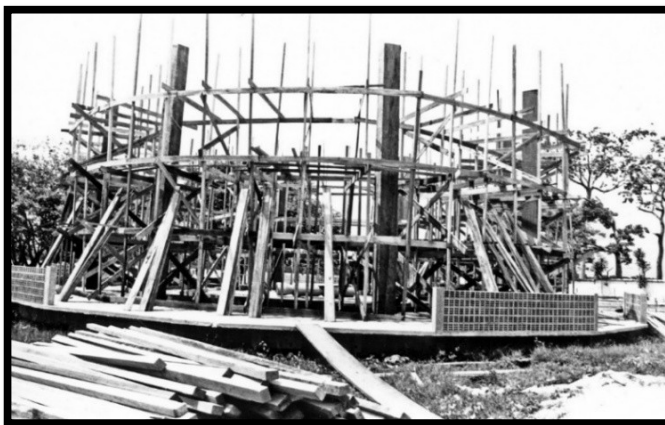
#### 7.4 Restaurante Universitário (RU) e trote ecológico

A construção do Restaurante Universitário (RU) da UFPA, iniciada na década de 1990 (Figura 104), foi resultado direto da mobilização estudantil que, desde os anos 1980, reivindicavam da Reitoria um espaço adequado e acessível para as refeições dos universitários (ver Anexo 15).

Inaugurado em 1º de outubro de 1993 (Figura 105), durante o reitorado de Marcos Ximenes Pontes, o RU do Setor Básico, no Campus do Guamá, foi projetado pelo arquiteto João de Castro Filho. Sua arquitetura foi inspirada em formas e cores amazônicas, especialmente nas malocas indígenas, e conferiu ao prédio uma identidade regional marcante. À época, o restaurante tinha capacidade para servir 1.200 refeições diárias<sup>661</sup>.

O surgimento do RU expressa, de certo modo, o que Milton Santos identifica como a articulação entre “sistemas de objetos e de ações”, em que as práticas sociais e políticas se materializam em formas espaciais<sup>662</sup>. Portanto, a construção foi mais do que uma estrutura física, tratou-se de uma conquista social das demandas por inclusão e permanência estudantil. Assim, no contexto das desigualdades que marcam o processo de urbanização brasileira, o RU representa a tentativa de diminuir as assimetrias de acesso a bens públicos dentro da própria Universidade, aproximando as políticas institucionais das necessidades concretas da comunidade acadêmica<sup>663</sup>.

*Figura 104 – Construção do Restaurante Universitário da UFPA, déc. 1990*



Nota: Uma conquista do movimento estudantil, o RU da UFPA levou três anos para ficar pronto.

Fonte: Arquivo Central da UFPA.

<sup>661</sup> Para mais informações sobre a história do RU e sobre suas diretrizes, visitar o *site* oficial do Restaurante Universitário da UFPA: <https://saest.ufpa.br/ru/index.php/d-2>.

<sup>662</sup> Santos, 2009.

<sup>663</sup> Santos, 1993.

Figura 105 – Restaurante Universitário da UFPA, setor Básico, 2023



Nota: Vista do RU, a partir dos antigos blocos de salas de aula, onde se vê a área administrativa (à direita) e o novo refeitório (à esquerda da pirâmide central, mais próxima à orla).

Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

Vinculado atualmente à Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), o RU cumpre a função de garantir alimentação saudável, balanceada e de baixo custo aos discentes, contribuindo para a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. O valor simbólico de R\$ 1,00 (um real)<sup>664</sup> por refeição é complementado por um sistema de gratuidade, em que a Saest distribui tickets a alunos cadastrados.

Com a ampliação da demanda, o restaurante passou por diversas reformas. Em 1º de julho de 2010 foram inauguradas as novas instalações da cozinha central e o complexo de armazenamento; em 31 de agosto de 2015, o novo refeitório do Setor Básico. Atualmente, o RU dispõe de 436 lugares e serve aproximadamente sete mil refeições por dia, sob a coordenação técnica de nutricionistas da Divisão de Nutrição e Alimentação Estudantil. A Universidade mantém ainda outro restaurante no Setor Profissional, inaugurado em 29 de maio de 2009, com capacidade para trezentos lugares.

No mesmo período em que consolidava políticas de assistência estudantil, a UFPA buscou transformar práticas culturais no ambiente acadêmico. Em 1994 foi realizado o primeiro trote ecológico da instituição (Figura 106), iniciativa que substituiu os antigos trotes de calouros – cujas “brincadeiras” costumavam resultar em pessoas acidentadas ou mortas, práticas de crimes, humilhações<sup>665</sup> – por uma ação coletiva de plantio de árvores e revitalização de áreas verdes. A solução encontrada pela Reitoria da UFPA, além de eliminar riscos de violência, fortaleceu o plano de arborização da Cidade Universitária, iniciado ainda em 1985 pela Prefeitura do Campus, e modificou gradualmente a paisagem antes árida do Campus do Guamá (Figuras 107 e 108)<sup>666</sup>.

<sup>664</sup> UFPA, 2022a.

<sup>665</sup> Nadai, 2019.

<sup>666</sup> Ascom/UFPA, 1985b, p. 7.

Figura 106 – Trote ecológico dos calouros da UFPA, em 1994 e 1995



Nota: Alunos dos diversos cursos da UFPA tomam conta das ruas do Campus durante o primeiro trote ecológico promovido pela instituição em 1994. Com a prática, o Campus foi arborizado e, com o passar dos anos, abandonou definitivamente o cenário descampado e lúgubre que ostentava desde a sua inauguração.

Fonte: Artur Quatorze, 1994; Artur Quatorze, 1995 – Museu da UFPA

Figura 107 – Campus do Guamá, UFPA, c. 1970



Nota: Na década de 1970, sob o jugo da ditadura, a Cidade Universitária crescia, mas mantinha extensas áreas descampadas, sem vegetação, tornando mais fácil o monitoramento das atividades acadêmicas.

Fonte: Catálogo Memória Fotográfica da UFPA, Museu da UFPA

Essa transformação material e simbólica do espaço universitário pode ser compreendida à luz do que Milton Santos denomina “metamorfose do espaço habitado”, ou seja, processos pelos quais as práticas sociais recriam continuamente o território<sup>667</sup>. O trote ecológico, nesse sentido, representou não apenas uma política de segurança ou integração discente, mas uma forma de ressignificação do Campus.

<sup>667</sup> Santos, 1988

Figura 108 – Campus do Guamá, UFPA, 2017



Fonte: Cassim Jordy, 2017

Tanto na concepção do Restaurante Universitário quanto nas ações de arborização do trote ecológico, observa-se também o que Vítor Serrão descreve como consciência patrimonial: a compreensão de que o espaço público é um bem cultural e identitário, cuja construção e preservação participam (ou deveriam participar) da formação de cada cidadão. Ao incorporar referências amazônicas em sua arquitetura e integrar práticas sustentáveis à rotina universitária, a UFPA revelava uma noção ampliada de patrimônio, que é, nesse caso, simultaneamente material, ambiental e social.

### 7.5 A política neoliberal de FHC e o empobrecimento da UFPA

Desde 1986, com sua política de interiorização, a UFPA tornara-se *multicampi*, atendendo ao anseio dos municípios vizinhos. Entre eles, Abaetetuba, que, em 1983, sonhou em possuir sua própria universidade. A partir de proposta do deputado Mariuadir Santos, apoiado por Romero Ximenes e Mário Chermont, pretendia-se implantar a Universidade Federal de Abaetetuba<sup>668</sup>. No entanto, por meio da Resolução n. 440 do Conselho Superior de Administração da UFPA (Consad), foi celebrado convênio com a prefeitura local para a cessão de imóvel onde seria instalado o Campus Universitário de Abaetetuba, ou Campus do Baixo Tocantins, o que se concretizou em 1987, após a realização de um vestibular especial no ano anterior<sup>669</sup>.

<sup>668</sup> Deputados..., 1984, p. 9; Universidade para Abaeté, 1984, p. 3.

<sup>669</sup> UFPA, 1986b; 1986d.

O processo de expansão universitária, entretanto, foi freado pela falta de investimentos do Governo Federal. Os reitores Marco Ximenes Ponte (1993-1997) e Cristovam Wanderley Picanço Diniz<sup>670</sup> (1997-2001) amargaram a árdua tarefa de administrar a Reitoria sob o governo e Fernando Henrique Cardoso, ou FHC.

Exceto pelo Plano Real, o período (1995-2002)<sup>671</sup> foi marcado pela defesa austera da política neoliberal, levada a “ferro e fogo” e traduzida em privatização de serviços públicos. Iniciada por Collor em 1990, essa política voltaria recentemente aos holofotes ao ser transformada em mantra pelo último governo (2018-2022): o malfadado “tem que vender tudo”, repetido pelo ex-ministro da Fazenda e amplificado nas redes sociais, representava o projeto de privatizar o maior número possível de estatais em quatro anos<sup>672</sup>, com 17 delas previamente escolhidas, como a Telebras, a Eletrobras e os Correios<sup>673</sup>, sendo este último também uma obsessão de Fernando Henrique.

Embora FHC tenha negado, à época, a intenção de privatizar as universidades federais<sup>674</sup>, o tratamento dado à UFPA e suas congêneres foi semelhante ao conferido aos Correios e à Petrobras, cuja intenção de privatizá-los era manifesta. Ambos foram afetados pelo plano de demissão em massa promovido por FHC, que visava incentivar a dispensa de contratados e a exoneração de concursados para abrir caminho à terceirização de serviços. A demissão dos ocupantes de cargos temporários e a não reposição das vagas, somadas à falta de investimentos fizeram os Correios enfrentarem crise financeira e sérias dificuldades na entrega de correspondências – mesmo cartas, ainda comuns na década de 1990 –, jogando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra a opinião pública, iludida com o discurso de que a venda tornaria o serviço mais moderno e eficiente. Esse prognóstico, porém, foi desmentido nos anos seguintes: a venda da Embratel – por um preço que não cobria sequer sua arrecadação anual – e a abertura do mercado da telefonia ao capital estrangeiro não melhoraram

---

<sup>670</sup> Cristovam Wanderley Picanço Diniz é professor titular do Instituto de Ciências Biológicas da UFPA e chefe do Laboratório de Investigações em Neurodegeneração e Infecção. Doutor em Ciências (Biofísica) pela UFRJ, Diniz graduou-se em Medicina pela UFPA em 1977. Além de reitor, foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e coordenador da Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Em 2001, recebeu o Prêmio Anísio Teixeira, da Capes, que homenageia personalidades brasileiras que tenham contribuído de modo relevante para o desenvolvimento da pesquisa e a formação de recursos humanos no país.

<sup>671</sup> Cunha, 2003.

<sup>672</sup> Tuon, 2018; Santos, 2019.

<sup>673</sup> Wiziack, 2019.

<sup>674</sup> Ao ser questionado, à época, quanto à evidente postura do Governo sobre o assunto, FHC respondeu: “Por falar em privatização de uma universidade pública, eu pergunto: quem poria capital em universidade pública? Só para perder, porque não paga o investimento” – deixava claro, portanto, seu olhar apenas comercial do ensino. Percebendo o deslize, tentou corrigir-se: “E não é para pagar, porque não é investimento, é uma obrigação do Estado”. Suas ações durante o longo período em que comandou o Palácio do Planalto reafirmaram apenas o plano de restringir à maioria da população o acesso ao ensino superior (FHC defende..., 1999).

a qualidade dos serviços prestados, apenas diversificaram e ampliaram a oferta. Somente a partir de 2002 os Correios modernizariam o atendimento à população, aperfeiçoariam o Sedex e ampliariam suas agências e seu quadro de pessoal, mantendo-se como empresa pública.

O caso da Petrobras foi ainda mais grave. O Governo adotou a velha estratégia de primeiro sucatear a empresa pública para, com as bênçãos de uma sociedade cansada de receber um serviço precário, vendê-la por valor inferior ao de mercado. Contudo, antes de concluir o primeiro passo, em 15 de março de 2001, a maior plataforma offshore de extração de petróleo do mundo, a P-36, afundou na Bacia de Campos (RJ), provocando a morte de onze funcionários da brigada de incêndio. Uma série de problemas técnicos<sup>675</sup>, incluindo negligência da própria empresa, falta de treinamento e ausência de investimento em manutenção, expuseram o descaso do Governo FHC com a estatal e seus servidores<sup>676</sup>. As notícias de que a equipe econômica do presidente discutia a venda da Petrobras – sob o argumento, entre outros, de que onerava os cofres públicos, quando ocorria justamente o inverso – começaram a circular em 1997 e se intensificaram com a nomeação do genro de Fernando Henrique, David Zylbersztajn, como diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 1998.

Não obstante o naufrágio da P-36, FHC não conseguiu o apoio que esperava, especialmente popular, mas acreditava que deixaria para seu sucessor a tarefa de privatizar a empresa. Todavia, José Serra foi derrotado nas eleições de 2002, e o tema da privatização da Petrobras somente voltaria à pauta de Brasília após o golpe de 2016, que, por meio de uma conspiração partidária e com a conivência do STF, retirou do poder a presidenta Dilma Vana Rousseff.

Com esse mesmo *modus operandi*, FHC buscou enfraquecer as universidades federais com o intuito de favorecer o crescimento das faculdades particulares, retomando uma política iniciada pelos militares durante a ditadura e evidenciando a concepção de que o diploma deveria ser privilégio das elites, ou seja, de quem pudesse pagar. Para sustentar a mercantilização do ensino superior, tratando a graduação como uma mercadoria lucrativa apenas para a iniciativa privada<sup>677</sup>, o chamado “quarto poder” difundiu a ideia (não original, e já utilizada durante o regime militar) de que as universidades públicas eram frequentadas somente por anarquistas – no caso, estudantes que lutavam por seus direitos – e usuários de drogas, em uma espécie de encenação discursiva, como explica Charaudeau: “assim, o sujeito está uma vez mais no centro de uma *encenação*, que depende de determinados componentes. Não é suficiente que sejam

---

<sup>675</sup> Figueiredo; Alvarez; Adams, 2018.

<sup>676</sup> Weimann, 2021.

<sup>677</sup> Oliveira; Takada, 2014.

emitidas *propostas* sobre o mundo, é necessário também que estas se inscrevam num *quadro de questionamentos* que possa gerar um ato de *persuasão*<sup>678</sup>.

O linguista holandês Teun van Dijk aprofunda o entendimento sobre o uso do discurso como instrumento de manipulação da opinião pública:

A manipulação envolve não apenas poder, mas especificamente abuso de poder, ou seja, dominação. Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem o fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados [...].

Num sentido mais amplo e semiótico de manipulação, essa influência ilegítima também pode ser exercida com imagens, filmes ou outras mídias. De fato, muitas das formas contemporâneas de manipulação comunicativa – por exemplo, pelos meios de comunicação de massa – são multimodais, como é o caso da publicidade [...]<sup>679</sup>.

Para reforçar esse discurso, o MEC lançou, em 1995, o Exame Nacional de Cursos, o Provão<sup>680</sup>, cuja premissa era avaliar a qualidade do ensino superior no Brasil e, mediante os resultados, aplicar com mais eficiência os recursos federais. No entanto, na prática, o Provão era obrigatório – os graduandos que não se submetessem à prova não recebiam o diploma – e pouco confiável como instrumento de avaliação, servindo apenas para expor universitários e universidades. O cerco ao ensino superior público agravou-se com o contingenciamento dos recursos destinados à educação em 1997. Em resposta, as universidades federais entraram em greve no ano seguinte (e novamente em 2000), reivindicando mais investimentos e um tratamento mais digno às categorias de professores, técnicos e estudantes. Ainda que os grevistas tenham chegado a um acordo com o MEC, o cenário permaneceu inalterado<sup>681</sup>.

Durante os oito anos de governo FHC, a UFPA pouco cresceu. Limitava-se a manter ativos os *campi* criados na década anterior e a evitar que o Campus de Belém ruísse. Entretanto, a Reitoria não conseguia evitar acidentes envolvendo a comunidade acadêmica, tampouco, por falta de recursos, garantir a segurança dos frequentadores da Cidade Universitária. Na década de 1990, o piso dos corredores de acesso às salas de aula era revestido com uma camada de borracha antiderrapante que, sem manutenção, passou a se soltar e rasgar, provocando quedas frequentes. Com iluminação precária à noite e um número insuficiente de vigilantes, casos de

---

<sup>678</sup> Charaudeau, 2009.

<sup>679</sup> Dijk, 2008. p. 234.

<sup>680</sup> Precursor do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), criado em 2004.

<sup>681</sup> Alguns avanços importantes na Educação vieram do governo de Fernando Henrique, como a nova Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a criação do Fundef. Mas em relação às universidades, foi criado apenas o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que beneficia – sem qualquer surpresa – as instituições privadas.

assaltos, agressões e violência sexual (assédio e estupro) tornaram-se parte da rotina universitária, como reflexo de um projeto que visava gerar insatisfação generalizada e, assim, levar os próprios discentes a defender a privatização da UFPA<sup>682</sup>. Para infelicidade de FHC, isso não ocorreu.

Ainda que o projeto de privatização não tenha sido bem-sucedido, seus efeitos – principalmente simbólicos – foram profundos. A deterioração dos espaços da UFPA e a difamação das universidades públicas resultaram em um processo de desvalorização patrimonial, não apenas na sua dimensão arquitetônica, mas também cultural e identitária. Como lembra Françoise Choay, o patrimônio é uma construção cultural que revela a relação da coletividade com sua própria memória, envolvendo, portanto, o valor de identidade, mesmo diante das transformações socioeconômicas<sup>683</sup>.

Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representaram a tentativa, por parte do Estado neoliberal, de ruptura com o sentimento de pertencimento na relação dos indivíduos com a Universidade e outros bens culturais, por meio do apagamento paulatino do “valor intencional de memória”, na acepção de Aloïs Riegl<sup>684</sup>, e do valor simbólico, no entendimento de Salvador Muñoz Viñas. Em relação ao valor simbólico, o discurso que relacionava professores e universitários a vadios mirava os “valores de identificação de grupo”<sup>685</sup>, uma vez que não afetava apenas a percepção da comunidade externa sobre docentes e discentes, mas alimentava rivalidades dentro da comunidade acadêmica.

Nesse cenário, em mais um ato de resistência, professores, alunos e servidores mantiveram suas atividades, reforçaram sua identificação com a instituição e transformaram novamente a Universidade em um lugar de luta e defesa do patrimônio e da memória coletiva.

---

<sup>682</sup> Passei no vestibular em 1998, ingressei em Letras em 1999 e concluí a habilitação em Língua Portuguesa em 2003 e, em inglês, em 2004. Portanto, fui testemunha ocular desse cenário de precariedade. Retornei à UFPA em 2008, como técnico-administrativo de nível superior, aprovado em concurso público – os concursos haviam sido extintos nos dois últimos anos de FHC – e encontrei um Campus consideravelmente diferente, melhorado em sua infraestrutura e começando a ampliar e renovar seu quadro de pessoal.

<sup>683</sup> Choay, 2001.

<sup>684</sup> Riegl, 2014.

<sup>685</sup> “Representam conhecimentos ou eventos considerados cruciais na formação de uma identidade de grupo, ou constituem uma parte reconhecível de ambientes culturais ou físicos comuns a um grupo de indivíduos, cuja identificação lhes permite reconhecer-se como parte de um coletivo” (Viñas, 2004, p. 53).

## 8 A ERA LULA E A NOVA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA

*Figura 109 – Monomotor do Laboratório de Engenharia Mecânica, 2023*



Fonte: Allyson Allen, fev. 2023

Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República para um mandato de quatro anos, que seria estendido para oito em virtude de sua reeleição em 2006. A imagem do monomotor estacionado em frente ao Laboratório de Mecânica, no Instituto de Tecnologia (ITEC), setor Profissional, não é aleatória, pois adquire caráter simbólico: a partir de 2003, o ensino superior federal “decolou” ao iniciar um processo de expansão sem precedentes, acompanhando o crescimento observado em diversos setores do país.

É verdade que as políticas adotadas nos primeiros anos do Governo Lula foram, em parte, na esteira de avanços alcançados da gestão anterior. No entanto, diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, cuja política econômica reforçou e fincou a estratificação social, Lula e sua equipe ajudaram a melhorar a vida principalmente dos mais pobres, por meio da implementação de medidas de redistribuição de renda e inclusão social, quase erradicando a fome e a extrema-pobreza no país. Do mesmo modo, na educação, ao passo que FHC havia iniciado o processo de ampliação de vagas em todos os níveis de ensino, Lula promoveu políticas à permanência dos novos alunos nas escolas e universidades, assegurando que a ampliação da oferta de vagas, especialmente no ensino superior, não fosse uma ação isolada, mas uma política de Estado.

Nesse sentido, em 2007, o ministro da Educação Fernando Haddad implantou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visava “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação”<sup>686</sup>. O Reuni previa a avaliação sistemática do ensino superior, em consonância com a lógica adota para o ensino básico – ao mesmo tempo que o Governo criou o Fundo de

<sup>686</sup> Brasil, 2007.

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais (Fundeb) para garantir repasses de recursos ao ensino infantil, fundamental e médio, instituiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para avaliar esses níveis de ensino nos âmbitos estadual, municipal e nacional, a fim de orientar investimentos mais eficientes e a resolução direcionada de problemas.

Os reitores do início do século XXI, Alex Bolonha Fiúza de Mello<sup>687</sup> (2001-2009) e Carlos Edilson de Almeida Maneschy<sup>688</sup> (2009-2016), colheram os frutos do Reuni e de um Governo Federal atento às necessidades das universidades públicas. Alex Fiúza iniciou o processo de reforma e ampliação do Campus, a começar pelas passarelas, alvo de críticas dos alunos por oferecerem risco de queda de telhas.

*Figura 110 – Passarelas do Campus até o fim da déc. 1990 e a reforma em 2006*



Fonte: Biblioteca Central da UFPA

*Figura 111 – Passarelas do Campus em 2023*



Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

<sup>687</sup> Alex Bolonha Fiúza de Mello é formado em Ciências Sociais pela UFPA e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Além de reitor, foi pró-reitor de Extensão (1989-1993) e secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (2011-2018).

<sup>688</sup> Carlos Edilson de Almeida Maneschy é formado em Engenharia Mecânica pela UFPA e doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade de Pittsburgh. Foi diretor da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e é professor titular da UFPA.

A adaptação da estrutura física do Campus foi acompanhada pelas mudanças significativas nas políticas de ingresso. Em 2005, a UFPA oficializou a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação para alunos provenientes de escolas públicas, desde que tivessem cursado todo o ensino médio na rede pública<sup>689</sup> – portanto, sete anos antes da promulgação da Lei de Cotas<sup>690</sup>, o que evidencia o caráter pioneiro da instituição na adoção de políticas afirmativas. Carlos Maneschy, em conformidade com o debate nacional sobre o tema, instituiu a criação de vagas para pessoas com deficiência (PcD) e para indígenas, ambas em 2009, e para quilombolas em 2012<sup>691</sup>. Para garantir aos candidatos indígenas e quilombolas uma concorrência justa, foi implementado o Processo Seletivo Especial (PSE), destinado aos vestibulandos que optassem por disputar as vagas pelo sistema de cotas, desde que atendessem aos critérios estabelecidos.

*Figura 112 – Vista aérea do Campus, 2017*



Nota: As novas passarelas seguem pelos corredores do Campus, destacando-se na vista aérea.

Fonte: Cassim Jordy, 2017

Em 12 de dezembro de 2013, a UFPA formou seu primeiro aluno indígena pelo PSE: Jorge Alberto dos Santos, da etnia Tembé, graduado em Ciências Contábeis, defendeu o trabalho “Contabilidade em Instituição Indígena: um Estudo da Prestação de Contas da Associação de Grupo Indígena Tembé das Aldeias Sede e Ituaçu (Agitasi)”, escrito em coautoria com Cristiano Aguiar.

Em 2006, foi aprovado o novo Estatuto da UFPA. As faculdades, antes agrupadas em centros, passaram a compor institutos divididos por área do conhecimento. Desse rearranjo, surgiu o Instituto de Ciências da Arte (ICA), cuja sede administrativa foi instalada no prédio do antigo Museu Comercial, onde havia funcionado a Escola de Química Industrial.

<sup>689</sup> UFPA, 2005.

<sup>690</sup> Brasil, 2012.

<sup>691</sup> UFPA, 2009c; 2009b; 2012.

Figura 113 – Faculdade de Artes Visuais, 2023



Nota: A Faculdade de Artes Visuais (FAV) integra o ICA, com a Faculdade de Dança (Fadan), a Faculdade de Música (Famus) e a Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA). À esquerda, o Atelier de Artes, e à direita, o prédio de salas de aula e da administração.

Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

Em 19 de junho de 2009, a Universidade inaugurou o Centro de Eventos Benedito Nunes (CEBN), cujas obras haviam sido iniciadas em 2008. Até então, a instituição carecia de um espaço adequado para sediar grandes eventos científicos e culturais, nacionais e internacionais, estando por muitos anos limitada aos auditórios setoriais, de capacidade e infraestrutura reduzidas. Além de preencher essa lacuna, o CEBN também presta justa e necessária homenagem ao professor e filósofo Benedito Nunes<sup>692</sup>, idealizador da Faculdade de Filosofia, da Editora e da Escola de Teatro da UFPA.

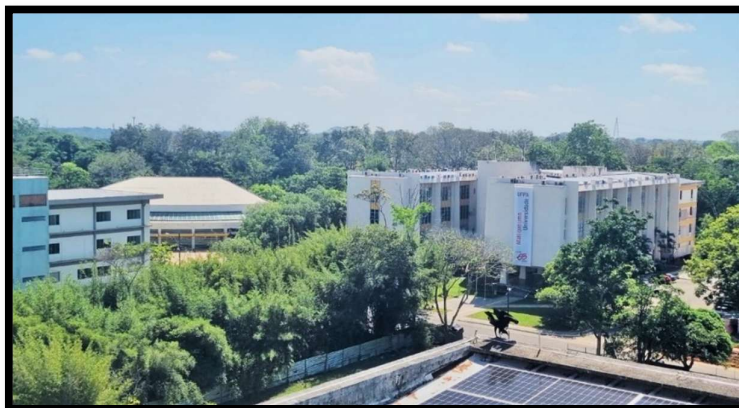
Figura 114 – Centro de Eventos Benedito Nunes, 2023



Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

<sup>692</sup> Benedito José Vianna da Costa Nunes (1929-2011) foi professor, escritor, crítico literário e filósofo. Idealizou e ajudou a criar a Faculdade de Filosofia da UFPA e fundou, com a professora Maria Sylvia Nunes, sua esposa, a Escola de Teatro. Reconhecido e respeitado pensador, autor de extensa obra literária, Benedito Nunes foi agraciado duas vezes com o prêmio Jabuti (mais tradicional prêmio literário brasileiro, concedido pela Câmara Brasileira do Livro): em 1987, por *Passagem para o Poético*, na categoria Estudos Literários; e em 2010, por *A Clave do Poético*, na categoria Teoria e Crítica Literária. Em 2010, recebeu o prêmio Machado de Assis (maior prêmio literário do país), da Academia Brasileira de Letras (ABL), pelo conjunto da obra.

Figura 115 – Centro de Eventos e Reitoria, 2022



Nota: O CEBN, à esquerda, e a Reitoria, à direita, dominam a paisagem a partir do Mirante do Rio.

Fonte: Allyson Allen, ago. 2022.

Com capacidade para mais de novecentos lugares, o CEBN dispõe de foyer, camarins, salas de reuniões (com espaço multiuso), área de exposições, espaço para lanchonete/cafeeteria e equipamentos modernos, tendo recebido eventos de médio e grande porte, bem como exibições cinematográficas e apresentação de orquestras. A inauguração do CEBN representa não apenas o fortalecimento do patrimônio edificado da UFPA, mas também a consolidação de um período de valorização das universidades federais, com inclusão social e investimentos em ciência e cultura.

### 8.1 Um passo para trás, dois para frente: o golpe de 2016 e a gestão Tourinho

Quando a presidenta Dilma Rousseff iniciou seu mandato em 2011, a Petrobras acabara de iniciar a exploração da camada pré-sal no litoral brasileiro – uma faixa de cerca de 800 km entre o Espírito Santo e Santa Catarina<sup>693</sup>. A descoberta representava um marco tecnológico e nova fonte de recursos estratégicos para o país, visto que o custo médio de produção de um barril de petróleo caiu de US\$ 6, em 2014, para US\$3,5 em 2020. Diante dessa perspectiva, o Governo buscou garantir que o lucro advindo da exploração do pré-sal fosse revestido em investimentos públicos, antecipando-se às especulações comerciais e ao desvio de verbas.

Com esse objetivo, ainda em 2010, o Governo editou um Projeto de Lei que previa a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo do pré-sal para a educação. O projeto resultou na

<sup>693</sup> Descoberto em 2006, o pré-sal brasileiro aumentou consideravelmente a produção média e a reserva de petróleo da Petrobras. Já no primeiro ano de exploração, foram 41 mil barris por dia, passando para 500 mil em 2014, e para 2,2 milhões de barris de petróleo por dia em 2020. Para mais informações sobre o pré-sal, visitar: [www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/).

Lei nº. 12.351, que instituiu o Fundo Social, “com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional”, que incluía projetos na área da educação. Posteriormente, em 2013, a Lei nº. 12.858 destinou 75% dos *royalties* para a educação e 25% para a saúde<sup>694</sup>. Esses dispositivos asseguravam recursos para a melhoria da qualidade e ampliação da oferta do ensino público, reduzindo desigualdades. Contudo, a tramitação no Congresso e as disputas políticas deixariam para o segundo mandato de Dilma, reeleita em 2014, o pleno cumprimento das leis e, conseqüentemente, a destinação desses recursos.

Entretanto, com a anuência do Supremo Tribunal Federal, uma manobra política – marcada pelo machismo institucional e pela fragilidade da relação entre os Poderes – resultou na destituição de Dilma Rousseff da presidência, em um dos episódios mais controversos da democracia brasileira. O processo, amplamente reconhecido como Golpe de 2016, levou à ascensão do vice-presidente Michel Temer, que permaneceu no poder por dois anos.

No mesmo ano, em meio ao cenário de nova instabilidade política e econômica nacional, assumiu a Reitoria da UFPA o professor e psicólogo Emmanuel Zagury Tourinho<sup>695</sup>. Sua gestão seria marcada por grandes e inesperados desafios, mas também pela retomada do crescimento da instituição, agora associado à valorização do desenvolvimento humano. Tourinho encontrou uma Universidade com obras paralisadas por conta da crise política gerada pelo golpe e, depois, pelo congelamento, por vinte anos, dos investimentos públicos em educação imposto pela Emenda Constitucional nº. 95, de 2016, sancionada por Temer e proveniente da “PEC do Teto de Gastos” (PEC 241/2016).

Diante desse cenário adverso, a Reitoria passou a atuar com os recursos ainda disponíveis. Então, em outubro de 2017, foi criada a Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), órgão auxiliar da administração superior, com a missão de “acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes da UFPA”<sup>696</sup>. A Saest ocupa atualmente o Bloco C do Setor Básico do Campus Guamá (Figura 116) – mudança viabilizada pela inauguração, em fevereiro de 2017, do novo espaço de aulas da Universidade: o Mirante do Rio (Figura 117).

Com efeito, o Mirante estava pronto desde maio de 2016, mas a falta de repasse de verbas federais para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, mobiliário e equipamentos

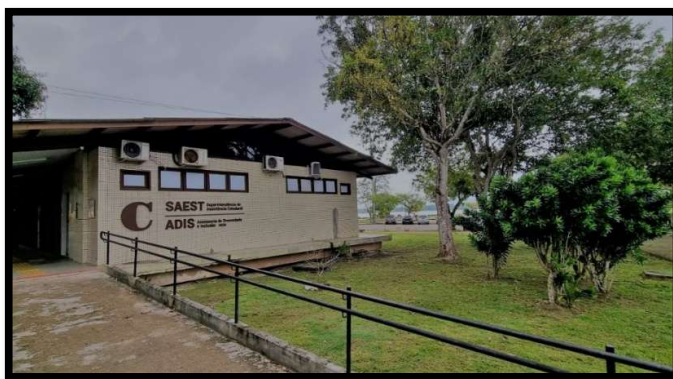
<sup>694</sup> Brasil, 2010b; 2013.

<sup>695</sup> Emmanuel Zagury Tourinho é formado em Psicologia e doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor, pesquisador, escritor, foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (2009-2016) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). É presidente do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB).

<sup>696</sup> UFPA, 2017.

multimídia demandou um esforço conjunto da Reitoria, das pró-reitorias e da Prefeitura do Campus para equipar o prédio. Com quatro andares e 64 salas de aula, o Mirante do Rio foi construído para acolher os alunos egressos dos pavilhões (blocos), que passaram a abrigar unidades administrativas, como a Saest, a UFPA Internacional (Prointer) (Figura 119), além dos centros acadêmicos e representações estudantis.

*Figura 116 – Saest, 2023*



Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

*Figura 117 – Vista aérea e lateral do Mirante do Rio, 2017*



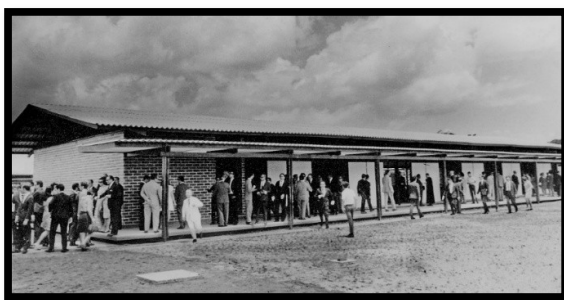
Fonte: Cassim Jordy, 2017; Allyson Allen, fev. 2017

Inicialmente, houve resistência à construção do Mirante, sobretudo após rumores de que os antigos blocos seriam demolidos para dar lugar a um amplo estacionamento. A ideia não agradou à comunidade universitária, afinal, há quase 50 anos os pavilhões constituíam a “segunda casa” de gerações de alunos (Figuras 118 e 119). De acordo com Amit e Bar-Lev, “identidade, sensação de pertencimento, de se sentir ‘em casa’ são conceitos usados insubstituívelmente para capturar o mesmo sentimento subjetivo e dinâmico de se sentir parte

de um grupo social ou de um lugar (físico ou imaginário)”<sup>697</sup>. Nessa perspectiva, o sentimento de pertencimento está associado à noção de identidade. Zanirato acrescenta que o pertencimento é “o reconhecimento ligado a um desejo individual ou coletivo de se identificar com um lugar, um objeto, uma prática ou uma história [...]”<sup>698</sup>.

No caso da UFPA, a rejeição à mudança não se restringia ao apego material, mas expressava o vínculo afetivo com o patrimônio e a memória coletiva relacionada àqueles espaços. Com o tempo, entretanto, a percepção mudou à medida que foram aplicados novos usos aos pavilhões e percebeu-se que o novo prédio oferece mais conforto, segurança e tecnologia aos discentes. A Universidade e sua comunidade revelaram novamente sua capacidade de se reinventar em meio à adversidade e novas histórias começaram a ser formadas nos corredores e salas do Mirante do Rio.

*Figura 118 – Pavilhão da administração, 1968*



Fonte: Arquivo Central da UFPA

*Figura 119 – Antigo pavilhão de aulas atualmente, 2023*



Nota: Os pavilhões G e E do setor Básico, que abrigaram salas de aula, foram readaptados para sediar o Centro de Internacionalização da UFPA, a partir de 5 de fevereiro de 2020. O espaço conta com escritório para recepção de pesquisadores, salas para as cátedras, a nova sede da Casa de Estudos Germânicos (que ficava no setor Profissional) e outras funcionalidades.

Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

<sup>697</sup> “[...] *identity, sense of belonging, and feeling ‘at home’ are concepts used interchangeably to capture the same subjective and dynamic sense of being part of a social group or a place (either physical or imaginary)*” (Amit; Bar-Lev, 2015, p. 948).

<sup>698</sup> Zanirato, 2018, p. 23.

## 8.2 A Universidade como segunda casa e a pandemia

A UFPA é o local de trabalho de diversos trabalhadores informais, como cozinheiros e atendentes que dão vida à praça de alimentação do Campus, conhecida como Veropesinho (em homenagem ao Ver-o-Peso, maior feira a céu aberto da América Latina). Um desses trabalhadores é Manoel Paixão da Silva<sup>699</sup>, natural de Bragança, que trabalha como bombonzeiro no Setor Básico do Campus desde 1988. Há 35 anos instalado nos corredores dos blocos I, J e K – antes ocupados pelo curso de Letras –, Paixão, como é conhecido, destaca a boa relação que desenvolveu com alunos, professores e funcionários da Universidade em sua longa história com a instituição. Ele declara seu amor pela UFPA e afirma que ela, entre outras coisas, o ajudou no sustento de sua família e na conquista de sua casa própria.

Como pontos negativos, critica a atual falta de segurança no Campus, uma vez que já houve uma presença mais ostensiva de vigilantes, enquanto hoje percebe apenas um fazendo a ronda. Embora tenha presenciado e vivenciado muitas experiências em diversos períodos, Paixão não tem dúvidas de que a pandemia de Covid-19 foi o pior momento que enfrentou na Universidade, seja pelo aperto financeiro provocado pelo *lockdown*, seja pela perda de amigos e colegas de trabalho para o vírus.

Outro exemplo dessa presença afetiva e cotidiana é o de Raimundo Nascimento da Paz, de 70 anos. Taxista há 51 anos, sendo 41 deles trabalhando no portão principal da instituição, Seu Giba, como é chamado por clientes e amigos, atende prioritariamente a comunidade universitária. Benquisto por todos que já conduziu em seu táxi, Raimundo da Paz considera a UFPA sua segunda casa, pois passa mais tempo nela do que em sua própria residência, e se orgulha de vê-la prosperando e crescendo ao longo dos anos. Ao ser indagado sobre qual momento foi o melhor de sua relação profissional com a Universidade, teve dificuldades em apontar apenas um; por outro lado, ao ser provocado a indicar o pior período vivenciado nessas quatro décadas de trabalho, foi assertivo:

O pior período foi nessa pandemia aí, que a Universidade fechou no dia 15 de março de 2020 e abriu 16 de março de 2022. Esses dois anos foram uma... a gente olhava para dentro dessa universidade e dava vontade de chorar, porque a gente tava acostumado a ver todo o mundo aqui trabalhando. Às vezes eu entrava aqui e ia no Vadião olhar: ninguém, ninguém. Mas vai melhorar, com a graça do Senhor<sup>700</sup>.

De fato, ao longo dos dois anos em que o coronavírus esteve sem controle (2020-2022),

<sup>699</sup> Manoel Paixão da Silva, comunicação oral. Entrevista concedida pessoalmente em 28 jun. 2023.

<sup>700</sup> Raimundo Nascimento da Paz, 70 anos, comunicação oral. Entrevista concedida pessoalmente em 30 jun. 2023.

o e-mail institucional da UFPA assemelhava-se a um obituário de jornal, com avisos diários de falecimentos – muitas vezes, mais de um por dia –, lembrança que perdurará por muito tempo. Essas perdas tornaram ainda mais evidente a necessidade de preservar as memórias e os espaços que compõem a identidade da Universidade.

De todo modo, esses depoimentos reforçam a ideia apresentada no início deste trabalho: a Universidade está inserida, de forma permanente, nas histórias de vida também de pessoas que não estão legal ou formalmente ligadas a ela (docentes, discentes, técnicos-administrativos, funcionários terceirizados). Esses mesmos indivíduos também fazem parte da história da instituição e a ajudam no cumprimento de seus objetivos científicos e sociais.

Como lembrou Seu Giba, a Universidade cresceu – e tem crescido ainda mais. Esse crescimento depende, invariavelmente, de que o presidente da República e o ministro da Educação compreendam a importância dos investimentos no ensino superior federal, em suas pesquisas e projetos de extensão, e que o reitor e seus pró-reitores assumam e executem seus papéis, respeitando o patrimônio material da instituição e a reconhecendo como patrimônio imaterial.

Nesse sentido, o reitor Emmanuel Tourinho procurou fortalecer os dispositivos legais de defesa do patrimônio da UFPA e conduziu um ambicioso projeto de restauração e reutilização do prédio histórico do Convento dos Mercedários (Anexo 20), cedido à Universidade em 2018 e que hoje abriga o Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (Lacore) – primeiro do gênero na região Norte, fundado em 2006 por iniciativa da profa. Thaís Sanjad –, a Faculdade de Conservação e Restauro (Facore) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio (PPGPatri), ambos criados em 2018 e sob a zelosa e competente gestão das professoras Roseane Norat e Flávia Palácios.

Essas ações dialogam com a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída em 2018 pelo Iphan, que ampliou as estratégias de preservação e institucionalizou práticas participativas. A PPCM também apresentou o novo dispositivo de Declaração de Lugares de Memória, reconhecendo que um bem cultural, ainda que tenha perdido parte de sua integridade e autenticidade – seja pela ação humana, seja pela ação do tempo –, pode ser legitimado como patrimônio em virtude de sua importância e seus valores simbólicos<sup>701</sup>. Esse entendimento, defendido por Vítor Serrão (2001)<sup>702</sup>, já fora antecipado por Gonçalves (1996):

---

<sup>701</sup> Iphan, 2018

<sup>702</sup> Serrão, 2001.

Desse modo, o chamado patrimônio cultural jamais é resgatado em sua totalidade e integridade, mas sempre por intermédio dos seus fragmentos, que exigem ser cuidadosamente resgatados, restaurados e preservados. [...] Sua integridade não é presente e positiva, mas uma integridade necessariamente perdida, situada numa dimensão distante no tempo ou no espaço<sup>703</sup>.

Tem-se, portanto, uma vitória do patrimônio sobre o documento como registro legítimo da memória coletiva, no contexto da “rivalidade” examinada por Le Goff (1990), segundo o qual os “materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”<sup>704</sup>. Como vimos ao longo dessas linhas, “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. A importância de se valorizar e estudar o patrimônio edificado, mesmo quando não estiver (tão) “edificado”, também é proveniente da simbiose entre monumento e indivíduo.

Essa compreensão do patrimônio como construção simbólica e afetiva orientou muitas iniciativas na UFPA ao longo de sua história. A Universidade buscou agregar espaços que carregam amplo repertório de memórias da cidade, sendo, portanto, eles próprios patrimônio dos moradores de Belém. Assim, sonhou gerir o Pronto Socorro Municipal, administrar o Theatro da Paz e assumir a gráfica e editora Falângola<sup>705</sup>. Não os conseguiu. Todavia, a solução para os três casos mostrou-se ainda mais significativa: a UFPA construiu seu próprio hospital, o Bettina, e assumiu o Barros Barreto; adaptou seu próprio teatro, o Cláudio Barradas, e ergueu o Centro de Eventos Benedito Nunes; além de fundar uma das editoras universitárias mais atuantes do país, a ed.ufpa (ver Anexo 19).

E vai além: a administração superior pôs no papel a ideia e, na prática, o projeto de uma nova sede para a Editora da UFPA e para a Livraria Universitária (Figura 120), com moderna sala de cinema voltada tanto à comunidade acadêmica quanto à sociedade em geral.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores<sup>706</sup>.

<sup>703</sup> Gonçalves, 1996, p. 112.

<sup>704</sup> Le Goff, 1990, p. 535. No fim, a conclusão é de que “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao ‘futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (1990, p. 548).

<sup>705</sup> O Pronto Socorro..., 1962, p. 16; Rigoberto, 1962, p. 9; Brazão e Silva, 1962a, p. 7. No caso da Falângola, a UFPA não assumiu a editora, mas adquiriu suas dependências e maquinário desta para instalar a própria gráfica.

<sup>706</sup> Le Goff, 1990, p. 535.

Figura 120 – Livraria Universitária, 2023



Nota: A Reitoria da UFPA, na gestão do prof. Emmanuel Tourinho, pôs em andamento o projeto de construção de uma nova sede para a ed.ufpa, uma nova livraria e uma sala de cinema no mesmo prédio. (à esquerda) Local onde está sendo construída a nova sede da Editora da UFPA e da Livraria da ed.ufpa, que terá cafeteria com mezanino e uma sala de cinema. A sede ficará ao lado do bambuzal (Anexo 22) e próxima à Biblioteca Central e à Reitoria da UFPA.

Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

De todas essas grandes ou modestas construções, o que mais se destaca – ou, ainda, o que elas têm em comum – é serem formadas a partir de sonhos, de projetos, do esforço e do trabalho de mulheres e homens que não se contentaram em ter suas histórias marcadas pela UFPA, mas se tornaram parte da história da Universidade. Afinal, os fragmentos de histórias individuais, como as de Paixão, Seu Giba e tantos outros, compõem o mosaico de memórias que sustenta a própria existência da UFPA. Por essa razão, este trabalho é menos sobre prédios e mais sobre pessoas:

É muito vivo na minha memória o dia em que visitei a UFPA pela primeira vez. Tinha chegado a pouco tempo em Belém e resolvi conhecer o Campus. Fui de ônibus, passando pela Estrada Nova e, quando entrei no portão principal, tive uma sensação muito boa. Fui seguindo até a beira do rio, uma paisagem tranquila. Depois andei pelos corredores do Básico e pensei: é aqui que eu vou estudar. Isso foi no início de 1982, eu tinha 16 anos e estava começando uma nova vida em Belém, o lugar que eu escolhi para viver. Também já tinha escolhido o curso, Comunicação Social, habilitação em jornalismo. Fiz vestibular em 1984 e passei!<sup>707</sup>

<sup>707</sup> Paula Sampaio, 58 anos, comunicação oral. Entrevista concedida por e-mail, em 21 nov. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Quer-se dar mais valor às pedras do que aos homens.

[...] - Quer-se deixar monumentos para se deixar passar por beneméritos à custa de centenares de vidas<sup>708</sup>.

Eis que o trabalho chega ao fim. Ufa! Faço coro àqueles que se aventuraram até aqui. Afinal, para podermos redigir estas Considerações Finais, atravessamos três séculos de histórias: espiamos brevemente o século XIX, percorremos o XX e alcançamos o XXI. Vimos prédios serem erguidos e ruírem, conhecemos personagens – alguns ilustres, outros notáveis; alguns ainda vivos, outros nas nossas memórias –, acompanhamos a abertura e o fechamento de unidades de ensino. E não conseguimos ver tudo, apesar das dezenas de páginas.

Evidentemente, a abrangência do período analisado resultaria em omissões, embora a quantidade de capítulos, temas e páginas da pesquisa possa dar a impressão de que este pretendia ser um “estudo definitivo” sobre a UFPA. Decerto que não. A fim de poder trazer em seu título “patrimônio edificado da Universidade Federal do Pará”, o trabalho precisou de duas importantes delimitações.

A primeira é geográfica. A UFPA é uma universidade *multicampi*, o que inviabilizaria proceder a uma análise aprofundada sobre todos os seus imóveis em uma dissertação de mestrado; por essa razão, os edifícios analisados nesta pesquisa restringem-se à cidade de Belém. Desse ponto decorre a segunda delimitação. A presença da Universidade na capital paraense é ampla e complexa – basta lembrarmos que o porão de uma residência já serviu de sala de aula para alunos da instituição, como relatou o prof. Gervásio Cavalcante. Daí não terem sido todos os prédios outrora ou presentemente ocupados pela UFPA que se tornaram objeto da pesquisa. Para que o resultado alcançado fosse satisfatório e com poucas ou nenhuma lacuna, foram escolhidas como base de estudo as faculdades pioneiras, aquelas que participaram da lei de criação da Universidade do Pará, incluindo as duas que a elas se juntaram em 1963, e os edifícios que fazem parte de suas respectivas histórias.

Portanto, muitas faculdades igualmente importantes, e com histórias indubitavelmente ricas, ficaram de fora do trabalho – ao menos desta etapa da pesquisa, que pretende, em algum momento, alcançá-las. Algumas dessas faculdades e alguns de seus cursos, no entanto, foram citados, mas certamente merecem mais atenção, como a Arquitetura e sua relação com o Chalé de Ferro; a Escola de Teatro e Dança, iniciada ainda na década de 1960 com o curso de Formação de Atores, e toda a sua influência no desenvolvimento artístico do estado (ver Anexo

---

<sup>708</sup> Almeida, 1895, p. 216.

10); o Instituto de Geociências, precursor dos cursos de pós-graduação da Universidade, para citar alguns. Terão, em um futuro próximo, seu devido reconhecimento.

A Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, homenagem ao reitor que idealizou, foi escolhida, outrossim, como objeto da pesquisa. Não obstante, apenas alguns prédios erguidos em seus mais de quatrocentos hectares de extensão foram analisados, apenas para dar a dimensão da expansão do patrimônio edificado da UFPA. Os que não foram contemplados ocuparão páginas vindouras.

Além desses recortes – doridos, mas necessários –, alguns objetivos (desejos, para dar-lhes o devido nome) previamente estabelecidos não puderam ser alcançados. A pesquisa se ressentiu de não ter ouvido mais depoimentos e contado mais histórias. Seja pelos contextos sociais, seja pela incompatibilidade de agendas, faltaram as vozes dos reitores – o atual e os anteriores ainda entre nós – e do prof. Aleyr Meira; faltaram também os relatos do poeta Paes Loureiro e dos discentes que presidem centros acadêmicos ou representatividades estudantis. Embora as entrevistas realizadas tenham sido satisfatoriamente relevantes, outras vozes enriqueceriam o trabalho.

A respeito das conclusões da pesquisa, nessas quase sete décadas de história, a constituição do patrimônio edificado da universidade não tem sido uniforme nem seguido alguma norma pré-definida. Os critérios para a escolha de que edifício construir ou alugar vêm sendo arbitrários, ou seja, decididos pela gestão da Reitoria em exercício. Evidentemente, essas decisões não cabem somente à vontade do reitor: além da avaliação de caráter administrativo e operacional – que justifica, por exemplo, não se ter mantido o casarão da antiga Faculdade de Direito –, pesam a falta de pessoal e de recursos para a manutenção desses prédios, principalmente nos períodos em que a educação superior não foi encarada como prioridade de investimento, mas uma ameaça ao Planalto – pelos ditadores, por Temer e Bolsonaro...

De qualquer forma, a política patrimonial pode ser um importante mecanismo para frear a compra desnecessária de um imóvel ou a construção de um prédio obsoleto, assim como para garantir formas mais eficientes de gerar registros dessas edificações e armazená-los, para que as pesquisas futuras sejam sempre sobre história (abundância de dados), nunca sobre cripto-história (fragmentos de informações) da UFPA.

Apenas para ilustrar o que debatemos, a Tabela 2, a seguir, mostra um comparativo entre as normas e leis sobre conservação e preservação do patrimônio em três esferas: mundial (cartas patrimoniais), nacional (leis e decretos) e na UFPA (resoluções e portarias). A tabela evidencia que, apesar das referências legais a serem seguidas, a Universidade pouco fez, ao longo dos

anos, no sentido de promover a conservação preventiva de seu patrimônio edificado. Por outro lado, a partir da década de 1980, tem demonstrado estar mais atenta ao assunto.

Tabela 2 – Políticas de defesa do patrimônio tangível no mundo, no Brasil e na UFPA

Década	Legislação Patrimonial		
	No mundo	No Brasil	Na UFPA
até 1957	1931 e 1933: Carta de Atenas	1937: IPHAN	
1960	1964: Carta de Veneza 1967: Normas de Quito 1968: Recomendação de Paris		
1970	1970: Compromisso de Brasília 1971: Compromisso de Salvador 1972: Carta do Restauro Recomendação de Paris 1974: Resolução de São Domingos 1976: Recomendação de Nairóbi 1977: Carta de Machu Picchu	1970: Comp. de Brasília 1971: Comp. de Salvador	1971: Prefeitura do Campus Projeto de criação do Arquivo Central
1980	1980: Carta de Burra 1981: Carta de Florença 1986: Carta de Washington 1987: Carta de Petrópolis 1989: Declaração de São Paulo	1987: Carta de Petrópolis 1988: Constituição 1989: Declaração de SP	1983: Museu da UFPA 1987: Manual de Procedimentos sobre Administração de Bens Patrimoniais 1988: Sistema de Arquivo
1990	1994: Conferência de Nara 1995: Carta de Brasília 1997: Carta de Fortaleza		1990: Sistema de Segurança Patrimonial
2000		2009: Política Nacional de Museus (Lei n. 11.904)	2006: Comissão de Regularização Fundiária
2010		2018: Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN	2019: Manual de Procedimentos Patrimoniais: Bens Permanentes

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa revelou, por meio das entrevistas com a comunidade universitária, que o patrimônio edificado da UFPA é mais do que amontoados de tijolos, pedras e cimento: é o cenário e o palco de vivências, de relacionamentos, de conquistas e aprendizagens. São essas experiências que ficam registradas nas memórias individuais e coletivas. Por essa razão e tantas outras, esses espaços devem ser valorizados como patrimônios – nunca os sobrepondo aos indivíduos que deles fazem uso e neles vivem momentos significativos, para muitos, inesquecíveis, deixando marcas inapagáveis de suas presenças.

Por fim, este trabalho também procurou atualizar as pesquisas sobre a história da instituição, que, como sabemos, é dinâmica. Desde o célebre trabalho de Eidorfe Moreira, *Para a História da Universidade Federal do Pará* (1977), até a cartilha lançada pela Associação dos Docentes da UFPA (Adufpa), *UFPA Pública e Gratuita* (2021), somados a centenas de artigos, dissertações, teses, o tema nunca se esgota. Pelo contrário, cada nova pesquisa ratifica, complementa ou retifica a anterior, revelando novas descobertas e garantindo que pessoas, lugares, prédios e histórias não sejam abandonados à morte definitiva – o esquecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras em geral

28 PESSOAS morrem na Sexta-Feira Sangrenta: com apoio da população, estudantes enfrentam cavalaria da PM no centro do Rio. *Memorial da Democracia* [on-line]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas#card-69>. Acesso em: jan. 2023.

ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes [verbetes]. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes>. Acesso em: abr. 2022.

ACTAS DA SESSÃO inaugural da “Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará”. *Pará-Médico*, Belém, n. 1, v. 1, p. 3-4, maio 1915.

A ESCOLA DE ENGENHARIA e sua organização administrativa e pedagógica ontem, no Instituto Histórico do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 12.879, p. 2, 11 abr. 1931.

A ESCOLA DE QUÍMICA Industrial suspende o seu funcionamento. *Folha do Norte*, Belém, n. 12.874, p. 1, 6 abr. 1931.

A ESCOLA DE QUÍMICA entre duas universidades no Pará. *Folha do Norte*, Belém, 1º maio 1962, p. 6.

A FACULDADE DE FILOSOFIA só funcionará em 1948. *O Liberal*, Belém, ano 1, n. 89, p. 1, 3 mar. 1947.

A FACULDADE de Medicina do Pará e a sua equiparação oficial. *Folha do Norte*, Belém, 23 ago. 1924.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth C. *A Journey in Brazil*. Boston: Ticknor & Fields; Londres: Trubner & Co., 1868.

ALBUQUERQUE, Paulo José Cavalcanti de. Informações acerca do assassinato de um jornalista. *Observatório da Imprensa*, edição 545, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/informacoes-acerca-do-assassinato-de-um-jornalista>. Acesso em: jan. 2020.

ALENCAR, Ana Cristina Aguiar de. Bettina Ferro de Souza, a educadora da Amazônia (1913-1993). *Revista Paraense de Medicina*, Belém, v. 23, p. 93-95, 2010.

ALMANAK LAEMMERT. *Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*: Edição Pará. v. 3 – Estados do Norte. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1931.

ALMEIDA, Ruy Guilherme Castro de. *O papel dos engenheiros e matemáticos na história do ensino de Física no Pará: 1931-1970*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Tito Franco de. *Monarchia e monarchistas*. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & C<sup>a</sup>., 1895.

ALUNOS de agronomia explicam as razões do protesto contra encampação da Escola pela UP. *Folha do Norte*, Belém, p. 2, 17 abr. 1962.

AMANHÃ, em Belém o Presidente Juscelino. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 30 jan. 1959.

AMARAL, Roberto. O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 195-205, jul.-dez. 2005.

AMIT, Karin; BAR-LEV, Shirly. Immigrants' sense of belonging to the host country: the role of life satisfaction, language proficiency, and religious motives. *Social Indicators Research*, v. 124, p. 947-961, 2015.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção ArquiMemória, v. 1, p. 145-170)

ANNEXAÇÃO da Faculdade de Pharmacia à de Medicina. *Folha do Norte*, Belém, n. 12.877, p. 1, 9 abr. 1931.

ARAGÓN, Luis E. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. *Paper do NAEA*, Belém, v. 28, n. 1 (401), p. 9-39, 2019.

ARANHA, Bento. A mentira. *Correio Paraense*, Belém, n. 540, p. 1, 4 mar. 1894a.

ARANHA, Bento. Baixa cambial. *Correio Paraense*, Belém, n. 593, p. 1, 17 maio 1894b.

ARANHA, Bento. Czarismo municipal. *Correio Paraense*, Belém, n. 348, p. 1, 6 jul. 1893.

ARCEBISPOS APOIAM as críticas de D. Jaime à UNE. *O Estado de São Paulo*, n. 26.719, p. 38, 2 jun. 1962.

ARQUIVO NACIONAL. *Infiltração comunista no estado do Pará 3.3*: Doc. INFE 830-A5-CIE, 12 jul. 1984. Banco de Dados Memórias Reveladas. Fundo Serviço Nacional de Informações, cód. ref.: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84043043 – Dossiê. Brasília-DF: Arquivo Nacional, 2018a.

ARQUIVO NACIONAL. *Subversão na Universidade Federal do Pará*: Informação n. 222S/102-M5-CIE, 26 jan. 1972. Banco de Dados Memórias Reveladas. Fundo Serviço Nacional de Informações, cód. ref.: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72042706 – Dossiê. Brasília-DF: Arquivo Nacional, 2018b.

ARQUIVO NACIONAL. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. *1926-1930: Washington Luís* [verbete]. Brasília-DF: Arquivo Nacional, 2019? Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/162-washington-luis>. Acesso em: abr. 2022.

ARRUDA, Tainá Chermont; SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha. Ornamentos de platibanda em edificações de Belém entre os séculos XIX e XX: inventário e conservação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 341-388, set.-dez. 2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UFPA (Ascom/UFPA). Campus do Guamá passa a ser Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto. *Portal da UFPA*, Belém, 2007. Disponível em: [www.http://portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=1697](http://portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=1697). Acesso em: 7 jan. 2016.

ASCOM/UFPA. Comunicação em rede: em breve os computadores da UFPA estarão interligados através de fibra ótica. *Beira do Rio*, Belém, n. 41, p. 11, out. 1996.

ASCOM/UFPA. Curso de Odontologia para as aulas por falta de condições. *Beira do Rio*, Belém, n. 5, p. 6, mar.-abr. 1986a.

ASCOM/UFPA. Medidas evitam perda do acervo. *Beira do Rio*, Belém, n. 2, p. 3, out.-nov. 1985a.

ASCOM/UFPA. Odonto sai da Batista Campos. *Beira do Rio*, Belém, n. 15, p. 4, 15 mar. 1988a.

ASCOM/UFPA. Os reitores e a democratização da Universidade. *Beira do Rio*, Belém, n. 4, p. 3, fev. 1986b.

ASCOM/UFPA. Pacote reduz orçamento e salários na Universidade. *Beira do Rio*, Belém, n. 5, p. 1, mar.-abr. 1986c.

ASCOM/UFPA. Reitoria inaugura novo prédio de Odontologia da UFPA. *Beira do Rio*, Belém, n. 17, p. 6-7, mai. 1988b.

ASCOM/UFPA. Saúde orçamentária dos hospitais universitários é delicadíssima. *Beira do Rio*, Belém, n. 42, p. 4, nov. 1996.

ASCOM/UFPA. Sinal verde para programa de arborização do Campus. *Beira do Rio*, Belém, n. 2, p. 7, out.-nov. 1985b.

ASCOM/UFPA. Um novo ciclo aos 30 anos. *Beira do Rio*, Belém, n. 13, p. 6, jun.-jul. 1987.

ASCOM/UFPA. UFPA instala Instituto de Ciências Médicas e primeiros dirigentes são empossados. *Portal da UFPA*, Belém, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14168-ufpa-instala-instituto-de-ciencias-medicas-e-primeiros-dirigentes-sao-empossados>. Acesso em: mar. 2023

AS GRANDES realizações da nossa universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 14 e 6, 19 dez. 1962.

ASSIS, Karina Rangel Cruz de. *A Semana Sangrenta e a imprensa: estudantes e policiais nas ruas do Rio de Janeiro em junho de 1968*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ. *Boletim da Escola de Química Industrial* (anexa ao Museu Commercial): n. 1, anno de 1929. Belém: Livraria Clássica, 1930.

ASSOCIAÇÃO Comercial do Pará: departamentos e serviços sociais. *Boletim da Associação Comercial do Pará*, Belém, ano IV, n. 9 a 12, p. 25, set.- dez. 1944.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ. *Termo de Inauguração do Laboratório de Química Industrial*. Belém: Museu Commercial do Pará, 1921. (Relatórios da Associação Comercial do Pará sobre a administração e a manutenção da Escola de Química Industrial do Pará, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.04).

AULA MAGNA para iniciar o curso. *Diário do Pará*, Belém, n. 424, Caderno 2, p. 1, 21 mar. 1984.

A UNIVERSIDADE DO PARÁ vai manter escola primária para os filhos de funcionários. *Folha do Norte*, Belém, p. 12, 8 fev. 1963.

AUXÍLIO à Fênix Caixeiral. *O Liberal*, Belém, n. 703, p. 3, 18 jun. 1951.

A VISITA presidencial à Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, última página e p. 2, 8 jan. 1957.

AVISO. *Folha do Norte*, Belém, p. 24, 13 jan. 1963.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo)

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém: Typ. de Santos & menor, 1839.

BALEIXE, Haroldo. Hospital São Sebastião: 120m? *Laboratório Virtual* – FAU/ ITEC/UFPA, Belém, 2014. Disponível em: <https://fauufpa.org/2014/09/19/hospitao-sao-sebastiao-120-metros/>. Acesso em: dez. 2021.

BARATA, Manuel. *A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco: fundação da cidade de Belém*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1904.

BARBOSA, Andreza. A (des)articulação do movimento estudantil: décadas de 80 e 90. *Educação: Teoria e Prática*, v. 10, n. 18, p. 5-14, jan.-jun. 2002.

BASSALO, José Maria Filardo. Aspectos históricos do ensino da Matemática em Belém do Pará. *Bassalo*, 1º fev. 2012. Disponível em: <http://www.bassalo.com.br/2012/02/aspectos-historicos-do-ensino-da-matematica-em-belem-do-para/>. Acesso em: jul. 2017.

BASSALO, José Maria Filardo. O Ensino da Física em Belém do Pará. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 17, n. 2, p. 152-158, jun. 1995.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Clara Martins Pandolfo (1912-2009): múltiplas faces de uma intelectual amazônida. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 16, n. 1, p. 176-197, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/852/651>. Acesso em: ago. 2023.

BELÉM. Intendência Municipal. *Regulamento para o Serviço dos Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais*. Belém: Seção de Obras d'A Província do Pará, 1903.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987a. (Obras Escolhidas, v. 1, p. 114-119)

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987b. (Obras Escolhidas, v. 1, p. 222-232)

BENTES, Dionysio Ausier. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1925*. Belém: [Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré], 1925. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: out. 2017.

BENTES, Dionysio Ausier. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1926*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: out. 2017.

BENTES, Dionysio Ausier. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1927*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1927. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: dez. 2018.

BERGE, Damião. *O Logos Heraclítico: introdução ao estudo dos fragmentos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

BERNARDO, André. O acidente que matou Juscelino Kubitschek foi provocado pelos militares? *Mundo Estranho* [on-line], 29 nov. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-acidente-que-matou-juscelino-kubitschek-foi-provocado/>. Acesso em: abr. 2022.

BIARD, François-Auguste. *Deux années au Brésil*. Paris: Imprimerie de Ch. Lahure & Cie., 1862.

BIBLIOTECA CENTRAL da Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 3, 5 jan. 1962.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE estará aberta diuturnamente. *Folha do Norte*, Belém, p. 20, 20 dez. 1962.

BITTENCOURT, Eugênio Pacelli Leal. *Memórias e outras histórias da avaliação da aprendizagem na escola básica da Universidade Federal do Pará, no período de 1963 a 1993*. 2017. Tese (Progressão Funcional para Professor Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) – Escola de Aplicação da UFPA, Belém, 2017.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BORBOREMA, Augusto Rangel de; NORÕES E SOUZA, Joaquim Gomes de. *Memória histórica da Faculdade de Direito do Pará*. [s. l.]: Ministério da Educação e Cultura; Diretoria do Ensino Superior, 1956.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; FLACH, Simone de Fátima. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 215-231, maio-ago. 2017.

BRAGA, Genesino. Le centenaire du naturaliste Paul Le Cointe. *Journal d'agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée*, v. 18, n. 9-10, p. 379-381, set.-out. 1971. Disponível em: [www.persee.fr/doc/jatba\\_0021-7662\\_1971\\_num\\_18\\_9\\_6871](http://www.persee.fr/doc/jatba_0021-7662_1971_num_18_9_6871). Acesso em: abr. 2022.

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.

BRAZÃO E SILVA, Theodoro. A Gráfica Falângola, o Teatro da Paz e a Universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 7, 6 fev. 1962a.

BRAZÃO E SILVA, Theodoro. A Universidade do Pará e o Teatro da Paz. *Folha do Norte*, Belém, p. 7, 20 fev. 1962b.

BRAZÃO E SILVA, Theodoro. Cadeiras agrupadas em núcleos e a Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 20, 18 fev. 1962c.

BRAZÃO E SILVA, Theodoro. O “Barros Barreto” vai, finalmente, funcionar. *Folha do Norte*, Belém, p. 2, 14 ago. 1959.

BRITO, Rosangela Marques de. *Entre tempos e memórias: o Museu da Universidade Federal do Pará*. Belém: PPGArtes, 2019.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CABRAL, Dilma. Escola de Cirurgia da Bahia. *Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa)*, ago. 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/172-escola-de-cirurgia-da-bahia>. Acesso em: jan. 2020.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931: as contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, n. 179.04, maio 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>. Acesso em: out. 2021.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*, São Paulo, n. 1, p. 91-102, 2006.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1889-1930). *Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa)*, 21 mar. 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/521-ministerio-da-justica-e-negocios-interiores>. Acesso em: dez. 2022.

CAMPOS, Sandra Maria Lacerda. A imagem como método de pesquisa antropológica: um ensaio de Antropologia Visual. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 6, p. 275-286, 1996.

CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato: Antropologia e Estética da Iminência*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2016.

CANCLINI, Néstor García. Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização? In: CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000a.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000b.

CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. Diversidade cultural e identidade nacional: aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial. In: IPHAN. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2007. (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, v. 1, p. 203-232)

CARMO, Giovana Miglio do. *A política cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Pará para as Artes Cênicas de 1995 a 2006*. 2021. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. *Revista CPC*, São Paulo, n. 18, p. 141-153, 2014.

CARVALHO, José Paes de. *Relatório apresentado ao governador do Estado exm<sup>o</sup>. sr<sup>o</sup>. dr. Augusto Montenegro pelo dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1<sup>o</sup> de fevereiro de 1901*. Belém: Imprensa Oficial, 1901.

CARVALHO, José Paes de. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de fevereiro de 1901*. Belém: Imprensa Oficial, 1901.

CARVALHO, Sandra. Década de 1930: um período de transição. *Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CAVALCANTE, Ophir Filgueiras. A origem do Casarão. Belém: OAB-PA, 2000? Disponível em: <http://www.oabpa.org.br/index.php/24-oab-para/oab-para/153-origem-do-casarao>. Acesso em: 6 abr. 2017.

CENTRO PROPAGADOR DAS CIÊNCIAS. *Portaria n. 79, de 25 de maio de 1958: Doação de patrimônio (Res. Ass. Geral – 25/05/1958)*. Belém, 1958. Centro de Memória da Amazônia (CMA).

CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAVES, Ernesto Adolpho de Vanconcellos. *Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves passou a administração da província do Amazonas ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães, 1º vice-presidente da mesma*. Manaus: Typographia do Jornal do Amazonas, 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u111/000002.html>. Acesso em: set. 2017.

CHAVES, João Baptista de Vasconcelos. Introdução. In: BORBOREMA, Augusto Rangel de; NORÕES E SOUZA, Joaquim Gomes de. *Memória histórica da Faculdade de Direito do Pará*. [s. l.]: Ministério da Educação e Cultura; Diretoria do Ensino Superior, 1956a. 1ª Parte, p. 5-9.

CHAVES, João Baptista de Vasconcelos. Visita oficial. In: BORBOREMA, Augusto Rangel de; NORÕES E SOUZA, Joaquim Gomes de. *Memória histórica da Faculdade de Direito do Pará*. [s. l.]: Ministério da Educação e Cultura; Diretoria do Ensino Superior, 1956b. 1ª Parte, p. 45.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2014. (Arte e comunicação, 71)

COIMBRA, Oswaldo. *77 anos do CREA-Pará: os 4 séculos de exercício das suas profissões*. Belém: CREA-PA, 2011.

CONTRÁRIOS os estudantes de agronomia à encampação pela Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 12, 13 abr. 1962.

CONSTITUIÇÃO Política do Estado do Pará. *O Liberal*, Belém, n. 193, p. 5, 9 jul. 1947.

CORREIA, André Felipe Gonçalves. Hegel e o Logos Heraclítico. *Aufklärung*, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 139-160, set.-dez. 2021.

CORREIA, Miguel Brito. 280 anos da primeira lei do Patrimônio Cultural. *Pedra & Cal*, n. 11, jul.-set. 2001.

CRIADO o quadro de pessoal da Escola de Química do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 8, 4 jan. 1962.

CRUZ, Ernesto. *As obras públicas do Pará*. v. 1. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1967a.

CRUZ, Ernesto. *As obras públicas do Pará*. v. 2. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1967b.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2. ed. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1996.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo)

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas definições*. 2. ed. Belém: Cejup, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 1-25, 2009.

CURSO de Chimica Industrial. *Estado do Pará*, Belém, n. 4.129, p. 1, 18 out. 1922.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação estatal no Brasil: velhos e novos desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 16, n. 2, p. 159-176, jul.-dez. 2000.

DECLARAÇÕES de Bilac Pinto sobre a atual situação nacional. *Gazeta do Sul de Minas*, n. 430, p. 1, 30 jun. 1963.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: 34, 1999. (Coleção Trans)

DEPUTADOS pedem por Abaetetuba. *Diário do Pará*, Belém, n. 420, Caderno 2, p. 9, 16 mar. 1984.

DERENJI, Jussara. A primeira reitoria da UFPA. *Laboratório Virtual – FAU/ITEC/UFPA*, Belém, 27 jun. 2011. Disponível em: <https://fauufpa.org/2011/06/27/a-primeira-reitoria-da-ufpa-por-jussara-derenji/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

DODEBEI, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. In: DODEBEI, Vera; TARDY, Cécile (Org.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 21-45.

EBSERH. Bettina Ferro. Belém, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/chu-ufpa/aceso-a-informacao/institucional/bettina-ferro>. Acesso em: abr. 2022.

ECO, Umberto. An Ars Oblivionalis? Forget It! Trad. Marilyn Migiel. *PMLA*, v. 103, n. 3, p. 254-61, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/462374>. Acesso em: 19 fev. 2023.

ELEUTÉRIO, Paulo. Sangue que clama por justiça! *O Liberal*, Belém, n. 679, edição especial *in memoriam*, 19 maio 1951.

EM ABRIL, o Pará possuirá sua Universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 2, 8 jan. 1957.

EM MAIO o início do curso de teatro da Universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 28 e 16, 8 abr. 1962.

ESCOLA DE AGRONOMIA e Faculdade de Odontologia do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 22 jan. 1919.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL do Pará. *Regimento Interno da Escola de Serviço Social do Pará*: Anteprojeto apresentado pelo diretor em exercício José Chaves Müller ao reitor da Universidade do Pará, sob o Ofício n. 170/65, de 14 de junho de 1965. Belém: Arquivo Central da UFPA, 1965.

ESCOLA LIVRE de Odontologia do Pará. *Atas da Congregação da Escola Livre de Odontologia do Pará*. Belém, 1914. (Catalogadas por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.03)

ESCOLA LIVRE de Odontologia do Pará. *Norte Odontológico*, Belém, n. 1, v. 1, p. 41-42, mar. 1917.

ESCOLA DE PHARMACIA de Belém do Pará. *Pará-Médico*, Belém, n. 10, v. 2, p. 366-372, set. 1922.

ESCOLA DE QUÍMICA INDUSTRIAL DO PARÁ. *Histórico*. Belém: Associação Comercial do Pará, 1961. (Relatórios da Associação Comercial do Pará sobre a administração e manutenção da Escola de Química Industrial do Pará, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.04)

ESTUDANTES desejam melhores professores (estudantes lutam por ensino melhor). *Diário do Pará*, Belém, n. 8, p. 1 e 8, 31 ago. 1982.

FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DO PARÁ. *Farmacêuticos-Químicos 1963*. Belém, 1963. Disponível em: <https://patua.iec.gov.br/items/41c016e6-da13-473b-8eb4-42dddcf6725d>. Acesso em: out. 2022.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Informações sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. Belém: Centro Propagador das Ciências, nov. 1957. (Relatórios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Relação dos diplomados*. Belém: Centro Propagador das Ciências, 1958. (Relatórios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA).

FACULDADE DE FILOSOFIA do Pará, sua próxima instalação oficial. *O Liberal*, Belém, n. 60, p. 2, 27 jan. 1947.

- FACULDADE DE MEDICINA. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.632, p. 1, 9 abr. 1919a.
- FACULDADE DE MEDICINA do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.557, p. 1, 24 jan. 1919b.
- FACULDADE DE MEDICINA do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.654, p. 3, 1º maio 1919c.
- FACULDADE DE MEDICINA do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.652, p. 1, 29 abr. 1919d.
- FACULDADE DE MEDICINA do Pará: a sua equiparação e o jubilo que despertou. *A Semana*, Belém, n. 329, [p. 15-16], 9 ago. 1924.
- FACULDADE DE MEDICINA do Pará: a sua fundação. *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 15 jan. 1919e.
- FACULDADE DE MEDICINA e Escola de Odontologia do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.625, p. 1, 2 abr. 1919f.
- FACULDADE DE ODONTOLOGIA. *Atas da Congregação da Faculdade de Odontologia da Universidade do Pará*. Belém, seções de 2 de julho de 1960; 10 de agosto de 1963; 27 de outubro de 1966. (Catalogadas por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.03)
- FACULDADE DE ODONTOLOGIA do Pará. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.551, p. 1, 18 jan. 1919.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERNANDES, Carlos D. *Políticos do Norte*. v. II: Augusto Montenegro. Gênova: Filinto Santoro, 1906.
- FERREIRA, José Freire da Silva; ASSIS, Alberto Luiz Rubim; COUCEIRO FILHO, Armando Diogo. *O espaço acadêmico da UFPA*. Belém: UFPA, 1979.
- FERREIRA JUNIOR, Alberto Gomes. *Clóvis Olintho de Bastos Meira (1917-2002)*: biografado por Alberto Ferreira. Belém: Academia de Medicina do Pará, 2020a? Disponível em: <https://www.academiademedicinapa.org/titulares-1>. Acesso em: abr. 2022.
- FERREIRA JUNIOR, Alberto Gomes. *Ophir Pinto de Loyola (1886-1934)*: biografado por Alberto Ferreira. Biografias: patronos. Belém: Academia de Medicina do Pará, 2020b? Disponível em: <https://www.academiademedicinapa.org/patronos-1>. Acesso em: jan. 2021
- FHC DEFENDE autonomia e descarta privatização das universidades. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 23 mar. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff23039921.htm>. Acesso em: jan. 2023.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 20-42, jul.- dez. 2014.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio*, Recife, v. 28, p. 71-93, 2010.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves; ALVAREZ, Denise; ADAMS, Ricardo Nunes. O acidente da plataforma de petróleo P-36 revisitado 15 anos depois: da gestão de situações incidentais e acidentais aos fatores organizacionais. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 34, v. 4, p. 1-12, 2018.

FONTANA, Riccardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII*. Brasília: Senado Federal, 2005. (Edições do Senado Federal, 46)

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *UFPA 50 Anos: histórias e memórias*. Belém: ed.ufpa, 2007. p. 13-61.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. A UFPA e os Anos de Chumbo: a administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 1-25, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

FRANCO, Georgenor de Souza (Ed.). Universidade 20 anos. *Informativo da UFPA*, Belém, Edição Histórica, jun. 1977.

FRANKLIN, Joelma. AI-5: qual o seu impacto na democracia brasileira? *Politize!* [on-line], 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ato-institucional-5/>. Acesso em: abr. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Raphael. Clara Pandolfo é homenageada. *Beira do Rio*, Belém, n. 98, p. 3, out. 2011.

FREITAS, Marcel de Almeida. O art nouveau na arquitetura do Rio de Janeiro (Brasil) e de Buenos Aires (Argentina). *Barroco Digital*, Belo Horizonte, n. 1, p. 168-202, 2021. Disponível em: <https://www.revistabarroco.com.br/barroco-digital-1/>. Acesso em: jan. 2022.

FUCS, José. A dívida externa não assusta mais. *Época* [on-line], 19 maio 2009. Disponível em: <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI60502-15223,00.html>. Acesso em: jan. 2023.

FUNCIONARÁ este ano a Faculdade de Administração. *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 12 jan. 1964.

GABLER, Louise. Escola de Minas [de Ouro Preto]. *Memória da Administração Pública Brasileira* (Mapa), 11 nov. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/314-escola-de-minas>. Acesso em: out. 2022.

GEROLOMO, Moacir; PENNA, Maria Lúcia Fernandes. Os cinco primeiros anos da sétima pandemia de cólera no Brasil. *Informe Epidemiológico do SUS*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 49-58, set. 1999.

GINÁSIO DA UNIVERSIDADE do Pará é obra de Serviço Social aos seus servidores. *Folha do Norte*, Belém, p. 12, 11 mar. 1964.

GOIS, Antonio. *Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros*. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GRATUIDADE do ensino nas escolas superiores. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 27 jan. 1962.

GUIMARÃES, Mário V. 1808: um pernambucano na Corte. *Sociedade Brasileira de História da Medicina*, São Paulo, fev. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101009200156/http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=156>. Acesso em: out. 2022.

GUIMARÃES, Mayra Martins Silva; DIAS, Giovanna Martins; RODRIGUES, Fernanda Silva; OLIVEIRA, Luiza Nascimento Costa de. Documentação e resgate da memória das pinturas do Palacete Virgílio Sampaio – Belém (PA). SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 4., 2021. *Anais...* Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/242956-documentacao-e-resgate-da-memoria-das-pinturas-do-palacete-virgilio-sampaio--belem-\(pa\)](https://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/242956-documentacao-e-resgate-da-memoria-das-pinturas-do-palacete-virgilio-sampaio--belem-(pa)). Acesso em: 4 nov. 2021.

HAAG, Carlos. As sementes da discórdia. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 158, p. 22-25, abr. 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMOY, Idanise Sant'ana Azevedo. Retábulo landianos: traduzindo a tradição. In: GERALDO, Sheila Cabo; COSTA, Luiz Cláudio da (Org.). *Anais do 20º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. p. 1851-1865.

HELAL FILHO, William. Como o assassinato do estudante Edson Luís mudou a história do Brasil, há 55 anos. *O Globo* [on-line], 28 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/como-o-assassinato-do-estudante-edson-luis-mudou-a-historia-do-brasil-ha-55-anos.ghtml>. Acesso em: jun. 2023.

HOJE A ENTREGA das comendas: agraciados os drs. Prisco dos Santos e José da Silveira Neto. *Folha do Norte*, Belém, p. 6, 9 jan. 1962.

HOJE A INAUGURAÇÃO do curso de teatro da Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 14, 5 maio 1962.

HUDSON, Victor. Referência regional: Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza completa 29 anos de fundação. Belém: Ebserh, 18 out. 2022. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13988-referencia-regional-hospital-universitario-bettina-ferro-de-souza-completa-29-anos-de-fundacao>. Acesso em: jan. 2023.

HUJBB. *Relatório de gestão dos resíduos de serviços de Saúde 2010*: Hospital Universitário João de Barros Barreto. Belém: MEC, 2011.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1 p. 45, 1990. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: abr. 2022.

INAUGURAÇÃO das novas instalações da Faculdade de Farmácia. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 3 mar. 1963.

INAUGURADAS ontem as novas instalações da Faculdade de Odontologia. *Folha do Norte*, Belém, p. 7, 3 de julho de 1962.

INAUGURARÁ a Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 6, 30 jan. 1959.

INAUGURA-SE o novo prédio da Faculdade de Farmácia. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 2 mar. 1963.

INSTALAÇÃO, amanhã, do serviço de teatro da U.P. *Folha do Norte*, Belém, p. 6, 4 maio 1962.

INSTALAÇÃO SIMBÓLICA da Universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 31 jan. 1959.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA/UFPA). *Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU)*: período 2019-2022. Belém: ICSA/UFPA, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Dívida externa bruta*: de 1950 até 2022. Brasília-DF: Ipea, 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: jan. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Apresentação*. Brasília-DF, 23 nov. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: 7 jan. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Carta de Petrópolis, 1987. *Caderno de documentos*, Brasília-DF, v. 3, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Iphan: 83 anos em defesa do Patrimônio Cultural*. Brasília-DF, 10 jan. 2020b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5532/iphan-83-anos-em-defesa-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 7 jan. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Patrimônio cultural imaterial*: para saber mais. 3. ed. Brasília-DF: Iphan, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Patrimônio*: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan; Copedoc, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018*: Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília-DF: Iphan, 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ (IHGP). *Fundadores*. Belém: IHGP, 2015? Disponível em: <http://ihgp.net.br/principal/index.php/2013-09-09-02-38-02>. Acesso em: out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Mapa do analfabetismo no Brasil*. 2. ed. Brasília-DF: Inep; MEC, 2021.

INTEGRAÇÃO da Escola de Química à Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 14, 26 abr. 1962.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS: Committee for Conservation (Icom-CC). *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*. Nova Déli: Icom-CC, 2008. Disponível em: <https://www.icom-cc.org/en/terminology-for-conservation>. Acesso em: nov. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (Icomos). *History*. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/history?start=1>. Acesso em: jan. 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (Icomos). *The Burra Charter: The Australia Icomos Charter for Places of Cultural Significance*. Melbourne: Icomos Austrália, 2013.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública. Circular n. 117, de 6 de abril de 1972 [Carta do Restauro]. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 15, n. 15. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/337>. Acesso em: abr. 2020.

JÁ INCIADAS as aulas do Ginásio da Universidade do Pará. *A Província do Pará*, Belém, Caderno 1, p. 6, 9 mar. 1964.

JG SURPREENDE o país: refinarias encampadas. *Folha de São Paulo*, n. 12.690, p. 1, 14 mar. 1964.

JK: DIA 31 em Belém. *O Liberal*, Belém, p. 1, 21 jan. 1959.

KARI, Susanna; RÖSSLER, Mechtild. A world heritage perspective on culture and nature: beyond a shared platform. *The George Wright Forum*, v. 34, n. 2, p. 134-141, 2017.

LAHOR, Jean. *Art nouveau*. Trad. Rebecca Brimacombe (inglês). Nova York: Parkstone Press International, 2007.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a Ação Política Liberal-Conservadora*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEAL, Cláudio de la Rocque. A queda dos solares. *O Liberal*, Belém, 2 nov. 1989.

LEAL, Larissa Silva; MIRANDA, Cybelle Salvador. Sanatório Barros Barreto (Belém-PA): arquitetura como testemunho científico. *CPC*, São Paulo, n. 29, p. 124-150, jan./jul. 2020.

LE COINTE, Paul. *O ensino de Química Industrial no Pará em 1922*. Belém: Museu Comercial do Pará, 1923<sup>709</sup>.

LE COINTE, Paul. *O ensino de Química Industrial no Pará em 1923*. Belém: Museu Comercial do Pará, 1924.

LE COINTE, Paul. *[O] ensino de Química Industrial no Pará em 1924*. Belém: Museu Comercial do Pará, 1925.

LE COINTE, Paul. *[O] ensino de Química Industrial no Pará, ano de 1926*. Belém: Museu Comercial do Pará, 1927.

LE COINTE, Paul. *O ensino de Química Industrial no Pará em 1929*. Belém: Museu Comercial do Pará, 1930.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Repertórios)

LEMOS, Antônio José de. *O município de Belém, 1897-1902: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902*. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a Democracia e a Ditadura (1961-1968)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O lugar da direita na história e na historiografia do movimento estudantil no Rio Grande do Sul. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Anpuh, São Paulo, julho 2011.

LIMA E SILVA, Antônio. *Ata da reunião da Congregação da Escola Livre de Odontologia do Pará: primeira reunião*. Belém, 4 jul. 1914. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.03.

LISTA dos bacharéis formados pela Faculdade Livre de Direito do Pará... *Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado do Pará*, Belém, n. 1, p. 183, 1909.

LOPEZ, Immaculada. *Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*. São Paulo: Museu da Pessoa; Senac, 2008.

LOYOLA, Ophir. Instituto de Proteção e Assistência à Infância Desvalida do Pará: breve histórico. *Pará-Médico*, Belém, n. 10, v. 2, p. 290-293, set. 1922.

MACHADO, Jurema de Sousa. Apresentação. In: LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso*. Brasília-DF: Iphan, 2016. p. 8-9.

---

<sup>709</sup> As entradas Le Cointe e a entrada Porto, 1952 provêm dos relatórios da Associação Comercial do Pará sobre a administração e a manutenção da Escola de Química Industrial do Pará, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.04.

MACHADO, Maria de Nazaré dos Santos. Paulo Eleutério Álvares da Silva: fundador da Escola de Serviço Social do Pará. In: EVELIN, Heliana Baía; MACHADO, Maria de Nazaré dos Santos. *História do Serviço Social no Pará*. Belém: ed.ufpa, 2000.

MAIA, Lindalva Silva Correia. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas*. São Luís: UFMA, 2019.

MALATO, Iléa Monteiro. *Ata da inauguração da Escola de Serviço Social do Pará, em 15 de maio de 1950*. Belém, 9 fev. 1951. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.11.

MALIN, Mauro. Artur Bernardes [verbete]. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/artur-bernardes>. Acesso em: abr. 2022.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA (Mapa). José Maria da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/435-jose-maria-da-silva-lisboa-visconde-de-cairu>. Acesso em: out. 2022.

“MATARAM UM ESTUDANTE. Podia ser seu filho”: Assassinato de Edson Luís pela PM do Rio detona onda nacional de protestos. *Memorial da Democracia* [on-line]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/mataram-um-estudante-podia-ser-seu-filho>. Acesso em: jan. 2023.

MATNI, Nagib Coelho. *A formação do docente de educação física e sua realidade local*. Belém: Esefpa, 1984.

MEIRA, Aleyr. Universidade Federal do Pará: como tudo começou. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *UFPA 50 anos: relatos de uma trajetória*. Belém: ed.ufpa, 2007. p. 11-23.

MELO, Gervásio de Brito; GAMA, Guaraciaba Quaresma; PORTO, Edgar Pinheiro. *Relatório da verificação para efeito de reconhecimento da Escola de Serviço Social do Pará*. Belém: Escola de Serviço Social do Pará, Inspeção Federal, 31 jan. 1957. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.11.

MENDES FILHO, João Paulo. *O NPI que eu vi: lembranças, saudades, reconhecimento*. Belém, 2003. (Não publicado)

MENDONÇA, Guilherme Cruz de. Das sanções administrativas em matéria de patrimônio histórico e artístico nacional. In: IPHAN. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan; Copedoc, 2007. (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, 1)

MENDONÇA, Magaly Rose Camargo Sena de. *A filosofia na formação crítica de estudantes do ensino médio*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança) [verbete]. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/ciacs-centros-integrados-de-atendimento-a-crianca/>. Acesso em: abr. 2022.

MENSCH, Peter van. Notas sobre os arredores: patrimônio e novas tecnologias. *Musas*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 11-23, 2009.

MERGOS, George. Cultural heritage and the economic development agenda. In: MERGOS, George; PATSAVOS, Nikolas (Ed.). *Cultural heritage and sustainable development*. Chania (GRE): Technical University of Crete, 2017. p. 81-96.

MINISTÉRIO da Justiça. *A Constituição: Órgão do Partido Conservador*, Belém, ano IV, n. 51, p. 1, 5 mar. 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=385573&pagfis=10082&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: out. 2022.

MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. Assimetrias da memória: trajetórias similares, lembranças desiguais – Maria do Carmo Sarmiento e Bettina Ferro de Souza, médicas no Pará. *Nova Revista Amazônica*, v. 9, n. 2, p. 21-34, jun. 2021.

MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, 1919/1950: da fundação à federalização*. Belém: Editora da UFPA, 2009.

MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. O Sanatório de Belém: a epopeia – ou via sacra? – de sua construção. *Revista Pan-Amazônica de Saúde* [online], Ananindeua, v. 7, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.iec.gov.br/index.php/rpas/article/view/277/116#toc>. Acesso em: fev. 2023.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 10 de setembro de 1901 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: [Imprensa Oficial], 1901. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1902. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1903. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1904. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 7 jan. 2017.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém, Imprensa Oficial, 1905. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 7 jan. 2017.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1906. Disponível em: <http://www-http://ddsnnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 7 jan. 2017.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1907. Disponível em: <http://www-http://ddsnex.crl.edu/titles/>. Acesso em: 7 jan. 2017.

MONTENEGRO, Augusto (Org.). *Album do estado do Pará: oito annos do Governo (1901-1909)*. Paris: Imprimerie Chaponet, 1908.

MORAES, Isabela. Era Vargas (1930-1945). *Politize!* 1º ago. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/era-vargas>. Acesso em: 6 abr. 2023.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. *Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. v. 5. Belém: Cejup, 1989.

MOREIRA, Eidorfe. *Para a História da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio*. Belém: Grafisa, 1977.

MORENO-NAVARRO, Antoni González. *La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental): Memoria SPAL 1993-1998*. v. 1. Barcelona: Diputación de Barcelona, 1999.

MORRE JK: A vida de construtor de Brasília encontrou seu fim na Rio – São Paulo. *Correio Braziliense* [on-line], 16 set. 2020. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/20/interna\\_cidadesdf,832\\_940/morre-jk.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/20/interna_cidadesdf,832_940/morre-jk.shtml). Acesso em: abr. 2022.

MORREU UM ESTUDANTE em conflito com a PM da GB. *O Estado de São Paulo*, n. 28.517, p. 32, 29 mar. 1968.

MORTE DE JK: Presidente Juscelino Kubitschek ficou conhecido pelo Plano de Metas “50 anos em 5” e morreu em um acidente de carro na via Dutra, em 1976. *Memória Globo* [on-line], 28 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/morte-de-jk/noticia/morte-de-jk.ghtml>. Acesso em: abr. 2022.

MOTTA, Flávio Lichtenfels. *Contribuição ao estudo do “art nouveau” no Brasil*. São Paulo: FAU/USP, 1957.

MOURA, Ignacio. O acontecimento comemorado. In: MOURA, Ignacio; BARREIROS, Luiz; RIBEIRO, M. Braga. *Comemoração do Centenario da Praça do Comércio do Pará: 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919. p. 19-32.

MOURA, Ignacio; BARREIROS, Luiz; RIBEIRO, M. Braga. *Comemoração do Centenario da Praça do Comércio do Pará: 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919.

MPF. *Arquivos do Inquérito Público – JK: Inquérito Civil 1.30.008.000307/2013-79*. Brasília-DF, 1979-2013. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pfdc/gts-e-relatorias/memoria-e-verdade/arquivos-do-inquerito-publico-jk>. Acesso em: abr. 2022.

MPF torna público inquérito sobre morte do ex-presidente JK. *Poder360* [on-line], 25 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/mpf-torna-publico-inquerito-sobre-morte-do-ex-presidente-jk/>. Acesso em: abr. 2022.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. *Autoridades maçônicas nos estados do Brasil: delegados do Grande Oriente do Brasil no Pará*. Belém, [s. d.]. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AUtoridades\\_UF/UF\\_PA\\_Deleg\(GO B\).htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AUtoridades_UF/UF_PA_Deleg(GO B).htm). Acesso em: 7 jan. 2017.

NA ASSEMBLEIA o corpo do estudante morto em choque com a polícia carioca. *Folha de São Paulo*, ano 48, n. 14.166, p. 14, 29 mar. 1968.

NADAI, Mariana. Quais foram os trotes mais cruéis do Brasil? *Super Interessante*, Mundo Estranho, fev. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-foram-os-trotes-mais-cruéis-do-brasil/>. Acesso em: 1 set. 2021.

NÃO HOUE reunião: por falta de “quorum”. *O Liberal*, Belém, ano 5, n. 706, p. 3, 21 jun. 1951.

NASCIMENTO, Yvette da Costa. *Ano letivo de 1957: disposições gerais*. Belém: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Pará, jan. 1958. (Relatórios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA)

NOGUEIRA, Antônio José da Silva *et al.* (Org.). *100 anos de ensino odontológico no estado do Pará: ensinando e praticando a Odontologia ética e científica*. Belém: UFPA, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOTICIÁRIO: Sociedade Dentária do Pará. *Norte Odontológico*, Belém, n. 1, v. 1, p. 45, mar. 1917.

NOVO CATEDRÁTICO da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. *Pará-Médico*, Belém, n. 50, v. 10, p. 83, jan.-mar. 1949.

NUNES, Kauan Amora. *A nau queer: uma genealogia da sexualidade no teatro de Luís Otávio Barata (1980-1990)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

*O Caixeiro*: órgão da classe caixeiral, Belém, ano I, n. 1, 15 dez. 1889.

O EMPREGADO no Commercio. *O Empregado no Commercio*, Belém, ano 1, n. 1, p. 1, 15 ago. 1899.

OLIVA, Daigo. Foto de Evandro Teixeira na “sexta-feira sangrenta” virou símbolo da repressão militar. *Folha de São Paulo*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/foto-de-evandro-teixeira-na-sexta-feira-sangrenta-virou-simbolo-da-repressao-militar.shtml>. Acesso em: jan. 2023.

OLIVEIRA, Ana Cristina Kaliff; PENNA, Cristina Maria de Pina; LIMA, José Júlio Ferreira. *O ecletismo na arquitetura residencial de Belém: oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira*. 1986. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Pará, 1986.

OLIVEIRA, Murilo Delanhesi de; TAKADA, Mário Yudi. A mercantilização do ensino superior. *Colloquium Humanarum*, v. 11, n. Especial, p. 721-728, jul.-dez. 2014.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 41-54, jul./dez. 2004.

O ESTADO do Pará. *Revista Comercial do Pará*, Belém, ano V, n. 8, p. 24, 30 jun. 1919.

O PRONTO SOCORRO poderá vir a ser administrado e mantido em parte pela Universidade local. *Folha do Norte*, Belém, p. 16, 18 dez. 1962.

ORGANIZAÇÃO da Escola de Engenharia do Pará. *Folha do Norte*, ano 35, n. 12.878, p. 1, 10 abr. 1931.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Normas de Quito*: Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito (Equador): OEA, 1967.

O SERVIÇO de Teatro da Universidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 12, 6 maio 1962.

PACHECO, Rafaela Verbicaro. *A obra de José Sidrim: projetos residenciais no início do século XX em Belém-PA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PADRES, ARTISTAS e intelectuais. *Folha de São Paulo*, ano 48, n. 14.256, Caderno I, p. 6, 27 jun. 1968.

PANDOLFO, Clara Martins. *Fundação da Escola: data e iniciativa*. Belém: Escola de Química Industrial do Pará, 1962. (Relatórios da Associação Comercial do Pará sobre a administração e manutenção da Escola de Química Industrial do Pará, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.04).

PARA SENADOR do Estado: José Marques Braga. *O Pará*, Belém, n. 39, p. 1, 21 jan. 1898.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PELA UNIVERSIDADE do Pará: um apelo aos engenheiros e técnicos paraense. *Folha do Norte*, Belém, ano 35, n. 12.877, p. 1, 9 abr. 1931.

PELLS, Richard H.; ROMER, Christina D. Great Depression [verbete]. *Britannica*, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Great-Depression>. Acesso em: abr. 2023.

PELO ENSINO odontológico. *Folha do Norte*, Belém, n. 8.619, p. 1, 27 mar. 1919.

PEREIRA, Alberto de Moura; LIMA, Carvalho; PONTES, Britto. Aos nossos leitores. *Norte Odontológico*, Belém, n. 1, v. 1, mar. 1917

PEREIRA, Maria Teresinha de Jesus Carvalho. *Ata da sessão inaugural do ano de 1951 da Escola de Serviço Social do Pará e de sua doação ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância "Ofir Loiola"*. Belém: Escola de Serviço Social, 10 mar. 1951. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.11.

PEREIRA, Vinícius. História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes. *BBC News Brasil*, 27 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496>. Acesso em: out. 2022.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Jinkings, Raimundo [verbeta]. *Diccionario Biográfico de las Izquierdas Latinoamericanas*, 2021. Disponível em: <http://diccionario.cedinci.org>. Acesso em: mar. 2023.

*Phenix Caixeiral*, Fortaleza, ano 2, n. 1, 24 jun. 1893.

PIMENTEL, António Filipe. *Arquitectura e poder: o Real Edifício de Mafra*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910. *Intelligere: Revista de História Intelectual*, São Paulo, n. 12, dez. 2021, p. 16-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/192278/180365>. Acesso em: out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Edgar Pinheiro. *Ofício n. 1 – Inspetoria Federal: Relatório do 2º período letivo do ano de 1961*. Belém: Escola de Serviço Social do Pará, 28 fev. 1962. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.11.

PORTO, Edgar Pinheiro. *Relatório da verificação prévia para autorização de reabertura da Escola*. Belém: Escola de Química Industrial do Pará, 1952.

PORTO, Edgar Pinheiro. *Relatório do 1º período letivo do ano de 1950*. Belém: Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; Inspetoria Federal, 30 jun. 1950<sup>710</sup>.

PORTO, Edgar Pinheiro. *Relatório do 1º período letivo do ano de 1951*. Belém: Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; Inspetoria Federal, 10 ago. 1951.

POSSIVELMENTE NA ÁREA do Agrônômico a Cid. Universitária. *Folha do Norte*, Belém, p. 24, 9 jan. 1962.

---

<sup>710</sup> As entradas Porto, 1950 e Porto, 1951 provêm dos relatórios da Fênix Caixeiral Paraense sobre a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.07.

PREMESU. *Relatório de atividades do período de 1974 a 1978*. Brasília-DF: MEC; Departamento de Assuntos Educacionais, 1979.

PROGRAMA HOJE [sobre a visita de Costa e Silva a Belém e a inauguração do Conjunto Universitário]. *O Estado de São Paulo*, ano 89, n. 28.632, p. 44, 13 ago. 1968.

REBELLO, Barros. O ensino primário na Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 3, 12 fev. 1963.

REITORIA terá o Teatro da Paz e manterá o Centro 3. *Folha do Norte*, Belém, p. 10, 24 jan. 1962.

REPÓRTER DIÁRIO: Manual médico. *Diário do Pará*, Belém, ano 1, n. 279, p. 3, 5 ago. 1983.

*Revista Commercial do Pará*, Belém, ano V, n. 8, 30 jun. 1919.

*Revista do Ensino*, Belém, v. 2, n. 7, 15 mar. 1912.

RIBEIRO, Erick Elisson Hosana; ALVES, José Jerônimo de Alencar. Condições de criação da Escola de Engenharia do Pará: a valorização e formação científica dos Engenheiros (1870 -1931). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 57-64, jul.-dez. 2015.

RIBEIRO, M. Braga. A Associação Commercial. In: MOURA, Ignacio; BARREIROS, Luiz; RIBEIRO, M. Braga. *Commemoração do Centenario da Praça do Comércio do Pará: 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919a. p. 33-46.

RIBEIRO, M. Braga. O Museu Commercial do Pará. In: MOURA, Ignacio; BARREIROS, Luiz; RIBEIRO, M. Braga. *Commemoração do Centenario da Praça do Comércio do Pará: 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919b. p. 47-61.

RIBEIRO, M. Braga. Villa Flor. In: MOURA, Ignacio; BARREIROS, Luiz; RIBEIRO, M. Braga. *Commemoração do Centenario da Praça do Comércio do Pará: 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919c. p. 19-32.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIGHINI, Joseph Léon. *Panorama do Pará em doze vistas*. Belém: C. Wiegandt, 1867.

RIGOBERTO. A Universidade e o Teatro da Paz. *Folha do Norte*, Belém, p. 9, 15 jan. 1962.

RIO: PASSEATA HOJE, Exército atento. *Folha de São Paulo*, ano 48, n. 14.255, Caderno I, p. 12, 26 jun. 1968.

ROBILOTTA, Sandra Bordallo (Ed.). *Teses do Centro de Geociências: 1976-1993*. Belém: UFPA, 1994.

ROCHA, Lucas Alves da; LIMA, Izabela Pereira de. Subsídios para a história do patrimônio luso-brasileiro: o alvará de lei de dom João V e o cuidado com os bens materiais no século XVIII. *Arche: Revista Discente de Arqueologia*, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 20-31, 2021.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MG, 18., Mariana-MG, 24-27 jul. 2012. *Anais...* Mariana-MG: Anpuh, 2012.

RODRIGUES, Hildebrando (Org.). *Álbum do Pará*. Belém: Novidades, 1939.

ROSMANINHO, Nuno. Cidade Universitária de Coimbra: Patrimônio e exaltação. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XLV, p. 629-646, 2014.

ROUHI, Jafar. Definition of cultural heritage properties and their values by the Past. *Asian Journal of Science and Technology*, v. 8, n. 12, p. 7109-7114, dez. 2017.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Das Merkwürdigste aus der malerischen Reise in Brasilien*. Schaffhausen: J. Brodtmann, 1836.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Trad. Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

SALLES, Flavio de Almeida. Costa diz que solução para o país é união patrão-empregado. *Folha de São Paulo*, ano 48, n. 14.303, p. 3, 13 ago. 1968.

SANTA ROSA, Henrique Américo. *Belém e a sua topographia*: conferência realizada a 15 de junho de 1924, na Universidade Livre do Pará. Belém: J. B. dos Santos & Ca., 1924.

SANTOS, Ana Maria Smith; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de. Curso de Serviço Social do Marajó: uma proposta de educação transformadora. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: estado, desenvolvimento e crise do capital, 5., São Luís, 23-26 ago. 2011. *Anais...* São Luís: UFMA, 2011.

SANTOS, Camila Henrique. Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional. In: IPHAN. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan; Copedoc, 2007. (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, 1)

SANTOS, Dayane. Guedes diz que meta do ministério é 'vender tudo'. *Brasil247*, 10 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/guedes-diz-que-meta-do-ministerio-e-vender-tudo>. Acesso em: jan. 2023.

SANTOS, Marco Aurélio dos. Campanha da legalidade: episódio de luta para defender a Constituição e a democracia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2021/08/11/artigo-campanha-da-legalidade-episodio-de-luta-para-defender-a-constituicao-e-a-democracia>. Acesso em: abr. 2022.

- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Sergiana Vieira dos; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar. O patrimônio e a construção do pertencimento: um estudo de caso acerca da igreja e convento de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo-AL (2012-2014). *Magistro*, Duque de Caxias-RJ, v. 2, n. 12, p. 25-32, 2015.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. *A imaginação*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, INTERIOR E INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Boletim Oficial da Instrução Pública do Estado do Pará*. t. 1, n. 1, mar.-maio 1905. Belém: Imprensa Oficial, 1905.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002. (Série Acadêmica, v. 21)
- SERRÃO, Vítor. *A Cripto-História de Arte: análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SERRÃO, Vítor. A História da Arte em Portugal e a consciência do estudo e salvaguarda do Património histórico-cultural. In: IGESPAR. *O Património como oportunidade e desígnio: ciência, sociedade e cultura*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Icomos; Igespar; PP-CULT, 18 abr. 2009. (Conferência 1: Património e História da Arte)
- SERRÃO, Vítor. Iconoclastia e cripto-história da arte: casos de estudo e acertos teórico-metodológicos no património artístico português. *Art Is On*, Lisboa, n. 5, p. 8-24, dec. 2017.
- SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2018.
- SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. *Amazônia Brasileira*, Belém, ano I, n. 4, jun.-jul. 1930.
- SILVA, Paulo Eleutério Alvares da; SILVA, Amélia Mendes Alvares da; ALBUQUERQUE, Celina Lima Cavalcante de. *Ata de organização da Fundação “Paulo Eleutério”*. Belém, 10 abr. 1950. Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.11.
- SIQUEIRA, Lucília. A construção da memória, a ideia de Patrimônio Histórico e o ofício do historiador. In: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). *Patrimônio e história*. Londrina: Unifil, 2014. p. 63-71.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SODRÉ, Lauro. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1918*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial, 1918. Disponível em: <http://www-ddsnext.crl.edu/titles/>. Acesso em: 6 abr. 2017.

SODRÉ, Lauro. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919*. Belém: [Typ. da Imprensa Oficial], 1919. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pará>. Acesso em: 6 abr. 2017.

SODRÉ, Lauro. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1920*. Belém: [Typ. da Imprensa Oficial], 1920. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pará>. Acesso em: 6 abr. 2017.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas* [restauro de monumentos]: Conferência Internacional da Sociedade das Nações [ONU] sobre o Restauro de Monumentos, 21-30 out. 1931. Atenas: Escritório Internacional dos Museus, 1931.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA CASTRO, Antônio Emiliano de. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da [?] reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1923*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1923. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pará>. Acesso em: out. 2017.

SOUSA CASTRO, Antônio Emiliano de. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1924*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1924. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pará>. Acesso em: out. 2017.

SOUZA, Bettina Ferro de (Org.). *Manual de Propedêutica Médica*. v. 1. 3. ed. Belém: Cejup, 1995.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. *Revista Educação Pública*, v. 19, n. 5, 12 mar. 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SOUZA, Hilkías Bernardo de. Relatório das atividades da Escola de Química Industrial do Pará, no ano de 1959, apresentado ao Conselho Técnico Administrativo e Congregação da mesma escola. Belém: Escola de Química Industrial do Pará, 1959. (Relatórios da Associação Comercial do Pará sobre a administração e manutenção da Escola de Química Industrial do Pará, catalogados por Rísia Conceição Silva Lira, sob a guarda da UFPA e depositados no Arquivo Central da UFPA – BR PAUFPA 01.04).

SOUZA, Jéssica. UFPA inaugura novo prédio do Instituto de Ciências da Saúde no Campus do Guamá. *Portal da UFPA*, Belém, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.ics.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/1833-ufpa-inaugura-no-predio-do-instituto-de-ciencias-da-saude-no-campus-do-guama>. Acesso em: mar. 2023.

SOUZA, Orinete Costa; FERREIRA, Rubens da Silva. Clodoaldo Beckmann (1927–2007): o médico cirurgião e documentalista dedicado à biblioteconomia. *Palavra Chave*, La Plata (Arg.), v. 5, n. 1, 2015.

SOUZA, Paulo. Palacete Augusto Montenegro: a casa dos homens de ontem, para os homens de hoje e de amanhã. *Museu da UFPA*, Belém, 2010. Disponível em: <http://mufpa.wordpress.com/historico/>. Acesso em: out. 2023.

STAMATO, Fernando; MELLO, Sérvulo. *Belém-Brasília: rodovia da unidade nacional* [documentário]. Rio de Janeiro: Rio Filmes Ltda.; Arquivo Nacional, 1962.

SUSPENSA a execução do decreto que criou a Faculdade de Filosofia do Pará. *O Liberal*, Belém, n. 313, p. 2, 3 dez. 1947.

TAVARES, Alexandre V. Public instruction. In: GAMA E ABREU, José Coelho da [Barão de Marajó]. *The State of Para: notes for the exposition of Chicago*. Nova York: [s. l.], 1893.

THIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura e a patrimonialização da experiência política. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, p. 15-30, dez. 2015.

TRINDADE, Elna Maria Andersen; NUNES, Mateus Carvalho. O ecletismo na residência e administração dos governadores do Grão-Pará: análise ornamental e espacial da intervenção de Augusto Montenegro. *Patrimônio e Memória*, Assis-SP, v. 16, n. 2, p. 283-312, jul.-dez. 2020.

TUON, Ligia. Ministro da Fazenda de Bolsonaro defende privatizar tudo. *Exame*, 25 fev. 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/ministro-da-fazenda-de-bolsonaro-defende-privatizar-tudo/>. Acesso em: jan. 2023.

TURENKO JUNIOR, Aleksei. A péssima qualidade do ensino superior. *Diário do Pará*, Belém, ano 1, n. 1, p. 2, 2 set. 1982

TURENKO JUNIOR, Aleksei. O movimento universitário paraense e a conquista da democracia. *Diário do Pará*, Belém, ano 2, n. 440, p. 4, 8 abr. 1988.

UFBA. Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb). *Levantamento nominal dos formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA*. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: [https://www.bgm.fameb.ufba.br/sites/bgm.fameb.ufba.br/files/formandos\\_fmb.pdf](https://www.bgm.fameb.ufba.br/sites/bgm.fameb.ufba.br/files/formandos_fmb.pdf). Acesso em: jan. 2023.

UFPA. *Catálogo Geral 1971*. Belém: MEC; UFPA, 1971.

UFPA. Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB). *Plano de Reestruturação do Hospital Universitário João de Barros Barreto*. Belém: UFPA, 2010.

UFSM. Acervo Arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria. *Legião Brasileira de Assistência (LBA)* [verbetes]. UFSM, Santa Maria, [s. d.]. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>. Acesso em: abr. 2022.

UMA BIBLIOTECA Central para a Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, p. 14, 13 dez. 1962.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Carta de Veneza* [Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos]: 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 25-31 maio 1964. Veneza: ONU; Unesco, 1964a.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Our history*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/history>. Acesso em: jan. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Recomendação de Paris* (paisagens e sítios): Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 9 nov.-12 dez. 1962. Paris: ONU; Unesco, 1962.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Recomendação de Paris* (proteção do patrimônio cultural): Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 20 out.-20 nov. 1964. Paris: ONU; Unesco, 1964b.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Recomendação de Paris* (obras públicas ou privadas): 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 19 nov. 1968. Paris: ONU; Unesco, 1968.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Recomendação de Paris* (exportação, importação e transferência de propriedade ilícitas de bens culturais): Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 17 out.-21 nov. 1972. Paris: ONU; Unesco, 1972.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE SANTO DOMINGO (UASD). *Reseña histórica de la Universidad Autónoma de Santo Domingo*. Disponível em: <https://uasd.edu.do/historia/>. Acesso em: abr. 2023.

UNIVERSIDADE DO PARÁ: alicerce da valorização da Amazônia. *Anais Científicos*, São Paulo, ano 21, n. 74, p. 1-48, abr. 1964 a maio 1965.

UNIVERSIDADE DO PARÁ: sonho que se torna realidade. *Folha do Norte*, Belém, p. 28, 1º fev. 1959.

UNIVERSIDADE PARA ABAETÉ. *Diário do Pará*, Belém, ano 2, n. 421, p. 3, 17 mar. 1984.

UNIVERSITÁRIOS PARAM em todo o país: “Greve do um terço” mobiliza estudantes de 40 universidades pela reforma. *Memorial da Democracia*, jul. 2021. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/universitarios-param-em-todo-pais#card-158>. Acesso em: fev. 2023.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010.

VECCO, Marilena. A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal of Cultural Heritage*, v. 11, n. 3, p. 321-324, jul.-set. 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Escola de Cirurgia da Bahia [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>. Acesso em: jan. 2020.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2008.

VIANNA, Arthur. *A Santa Casa de Misericórdia do Pará: notícia histórica (1650-1902)*. Belém: Secult, 1992. (Lendo o Pará, v. II)

VIANNA, Arthur. *Pontos de história do Brasil e do Pará*. Belém: Pinto Barbosa & C<sup>a</sup>., 1900.

VINÃS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Síntesis, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. 3. ed. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006. (Artes & Ofícios, 1)

VLADO EDUCAÇÃO (Instituto Vladimir Herzog). Edson Luiz Lima Souto. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/edson-luiz-lima-souto/>. Acesso em: fev. 2023.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

WEIMANN, Guilherme. Explosões e naufrágio da plataforma P-36 completam 20 anos. *Sindipetro*, São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em: [www.sindipetrosp.org.br/explosões-e-naufrágio-da-plataforma-p-36-completam-20-anos](http://www.sindipetrosp.org.br/explosões-e-naufrágio-da-plataforma-p-36-completam-20-anos). Acesso em: jun. 2023.

WIZIACK, Julio. Venda de 17 estatais anunciada por Guedes não sai em 2019, dizem técnicos do governo. *Folha de São Paulo*, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-inclui-estatais-no-ppi-mas-venda-nao-deve-sair-neste-ano.shtml>. Acesso em: jan. 2023.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Trad. Flavia Bancher. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan.-set. 2018.

**Legislação Nacional (em ordem cronológica)**

D. JOÃO V. Alvará-régio, de 2 de agosto de 1721. Publicado na Chancelaria-mor da Corte e Reino, em 28 de agosto de 1721. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4628676>. Acesso em jan. 2023.

BRASIL. Decisão n. 2, de 18 de fevereiro de 1808: Manda crear uma Escola de Cirurgia no Hospital Real da Cidade da Bahia. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891a. Parte II, p. 2.

BRASIL. Decreto de 23 de fevereiro de 1808: Crêa na cidade do Rio de Janeiro uma cadeira de Sciencia Economica. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891b. Parte I, p. 2.

BRASIL. Decreto de 30 de junho de 1821: Permite a qualquer cidadão o ensino, e abertura de escola de primeiras lettras, independente de exame ou licença. *Coleção das Leis do Brasil*, 1821.

BRASIL. Lei de 9 de setembro de 1826: Manda passar cartas de cirurgião, e de cirurgião formado aos que concluírem os cursos das escolas de cirurgia do Rio de Janeiro e da Bahia. Registrada a fl. 130, Livro 4º. de registro de cartas, leis, e alvarás. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 18 set. 1826.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827: Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Registrada na Chancelaria-mor do Império do Brasil, fl. 83, livro 1.º de Cartas, Leis, e Alvarás. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 21 ago. 1827a.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827: Manda crear escolas de primeiras lettras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Registrada a fl. 180, Livro 4º. de registro de cartas, leis e alvarás, Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 29 out. 1827b.

BRASIL. Decreto n. 6.026, de 6 de novembro de 1875: Crêa uma Escola de minas na Provincia de Minas Geraes, e dá-lhe Regulamento. *Coleção das Leis do Brasil*, 1875. Parte II, p. 701.

BRASIL. Decreto n. 3.072, de 27 de maio de 1882: Declara válidos em todo o Imperio, verificadas certas condições, os diplomas de pharmaceutico conferidos pelas Escolas de pharmacia creadas pelas Assembléas Legislativas Provinciaes aos alumnos approvados nas materias do curso farmacêutico. *Coleção de Leis do Brasil*, v. 1, 31 dez. 1882. Col. 1, p. 30.

BRASIL. Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901: Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1901. Seção 1, p. 447.

BRASIL. Decreto n. 4.904, de 27 de julho de 1903: Concede à Faculdade Livre de Direto do Pará os privilégios e garantias de que gosam as faculdades federaes congeneres. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1903. Seção 1, p. 8519.

BRASIL. Decreto n. 5.294, de 29 de agosto de 1904: Concede à Escola de Pharmacia do Pará os privilegios e garantias de que gozam as escolas federaes congengeres. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1904. Seção 1, p. 4027.

BRASIL. Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911: Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1911. Seção 1, p. 3983.

BRASIL. Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915: Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1915. Seção 1, p. 2977.

BRASIL. Lei n. 3.991, de 05 de janeiro de 1920: Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1920. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1920a. Seção 1, p. 243.

BRASIL. Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920: Institue a Universidade do Rio de Janeiro. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 set. 1920b. Seção 1, p. 15115.

BRASIL. Decreto n. 4.709, de 9 de julho de 1923: Considera de utilidade publica a Sociedade Phenix Caixeiral Paraense. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1923. Seção 1, p. 20573.

BRASIL. Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925: Estabelece o concurso da União para a difusão do Ensino Primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o Ensino Secundário e o Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1925. Seção 1, p. 8541.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931a. Seção 1, p. 5800.

BRASIL. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931b. Seção 1, p. 5808.

BRASIL. Decreto n. 20.877, de 30 de dezembro de 1931: Regula o exercicio da farmácia no interior dos Estados pelos práticos licenciados. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1932. Seção 1, p. 99.

BRASIL. Decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933: Regula o exercicio das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1933. Seção 1, p. 23441.

BRASIL. Constituição de 1934: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Seção 1, Suplemento, p. 1.

BRASIL. Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936: Institue as comissões de salário mínimo. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1936. Seção 1, p. 1602.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937: Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saude Publica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937a. Seção 1, p. 1210.

BRASIL. Lei n. 452, de 5 de julho de 1937: Organiza a Universidade do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1937b. Seção 1, p. 14830.

BRASIL. Decreto-Lei n. 24, de 29 de novembro de 1937: Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1937c. Seção 1, p. 23672.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937d. Seção 1, p. 24056.

BRASIL. Decreto-Lei n. 421, de 11 de maio de 1938: Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 maio 1938. Seção 1, p. 8990.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939: Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1939a. Seção 1, p. 7929.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939: Organiza a Justiça do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1939b. Seção 1, p. 10381.

BRASIL. Decreto n. 6.072, de 13 de agosto de 1940: Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de odontologia do Pará. *Coleção de Leis do Brasil*, v. 6, 31 dez. 1940. Col. 1, p. 517.

BRASIL. Decreto n. 7.215, de 24 de maio de 1941: Concede reconhecimento ao curso de engenharia civil da Escola de Engenharia do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 maio 1941. Seção 1, p. 10848.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943a. Seção 1, p. 11937.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1943b. Seção 1, p. 19217.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.290, de 5 de dezembro de 1945: Cria a Escola de Agronomia da Amazônia. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1945. Seção 1, p. 18360.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.053, de 12 de março de 1946: Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1946. Seção 1, p. 3693.

BRASIL. Decreto n. 26.688, de 23 de maio de 1949: Concede autorização para funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, de Belém. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 maio 1949a. Seção 1, p. 7941.

BRASIL. Decreto n. 27.359, de 24 de outubro de 1949: Concede reconhecimento ao curso de farmácia da Faculdade de Farmácia do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 out. 1949b. Seção 1, p. 15303.

BRASIL. Lei n. 888, de 24 de outubro de 1949: Considera de utilidade pública o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará “Ofir Loiola”. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 out. 1949c. Seção 1, p. 15297.

BRASIL. Lei n. 1.049, de 3 de janeiro de 1950: Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1950a. Seção 1, p. 1122.

BRASIL. Lei n. 1.076, de 31 de março de 1950: Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1950b. Seção 1, p. 5425.

BRASIL. Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950: Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1950c. Seção 1, p. 17537.

BRASIL. Lei n. 1.472, de 22 de novembro de 1951: Autoriza aos que fizerem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1951. Seção 1, p. 17433.

BRASIL. Projeto de Lei n. 22866, de 4 de agosto de 1952: Cria a Universidade do Pará, com sede em Belém, capital do estado do Pará, e integrada no Ministério da Educação e Saúde, Diretório do Ensino Superior, e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 143, 5 ago. 1952. p. 7591 (3ª col.)-7592.

BRASIL. Decreto n. 32.923, de 2 de junho de 1953: Concede reconhecimento ao curso de ciência econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1953a. Seção 1, p. 10570.

BRASIL. Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953: Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1953b. Seção 1, p. 10985.

BRASIL. Decreto n. 35.456, de 4 de maio de 1954: Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 maio 1954. Seção 1, p. 8875.

BRASIL. Decreto n. 38.876, de 13 de março de 1956: Concede autorização para o funcionamento do curso que indica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1956. Seção 1, p. 5178.

BRASIL. Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957: Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1957a. Seção 1, p. 16645.

BRASIL. Decreto n. 42.427, de 12 de outubro de 1957: Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 out. 1957b. Seção 1, p. 23661.

BRASIL. Decreto n. 42.925, de 30 de dezembro de 1957: Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1958. Seção 1, p. 1857.

BRASIL. Decreto n. 47.340, de 3 de dezembro de 1959: Concede reconhecimento ao Curso de Química Industrial da Escola de Química Industrial do Pará. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1959. Seção 1, p. 25317.

BRASIL. Lei n. 3.865-B, de 26 de janeiro de 1961: Provê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 30 jan. 1961a. Seção 1, p. 833.

BRASIL. Decreto n. 50.949, de 13 de julho de 1961: Altera a denominação da escola que especifica. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 dez. 1961b. Seção 1, p. 10973.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 dez. 1961c. Seção 1, p. 11429.

BRASIL. Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962: Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 26 jul. 1962. Seção 1, p. 7919.

BRASIL. Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963: Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 18 mar. 1963a. Seção 1, p. 2857.

BRASIL. Lei n. 4.283, de 18 de novembro de 1963: Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 22 nov. 1963b. Seção 1, p. 9849.

BRASIL. Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964: Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 18 mar. 1964a. Seção 1, p. 2604.

BRASIL. Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964: Cria o Serviço Nacional de Informações. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 jun. 1964. Seção 3, p. 5073.

BRASIL. Decreto n. 55.297, de 29 de dezembro de 1964: Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos edificados que menciona, em Belém, Estado do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 30 dez. 1964b. Seção 1, p. 12038.

BRASIL. Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965: Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 24 ago. 1965. Seção 1, p. 8554.

BRASIL. Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967: Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 22 mai. 1967. Seção 1, p. 5543.

BRASIL. Decreto n. 65.880, de 16 de dezembro de 1969: Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 19 dez. 1969. Seção 1, p. 10823.

BRASIL. Lei n. 5.651, de 11 de dezembro de 1970: Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 14 dez. 1970. Seção 1, p. 10579.

BRASIL. Lei n. 5.658, de 7 de junho de 1971: Dispõe sobre a venda de bens imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, sobre a aplicação do produto da operação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 8 jun. 1971a. Seção 1, p. 4353.

BRASIL. Decreto n. 69.786, de 14 de dezembro de 1971: Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém-Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 dez. 1971b. Seção 1, p. 10309.

BRASIL. Decreto n. 70.268, de 8 de março de 1972: Muda a denominação da Escola de Agronomia da Amazônia para Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 9 mar. 1972a. Seção 1, p. 2019.

BRASIL. Decreto n. 70.997, de 17 de agosto de 1972: Concede reconhecimento ao[s] cursos de Administração[,] Física, Arquitetura, Geologia e Biblioteconomia – UFPA. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 18 ago. 1972b. Seção 1, p. 7364.

BRASIL. Decreto n. 73.857, de 14 de março de 1974: Reestrutura a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 14 mar. 1974. Seção 1, p. 2893.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 249, de 12 de julho de 1976: Resolve que o Sanatório Barros Barreto, em Belém, Estado do Pará, integrante da estrutura da Divisão Nacional de Tuberculose, da Secretaria Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, passa a denominar-se Hospital Barros Barreto. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 19 jul. 1976. Seção 1, p. 9599.

BRASIL. Lei n. 6.420, de 3 de junho de 1977: Altera a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 7 jun. 1977a. Seção 1, p. 7029.

BRASIL. Decreto n. 80.536, de 11 de outubro de 1977: Regulamenta a Lei n. 6420, de 3 de junho de 1977, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 out. 1977b. Seção 1, p. 13761.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978: Altera dispositivos da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 17 out. 1978. Seção 1, p. 16713.

BRASIL. Lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979: Modifica dispositivos da Lei n. 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterando a Emenda Constitucional n. 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei n. 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 20 dez. 1979. Seção 1, p. 19463.

BRASIL. Decreto n. 82.165, de 24 de agosto de 1978: Concede reconhecimento ao curso de Filosofia, ministrado pela Universidade Federal do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 ago. 1978. Seção 1, p. 13831.

BRASIL. Lei n. 7.011, de 8 de julho de 1982: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Rondônia. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 9 jul. 1982. Seção 1, p. 12585.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 337, de 1º de novembro de 1983: Altera a denominação do Hospital Barros Barreto, integrante da estrutura organizacional da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 2 dez. 1983a. Seção 1, p. 20428.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 24, de 1º de dezembro de 1983: Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 5 dez. 1983b. Seção 1, p. 20465.

BRASIL. Lei n. 7.348, de 24 de julho de 1985: Dispõe sobre a execução do § 4º do art. 176 da Constituição Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 jul. 1985. Seção 1, p. 10651.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/94, pelas emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Constituição de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, ano 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1 ss.

BRASIL. Decreto n. 98.997, de 2 de março de 1990: Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 5 mar. 1990a. Seção 1, p. 4141.

BRASIL. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990: Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 abr. 1990b. Seção 1, p. 7101.

BRASIL. Decreto n. 99.350, de 27 de junho de 1990: Cria o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, define sua estrutura básica e o quadro distributivo de cargos e funções do grupo direção e assessoramento superiores de suas unidades centrais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, ano 128, n. 123, 28 jun. 1990c. Seção 1, p. 12447.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, ano 128, n. 182, 20 set. 1990d. Seção 1, p. 18055.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ofício n. 278: Extrato de Termo de Cessão de Uso. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, n. 233, 6 dez. 1990e. Seção 1, p. 23518.

BRASIL. Decreto n. 100, de 16 de abril de 1991: Institui a Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 17 abr. 1991. Seção 1, p. 7075.

BRASIL. Medida Provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 1º jan. 1995. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000: Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 7 ago. 2000. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei n. 10.611, de 23 de dezembro de 2002: Dispõe sobre a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 24 dez. 2002. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005: Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, edição extra, 18 nov. 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Lei n. 12.085, de 5 de novembro de 2009: Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 6 nov. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n. 7.082, de 27 de janeiro de 2010: Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais-REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 jan. 2010a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010: Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 2010b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011: Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 16 dez. 2011. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012: Dispões sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.858, de 09 de setembro de 2013: Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI do Caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 10 set. 2013. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n. 10.995, de 14 de março de 2022: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 mar. 2022. Seção 1, p. 10.

### **Legislação Estadual (em ordem cronológica)**

PARÁ. Lei n. 839, de 30 de outubro de 1902: Auctorisa o governador do Estado a entrar em acôrdo com o instituto Teixeira de Freitas no sentido de ser mantida pelo Estado a faculdade livre de direito. *Collecção das Leis Estaduaes dos Annos de 1901 a 1905*: precedida da reforma da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1906a. p. 89-90.

PARÁ. Decreto n. 183, de 26 de janeiro de 1903. Comunica que por decreto n. 1184, de 24 do mesmo mês o Governo do Estado tomou a si a administração e direção do hospício de alienados e dos hospitais Domingos Freire e São Sebastião. *Decretos e decisões de 1903*. Belém: Imprensa Official, 1906b. p. 9.

PARÁ. Lei n. 874, de 23 de outubro de 1903: Auctorisa o governador a crear uma escola de pharmacia. *Collecção das Leis Estaduaes dos Annos de 1901 a 1905*: precedida da reforma da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1906c. p. 142-143.

PARÁ. Governo do Estado. *Album da festa das creanças*: descrições e photographias. Paris: Aillaud & C<sup>a</sup>., 1905.

PARÁ. *Estatutos do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia*. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1913.

PARÁ. Lei n. 1.451, de 22 de outubro de 1914: Considera validos os titulos profissionaes expedidos pela Escola de Odontologia. *Collecção de Leis do Estado do Anno de 1914*. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1915. p. 50-51.

PARÁ. Lei n. 1.582, de 24 de setembro de 1917. *Collecção de Leis do Estado do Anno de 1917*. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1917. p. 8-9.

PARÁ. Lei n. 1.679, de 5 de novembro de 1918: Considera de utilidade publica a Sociedade Centro Propagador das Sciencias, com séde nesta capital, sendo reconhecidos validos, em todo o território do Estado do Pará, os diplomas expedidos pelos seus estabelecimentos de ensino superior, Escola de Agronomia e Faculdade de odontologia do Pará. *Collecção de Leis do Estado do Anno de 1918*. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1918. p. 14-15.

PARÁ. Decreto n. 4.272, de 29 de março de 1926. *Diário Official do Estado do Pará*, Belém, n. 9.933, p. 33, 31 mar. 1926.

PARÁ. Decreto n. 84, de 2 de janeiro de 1931: Muda os nomes dos estabelecimentos de ensino, Instituto Lauro Sodré e outros. *Coleção de Decretos e Portarias*: 1 de janeiro a 28 de fevereiro. Belém: Typ. do Instituto D. Macedo Costa, 1931a. p. 9.

PARÁ. Decreto n. 374, de 14 de maio de 1931: Concede à Escola de Engenharia do Pará, para sua instalação, enquanto a mesma instituição de ensino existir, o prédio do Estado situado à avenida Tito Franco, onde ultimamente esteve instalado o Grupo Escolar Pinto Marques. *Coleção de Decretos e Portarias*: 2 de maio a 28 de junho. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto D. Macedo Costa, 1931b. p. 39-40.

PARÁ. Decreto n. 2.156, de 30 de maio de 1936: Fica encampada a Faculdade Livre de Odontologia do Estado do Pará, passando o seu patrimônio e rendas para o Estado. *Diário oficial do Estado do Pará*, Belém, ano 45, n. 12.297, p. 1, 2 jun. 1936.

PARÁ. Decreto n. 2.944, de 2 de março de 1938. Concede honras de chefe de Estado aos funerais do dr. Camilo Henrique Salgado, presidente do Senado e Governador eventual do Estado e determina luto por 3 dias em todas as repartições do Estado. *Coleção de Decretos*: janeiro, fevereiro e março. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938a. p. 98.

PARÁ. Decreto n. 3.023, de 8 de junho de 1938: Transfere a Escola de Engenharia do Pará, com todo o seu patrimônio, ao Sindicato de Engenheiros do Pará, e dá outras providências. *Coleção de Decretos 1938*: junho. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938b. p. 8-10.

PARÁ. Decreto n. 3.066, de 16 de agosto de 1938: Altera o orçamento vigente na parte que se refere à Escola de Engenharia. *Coleção de Decretos 1938*: julho e agosto. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938c. p. 24-25.

PARÁ. Decreto n. 3.163, de 27 de dezembro de 1938: Dá nova organização à Faculdade de Odontologia. *Coleção de Decretos*: novembro e dezembro de 1938. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938d.

PARÁ. Decreto n. 3.167, de 31 de dezembro de 1938: Orça a receita e fixa a despesa do estado do Pará, para o exercício financeiro de 1939. *Coleção de Decretos*: novembro e dezembro de 1938. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938e.

PARÁ. Decreto n. 3.220, de 13 de março de 1939: Reorganiza a Faculdade de Odontologia do Pará. *Coleção de Decretos*: janeiro, fevereiro e março de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1939a.

PARÁ. Decreto n. 3.241, de 11 de abril de 1939: Aprova o Regulamento interno da Faculdade de Odontologia do Pará. *Coleção de Decretos*: abril, maio e junho de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1939b.

PARÁ. *Diário da Justiça*, Belém, ano XX, n. 4.338, p. 1-7, 30 dez. 1954.

PARÁ. Lei n. 2.173, de 17 de janeiro de 1961. *Diário Oficial do Estado*, Belém, n. 19.517, 19 jan. 1961.

### **Resoluções da UFPA (em ordem cronológica)<sup>711</sup>**

*Conselho Universitário (Consun); Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); Conselho Superior de Administração (Consad)*

UFPA. Consun. Resolução n. 06, de 17 de janeiro de 1958: Instalação da Universidade – Aula inaugural. Belém, 1958a.

UFPA. Consun. Resolução n. 14, de 31 de janeiro de 1958: Aprova o Regimento da Faculdade de Medicina. Belém, 1958b.

UFPA. Consun. Resolução n. 18, de 15 de fevereiro de 1958: Aprova o Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Belém, 1958c.

UFPA. Consun. Resolução n. 23, de 20 de fevereiro de 1958: Aprova o Regimento da Faculdade de Farmácia. Belém, 1958d.

UFPA. Consun. Resolução n. 45, de 12 de novembro de 1958: Autoriza o funcionamento do Curso de Extensão Universitária sobre Leprologia, a ser ministrado na Faculdade de Medicina. Belém, 1958e.

UFPA. Consun. Resolução n. 1, de 30 de janeiro de 1959: Aprova o Regimento da Escola de Engenharia da Universidade do Pará. Belém, 1959.

UFPA. Consun. Resolução n. 22, de 26 de dezembro de 1960: Elege o Vice-reitor da Universidade do Pará. Belém, 1960a.

UFPA. Consun. Resolução n. 23, de 31 de dezembro de 1960: Outorga o título de “Doutor Honoris Causa” aos doutores Arthur Cezar Ferreira Reis e Waldir Bouhid. Belém, 1960b.

UFPA. Consun. Resolução n. 3, de 18 de janeiro de 1961: Elege Comissão de Orçamento e Contas. Belém, 1961a.

UFPA. Consun. Resolução n. 9, de 20 de abril de 1961: Aprova o Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Belém, 1961b.

---

<sup>711</sup> Adota-se neste trabalho a designação Universidade Federal do Pará e a sigla UFPA mesmo para documentos anteriores a 1965 – quando a instituição atendia pelo nome de Universidade do Pará (UP), a fim de preservar a clareza das informações apresentadas e facilitar a compreensão dos dados fornecidos.

UFPA. Consun. Resolução n. 8, de 14 de maio de 1962: Padroniza pintura dos prédios onde funcionam as Unidades Universitárias. Belém, 1962.

UFPA. Consun. Resolução n. 1-A, de 28 de janeiro de 1963: Cria novos cursos na Universidade do Pará. Belém, 1963a.

UFPA. Consun. Resolução n. 10, de 18 de novembro de 1963: Disciplina a realização dos Concursos de Habilitação à matrícula na 1ª série dos Cursos Universitários para o ano de 1964. Belém, 1963b.

UFPA. Consun. Resolução n. 1, de 9 de março de 1964: Aprova o Regimento da Escola Primária da Universidade do Pará. Belém, 1964a.

UFPA. Consun. Resolução n. 4, de 9 de março de 1964: Aprova o Regimento do Ginásio da Universidade do Pará. Belém, 1964b.

UFPA. Consun. Resolução n. 2, de 7 de março de 1969: Institui medalha comemorativa da inauguração do Conjunto Universitário Pioneiro. Belém, 1969a.

UFPA. Consun. Resolução n. 9, de 7 de abril de 1969: Cria o Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 1969b.

UFPA. Consun. Resolução n. 22, de 25 de setembro de 1969: Assegura representação no Conselho Universitário à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e às Escolas de Engenharia, Serviço Social e Química. Belém, 1969c.

UFPA. Consun. Resolução n. 26, de 17 de setembro de 1970: Outorga o título de doutor honoris causa a Emílio Garrastazu Médici. Belém, 1970a.

UFPA. Consun. Resolução n. 39, de 14 de outubro de 1970: Cria Núcleos de Educação em Santarém e em Macapá, para a realização do Curso de Licenciatura Polivalente de 1º Ciclo. Belém, 1970b.

UFPA. Consun. Resolução n. 59, de 24 de dezembro de 1970: Instala as Unidades universitárias previstas na reestruturação da Universidade, e dá providências correlatas. Belém, 1970c.

UFPA. Consun. Resolução n. 112, de 18 de setembro de 1972: Cria o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Pará (Crutac). Belém, 1972a.

UFPA. Consun. Resolução n. 137, de 7 de dezembro de 1972: Aprova o Regimento do Núcleo de Patologia Regional e Higiene da Universidade Federal do Pará. Belém, 1972b.

UFPA. Consun. Resolução n. 162, de 27 de fevereiro de 1973: Define o currículo pleno do Curso de Pós-Graduação em Geofísica, em nível de mestrado e doutorado. Belém, 1973a.

UFPA. Consun. Resolução n. 181, de 2 de maio de 1973: Aprova o Regimento do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 1973b.

UFPA. Consun. Resolução n. 192, de 4 de junho de 1973: Aprova o regimento do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Pará. Belém, 1973c.

UFPA. Consun. Resolução n. 199, de 22 de junho de 1973: Define o currículo pleno do Curso de Licenciatura em Filosofia, na forma do Parecer n. 277/62, do Conselho Federal de Educação. Belém, 1973d.

UFPA. Consun. Resolução n. 272, de 2 de janeiro de 1975: Implanta o Núcleo Pedagógico Integrado do Centro de Educação da UFPA, que absorve em sua organização a Escola Primária e o Colégio Universitário. Belém, 1975a.

UFPA. Consepe. Resolução n. 247, de 16 de janeiro de 1975: Aprova a criação do Curso de Ciências Geofísicas e Geológicas. Belém, 1975b.

UFPA. Consun. Resolução n. 371, de 1º de julho de 1976: Cria o Escritório Técnico Administrativo – ETA da Universidade Federal do Pará. Belém, 1976.

UFPA. Consun. Resolução n. 528, de 5 de abril de 1979: Aprova o Regimento do Centro de Educação. Belém, 1979.

UFPA. Consad. Resolução n. 91, de 8 de julho de 1981: Homologa o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Território Federal de Rondônia e a Universidade Federal do Pará. Belém, 1981.

UFPA. Consun. Resolução n. 544, de 25 de abril de 1983: Cria o Museu da Universidade Federal do Pará. Belém, 1983a.

UFPA. Consepe. Resolução n. 1.058, de 13 de dezembro de 1983: Concede o título honorífico de Professor Emérito ao Professor Doutor Joaquim Lemos Gomes de Souza. Belém, 1983b.

UFPA. Consepe. Resolução n. 1.089, de 21 de fevereiro de 1984: Concede o título honorífico de Professor Emérito ao Professor Doutor Arthur Napoleão Figueiredo. Belém 1984a.

UFPA. Consepe, Resolução n. 1.099, de 1º de março de 1984: Concede o título honorífico de Professor Emérito aos docentes Bettina Ferro de Souza, José Monteiro Leite e Abelardo dos Santos. Belém, 1984b.

UFPA. Consun. Resolução n. 559, de 9 de dezembro de 1985: Aprova a estrutura organizacional do Centro de Ciências Jurídicas. Belém, 1985.

UFPA. Consun. Resolução n. 1.355, de 3 de fevereiro de 1986: Aprova o Programa de Interiorização da Universidade. Belém, 1986a.

UFPA. Consepe. Resolução n. 1.436, de 1º de julho de 1986: Estabelece diretrizes e dispõe sobre o sistema de admissão e classificação de candidatos ao Concurso Vestibular Especial para os cursos de Licenciatura Plena, a ser realizado nos Municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cameté, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, no ano de 1986, e dá outras providências. Belém, 1986b.

UFPA. Consad. Resolução n. 412, de 8 de julho de 1986: Autoriza a alienação de bens imóveis do patrimônio da Universidade Federal do Pará. Belém, 1986c.

UFPA. Consad. Resolução n. 440, de 23 de dezembro de 1986: Homologa o convênio celebrado entre a Universidade Federal do Pará e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Belém, 1986d.

UFPA. Consun. Resolução n. 450, de 30 de janeiro de 1987: Institui normas de administração e controle de bens móveis no âmbito desta autarquia educacional, bem como aprova o Manual de Procedimentos sobre Administração de Bens Patrimoniais, integrante da presente resolução. Belém, 1987.

UFPA. Reitoria. Portaria n. 0629, de 25 de maio de 1988: Resolve constituir a Comissão Básica de Implantação do Hospital Universitário da UFPA. Belém, 1988a.

UFPA. Consad. Resolução n. 590, de 21 de dezembro de 1988: Aprova a instituição do Sistema de Arquivo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 1988b.

UFPA. Consad. Resolução n. 679, de 23 de fevereiro de 1990: Homologa o 1º Termo Aditivo ao convênio 01/89 celebrado entre a Universidade Federal do Para e o Ministério da Saúde. Belém, 1990a.

UFPA. Consun. Resolução n. 569, de 15 de março de 1990: Cria o Núcleo de Artes da Universidade Federal do Pará. Belém, 1990b.

UFPA. Consad. Resolução n. 686, de 9 de abril de 1990: Homologa o convênio celebrado entre a Universidade Federal do Pará e outras instituições. Belém, 1990c.

UFPA. Consad. Resolução n. 691, de 9 de maio de 1990: Aprova procedimento para o efetivo funcionamento do sistema de segurança patrimonial da Universidade Federal do Pará. Belém, 1990d.

UFPA. Consad. Resolução n. 693, de 16 de julho de 1990: Homologa o termo de convênio firmado entre a Universidade Federal do Para e o Governo do Estado do Pará. Belém, 1990e.

UFPA. Consun. Resolução n. 571, de 21 de dezembro de 1990: Outorga o título de “Doutor Honoris Causa” da Universidade Federal do Pará ao educador Paulo Freire. Belém, 1990f.

UFPA. Consun. Resolução n. 575, de 4 de janeiro de 1991: Aprova o Regimento do Núcleo de Artes da UFPA. Belém, 1991a.

UFPA. Consun. Resolução n. 576, de 22 de março de 1991: Transforma o Núcleo de Patologia Regional e Higiene em Núcleo de Medicina Tropical, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pará. Belém, 1991b.

UFPA. Consepe. Resolução n. 1.987, de 1º de abril de 1992: Altera a Resolução n. 464 de 28.12.77 do Consep e cria o Curso de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica. Belém, 1992.

UFPA. Consad. Resolução n. 1.013, de 09 de janeiro de 1996: Aprova o Organograma Administrativo do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza. Belém, 1996.

UFPA. Consepe. Resolução n. 2733, de 27 de março de 2000: Aprova a transferência do Curso de Química Industrial para o Centro de Ciências Exatas e Naturais. Belém, 2000.

UFPA. Consepe. Resolução n. 3.361, de 5 de agosto de 2005: Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

UFPA. Consun. Resolução n. 613, de 13 de fevereiro de 2006: Cria o Instituto de Ciências da Arte. Belém, 2006a.

UFPA. Consun. Resolução n. 614, de 28 de junho de 2006: Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006b.

UFPA. Consun. Resolução n. 627, de 24 de setembro de 2007: Cria o Instituto de Tecnologia. Belém, 2007a.

UFPA. Consun. Resolução n. 633, de 18 de dezembro de 2007: Cria o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Belém, 2007b.

UFPA. Consun. Resolução n. 661, de 31 de março de 2009: Aprova o Regimento da Escola de Aplicação. Belém, 2009a.

UFPA. Consepe. Resolução n. 3.869, de 22 de junho de 2009: Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA. Belém, 2009b.

UFPA. Consepe. Resolução n. 3.883, de 21 de julho de 2009: Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos portadores de deficiência. Belém, 2009c.

UFPA. Consepe. Resolução n. 4.309, de 27 de agosto de 2012: Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas. Belém, 2012.

UFPA. Consun. Resolução n. 723, de 18 de dezembro de 2013: Aprova a adesão da UFPA à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Belém, 2013.

UFPA. Consun. Resolução n. 763, de 20 de outubro de 2017: Aprova o Regimento da Superintendência de Assistência Estudantil (Saest) da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

UFPA. Consepe. Resolução n. 5.074, de 23 de agosto de 2018: Concede o título de Professor Emérito a Gervásio Protásio dos Santos Cavalcante. Belém, 2018.

UFPA. Consad. Resolução n. 1.480, de 24 de setembro de 2019: Aprova o Manual de Procedimentos Patrimoniais – Bens Permanentes e o Manual de Procedimento Operacional Padrão – Bens de Consumo da Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

UFPA. Consad. Resolução n. 1.535, de 11 de janeiro de 2022: Estabelece os usuários e o valor das refeições a serem servidas nos Restaurantes Universitários do Campus Belém da Universidade Federal do Pará. Belém, 2022a.

UFPA. Consun. Resolução n. 848, de 6 de outubro de 2022: Aprova a criação do Instituto de Ciências Médicas (ICM), por transformação da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2022b.

UFPA. Consun. Resolução n. 851, de 3 de novembro de 2022: Autoriza a criação do Fundo Patrimonial da Universidade Federal do Pará, nos termos da Lei n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências. Belém, 2022c.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Lei n. 839, de 30 de outubro de 1902

## LEI N. 839 de 30 de Outubro de 1902

*Auctorisa o Governador do Estado a entrar em accôrdo com o instituto Teixeira de Freitas no sentido de ser mantida pelo Estado a faculdade livre de direito.*

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1º—Fica o Governador do Estado auctorisado a entrar em accôrdo com

o instituto Teixeira de Freitas no sentido de ser mantida pelo Estado a faculdade livre de direito fundada nesta capital pelo citado instituto.

Art. 2º—Será condição para qualquer accôrdo passar ao dominio do Estado o patrimonio de que dispõe o instituto.

Art. 3º—O Estado manterá a faculdade livre de direito com o producto das seguintes verbas :

- a) auxilio que fôr decretado na lei do orçamento da despesa do Estado.
- b) impostos especiaes que o Congresso Legislativo houver por bem decretar.
- c) auxilio das intendencias municipaes.
- d) matricula dos alumnos da faculdade.
- e) donativo dos particulares.
- f) rendimento do patrimonio da faculdade.

§ unico. Constituirão patrimonio da faculdade os bens que o instituto «Teixeira de Freitas» entregar ao Estado e os bens e effectos que fôrem adquiridos com o producto das verbas indicadas neste artigo.

Art. 4º—Os lentes da faculdade não serão, para effecto algum, considerados empregados publicos e exercerão gratuitamente os cargos.

§ Unico. Tanto, porém, que o patrimonio da faculdade dê rendimento sufficiente, receberão os lentes uma gratificação por licção, arbitrada e distribuida na fórma prescripta pelo regulamento que fôr decretado para execução d'esta lei.

Art. 5º—Compete ao governador a nomeação do director da faculdade e de um conselho administrativo.

§ unico. No regulamento será determinado o numero de membros d'esse conselho, assim como as attribuições d'elle e do director da faculdade.

Art. 6º—A congregação da faculdade compete a nomeação dos lentes na fórma do codigo do ensino e seus estatutos.

Art. 7º—Os vencimentos do pessoal administrativo, assim como a verba para o expediente da faculdade, serão fixados pelo conselho administrativo nos limites do rendimento de cada anno.

Art. 8º—O Governador do Estado, tendo em vista as bases estabelecidas na presente lei e o codigo de ensino da União, baixará o necessario regulamento para perfeita regularidade do serviço.

Art. 9º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado da Justiça, Interior e Instrução Publica assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 30 de Outubro de 1902, 14º da Republica.

AUGUSTO MONTENEGRO.  
*Genuino Amazonas de Figueiredo.*

## Anexo 2 – Lei n. 874, de 23 de outubro de 1903

## LEI N. 874 de 23 de Outubro de 1903

*Auctorisa o governador a crear uma escola de pharmacia.*

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei :  
 Art. 1º—Fica o governador do Estado auctorisado a crear uma escola de pharmacia, utilizando os laboratorios de chimica e pharmacia da directoria do serviço sanitario do Estado.

§ 1º O corpo docente será constituido por inspectores sanitarios nomeados em commissão pelo governador, que lhes arbitrarã uma gratificação adicional pelo serviço.

§ 2º Para a matricula no estabelecimento serão exigidos certificados das seguintes materias : portuguez, francez, arithmetica, algebra até equações de 1º grão, geometria plana, elementos de physica e chimica e elementos de historia natural.

§ 3º O curso da escola comprehenderã ás seguinte cadeiras : historia natural medica, chimica medica, materia medica, pharmacologia e pharmacia pratica.

§ 4º As materias do curso serão leccionadas em dois annos, assim : 1º anno :—chimica medica, historia natural medica, materia medica e pharmacologia (pharmacia pratica); 2º anno :—Chimica medica, pharmacologia (pharmacia chimica e pharmacia pratica).

§ 5º Organizada a escola, o governador do Estado pedirã ao governo da União a sua equiparação aos estabelecimentos congeneres officiaes da Republica.

Art. 2º—Fica o governador do Estado auctorisado a abrir os creditos necessarios para a execução da presente lei.

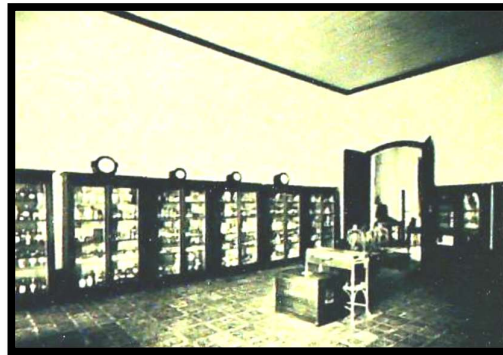
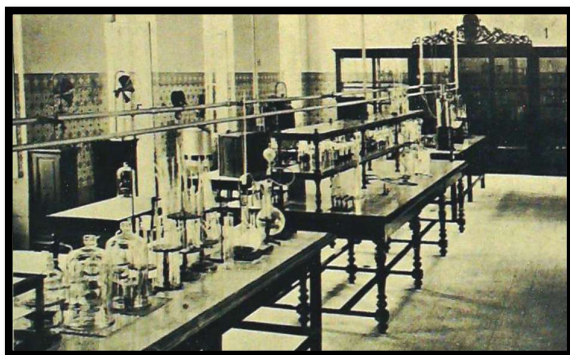
Art. 3º—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario do Estado da justiça, interior e instrucção publica assim o faça executar.

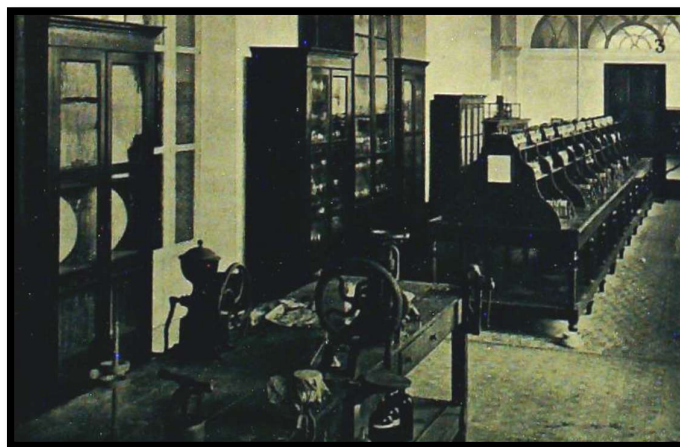
Palacio do governo do Estado do Pará, 23 de outubro de 1903,—15º da Republica.

AUGUSTO MONTENEGRO.  
*G. Amazonas de Figueiredo.*

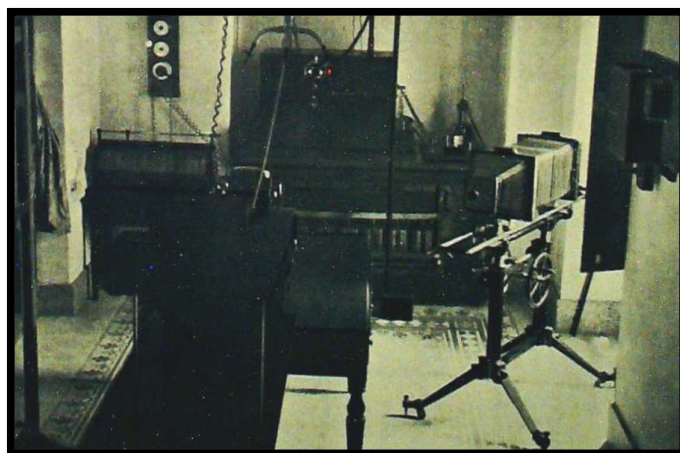
## Anexo 3 – Laboratórios do Serviço Sanitário do Estado, 1908



Nota: Aspecto do Laboratório de Higiene (à esquerda) e de Análises Clínicas  
Fonte: Montenegro, 1908, p. 323 e 321.

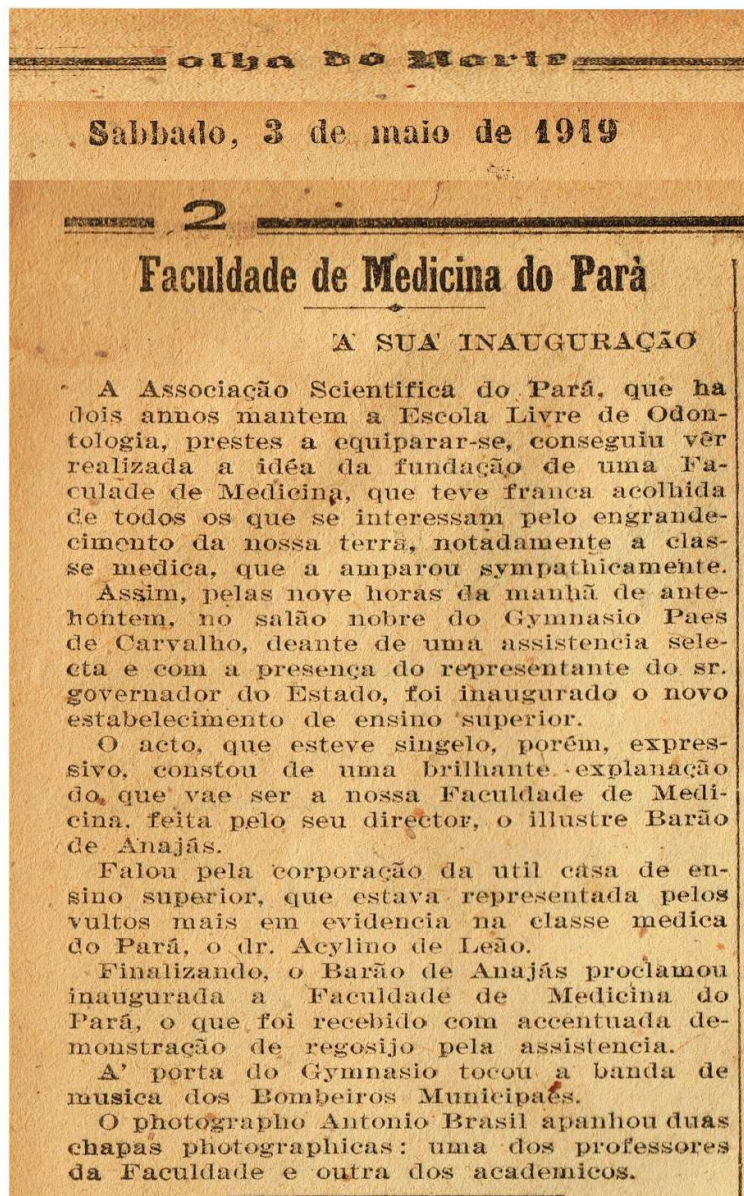


Nota: Aspecto do Laboratório de Física e Química  
Fonte: Montenegro, 1908, p. 323



Nota: Equipamentos para aula de fotografia microscópica  
Fonte: Montenegro, 1908, p. 323

## Anexo 4 – Inauguração da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em 1919



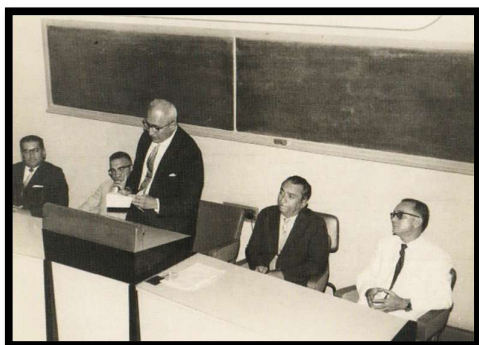
Fonte: *Folha do Norte*, 3 de maio de 1919 – Biblioteca Arthur Viana (Centur).

## Anexo 5 – Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, nova sede, 1961



Nota: Entrega da nova sede da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, em 15 de maio de 1961, com a presença do reitor Silveira Netto e do diretor prof. Armando Mendes, que discursa na primeira foto.

Fonte: Arquivo Central da UFPA



Nota: Curso de Desenvolvimento Econômico, realizado na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais em 1962.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

DIPLOMADOS DE CURSO SUPERIOR		Estabelecimento	Diplomado			
GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO		N.º DE CADASTRO				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CÓDIGO	MUNICÍPIO	CÓDIGO	DISTRITO	CÓDIGO	
INSTRUÇÕES: Questionário em curso. Capas as folhas de papel destinadas ao registro de dados pessoais dos diplomados da turma de 1968. Destina-se ao registro de informações do estabelecimento de ensino, e da maior importância		que todos os quesitos sejam respondidos, mesmo quando as respostas solicitadas sejam negativas. Questionário em papel: Diplomados de 1968. Destina-se ao preenchimento de próprio punho de cada um dos diplomados pelo Estabelecimento em 1968.				
ESTABELECIMENTO DE ENSINO		CURSOS MINISTRADOS		Natura (UF)	Duração (A3)	N.º Diplomados
Nome: <u>Fac. Cien. Econômicas, Contábeis e Atuariais</u>		<u>Ciências Econômicas</u>				<u>32</u>
Endereço: <u>Av. Gov. José Malcher, 1716</u>		<u>Ciências Contábeis</u>				<u>12</u>
Diretor: <u>Pedro José Martin de Mello</u>		<u>Administração</u>				<u>17</u>
Secretário: <u>Altiberto Pinto Coelho da Silva</u>						
Universidade: <u>do Pará</u>						
Instituição patrocinadora:						
AUTENTICAÇÃO E RESERVA DE EXEMPLARES						
N.º de curriculum						
N.º de exemplares reservados:						
Assinatura do Diretor ou Secretário		TOTAL				
Data: / / 19		Anexos: Res. Hist. Fotos Conv.				

Ministério da Educação e Cultura  
Secretaria Geral  
Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Dr. Ann Amélia, 9 — 1.º andar — Rio, GB.

Nota: Nesta ficha de cadastro da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, de 1968, pode-se ver o novo endereço da sede e o bom número de discentes graduados naquele ano, além do nome do diretor e do vice.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

Anexo 6 – Escola de Serviço Social, década de 1950



Nota: Biblioteca e Refeitório

Fonte: Melo; Gama; Porto, Documentação Fotográfica, 1957 – Arquivo Central da UFPA



Nota: Sala de aula

Fonte: Melo; Gama; Porto, Documentação Fotográfica, 1957 – Arquivo Central da UFPA



Nota: Secretaria

Fonte: Melo; Gama; Porto, Documentação Fotográfica, 1957 – Arquivo Central da UFPA

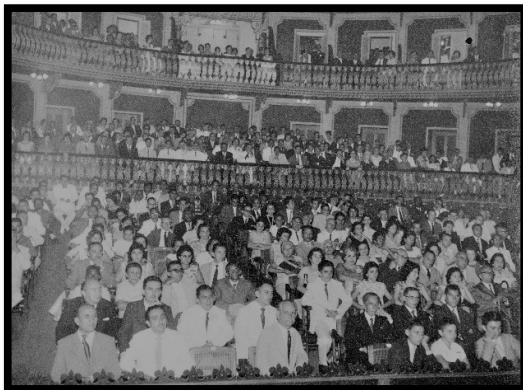
Anexo 7 – Instalação solene da Universidade do Pará, 31 de janeiro de 1959



Nota: O presidente Juscelino Kubistchek discursa para um Theatro da Paz lotado durante a cerimônia de instalação da Universidade do Pará, em 31 de janeiro de 1959. Na mesa solene, à esquerda de JK, o reitor Maria Braga Henriques e, à direita, o governador Magalhães Barata. Compareceram à cerimônia o ministro da Educação Clóvis Salgado, o ministro da Guerra Teixeira Lott, entre outras autoridades.



Nota: O reitor Mario Braga Henriques lê seu pronunciamento durante a cerimônia de instalação da Universidade do Pará. Atrás da mesa solene, os professores da Universidade acompanham a cerimônia.



Nota: O público acompanha atento aos pronunciamentos das autoridades presentes à cerimônia de instalação da Universidade do Pará, realizada no Theatro da Paz, marcada para as 20h30 do dia 31 de janeiro de 1959.

Fonte: Museu da UFPA

## Anexo 8 – Inauguração do prédio da Imprensa Universitária, 1963



Nota: A Imprensa Universitária iniciou suas atividades em 1962 com a publicação da *Revista de Ciências Médicas* e a impressão do material de expediente da Instituição. A Imprensa Universitária é a precursora da Gráfica e da Editora da UFPA. O prédio onde primeiro se instalou a Imprensa localizava-se na travessa Rui Barbosa, n. 471 (491), esquina com a Rua Ó de Almeida – onde hoje está instalado o Centro de Memória da Amazônia. Em 1963, foi iniciada a Coleção Amazônica, com a edição da obra *História do Pará*, de Ernesto Cruz, em dois volumes. A Imprensa Universitária editou também a *Revista da Universidade Federal do Pará*, resultado da unificação, em um único material, da *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*; *Revista de Ciências Biológicas*; e *Revista de Educação e Letras*.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

Anexo 9 – Diretor e funcionárias da Biblioteca Central da UFPA, 1962



Nota: O diretor Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann posa com as primeiras funcionárias da Biblioteca Central da UFPA, no dia da inauguração, em 19 de dezembro de 1962, no sobrado da av. Gov. José Malcher. Posteriormente, o sobrado foi demolido.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

Anexo 10 – Encenação de *Hécuba* pelo Serviço de Teatro da UFPA, c. 1963



Nota: A tragédia grega *Hécuba*, do dramaturgo Eurípides, foi encenada pelo Serviço de Teatro da UFPA, futura Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA) no Theatro da Paz, por volta de 1963, uma vez que o Serviço iniciou suas atividades em 1962

Fonte: Em maio o início do curso de teatro da Universidade. *Folha do Norte*, Belém, 8 abr. 1962, p. 28 e 16; Instalação, amanhã, do serviço de teatro da U.P. *Folha do Norte*, Belém, 4 maio 1962, p. 6; Hoje a inauguração do curso de teatro da Universidade do Pará. *Folha do Norte*, Belém, 5 maio 1962, p. 14; O Serviço de Teatro da Universidade. *Folha do Norte*, Belém, 6 maio 1962, p. 12.



Nota: Dirigido pelo prof. Benedito Nunes, o Serviço de Teatro funcionou inicialmente e de forma improvisada na trav. Quintino Bocaiúva, 1678, entre as avenidas Nazaré e Braz de Aguiar, ao lado do Centro de Francês ou Curso Livre de Francês. Nesse mesmo ano, a imprensa noticiou um acordo entre o governador Aurélio do Carmo e o reitor Silveira Netto para que a Universidade administrasse o Theatro da Paz e pudesse usá-lo como seu teatro universitário, mas o projeto não se concretizou.

Fonte: Reitoria..., 1962, p. 10; Rigoberto, 1962, p. 9; Brazão e Silva, 1962b, p. 7).

Fonte das imagens: Biblioteca Central da UFPA

Anexo 11 – I Salão de Artes Plásticas da UFPA, 1963

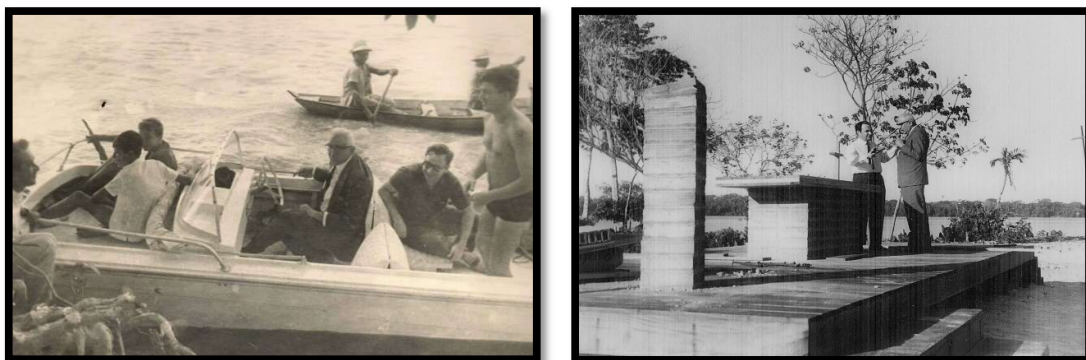


Fonte: Biblioteca Central da UFPA

## Anexo 12 – Silveira Netto e Alcyr Meira visitam o terreno do Campus, nov. 1966



Nota: (à direita) O reitor Silveira Netto apresenta a planta do futuro Núcleo Pioneiro ao historiador Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), então governador do Amazonas. Primeiro superintendente do SPVEA (Sudam) e primeiro intelectual a receber o título de doutor *honoris causa* da UFPA (UFPA, 1960b), Ferreira Reis foi convidado por Silveira Netto para ser o primeiro diretor da Editora da UFPA, que seria criada em 1969. O convite foi aceito. (à esquerda) O engenheiro Alcyr Meira, que elaborou o projeto do Núcleo Pioneiro, explica detalhes das obras de construção para a comitiva do ministro da Educação Tarso Dutra (1914-1983) e do interventor Alacid Nunes (1924-2015).



Nota: Silveira Netto e Alcyr Meira acessam o terreno do Campus pelo rio Guamá, de canoa. Com as obras em andamento, conversam no local onde seria celebrada a primeira missa no Campus da UFPA.

Fonte: Arquivo Central da UFPA

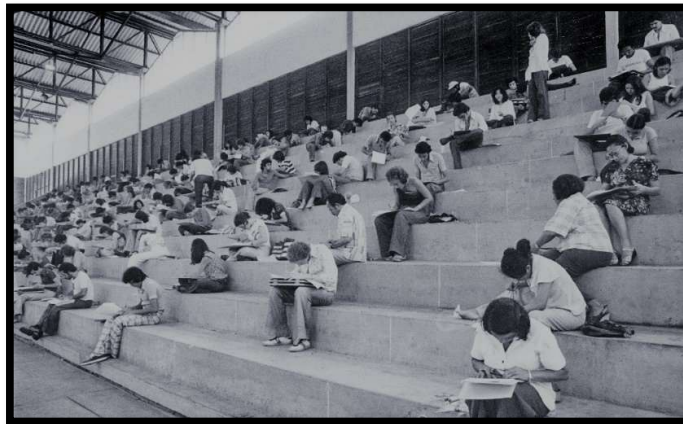
### Anexo 13 – Ginásio de Esportes da UFPA



Nota: Construção do Ginásio de Esportes da UFPA, c. 1970



Nota: Ginásio de Esportes da UFPA, c. 1980



Nota: Prova específica de educação artística, do curso de Arquitetura, realizada na arquibancada do Ginásio de Esportes da UFPA.

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

Anexo 14 – Primeiros mestres da UFPA, 1976



Nota: Jorge Wilson Delgado Leão, João Batista Correa da Silva e Sônia Dias Cavalcanti Guerreiro.

Fonte: Arquivo do Centro de Geociências

# JORNAL do DCE

ABRIL/83

## Restaurante e Escritório Modelo sem discussão com os estudantes.



Na foto acima vemos um dos momentos do debate promovido pelo DCE sobre o Restaurante Universitário, do qual participaram o pró-reitor de

de 81, ficou garantido aos estudantes que a verba dos prédios que seriam alienados pela Administração de UFPa., se aplicariam totalmente na construção do Escritório Modelo e do Restaurante Universitário. Pensando em ver concretizada a tal reivindicação dos estudantes, foi que o DCE, gestão 82, se comprometeu em continuar o movimento iniciado no ano anterior, junto a administração da universidade.

De acordo com o referido órgão, tanto o escritório modelo como o restaurante universitário têm verbas asseguradas, que seriam 5.000.000,00 e 15.000.000,00, respectivamente. No entanto, no caso do restaurante universitário, esta verba daria apenas para execução das fundações iniciais do prédio. Já para o escritório modelo, a administração assegura que a verba existente é mais do que suficiente.

O projeto do escritório modelo, que serviria aos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Economia, já está

discutido com os estudantes, tanto que a maioria desconhece completamente o mesmo.

A administração da universidade diz ainda, que o escritório modelo deverá estar pronto até o final do primeiro semestre deste ano, sendo que para isso já providenciou a publicação do edital de concorrência para o setor de computação, assim como para mobiliar o prédio.

Concluído ou não o escritório modelo, o que tem de ser refletido é que não se pode de forma alguma permitir que mais projetos desse tipo, sejam executados sem maior participação dos estudantes sob pena de se alimentar cada vez mais a falta de democracia interna nas Universidades.

Antonio Bouez, pró-reitor de administração declara que o projeto do restaurante universitário, também já está semi-concluído, restando apenas o dimensionamento da cozinha industrial que deverá ser feito por uma assessoria técnica especializada em restaurantes universitários. O projeto final será executado pela assessoria técnica da UFPa.

com um projetista de cálculo estrutural.

O Reitor Daniel Coelho de Souza, afirma não haver problemas em começar as obras das fundações do Restaurante; porém acrescenta, que após isso não será possível continuar a construção face a escassez de recursos.

Para o Reitor o problema de alimentação dos participantes da 35a. reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que realizar-se-á em julho próximo, aqui em Belém, só seria resolvido com a construção de uma cantina no setor básico que servisse cerca de 400 refeições. Isso no entanto, não deveria ameaçar o início das fundações do restaurante universitário.

As cantinas da Universidade não oferecem boa qualidade de alimentos, apesar do esforço empreendido pelo DCE nesse sentido. Além disso, muitos alunos, devido ao sistema de créditos, precisam se deslocar duas ou três vezes ao campus, desembolsando assim, grande quantidade de dinheiro para condução.

No restaurante universitário

Uma equipe de nutricionistas que fiscalizariam e orientariam as refeições servidas, sem falar que o custo dos alimentos seriam bem mais baixos do que os que se verificam atualmente, nas cantinas espalhadas pelo campus, uma vez que haveria subsídio por parte do MEC.

Existem muitos problemas para construção do restaurante, e entre eles está a portaria baixada pelo Ministro chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, que proíbe a construção de prédios por tempo indeterminado, por parte dos outros ministérios. Essa portaria caracteriza uma vez mais o descompromisso do governo federal para com a melhoria das condições das universidades.

O restaurante universitário é uma reivindicação justa. A necessidade de sua construção imediata é evidente, entretanto isso só poderá ocorrer mediante um movimento reivindicatório junto ao MEC para que este destine verbas com esse fim. A discussão do projeto tem que ser feita junto aos alunos através do Centro Acadêmico que é o legítimo órgão de representação dos estudantes.

## Anexo 16 – Faculdade de Odontologia vai para o Campus Guamá, 1988

Pág. 4

BEIRA DO RIO

## C A M P U S

**Odonto sai da Batista Campos**

Em 86 o curso de Odontologia passou por uma grave crise, levando estudantes e professores a elaborarem um documento contendo reivindicações e paralisando as atividades. Naquele ano o período letivo nem sequer iniciou: uma greve geral denunciava as péssimas condições de trabalho, de ensino e equipamentos totalmente danificados. Apenas 10 equipes estavam em condições razoáveis de conservação, isso para atender a cerca de 440 alunos do curso.

O prédio da Praça Batista Campos passou a abrigar o curso de Odontologia anos depois de sua criação. Até então, a Escola Livre de Odontologia, nome dado quando de sua criação em 4 de julho de 1914, funcionava em caráter provisório no primeiro andar do Colégio Paes de Carvalho. Em 2 de julho de 1957, já como Faculdade de Odontologia, ela foi incluída entre as unidades encampadas pela Universidade Federal do Pará. De lá pra cá, algumas modificações foram feitas no prédio, mas não satisfizeram as reais necessidades de alunos, professores e funcionários. Foram providências que serviram apenas para prorrogar uma medida definitiva: a construção de um prédio no Campus totalmente equipado. E todo esforço foi feito para atingir a situação atual: um prédio novo e equipamentos novos.

A paralisação de 86 serviu como alerta sobre as péssimas condições do prédio e, principalmente, para que soluções definitivas fossem pensadas pela UFPA. É meta da administração da Universidade a transferência de todos os cursos da área de Saúde para o Campus, sendo que o primeiro passo havia sido dado com a mudança dos cursos de Farmácia e Nutrição, agora é a vez de Odontologia, restando somente Medicina e Enfermagem.

Uma das mais antigas escolas da Universidade, a Odontologia, transfere-se para o Campus, em modernas instalações e com novos equipamentos.

O prédio de Odontologia, ainda em construção. Na foto menor, o tradicional prédio da Batista Campos

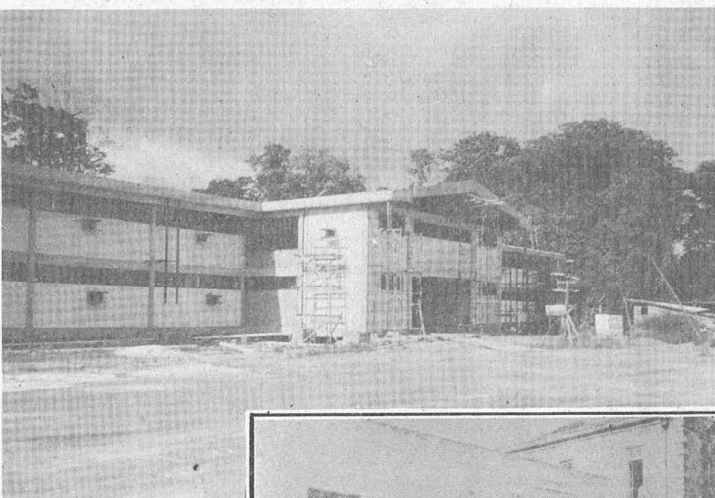
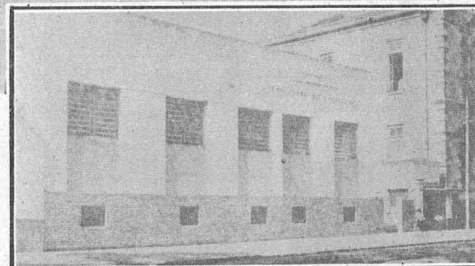


Foto Edna Frazão e Arquivo

**CLÍNICA ODONTOLÓGICA**

Além de suprir totalmente a falta de condições técnicas, equipamentos e instrumentação moderna, a nova Escola de Odontologia, através de seu Laboratório de Clínicas Odontológicas, servirá para o aprimoramento técnico dos alunos do curso e oferecerá assistência à comunidade de bairros próximos ao Campus Universitário.

O prédio estará em pleno funcionamento a partir de 22 de março, possuindo dois andares. No térreo, 4 grandes salas abrigarão 80 equipes, onde serão desenvolvidas atividades práticas e atendimento da Clínica Integrada e Prótese Clínica. Cada uma



delas terá salas de esterelização, de instrumental, de moldagem e de professores, além de duas para realização de cirurgias – com 2 equipes – e periodontia – três equipes.

No andar superior funcionará o Departamento de Clínica, com salas para secretaria, chefia de Departamento e Coordenação do Curso. Lá ficarão também os

laboratórios de prótese fixa e moldagem, radiologia, prótese removível, ortodontia, dentística e materiais dentários. E mais quatro boxes para Raio X, câmara escura e revelação. No andar, estão duas salas para aulas expositivas com capacidade para 30 alunos cada, auditório com 81 lugares, biblioteca seccional e sala dos professores.

Anexo 17 – Paulo Freire, doutor *honoris causa* da UFPA, 1990



Nota: Paulo Freire participa da cerimônia, presidida pelo reitor Nilson Pinto, de entrega do título de doutor *honoris causa*, outorgado pela Resolução n. 571, de 21 de dezembro de 1990, do Conselho Universitário da UFPA.

Fonte: UFPA 60 ANOS – Arquivo Central da UFPA

## Anexo 18 – Universitec, 2023



Nota: A Agência de Inovação Tecnológica (Universitec) foi criada em março de 2009 pela Resolução n. 662, reunindo o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e o Serviço de Propriedade Intelectual, com o objetivo de promover o empreendedorismo inovador para o desenvolvimento da Amazônia.

Fonte: Allyson Allen, abr. 2023

## Anexo 19 – Lançamento da coleção Diálogos de Platão, 1973



Nota: Cerimônia de lançamento da coleção Diálogos de Platão, da Editora da UFPA, com o reitor Clóvis Malcher (à esquerda) e o organizador da coleção, professor Benedito Nunes (de óculo, ao centro), acompanhados da profa. Annunciada Chaves e outros pró-reitores. Os primeiros volumes d'Os Diálogos de Platão (*A Marginália Platônica* e *Teeto – Crátilo*) foram lançados em 1973, quatro anos após a criação da Editora (7 de abril de 1969) e no mesmo ano (mais precisamente a 27 de fevereiro de 1973) em que a UFPA oficializou, por meio da Resolução n. 165, do Conselho Universitário, o aceite da doação do escritor e tradutor Carlos Alberto Nunes de sua tradução da obra completa de Platão – traduzida diretamente do grego para o português e avaliada à época em dez mil e quinhentos cruzeiros.

Fonte: Museu da UFPA.

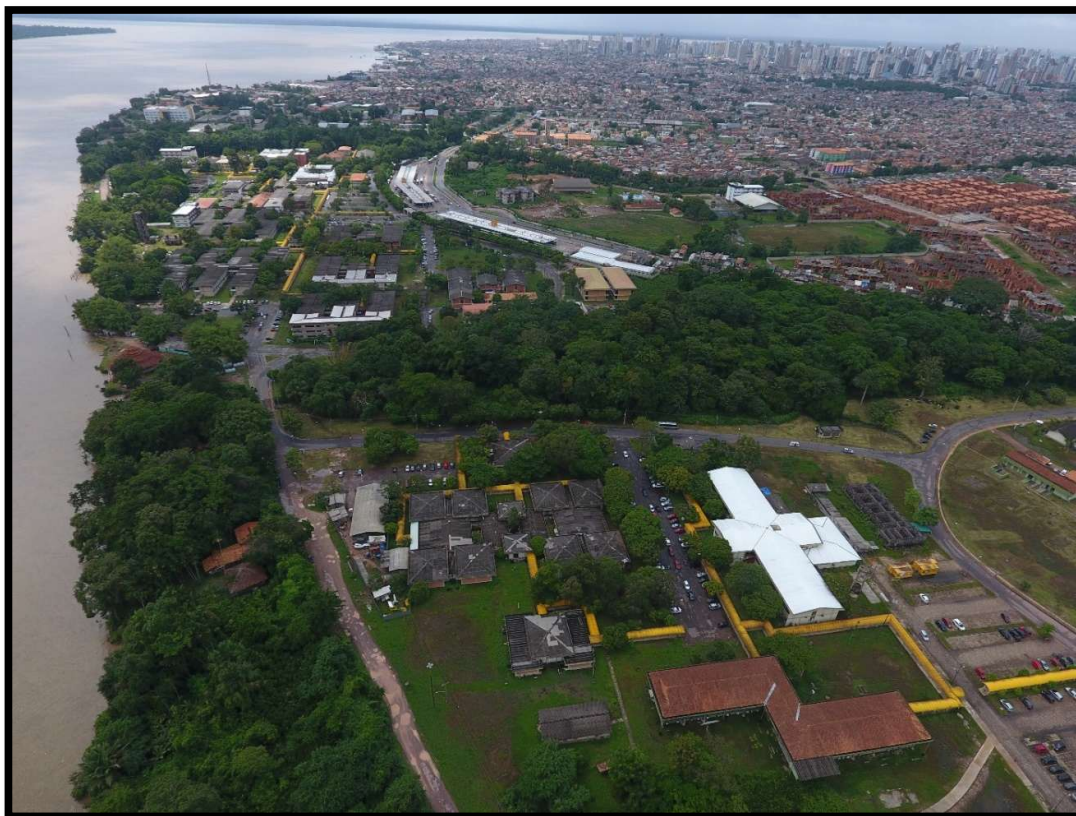
## Anexo 20 – Convento dos Mercedários, 2019



Nota: Em 2018, o reitor da UFPA, Emmanuel Zagury Tourinho, e o superintendente do Patrimônio da União no Pará, Flávio Ferreira da Silva, assinaram o contrato de cessão do Convento dos Mercedários à Universidade. A iniciativa previa a restauração do prédio pelo Lacore/UFPA e instalação do próprio laboratório e de curso de graduação e pós-graduação multidisciplinar em Conservação e Restauero. O curso de mestrado em Ciências do Patrimônio Cultural foi instalado com sucesso e dele resulta esta dissertação.

Fonte: Allyson Allen, abr. 2019

Anexo 21 – Cidade Universitária da UFPA, Campus da Saúde, 2017



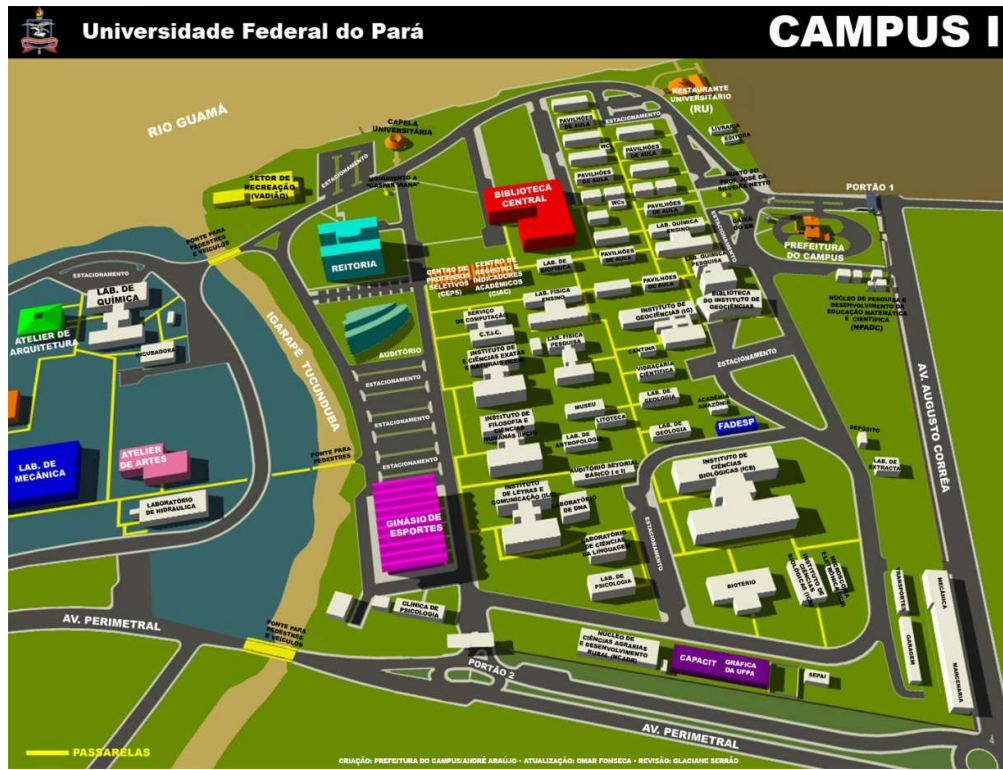
Fonte: Cassim Jordy, 2017

Anexo 22 – Bambuzal, 2023



Fonte: Allyson Allen, jun. 2023

Anexo 23 – Mapas da Cidade Universitária da UFPA



Fonte: Setor Básico – Prefeitura Multicampi da UFPA



Fonte: Setor Básico – Prefeitura Multicampi da UFPA

